



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE

Maria Flávia Coelho Albuquerque



**ZONA COSTEIRA DO PECÉM:
DE COLÔNIA DE PESCADOR A REGIÃO PORTUÁRIA**



Fortaleza – Ceará

2005

Universidade Estadual do Ceará

Maria Flávia Coelho Albuquerque

**ZONA COSTEIRA DO PECÉM:
DE COLÔNIA DE PESCADOR A REGIÃO
PORTUÁRIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Geografia. Área de concentração: Análise Geoambiental Integrada no Semi-árido e no Litoral.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Perdigão Vasconcelos

Fortaleza – Ceará

2005

Universidade Estadual do Ceará
Mestrado Acadêmico em Geografia – MAG

Título do trabalho: Zona costeira do Pecém: de colônia de pescador a região portuária

Autor(a): Maria Flávia Coelho Albuquerque

Defesa em: 12 / 08/ 2005

Conceito Obtido: _____

Nota obtida: _____

Banca examinadora

Fábio Perdigão Vasconcelos, Prof. Dr.
Orientador

Luzia Neide M. T. Coriolano, Prof^a. Dr^a.

Antonio Jeovah de A. Meireles, Prof. Dr.

Dedico este trabalho a minha mãe e a meu pai, pelo amor, a coragem e a garra de sair do sertão e vir para o litoral em busca de uma vida melhor para os filhos.

Às comunidades litorâneas, pela constante e intensa luta pela terra.

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar todos os caminhos que escolhi para percorrer.

A minha família pelo amor, paciência e compreensão nas minhas ausências e nos momentos mais fervorosos.

Ao Wagner R. T. Lima, pela sua atenção, carinho e pelas palavras de incentivo e coragem durante todos os momentos da elaboração desse estudo.

Aos moradores do distrito do Pecém que com suas narrativas ajudaram na elaboração desse trabalho e na compreensão da importância da participação de todos no “desenvolvimento” de um lugar.

Ao meu orientador, pela amizade e boas contribuições durante todo esse percurso. E pela liberdade que me deu, permitindo que eu acreditasse em mim e na construção desse trabalho.

Ao Edson Vicente da Silva (Cacau) e Antonio Jeovah de Andrade Meireles pela leitura dos meus primeiros escritos. Observações e dicas valiosas.

Ao Antonio Jeovah de Andrade Meireles e Luzia Neide M. T. Coriolano, participantes do exame de qualificação. Observações e comentários que influíram no conteúdo e configurações finais deste estudo.

Aos funcionários do MAG e em especial ao coordenador Luiz Cruz Lima pela sua incansável coragem e persistência.

Às minhas amigas Cristiane Alencar Lima, Fabiana Lima Abreu, Érika Gomes Brito e Francisca Gonçalves Batista (Bia), pela compreensão, dedicação, contribuições e por sempre me mostrarem o verdadeiro significado da “AMIZADE”.

Aos colegas do Mestrado, pela convivência enriquecedora.

À FUNCAP, pelo financiamento. Indispensável.

A todos os professores do Mestrado que comigo dialogaram e contribuíram.

Aos funcionários do Instituto do Ceará, sempre atenciosos.

Aos secretários do município de São Gonçalo do Amarante, pela disponibilidade, atenção e fornecimento de informações.

Ao Padre José Élio Correia de Freitas, pároco do Pecém, pelas informações disponibilizadas, pela atenção e carisma. Admiração por seu imenso amor e dedicação às pessoas.

À moradora do Pecém, Maria Vilani de Azevedo Carvalho, por permitir a utilização de trechos de seu livro nesse trabalho e por sua sempre atenciosa atenção e paciência.

Ao Fábio Moreira, morador da cidade de São Gonçalo do Amarante, pela compaixão e a boa vontade em ajudar o seu próximo.

Ao Rony Iglécio Leite Andrade, Veridiana Marques de Sousa, Fábio Ricardo Silva Beserra e Anny Daniele pelas contribuições com os trabalhos de campo e palavras de incentivo.

Ao José Artur da Silva Julião, pelo apoio e compreensão.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização desse estudo.

Vamos duvidar de tudo que é certo
Vamos namorar à luz do pólo
petroquímico
Voltar pra casa num navio fantasma
Vamos todo mundo
Ninguém pode faltar
...
Vamos ficar acima, velejar num mar de
lama
Se faltar o vento a gente inventa.
Vamos navegar contra a corrente
Desafinar do coro dos contentes
Se for impossível, se não for importante
Mesmo assim a gente tenta.
(Pose- Engenheiros do Hawai)

RESUMO

Pecém é um distrito costeiro do litoral oeste do estado do Ceará, que se localiza no município de São Gonçalo do Amarante a 42 Km da capital, Fortaleza. Sua escolha para estudo se justifica pela intensa transformação que esse lugar vem passando, sem que se conheça a opinião atual da comunidade local quanto às novas formas de ocupação do território do distrito. O objetivo principal é fazer um estudo sobre os diferentes usos e ocupação do espaço costeiro do Pecém, identificando os conflitos sócio-ambientais dessa relação homem x natureza e tentando mostrar a importância da análise integrada para a zona costeira em questão. A partir da metodologia da história oral e o instrumento de Check-List foi possível a coleta de dados. A partir da década de 1960 começaram a ocorrer, nessa zona costeira, impactos sócio-ambientais negativos consideráveis, como: o surgimento do veranismo como forma não sustentável de apropriação do território; pescadores passaram a trabalhar como caseiro; muitos foram morar longe do mar, local de trabalho; aterramento de parte do mangue do riacho Guaribas; poluição de riachos; diminuição da pesca do caranguejo e conseqüentemente da renda familiar. Na década de 1990, Pecém recebeu infra-estrutura turística através do Programa para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR e também as instalações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, atingindo a região de tabuleiro, campos de dunas e faixa de praia. Muitas famílias foram desapropriadas para dar lugar a esse empreendimento, despertando sentimentos de revolta e resistência e ao mesmo tempo de esperança de que a economia local iria melhorar. Segundo a população entrevistada houve: mudança nos hábitos e na cultura local; diminuição da atividade turística; diminuição do número de jovens pescadores e agricultores; aumento da violência; aumento do número de desempregados; aumento da prostituição; e aumento do consumo de drogas. Os pontos positivos citados pela população foram: valorização dos artesãos pelo Grupo de Trabalho Participativo - GTP, pescaria mais próxima de casa e aumento na venda do pescado. Pecém foi alvo de investimentos destinados ao mesmo tempo para o turismo e para a industrialização, atividades naturalmente antagônicas que geraram nesse lugar mudanças sociais e ambientais de cunho considerável. Essas atividades foram destinadas para esse distrito sem que a população fizesse parte dessa escolha. É necessário que as populações sejam ouvidas, ou seja, as mudanças desejadas para o seu território têm que partir da base para o topo, da comunidade para o governo e não o contrário. Portanto, para se chegar a um desenvolvimento sustentável da zona costeira do Pecém é preciso a realização de uma gestão integrada dessa área e a execução de políticas públicas preocupadas com o bem-estar da população.

RÉSUMÉ

Pecém est une commune côtière du littoral ouest de l'état du Ceará, qui appartient à la municipalité de São Gonçalo do Amarante distant de 42 km de la capital, Fortaleza. Notre choix par l'étude de ce village se justifie par l'intense transformation qu'il a subi récemment, sans que l'on ait connu auparavant l'avis de la communauté locale à propos des nouvelles formes d'occupation du dit territoire. L'objectif principal est de faire une étude sur les différentes utilisations et occupations de l'espace côtier du Pecém, tout en identifiant les conflits provoqués par les différents intérêts socio-économiques, résultats de la relation homme x nature et en essayant de montrer l'importance de l'analyse intégrée pour la zone côtière concernée. Le prélèvement de données a été possible à partir de la méthodologie de l'histoire orale et de l'instrument de Check-List. À partir de la décennie de 1960 on peut constater des impacts socio-environnementaux négatifs considérables, comme : l'apparition de la villégiature comme forme non durable d'appropriation du territoire; les pêcheurs ont commencé à travailler comme gardiens; beaucoup ont été obligés d'habiter plus loin de la mer, leur lieu de travail; remblaient d'une partie du marais du fleuve Guaribas; pollution des ruisseaux; diminution de la pêche de crabe et conséquemment des revenus des familles qui vivent de cette activité. Dans la décennie de 1990, Pecém a reçu un important investissement d'infrastructure touristique à travers du Programme pour le Développement du Tourisme - PRODETUR et aussi les installations du Complexe Industriel et Portuaire du Pecém - CIPP, atteignant la région de plateau, champs de dunes et le berme de plage. Des familles ont été obligées de déménager pour donner place au CIPP, réveillant des sentiments de révolte et résistance mais en même temps d'espoir d'amélioration de l'économie locale. Selon la population interviewée il y a eu : des changements dans les habitudes et dans la culture locale; diminution de l'activité touristique; diminution du nombre de jeunes pêcheurs et d'agriculteurs; augmentation de la violence; augmentation du chômage; augmentation de la prostitution; augmentation de la consommation de drogues. Les points positifs mentionnés par la population ont été : l'évaluation des artisans par le Groupe de Travail Participatif - GTP, pêche plus proche de leur maison et augmentation de la vente du poisson. Pecém a été cible d'investissements destinés en même temps au tourisme et à l'industrialisation, activités naturellement antagoniques qui y ont produit des changements sociaux et environnementaux considérables. Ces activités ont été destinées à ce district sans que la population fasse partie des décisions. Il est nécessaire que les populations soient écoutées, i.e., que les changements réalisés dans leur territoire soient décidés par la communauté et non par le gouvernement. Donc, pour qu'on arrive à un développement durable de la zone côtière du Pecém il est nécessaire la réalisation d'une gestion intégrée de ce village et l'exécution de politiques publiques dirigées au bien-être de la population.

SUMÁRIO

	Pág.
Lista de Siglas.....	12
Lista de Figuras	14
Lista de Tabelas.....	14
Lista de Quadros.....	15
Lista de Mapas.....	15
Lista de Fotos.....	15
 Introdução.....	 17
 2. Base Teórica.....	 22
2.1. O litoral e o processo de litoralização.....	24
2.2. Uso e ocupação da zona costeira e os impactos sócio-ambientais	37
2.3. Gestão integrada e sustentabilidade.....	43
 3. A Metodologia.....	 53
3.1. A complexidade no estudo geográfico.....	53
3.2. Procedimentos metodológicos.....	61
 4. O Município de São Gonçalo do Amarante: História e Sócio- economia.....	 65
4.1. História e dinâmica sócio-econômica.....	69
4.2. Programas governamentais e “desenvolvimento” do município.....	77
 5. Pecém: De Colônia de Pescador a Zona Portuária.....	 86
5.1. Uso e ocupação do litoral: compatibilidades e incompatibilidades.....	89
5.2. O Porto e as metamorfoses do lugar.....	111
5.3. A comunidade tradicional e a cultura local.....	123
5.4. Os reassentados e a luta pela terra.....	130
5.5. Sócio-economia do distrito.....	148
5.6. O ambiente costeiro do Pecém.....	166

6. Gestão Integrada da Zona Costeira do Pecém.....	182
6.1. A zona costeira do Pecém.....	184
7. Considerações Finais.....	197
Referências Bibliográficas.....	202
Anexos.....	212

LISTA DE SIGLAS

AAE	-Avaliação Ambiental Estratégica
ABEMA	-Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente
AL	-Assembléia Legislativa
APA	-Área de Preservação Ambiental
APP	-Área de Preservação Permanente
ASSFAP	-Associação das Famílias do Pecém
BID	-Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	-Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	-Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CIPP	-Complexo Industrial e Portuário do Pecém
COELCE	-Companhia Elétrica do Ceará
COEMA	-Conselho Estadual do Meio Ambiente
CMMAD	-Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CNUMAD	-Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CPP	-Conselho Pastoral dos Pescadores
CTI/NE	-Comissão de Turismo Integrado do Nordeste
DHN	-Diretoria de Hidrografia e Navegação
EIA	-Estudo de Impacto Ambiental
EMBRAPA	-Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATUR	-Instituto Brasileiro de Turismo
EXPOTUR	-Feira de Exposição Turística em São Gonçalo do Amarante
FUNAI	-Fundação Nacional do Índio
FUNCEME	-Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
GIZC	-Gestão Integrada da Zona Costeira
GTP	-Grupo de Trabalho Participativo
IBAMA	-Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDACE	-Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará
INCRA	-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE	-Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MMA	-Ministério do Meio Ambiente
ONU	-Organização das Nações Unidas
PETROBRÁS	-Petróleo Brasileiro S/A
PNGC	-Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro
PNMA	-Política Nacional de Meio Ambiente
PRODETUR	-Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PRODETURIS/CE	-Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará
PROURB	-Projeto de Desenvolvimento Urbano e de Gestão dos Recursos Hídricos
RIMA	-Relatório de Impacto Ambiental
SDE	-Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ceará
SEBRAE	-Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEINFRA	-Secretaria de Infra-Estrutura
SETUR	-Secretaria de Turismo
SECULT	-Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto
SINE	-Sistema Nacional de emprego
SUDENE	-Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TEP	-Terminal de Embarque Provisório
UFC	-Universidade Estadual do Ceará
UNESCO	-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UVA	-Universidade Vale do Acaraú

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Perfil litorâneo	31
Figura 02 – Corrente longitudinal.....	32
Figura 03 – Corrente de retorno	33
Figura 04 – Desenvolvimento do processo de GIZC	52
Figura 05 – Município de São Gonçalo do Amarante	67
Figura 06 – Plano Diretor do CIPP	75
Figura 07 – Faixa de praia do Pecém nos anos de 1998 e 1999	168
Figura 08 – Perfil da praia do Pecém em 1999, 2004 e 2005	171
Figura 10 – Carta imagem de uso e ocupação do distrito do Pecém	181
Figura 11 – A roda de atores para a GIZC	188
Figura 12 – Condições de inicialização da GIZC	189
Figura 13 – Facilidade de pôr em prática a GIZC	190
Figura 14 – Preparação do processo de GIZC	191
Figura 15 – Pôr em prática o processo de GIZC	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Distribuição das entrevistas realizadas	63
Tabela 02 – N° de habitantes e área total do município de São Gonçalo do Amarante.....	72
Tabela 03 – Participação das segundas residências no total de domicílios.....	77
Tabela 04 – Extensão de vias estruturantes e de acesso ao município de São Gonçalo.....	79
Tabela 05 - Projetos de rodovias e aeroportos do Ceará	80
Tabela 06 – Projetos de saneamento no Ceará com o PRODETUR	80
Tabela 07 – Projetos de recuperação e proteção ambiental no Ceará	81
Tabela 08 – Principais municípios visitados pelos turistas via Fortaleza	105
Tabela 09 – Média de renda dos trabalhadores do CIPP que moram no Pecém.....	119
Tabela 10 – Principais atividades de lazer da população entrevistada no Pecém	150

Tabela 11 – Escolaridade dos entrevistados no distrito do Pecém	151
Tabela 12 – Tempo de residência dos entrevistados no Pecém	152
Tabela 13 – Abastecimento d'água das famílias entrevistadas	153
Tabela 14 – Esgotamento sanitário das famílias entrevistadas	153
Tabela 15 – Destino do lixo das famílias entrevistadas no Pecém	154
Tabela 16 – Situação da segurança do distrito.....	156
Tabela 17 – Principais fontes de renda das famílias entrevistadas no Pecém .	164
Tabela 18 – Média mensal de renda das famílias entrevistadas no Pecém	165
Tabela 19 – Melhoria na renda familiar do Pecém nos últimos 5 anos	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Infra-estrutura básica do distrito do Pecém	157
Quadro 02 – A vegetação do litoral cearense e suas características e ocorrências.....	174
Quadro 03 – Impactos sócio-ambientais e recomendações.....	194

LISTA DE MAPAS

Mapa de localização	87
Mapa geambiental	176

LISTA DE FOTOS

Foto 01 e 02 – Área desmatada para a instalação da Siderúrgica.....	73
Foto 03 e 04 – Área destinada ao pólo industrial da Petrobrás – população ainda não desapropriada.....	74
Foto 05 – Igreja do Pecém em 13/05/2004	89
Foto 06 – Igreja do Pecém em janeiro de 2005	89
Foto 07– Terreno cercado e com plantação de coqueiros	99
Foto 08 – Lançamento de lixo e de esgotos de residências no mangue do Riacho Guaribas	108

Foto 09 – Viaduto “vazado”	111
Fotos 10 e 11 – Antiga rua Oton de Carvalho	113
Fotos 12 e 13 – Praia do Pecém durante a ressaca em outubro de 1999	113
Fotos 14 – Grito dos excluídos 2004 na área pastoral do Pecém.....	140
Fotos 15 e 16 – Reassentamento Rural Forquilha	146
Foto 17 – Casas do Mutirão (Planalto Pecém).....	147
Foto 18 – Sede da ASSFAP na cidade do Pecém	149
Foto 19 e 20 - – Colônia de Pescadores do Pecém.....	161
Fotos 21.....	169
Foto 22 e 23 – Barraca “O Pedrão” na praia do Pecém.....	170
Foto 24 – Curral de pescadores do Pecém assoreado	170
Fotos 25 e 26 – Dunas compostas de eolianitos	177
Foto 27 – Duna móvel migrando – casa de veraneio sendo soterrada	178
Fotos 28 e 29 – Desembocadura do riacho Guaribas com presença da vegetação de mangue	179

1. INTRODUÇÃO

Pecém é um distrito costeiro do litoral oeste do estado do Ceará que se localiza no município de São Gonçalo do Amarante, a 42 Km da capital, Fortaleza. Sua escolha para estudo se justifica pela intensa transformação que esse lugar vem passando, sem que se conheça a opinião atual da comunidade local quanto às novas formas de ocupação do território do distrito.

Dentro dessa perspectiva é interessante fazer uma contextualização do processo de ocupação dos espaços litorâneos, tendo em vista que a zona costeira é um ambiente de interação da terra, do mar e do ar que se caracteriza por um frágil equilíbrio dinâmico, atualmente afetado pelas diferentes intervenções do homem no meio.

As primeiras formas de uso da zona costeira brasileira remontam às populações indígenas nas quais a relação sociedade x natureza acontecia de forma menos conflitante, sem interferências significativas que alterassem esse equilíbrio. Com a chegada dos catequizadores e colonizadores, uma nova forma de exploração sistemática dos recursos naturais ocorreu no litoral. Por ser a porta de entrada para as “novas terras” a serem exploradas, o ambiente costeiro foi o primeiro a receber os impactos dos primeiros assentamentos portugueses. Muitos deles deram origem a grandes centros urbanos como é o caso de Fortaleza, Salvador, Recife, Rio de Janeiro, Olinda e Santos.

Surgiam, assim, as primeiras cidades portuárias motivadas, inicialmente, pela exploração de matéria-prima da zona costeira brasileira pela metrópole portuguesa e, posteriormente, pela necessidade de comunicação marítima entre produtores e consumidores de produtos naturais e industrializados.

Com o passar do tempo esses núcleos populacionais e industriais foram crescendo. As pessoas do meio rural, expulsas do campo pelo abandono rural, alocaram-se nas grandes cidades em busca de melhores condições de vida, o que acabou ocasionando um “inchaço” dessas metrópoles, inclusive de Fortaleza. A falta de infra-estrutura para atender ao novo contingente populacional impôs a ocupação

de áreas de risco, como os terrenos próximos a rios e lagoas e as áreas de mangue, em muitos casos.

Na capital do Estado do Ceará a expansão urbana ocorreu de forma desordenada, com muitas residências construídas próximas a rios e lagoas e nas regiões de mangue dos rios Ceará e Cocó. Ocorreu também forte ocupação do entorno do porto do Mucuripe. Nessa área a população construiu casas sobre campo de dunas, barrando parte dos sedimentos que alimentariam a costa. Além disso, na década de 1940, com a construção do referido porto e de seu espigão de proteção, parte dos sedimentos da deriva litorânea local foi barrada, iniciando um processo erosivo bastante intenso em Fortaleza e na Região Metropolitana.

Em São Gonçalo do Amarante, mais precisamente no distrito do Pecém, o crescimento populacional se deu de forma desordenada, inclusive com o surgimento das Segundas Residências, a partir da década de 1970/1980, que ocuparam áreas não apropriadas como o campo de dunas e a faixa de praia. Essa ocupação perturbou o fluxo sedimentar na planície litorânea ocasionando processos erosivos na faixa de praia. Essa nova territorialização levou às primeiras desapropriações no local, pois os moradores que habitavam nas dunas e mais próximos à praia foram sendo retirados para dar lugar ao veraneio.

Pecém foi inserido nas etapas I e II de atuação do Programa para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, em cuja primeira etapa foram realizados investimentos pelos governos estadual e federal para a instalação de infra-estruturas voltadas para o turismo, com construção de rodovias e saneamento básico e foi dado incentivo para a instalação de infra-estrutura hoteleira, principalmente em áreas próximas à praia. Nesse distrito também foi instalado o mais novo porto do estado que faz parte do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. Este porto é do tipo *off-shore*, composto de um viaduto vazado que liga o cais de atracação ao retroporto no continente, não interferindo, assim, na movimentação natural dos sedimentos da costa. Contudo, as indústrias e o retroporto foram instalados sobre o campo de dunas e terraços, o que pode vir a comprometer o equilíbrio da dinâmica costeira na faixa de praia do Pecém e adjacências.

Para a instalação do CIPP ocorreu uma nova desapropriação no distrito, desta vez de comunidades inteiras, gerando conflitos e mudanças nos hábitos da população local. O aumento no tráfego de caminhões e de pessoas nas ruas do Pecém impôs um novo ritmo de circulação à localidade, inclusive com a diminuição da atividade de veraneio. Portanto, a coexistência destas atividades econômicas – porto e turismo – no mesmo lugar, são conflitantes.

Com base nessas informações e com o próprio conhecimento empírico do investigador sobre o lugar, elaboraram-se os seguintes questionamentos: como reage a população diante dessas mudanças? Têm ocorrido benefícios para a população geral do Pecém ou estes estão destinados somente a pequenos grupos privilegiados? Que tipos de benefícios são estes? E o meio ambiente local, quais os impactos decorrentes dessas novas formas de ocupação? O que a população do Pecém pensa sobre essas novas formas de uso e ocupação do seu território? O que eles esperam para o Pecém no futuro? Qual a importância da gestão integrada para essa região litorânea?

A partir de toda essa problemática, delimitou-se como objetivo principal deste trabalho analisar os diferentes usos e ocupação do espaço costeiro do Pecém, identificando os conflitos sócio-ambientais dessa relação sociedade X natureza e tentando discutir a importância da análise integrada para dar andamento às ações integradas nas zonas costeiras. Assim, para concretizar este intento, buscou-se:

- Analisar os diversos usos e interesses existentes na zona costeira do Pecém;
- Fazer uma retrospectiva histórica da ocupação do distrito;
- Fazer a compartimentação geoambiental, tomando como base a Teoria dos Geossistemas e também a Teoria da Complexidade;

- Identificar impactos sociais e ambientais resultantes das formas de apropriação desses geossistemas;
- Relacionar esses impactos às suas principais causas e sugerir possíveis meios de solucioná-los ou minimizá-los.
- Mostrar a importância da Gestão Integrada para a zona costeira do Pecém.

A estrutura organizacional deste trabalho está dividida em sete partes. Na primeira, apresenta-se a base teórica que fundamenta a discussão sobre o litoral, a litoralização, o uso e ocupação do território e os impactos na zona costeira, além da problemática levantada sobre a Gestão Integrada e sustentabilidade, questões estas enfatizadas na Agenda 21, no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e no Guia de Gestão Integrada da Zona Costeira da UNESCO.

Na parte subsequente, fala-se da metodologia utilizada, da importância do conceito de complexidade no estudo geográfico, dos procedimentos metodológicos articulados para a realização desta pesquisa, além das dificuldades encontradas ao longo do caminho. Em seguida, contextualiza-se o município de São Gonçalo do Amarante para melhor compreensão do Pecém.

Concluídos estes primeiros pontos, passa-se a uma análise retrospectiva da complexidade da dinâmica sócio-econômico-cultural. Estudaram-se as metamorfoses do lugar relacionadas às diferentes formas de uso e ocupação que foram sendo impostas ao distrito do Pecém, enfatizando os impactos para a população e a cultura locais, especialmente a questão da luta pela terra. Apresenta-se, ainda, a realidade sócio-econômica do ambiente costeiro com sua fragilidade frente aos grandes empreendimentos econômicos locais.

Discute-se a Gestão Integrada, sua importância para a harmonização da dinâmica sócio-econômico-cultural do distrito do Pecém, além das possibilidades e dos impasses de sua implementação naquela região. E por fim, apresenta-se os resultados da pesquisa, as análises, apontando caminhos para novas pesquisas que

possam transitar pelo mesmo percurso teórico-metodológico ou pelo mesmo percurso geográfico, a zona costeira do Pecém.

Portanto, este trabalho, propôs-se identificar e analisar os diferentes usos e ocupação que foram e os que ainda estão sendo destinados a esse distrito e também identificar as modificações sócio-econômicas, culturais e ambientais, resultantes desta ocupação, mostrando a importância da GIZC para esse litoral.

Espera-se, assim, lançar uma luz sobre as questões relacionadas aos impactos dos diferentes tipos de apropriações naquele ambiente natural, social e cultural, como também contribuir para futuras pesquisas e ações integradas naquela localidade, tanto por parte da comunidade técnico-científica, como por parte dos representantes políticos do município, bem como ter contribuído, também, para um maior conhecimento da área de estudo, assim como do processo de participação efetiva das comunidades no desenvolvimento local, que as tornam participantes dos rumos que venham a ser traçados para a localidade distrital do Pecém.

2. BASE TEÓRICA

A superexploração e desrespeito ao meio ambiente se intensificam com a idéia de separação entre o homem e o “restante da natureza” que acarretou, ao longo da história, grandes problemas ambientais com os quais se depara a contemporaneidade. Contudo, se já na Idade Média, entre filósofos do período clássico grego, era possível encontrar essa mesma visão fragmentada e oposta entre homem e natureza; o mesmo não acontecia entre filósofos do período pré-socrático, dentre os quais era disseminada a idéia de que a natureza, a *physis*, era tudo o que existia: os deuses, as plantas, a terra, inclusive o próprio ser humano, tudo. Para o filósofo Gerd Bornheim “à *physis* pertencem o céu e a terra, a pedra, a planta, o animal e o homem, o acontecer humano como obra do homem e dos deuses e, sobretudo, pertencem à *physis*, os próprios deuses”. (*apud* Gonçalves, 2002: 30).

O período subsequente, chamado pós-socrático, experimentou, com Platão e Aristóteles, fundamentalmente, um novo conceito de natureza, que privilegiava o homem e as idéias em detrimento das “plantas” e “pedras”. No entanto, foi com Descartes que essa oposição homem-natureza, sujeito-objeto, espírito-matéria se tornou mais definida, haja vista que a idéia antropocêntrica de que o homem é o centro do universo, dicotomiza ainda mais as relações. A natureza dessacralizada, uma vez que não é mais povoada por deuses, pode ser tornada objeto, quando para Gonçalves (2002, p.31):

... se inicia uma mudança no conceito de *physis*, de natureza que, se num primeiro momento não aparece senão debilmente, pouco a pouco se afirmará até atingir contemporaneamente essa concepção de natureza desumanizada e desta natureza não-humana.

O século XIX, sobretudo com a Revolução Industrial, veio evidenciar a irreversibilidade desta bipartição. Cresceu a idéia do homem exterior à natureza, um homem não-natural, para quem a ciência e a técnica se tornaram algo primordial, indispensável à própria vida.

A idéia de uma natureza objetiva e exterior ao homem, o que pressupõe uma idéia de homem não-natural e fora da natureza, cristaliza-se com a civilização industrial inaugurada pelo capitalismo. As ciências da natureza se separam das ciências do homem; cria-se um abismo colossal entre uma e outra ... (Gonçalves, 2002, p.35).

Depois da separação no nível ideológico, cresceu a cultura de exploração dos recursos naturais de forma desenfreada. A constante busca pelo lucro tornou o homem um ser degradador e destruidor do “restante da natureza” e dele próprio.

Na atualidade, a concepção de natureza é diferente da que se tinha na Idade Média que também é distinta daquela vinculada ao capitalismo industrial no século XVIII e XIX. Se antes, a “natureza” poderia ser sugada pelo homem¹ porque os seus recursos eram inesgotáveis, hoje se reconhece que os recursos que garantem a reprodução do capital são esgotáveis e por isso surge o debate da sustentabilidade. Na verdade, o uso do termo “preservação ambiental” e “desenvolvimento sustentável” é, apenas, uma preocupação em manter esses recursos salvaguardados para a manutenção do sistema e não uma medida para conservar a “natureza”² para o bem da humanidade.

Mesmo nas universidades ainda ocorre a divisão entre sociedade e natureza, idéia disseminada na distribuição institucional dos diversos cursos entre ciências da natureza e ciências humanas. No entanto, Gleick (1989) *apud* Irias (2005) diz que é importante levar-se em conta que a ciência vem-se reorganizando com o intuito de reaproximar o homem do restante da natureza. Muitas teorias críticas tentam mostrar as conexões existentes entre os fragmentos aparentemente desconexos, trabalhando o conceito de totalidade.

Segundo esse mesmo autor, a teoria da relatividade “eliminou a ilusão newtoniana sobre o espaço e o tempo absolutos”, a teoria quântica pôs fim ao sonho newtoniano “de um processo controlável de mensuração” e a teoria do caos “eliminou a fantasia laplaciana da previsibilidade determinista”. Além dessas teorias, outras foram surgindo nos diversos seguimentos da ciência e hoje muitos cientistas direcionam suas pesquisas a partir dessa nova perspectiva. É importante lembrar

¹ Na concepção de uma natureza não-humanizada e de um homem não-natural.

² Natureza onde o homem também é parte integrante.

que esse é um longo caminho a ser percorrido e que apenas se está começando a compreender o sentido de integração e de complexidade.

Entre a cabeça que pensa e o mundo que está à nossa frente existe o corpo que é o que cada um de nós tem para estar no mundo. E o corpo não admite a separação entre o homem e a natureza: ele comporta os dois indissociavelmente. (Gonçalves, 2002, p.92).

Gonçalves, no livro “Os (des)caminhos do meio ambiente” (2002), diz que “todos os povos e culturas são e não são naturais”. Diante disso, é importante considerar que o conceito de natureza varia de cultura para cultura e que estas estão sempre em constante transformação. Portanto, Gonçalves (2002, p.92) afirma que:

Revela-se o que a sociedade moderna tenta realizar e teima em ignorar: que a cultura não exclui a natureza, mas se desenvolve no interior dela, realizando novas sínteses de matéria e energia socialmente instituídas e, portanto, passíveis de novos caminhos, novas *agri-culturas*, novas formas de mediação entre o homem e o seu outro orgânico-inorgânico.

No Brasil do período colonial, tinha-se a idéia de natureza separada do homem e, sendo assim, este deveria usá-la em seu proveito ou em proveito de terceiros. A economia colonial que era constituída por ciclos de exportação de produtos como a cana-de-açúcar e o café, ocasionou grande devastação das florestas, principalmente da costeira. E, desta forma, estava iniciado o ciclo de exploração, de uso indiscriminado e de degradação de toda a “natureza³”, especialmente do litoral do país por onde começou o processo de ocupação.

2.1 – O litoral e o processo de litoralização

As “fachadas oceânicas” sempre tiveram papel importante na história da humanidade. No entanto, os mares e oceanos permaneceram como um mistério até a época das “Grandes Descobertas” e ao longo do século XIX. Já o século XX foi marcado por uma explosão demográfica e urbanização da zona costeira, causando preocupação em nível local, regional, nacional e internacional quanto ao rumo

³ Natureza essa que inclui os povos que habitavam e os que habitam hoje as pequenas comunidades litorâneas.

desses ambientes e do contingente populacional que, a cada dia, cresce nas regiões litorâneas. Lembra Boudou (2001, p.71-72) que:

Ao lado da “explosão demográfica” e da “urbanização”, uma das grandes características demográficas do século XX foi rotulada de verdadeira “corrida para o mar”. Essa *litoralização* da humanidade e essa *maritimização* da economia mundial despertaram inquietações na cabeça das pessoas preocupadas com os rumos da nossa evolução recente. Nos últimos quarenta anos, surgiram numerosas iniciativas em nível local (medidas isoladas), regional, nacional e, sobretudo, internacional para conhecer os fenômenos, a fim de propor soluções (totais ou parciais) aos problemas oriundos desse novo comportamento da população mundial.

Atualmente, mais de 70% da população do globo vivem a menos de 60km do litoral. Valendo destacar que um número importante da população ativa mundial dedica-se às atividades ligadas ao mar e também parte significativa da produção industrial realiza-se no litoral, à beira-mar, causando forte pressão sobre os ecossistemas litorâneos. (Boudou, 2001, p.74).

No Brasil, o processo de urbanização do litoral aconteceu de forma mais intensa no período posterior à década de 1950, com o movimento migratório em direção à costa. Esse movimento trouxe para as localidades litorâneas um número de pessoas que não foi absorvido pelo mercado formal local, passando a constituir segmento marginal e a exercer forte pressão social na demanda por serviços urbanos e também forte pressão ambiental, uma vez que ocupam áreas de grande vulnerabilidade e/ou de proteção ambiental. Estes crescentes segmentos marginalizados, continuamente alimentados pelo processo migratório, vão ser responsáveis por outra forma de manifestação da urbanização na zona costeira do Brasil, o processo de favelização que, contraditoriamente vai compor a paisagem das periferias das grandes cidades litorâneas.

No Ceará, a ocupação do litoral começa a ser efetivada no século XVIII com a indústria do pastoreio. A carne seca do gado era levada para Aracati, onde muitos fazendeiros já haviam estabelecido oficinas de charque nessa zona costeira. (Paiva, 2002, p.133).

Fortaleza, no entanto, cresceu como entreposto de exportações e importações. Em toda a província do Ceará, a cultura algodoeira teve seu grande avanço em 1850, quando ocorreu um súbito aumento de preços no mercado internacional em função da Guerra da Secessão nos Estados Unidos (EUA). (Neves, 2000, p.79). Os grandes comerciantes da época passaram a instalar, na região costeira, sem nenhuma preocupação ambiental, seus galpões para armazenar o caroço e a pluma do algodão, matéria-prima que era utilizada na confecção de redes e tecidos rústicos e que juntamente com a mamona, oiticica e carnaúba eram vendidos na época.

As secas no sertão do Ceará contribuíram para a migração em busca do litoral. Até os pequenos fazendeiros fecharam suas casas e migraram em direção à Capital do estado. Nos anos de 1877 a 1879 Fortaleza, recebeu um grande contingente populacional que migrou do sertão para a zona costeira, pois essa se mostrava mais propícia à sobrevivência. Esses retirantes chegaram à capital, Fortaleza, em estado crítico, debilitados, o que demandou providências do poder público local para que o caos não se estabelecesse definitivamente. É o que lembra Neves (2000, p.81):

No semi-árido, a produção inteiramente destruída, os moradores consomem suas últimas sementes e, aos poucos, mas numa onda irresistível, vão deixando para trás seus casebres e suas terras arrendadas. Saem famintos de seus lares e começam a vagarear pelos caminhos e estradas em busca de auxílio. O caminho da capital cedo transformar-se-á na única opção para a sobrevivência: os “moradores” das fazendas de criar transformam - se em retirantes.

Essas pessoas, sem terem um lugar para ficar, ocupavam praças, ruas e calçadas. Em um só ano, a população de Fortaleza passou, de não mais que 27 mil habitantes para mais de 100 mil. O caos foi estabelecido. Além das doenças cresceu o número de assaltos, furtos, prostituição, mendicância, assassinatos, suicídios dentre outras mazelas sociais. Muitos desses, marginalizados pela sociedade local, passaram a morar em áreas de risco como áreas de mangue, proximidades de rios, lagoas, dunas etc. Sem infra-estrutura que atendesse a todos, cresceu também o índice de poluição desses mananciais.

Em 1950, com o propósito de diminuir os efeitos das secas para os habitantes do sertão, surge a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No entanto, em 1982, as autoridades foram consideradas pelas entidades de direitos humanos e pela igreja católica, culpadas por milhões de mortes motivadas pela fome e pelas doenças, porque aquelas poderiam ter posto em prática um conjunto de medidas que teriam evitado todos esses transtornos.

Já na década de 1960, a ocupação da zona costeira se deu através do veraneio, ou seja, muitas pessoas buscaram as pequenas cidades litorâneas para estabelecerem as chamadas Segundas Residências. Estas eram ocupadas, nos finais de semana e feriados, por moradores da capital do Estado, que, cansados da agitação da cidade grande, buscavam tranquilidade nos espaços com pouca ocupação, onde a natureza era bem conservada. Além dos veranistas, a região costeira chamou a atenção dos grileiros e dos especuladores imobiliários por ser possuidora de belezas naturais e por ser ocupada apenas por pequenas comunidades de pescadores, o que representa um alto valor de mercado para a atividade turística nesse geossistema, atividade esta que explodiu ainda mais nas décadas de 1970 e 1980.

Todo esse processo de litoralização do Ceará também gerou a deslitoralização, uma vez que os nativos foram, e ainda são, cada vez mais, “expulsos” dos seus territórios para dar lugar aos empreendimentos imobiliários, especialmente os turísticos, de cujo crescimento econômico repentino e excludente a população local não participa, uma vez que eles exigem mão-de-obra qualificada e o que há nesses locais é uma acentuada falta de qualificação profissional, e, sobretudo, um grande número de pessoas com pouco estudo ou mesmo analfabeto.

Esses empreendimentos no litoral resultam por “expulsar” desse espaço todos aqueles que se negam a serem empregados. O próprio pescador,

figura marcante do litoral do Ceará e verdadeiro dono desse chão, muitas vezes incomoda aqueles que agora se acham donos da zona costeira, o que resulta em brigas legais que se estendem durante anos, enquanto estes pescadores ficam impossibilitados de exercer sua atividade tradicional, como é o caso de alguns loteamentos que são estabelecidos nas faixas de praia, dunas ou falésias, dificultando, ou mesmo impossibilitando, o acesso das pessoas à praia.

Entretanto, a [Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988](#) que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) e o Decreto Federal 5.300 de 07 de dezembro de 2004 que regulamenta esta lei, parecem não estar sendo cumpridos. No artigo 10 do PNGC e no artigo 21 desse decreto está explicitado que “as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse de segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica”. No decreto estabelece-se que:

o poder público municipal em conjunto com o órgão ambiental assegurará acesso à praia e ao mar, ressalvadas as áreas de segurança nacional ou áreas protegidas por legislação específica, considerando os seguintes critérios: nas áreas a serem loteadas, o projeto do loteamento identificará os locais de acesso à praia, conforme competências dispostas nos instrumentos normativos estaduais ou municipais; nas áreas já ocupadas por loteamentos à beira mar, sem acesso à praia, o Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental, definirá as áreas de servidão de passagem, responsabilizando-se por sua implantação, no prazo máximo de dois anos, contados a partir da publicação deste Decreto; e nos imóveis rurais, condomínios e quaisquer outros empreendimentos à beira-mar, o proprietário será notificado pelo Poder Público Municipal, para prover os acessos à praia, com prazo determinado, segundo condições estabelecidas em conjunto com o órgão ambiental.

Portanto, o acesso às praias e ao mar está assegurado na Lei, mas a impunidade, no seu cumprimento, desrespeita a cultura e os modos de vida locais e a liberdade de desfrutar da natureza para os demais usuários da praia.

O uso e a ocupação do espaço litorâneo envolve a compreensão da chamada litoralização, territorialização, desterritorialização e reterritorialização da zona costeira. E implica que se leve em conta a fragilidade e vulnerabilidade deste ambiente específico pois, quando se privilegiam os interesses do capital, do lucro,

ocorrem conflitos com os usos das comunidades e com a convivência harmônica e equilibrada com a natureza. Por isso, qualquer tipo de obra planejada para a zona costeira deve considerar os interesses da população local e as condições naturais do ambiente que, articulados aos demais interesses, devem objetivar o bem-comum e a sustentabilidade.

A litoralização significa a descoberta e a produção do litoral e, quando se avalia esse processo nos espaços costeiros não se deve esquecer de estudar os aspectos da complexidade ambiental desses locais e também analisar os problemas sócio-ambientais resultantes desse uso e ocupação. É importante considerar que o litoral é um ambiente que está constantemente sendo retrabalhado pela ação marinha, eólica e fluvial. Quando o homem interfere nessa dinâmica o ambiente torna-se mais sensível, ocorrendo, muitas vezes, impactos erosivos ou acumulativos dependendo da intensidade da interferência. Os impactos podem afetar tanto o meio natural como as áreas urbanizadas, prejudicando o próprio homem.

Para Moraes (2000), a planície litorânea apresenta grande estoque de depósitos sedimentares modelados pela ação eólica que origina campo de dunas móveis e fixas, faixas de praia e, por vezes, planícies lacustres bordejando lagoas e lagunas. No entanto, da mesma forma que é um ambiente altamente vulnerável à ocupação, é espaço de grande potencialidade para o turismo.

A planície litorânea é constituída, basicamente, por sedimentação do Holoceno, representada pelos sedimentos quaternários formadores das planícies costeiras, ou mesmo sedimentações do Pré-Cambriano na forma de promontórios que atuam significativamente nos processos costeiros da sua região de ocorrência. Estes últimos são sedimentos do pré-cambriano que podem também ser encontrados como blocos isolados na faixa praial, onde sua exposição é verificada nos baixios das marés e nos períodos de inverno, quando ocorre a exumação dos mesmos devido ao emagrecimento da praia. Podemos encontrar, em algumas praias, a presença de Beach Rocks que são rochas de praias formadas de arenitos e, na faixa de praia, as chamadas plataformas de abrasão que são derivadas da erosão marinha em falésias. Para Bertrand (1972), esse

geossistema Planície Litorânea é composto de unidades menores chamadas de geofáceis e geótopos. As geofáceis, identificadas nesse estudo, são a faixa de praia, os campos de dunas, os terraços marinhos e as planícies flúvio-marinhas. Além desse geossistema a área estudada apresenta as Planícies Lacustre e Fluvial.

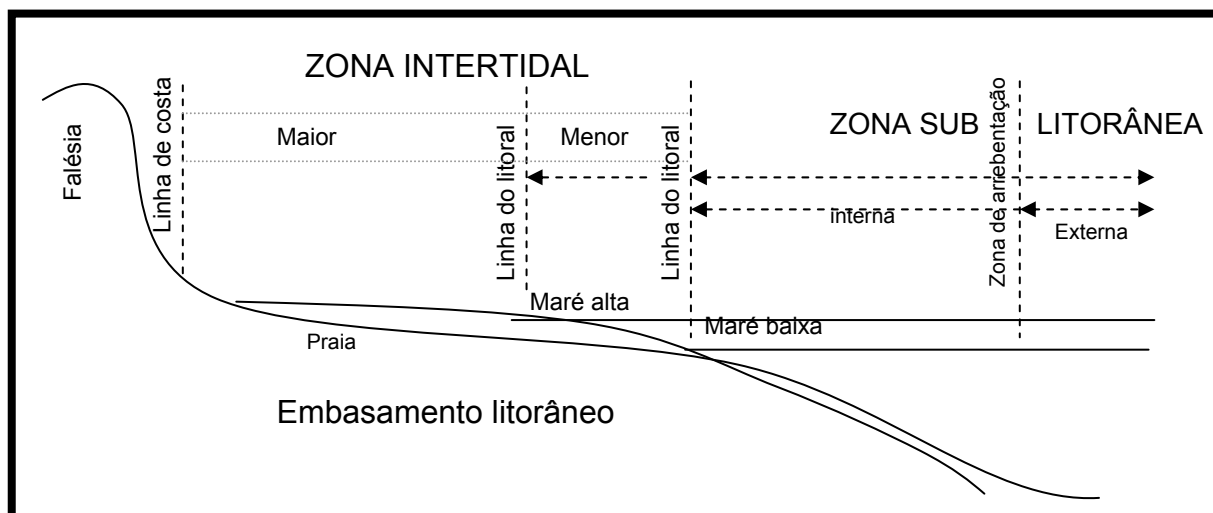
A faixa de praia, representada na Figura 01, está dividida em **zona intertidal** e zona sub-litorânea. A primeira, localiza-se entre o nível normal da maré baixa e o da ação das ondas nas marés altas, está subdividida em zona intertidal maior e menor. A primeira zona, conhecida como pós-praia, estende-se acima do nível normal da maré alta, inundando-se durante as marés altas excepcionais ou pela ação de grandes ondas de tempestade. Na faixa territorial encontra-se a presença de bermas - pequenas elevações de areias com suave inclinação para o mar. A Segunda zona, chamada de estirâncio, corresponde à área emersa durante a maré baixa e submersa durante a maré alta. Já a zona **sub-litorânea** se subdivide em interna e externa. A primeira estende-se da linha do litoral até onde ocorre a arrebentação de ondas e a segunda, também conhecida como ante-praia (shoreface), da linha de arrebentação em direção às águas mais profundas. A Linha do litoral é a linha que demarca o contato terra/mar, variando com o movimento das marés na zona intertidal.

A faixa praial é a área onde atuam, de forma mais intensa, os elementos da dinâmica costeira, quais sejam: a força das ondas, correntes litorâneas, fluxo e refluxo das marés e ventos atuantes, dentre os quais se destaca a constante das marés e suas variações de intensidades, cuja atuação determina as principais feições existentes. O trabalho das marés e das ondas é responsável pela formação de depósitos alongados por toda a linha de costa desde a linha de maré baixa até as faixas de influência das marés de Sizígia⁴. Como também é responsável pela presença, em algumas faixas de praia, das

⁴ “Marés cujas amplitudes correspondem aos valores mais altos e mais baixos em relação ao nível médio do mar local, que se produzem, respectivamente, durante a lua cheia e a lua nova”. (Suguio, 1992, p.86).

chamadas plataformas de abrasão que são resultantes da erosão marinha em falésias, o que ocorre diariamente.

Figura 01 - Perfil litorâneo



Fonte: Elaborado a partir de CHRISTOFOLETTI (1979)

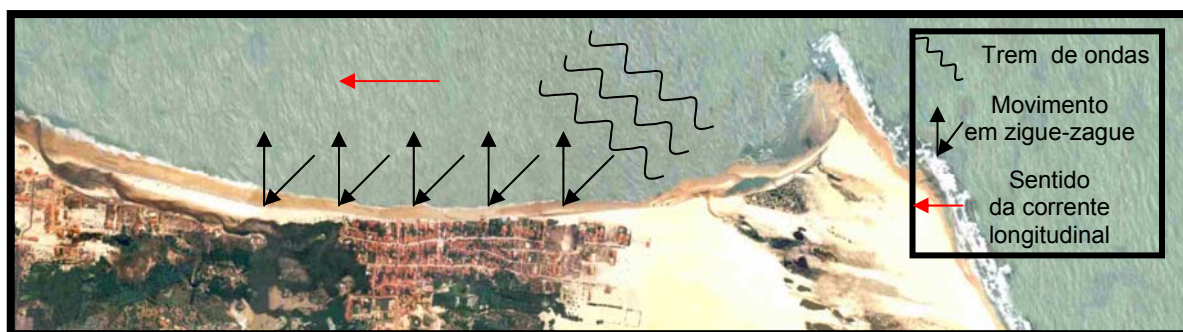
Quanto ao uso e ocupação deste ambiente pode-se encontrar um grande número de residências sobre a região de pós-praia, causando a barragem dos sedimentos que migram naturalmente ao longo da faixa de praia por ação dos ventos que são a principal força formadora das ondas nas superfícies dos mares e oceanos. Quanto maior a velocidade do vento e a extensão de sua atuação em determinada área (fetch ou pista), maiores serão as ondas resultantes que chegarão na praia com grande energia, carreando consigo grande quantidade de sedimentos e, muitas vezes chegando a atingir barracas, casebres e casas existentes na faixa de praia.

Além das ondas, as marés e as correntes são elementos da dinâmica natural dos ambientes costeiros e são bastante atuantes na faixa de praia, modificando sazonalmente o perfil e movimentando os sedimentos ao longo das praias. A maré é um tipo de onda que é resultante da atuação de diversas forças, sendo a mais importante a atração dos astros sol e lua sobre a terra. Elas são formadas pelo empuxo proveniente da força gravitacional do sistema terra-lua e do sistema terra-sol. A lua, embora menor que o sol, exerce maior influência

sobre a terra devido a sua proximidade. Todos os dias ocorrem duas marés baixas e duas altas.

Já as correntes, induzidas pelas ondas e de grande importância no transporte de sedimentos ao longo das praias, são classificadas em corrente longitudinal e corrente de ressaca ou retorno. A longitudinal, como mostra a Figura 02, é formada quando a onda quebra a um certo ângulo em relação a linha de praia, dando-se o movimento de areia paralelo à costa. As ondas, ao quebrarem e atingirem a faixa de praia, estabelecem o espraio oblíquo e, em seguida, o refluxo na direção do mergulho na face de praia, formando uma trajetória do sedimento em zigue-zague.

Figura 02 – Corrente longitudinal

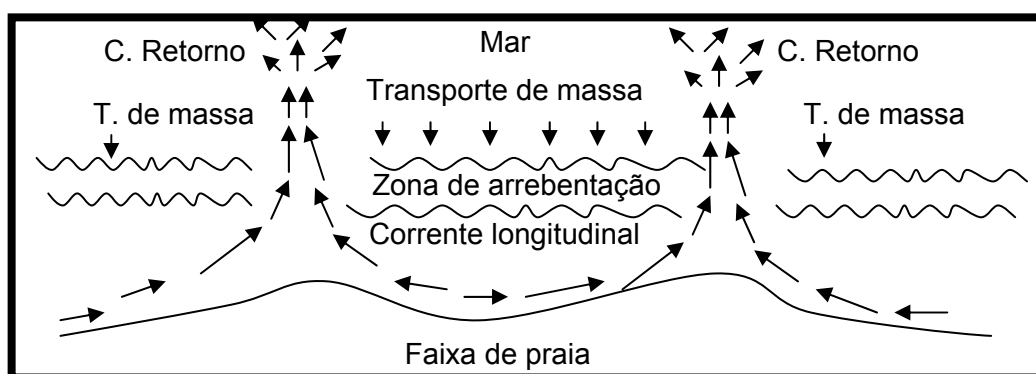


Fonte: Elaborado a partir de Muehe (2001)

Para Muehe (2001), esse transporte longitudinal, também conhecido como deriva litorânea, leva à modificação do perfil da praia, com erosão de uma das extremidades do arco praial e acumulação na outra. Mas essa erosão e acumulação também ocorrem em decorrência de tempestades ou de bom tempo. Após uma tempestade, também conhecida como ressaca, onde a altura da onda tende a ser maior, observa-se uma elevada retirada de areia do perfil da praia que, ao ser depositada ao largo do arco praial, forma bancos arenosos e depois, sob condições de ondas mais baixas, tendem a retornar à praia estabelecendo um perfil mais suave novamente. Esse mesmo processo ocorre no período de inverno e verão, respectivamente, por isso tais perfis são chamados de perfis sazonais.

Já a corrente de retorno, representada na Figura 03, é resultante do represamento da água nos bancos e calhas da praia, pela ação dos ventos e das ondas: permite o retorno da água trazida em direção à praia pelas ondas, que se espalham em forma de leque logo após a zona de arrebentação e seguem o caminho percorrido pelas águas nos pontos em que as ondas são mais baixas. Esse tipo de corrente é muito perigoso para os banhistas, principalmente nos períodos de ressaca, onde as ondas são maiores e essa corrente possui maior energia.

Figura 03 – Corrente de retorno



Fonte: Elaborado a partir de Muehe (2001)

A feição morfológica chamada de Berma, localizada na pós-praia, fica entre as dunas e o estirâncio, ou seja, é uma feição que dificilmente é banhada pelas águas das ondas, apenas nas marés excepcionais como a de Sizígia. É na Berma onde estão localizadas muitas residências e barracas prejudicando, desta forma, a dinamicidade dessa feição quando em contato com o vento e as ondas.

Portanto, quando da construção de qualquer obra costeira, como quebra-mar e espigões, por exemplo, devem ser realizados estudos para saber da viabilidade ambiental dessas construções, uma vez que elas tendem a barrar o fluxo natural desses sedimentos, causando erosão à jusante e retenção de sedimentos à montante do obstáculo.

Logo após a pós-praia, pode ocorrer o campo de dunas que se constituem em depósitos de areias de origem marinha e continental. A maior parte de sua composição é de origem continental: areias trazidas do continente à praia pelos cursos fluviais e depois retrabalhadas pela ação das ondas e dos ventos. No Ceará, o que melhor identifica a planície litorânea são os extensos cordões de dunas que refletem a ação predominante da dinâmica eólica (Souza, 2000).

A classificação dos depósitos eólicos na zona costeira do Ceará foi discutida por autores como Meireles (1991), Maia & Morais (1993), Carvalho et al. (1993 e 1994). Alguns deles consideraram a existência de apenas duas gerações de dunas, outros levaram em conta três, enfocando a sobreposição entre elas, a velocidade de deslocamento e os aspectos relacionados com as oscilações climáticas. (Morais, 2000).

Diz Morais (2000) que, no Ceará, de um modo geral, há a presença de três gerações de dunas. Segundo ele a primeira geração é mais antiga, apresenta-se na forma de dunas parabólicas e do tipo *hair pin*. São geralmente ocupadas por atividades humanas. São as paleodunas e que apresentam superfície ondulada e com bastante cobertura vegetal. A segunda geração apresenta-se na forma de lençóis, com extensos campos vegetados e são moldados na forma de dunas parabólicas. Esta geração é a que alcança maior altitude, atingindo mais de 100 m. São formadas de areias distróficas com presença de fragmentos carbonáticos de origem orgânica marinha, mas em menor frequência do que as dunas da primeira geração. A terceira geração corresponde ao campo de dunas móveis ou atuais. Essas dunas estão presentes na forma de extensos cordões e campos de barcanas. Em algumas pequenas porções, mais próximas à praia, ocorre a presença de gramíneas e pequenos arbustos. Apresenta areias médias e, mais raramente, areias finas que se deslocam assoreando leito de rios, riachos e lagoas. Sobre esse ambiente, ao longo dos anos, foram sendo edificadas residências de veraneio ocasionando o barramento e conseqüentemente a queda na “alimentação” sedimentar das praias à jusante, levando a um processo erosivo e prejuízos econômicos e sociais para os que ali habitam.

Uma outra feição presente na planície litorânea é a dos terraços marinhos holocênicos que são antigas linhas de praia compostas de arenitos ou eolianitos. Esses arenitos são interpretados como testemunhos de oscilações do nível do mar nos últimos 5000 anos.

Na planície litorânea também encontramos a planície flúvio-marinha, que compreende uma faixa de terra perpendicular à linha de costa, com influência marinha e fluvial. Rica em matéria orgânica possui solos lodosos, negros, profundos, parciais ou predominantemente submersos. Apresenta a vegetação de mangue até onde vão os efeitos da salinidade. Esse ambiente encontra-se bastante degradado, haja vista ser alvo da extração vegetal e mineral, da atividade de carcinicultura, de aterros, salinas, e da grande poluição por esgotos residenciais.

A classe de solos predominante na planície litorânea é a dos neossolos, que são solos profundos de textura arenosa com cores claras, esbranquiçadas, de alta permeabilidade, fertilidade de baixa a muito baixa e grau de acidez elevado. Dentro deste tipo de solo temos os neossolos quartzarênicos (areias quartzosas) que apresentam textura de areia, areia franca, areia grossa ou areia fina. (EMBRAPA, 1999). Estes solos são pouco desenvolvidos não sendo propícios ao desenvolvimento de atividades relacionadas à agricultura.

As Planícies Fluviais também estão presentes na zona costeira. Os rios são responsáveis pelo transporte de materiais terrígenos até às praias e plataforma continental, transporte no qual interferem tanto os regimes pluviométricos como a ação do homem pela construção de barragens no continente. Estas, por sua vez, prejudicam o percurso natural do rio, intensificando o processo de impactos ambientais que tem início no local da obra e se estende até a praia. Além disso, as populações ribeirinhas e as atividades econômicas, como a carcinicultura, desenvolvidas ao longo do percurso de rios causam a poluição desses mananciais resultando em sérios danos ambientais. Esse geossistema está representado pelos neossolos flúvicos que são derivados

de sedimentos aluviais que se encontram constituídos de camadas estratificadas sem relação pedogenética entre si. (EMBRAPA, 1999).

O barramento de curso d'água é um fato causador da obstrução no suprimento de sedimentos, provocando emagrecimento de praias e conseqüente erosão. No entanto, a construção dos açudes é inevitável para suprir a demanda de água potável no interior. (Moraes, 2000, p.174).

As Planícies Lacustres estão representadas pelas lagoas costeiras que são bastante presentes em todo o litoral do Ceará. A maioria dessas lagoas são formadas pela ação migratória das dunas sobre córregos, riachos, rios e cursos d'água em geral. E as dunas, por serem áreas de recarga em potencial, passam a alimentar as lagoas depois de estabelecidas (Moraes, 2000).

As lagoas costeiras [...] estão sujeitas a degradação pelo uso desordenado das áreas circunvizinhas e que por isso poderão provocar o assoreamento e comprometer seus sistemas hidrológico e hidroquímico e as atividades econômicas que dependem de seus recursos naturais. Além disso, a elas chegam os esgotos dos aglomerados residenciais (favelas) que se instalam nas circunvizinhanças e os resíduos líquidos e sólidos de oficinas de automotores. (Moraes, 2000, p.176).

Além dos citados, outro fator que vem agravando os problemas ambientais das lagoas são as atividades de olaria com os materiais argilosos retirados do substrato, resultando na aceleração do processo erosivo no leito das mesmas.

O geossistema dos Glacis Pré-Litorâneos, representado pelos tabuleiros pré-litorâneos, é de origem terciário-quaternária, com feição tabuliforme, originada da deposição sedimentar resultante da degradação de rochas cristalinas. É constituído por sedimentos da Formação Barreira e penetram no continente cerca de 40 Km em média. Situado a retaguarda do campo de dunas, contactando com as depressões sertanejas, possui condições favoráveis à percolação de água e, por isso, têm drenagem interna excessiva. (Souza, 2000). Uma feição marcante nesse geossistema é o geofácio falésia. Nas praias do litoral do Ceará, há a grande presença de falésias vivas que, como vimos anteriormente, são constantemente retrabalhadas pelas ondas cujos sedimentos de solapamento são lançados na corrente de deriva litorânea e servem de alimentação sedimentar para as praias.

Este ambiente é composto pelos argissolos. Dentre os vários tipos que se destacam estão os argissolos vermelho-amarelo distróficos que apresentam boas condições de profundidade, possuem argila com atividade baixa e textura areno-argilosa, caracterizando um relevo plano a suave ondulado. (EMBRAPA, 1999). São solos bastante úmidos e muito utilizados pelo homem para o plantio de coqueiro, caju e mandioca. Nesse geossistema também há a plantação de milho e feijão mas, basicamente, para subsistência. Apresenta, ainda, ocupações residenciais, comerciais e industriais. Contudo, apesar da grande presença dessas culturas é importante enfatizar que a vegetação de tabuleiro ainda é possível ser encontrada, embora já bastante descaracterizada.

2.2 – Uso e ocupação da zona costeira e os impactos sócio-ambientais

A concentração populacional na zona costeira brasileira, hoje, equivale a um efetivo de mais de 80 milhões de habitantes (Boudou, 2001). Essa elevada e sempre crescente população tem sido responsável pela grande pressão sobre os ecossistemas costeiros e principalmente sobre aqueles localizados em regiões próximas aos grandes centros urbanos. Entretanto também é responsável por cerca de 70% do PIB nacional. (IBAMA, 2002, p.119).

Por causa deste contingente demográfico, inúmeras baías, estuários, lagoas e mares estão poluídos, resultando em sérios danos ambientais, econômicos, sociais e culturais, pois o comprometimento do ambiente costeiro causa prejuízos para a fauna e flora diminuindo, entre outras atividades, a pesca e o lucro provindo dela. Uma vez a pesca diminuída, o pescador busca outras atividades para o sustento da família, abandonando seus costumes, perdendo a sua identidade, num ciclo vicioso interminável.

O crescimento populacional é a principal forma de pressão que ocorre no ambiente marinho costeiro. A necessidade de terras para construção de casas e infra-estrutura, a dependência dos recursos naturais para alimentação da população e a necessidade de água doce são alguns dos problemas decorrentes do crescimento populacional especialmente nas

grandes cidades. Como a tendência atual é de aumento da população costeira, é esperado um aumento dos problemas associados ao aumento da população. A construção de casas em áreas de alta sensibilidade ambiental tais como dunas, mangues, estuários, etc., a falta de saneamento básico, junto com as atividades de agricultura e atividades urbanas, degradam os ambientes naturais através da poluição orgânica, deposição de sedimentos e deteriorização dos habitats naturais. (IBAMA, 2002, p.119).

Um dos grandes impactos na zona costeira é a erosão, que está associada a um fenômeno essencialmente natural – a transgressão marinha, ou seja, a subida do nível do mar. No entanto, a intervenção humana não sustentável, através da ocupação de dunas, de faixa de praia, de planície flúvio-marinha, além dos desmatamentos, de barragens nos rios etc., tem intensificado e acelerado esse processo, contribuindo para o aumento da erosão costeira. Outro rastro da intervenção do homem na zona costeira é ocasionado pelos esgotos domésticos que atingem diretamente a vida marinha e aos que vivem no litoral. É o que nos mostram os dados do IBAMA (2002, P.119):

O esgoto (industrial e doméstico) constitui uma das grandes ameaças para a vida marinha e para quem vive no litoral porque age como um fertilizante. O esgoto leva para o mar grande quantidade de matéria orgânica (nutrientes), que acaba contribuindo para a explosão do fitoplâncton. A vida microscópica cresce de forma desordenada, prejudicando outros organismos marinhos que ficam sem espaço, sem oxigênio e sem nutrientes... A poluição pode atingir drástica e rapidamente o ambiente marinho, com morte instantânea do plancton, ou ainda pela bioacumulação, que é o fenômeno através do qual os organismos vivos acabam retendo dentro de si algumas substâncias tóxicas que vão se acumulando também nos demais seres da cadeia alimentar até chegar ao homem, sendo um processo lento de intoxicação e muitas vezes letal.

De acordo com o IBAMA (2002, p.122), os dados da Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA) mostram que, cerca de 80% dos esgotos do Brasil não recebem nenhum tipo de tratamento antes de serem despejados nos rios, lagoas, mananciais e mares. Este procedimento ocasiona a poluição e contaminação dos recursos hídricos, inclusive dos lençóis freáticos. Sendo assim, a água que vier a ser retirada dos poços pode estar contaminada, afetando diretamente a saúde da população consumidora.

A perspectiva de aumento populacional na zona costeira levanta reflexões a respeito das políticas públicas destinadas a essas áreas. A falta de uma gestão, de estratégias de manejo que levem em conta a redução de impactos sócio-ambientais

mostrando a necessidade, cada dia maior de uma gestão integrada das regiões litorâneas, na perspectiva da sustentabilidade.

De outra parte, além dos esgotos domésticos há também os industriais. Cinco dos nove maiores centros urbanos do Brasil localizam-se na zona costeira: Fortaleza, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém, sendo este último em região estuarina. Em todas essas cidades há portos na zona costeira que atraem diversas indústrias em seu entorno, muitas das quais lançam seus esgotos nos estuários, rios e mares, poluindo e contaminando a fauna local, causando prejuízos irreparáveis para o meio ambiente.

No Nordeste do país, a presença de usinas produtoras de álcool na zona costeira tem sido uma preocupação a mais para os habitantes do litoral e demais pessoas responsáveis pela gestão desses lugares: mangues têm sido degradados pelo despejo de vinhoto, causador, dentre outros prejuízos, da mortandade de peixes e crustáceos. (IBAMA, 2002, p.131). Registram também a exploração, o transporte e o armazenamento do petróleo na zona costeira do Brasil como outro grande causador de pressões sobre o ambiente costeiro marinho.

O fim do monopólio da Petrobrás para exploração possibilitou um aumento sem precedente nas áreas exploradas, promovendo um verdadeiro leilão do litoral brasileiro. Contudo, esta exploração possui um custo ambiental que não tem sido avaliado adequadamente pelos órgãos ambientais. Por exemplo, não se conhecem, em profundidade, o efeito da atividade sísmica nos recursos pesqueiros e as suas conseqüências para os ecossistemas marinhos. Do ponto de vista ambiental, não é a atividade de levantamento sísmico, exploração e extração a fase mais preocupante da atividade petrolífera. Na verdade os problemas ambientais a ela relacionados estão mais freqüentemente ligados ao transporte, armazenamento, refino e consumo de derivados. [...] a verdade é que a lógica do lucro imediato tem conduzido a um comportamento irresponsável por parte de numerosas empresas e armadores do setor. (IBAMA, 2002., p.126 - 127).

Acrescente-se a isso o fato de que a maioria dos portos brasileiros não possui uma estrutura de gestão ambiental adequada no que se refere ao controle dos resíduos, aos planos de contingência para acidentes e também no tocante aos projetos de expansão e modernização portuária. É importante enfatizarmos ainda que nas regiões portuárias, grande quantidade de espécies exóticas tem sido introduzida nos mares do Brasil, via água de lastro, casco de navios ou plataforma

petrolífera. Essas espécies causam danos aos ambientes marinhos com a diminuição da biodiversidade local, afetando diretamente as atividades pesqueiras e de maricultura, resultando prejuízos ecológicos e econômicos imensuráveis.

Um outro uso da zona costeira está relacionado à atividade da carcinicultura que oferece o risco de não ser sustentável devido ao grande impacto que produz durante a implantação e funcionamento dos projetos. A crescente utilização dos rios e mangues, para a atividade de aquicultura tem sido feita, em muitos casos, de forma degradadora, sem a devida preocupação de não poluir esse ecossistema.

Nesse contexto, nunca é demais lembrar que o rápido crescimento da carcinicultura marinha nos últimos anos vem sendo alvo de críticas por parte de segmentos representativos da sociedade devido à destruição de manguezais, poluição da água, salinização da água doce e outros impactos ambientais. Esses impactos ambientais são inegáveis e resultam principalmente do mau planejamento e da má gestão de alguns produtores e das instituições governamentais envolvidas, mais do que propriamente de uma consequência natural dessa atividade. Como acontece em outros países, se conduzida apropriadamente, a carcinicultura não é prejudicial ao meio ambiente (Queiroz & Kitamura, 2001 *apud* IBAMA, 2002, p.147).

Uma outra fonte poluidora das águas dos rios e também dos estuários são as atividades agrícolas que utilizam agrotóxicos sem a devida orientação quanto à quantidade a ser aplicada, a forma como deve ser feito o manuseio e o destino final dos recipientes vazios.

A pesca, a atividade de maior destaque nas pequenas comunidades litorâneas também passou a sofrer os efeitos das novas ocupações da zona costeira, uma vez que a pesca artesanal perdeu lugar para a indústria pesqueira moderna no final da década de 1960. A pesca artesanal sobrevive sendo fonte de renda e emprego. “Essas empresas pesqueiras capturam alguns produtos nobres como o camarão, a lagosta e algumas espécies de peixes”. Como elas possuíam um grande incentivo fiscal necessitavam de retorno rápido o que gerou a devastação dos recursos pesqueiros em algumas regiões do País. (Diegues, 2004, p.131). Essas empresas modernas, com seus grandes barcos, a partir daí passaram a entrar em conflito com os pescadores artesanais e seu sistema de manejo tradicional e da

grande devastação dos recursos pesqueiros. O resultado foi que alguns pescadores abandonaram a profissão.

É relevante destacar o lado de conflito e de competição entre a pesca artesanal e industrial. Nesses casos, historicamente, o Estado posiciona-se, face ao conflito, de maneira claramente favorável aos empresários capitalistas, seja se omitindo de uma clara luta entre dois segmentos diferentes e antagônicos, seja colocando as prioridades econômicas acima dos conflitos de classe, reforçando a dominação dos empresários sobre os pequenos produtores. O Estado, através de estratégias induzidas, provocou um aumento de capitais, ao investir maciçamente nas grandes empresas. Ignorou, ainda, a riqueza e complexidade de formas organizativas endógenas da pequena produção. Tomou como requisito dual – antigo versus moderno – como esferas independentes de atividades e considerou o pequeno pescador como indivíduo reacionário, inculto e predador, incapaz de assimilar os padrões tecnológicos aspirados pelo Estado e a burguesia industrial (Loreiro, 1985).

Vale destacar ainda que a figura do atravessador é algo marcante nessas comunidades e acaba por prejudicar o bom funcionamento e o lucro para os pescadores locais, com a pesca artesanal.

O processo de comercialização da produção da pesca artesanal é dominado por uma rede de intermediação. Esta vai do atravessador individual, geralmente alguém da comunidade que se especializou na compra e venda do pescado, até os representantes de empresa que compram e financiam a produção. Como o excedente dessa comercialização é reduzido e irregular, torna-se difícil a acumulação de capital interno à atividade. Assim observa-se uma dependência dos produtores a essa fonte de financiamento, seja no adiantamento em espécie, na abertura de crédito nos pontos de abastecimento de rancho, gelo e óleo combustível, seja nas casas de materiais de pesca (Diegues, 1983 *apud* IBAMA, 2002, p.140).

Mas, mesmo diante desses dados é importante enfatizarmos que a pesca artesanal continua exercendo um papel importante no cenário nacional, pois de acordo com o IBAMA “quase a totalidade da pesca extrativa continental é de pequena escala ou artesanal, pode-se inferir que, ainda nos dias de hoje, essa pesca é responsável por cerca de 60% de toda a produção extrativa nacional”. (IBAMA, 2002, p.143).

Aliada à pesca industrial, nas zonas costeiras do Brasil deu-se também a crescente expansão da atividade turística e de especulação imobiliária. Principalmente a partir da década de 1970, o número de turistas que se destinam às regiões litorâneas tem aumentado e a instalação de complexos hoteleiros, pousadas

e demais infra-estruturas voltadas para essa atividade tem ocasionado problemas não só ambientais como também sociais. Sobre este ponto, Diegues (2004, p.131) comenta que “os pequenos produtores costeiros foram alijados de seus territórios tradicionais, expulsos de suas praias para dar lugar a complexos turísticos hoteleiros”.

E ainda, segundo informações do IBAMA (2002, p. 125), “o turismo desordenado vem descaracterizando a faixa litorânea com o bloqueio do acesso público ao litoral, quer pela implantação de condomínios e de grandes empreendimentos hoteleiros, quer pelas praias particulares e loteamentos mal planejados”.

Além do fato de essa expansão vir ocorrendo de forma desordenada e às expensas da incorporação de áreas de grande relevância ambiental (dunas, mangues, etc.), ela também transfere para espaços novos, parte dos vetores de comprometimento ambiental típicos das grandes aglomerações, tais como: contaminação das águas subterrâneas, superficiais e das praias, remoção da cobertura vegetal e de solos, interferência na dinâmica de carreação de sedimentos marinhos. Dentre todos os vetores de ocupação esse é o que mais ameaça, atualmente, a integridade dos ecossistemas ainda bem preservados. (IBAMA, 2002, p.125).

Com o turismo, é importante salientar, muitos pescadores foram sendo “expulsos” do seu território e acabaram abandonando a profissão por ter-se tornado inviável, dada a distância de sua moradia, do mar. Em outras palavras, essa nova forma de ocupação do litoral, ou mesmo essa nova territorialidade⁵, em ascensão na zona costeira, gerou desterritorialização daqueles que nasceram e construíram suas vidas ali. Essa desterritorialização faz as pessoas se desenraizarem e procurarem novos territórios para reconstruir suas vidas.

Com essas formas de uso e ocupação, caracterizadas pela grande degradação do meio ambiente, sentiu-se a necessidade de instalação de áreas naturais protegidas com o intuito de conservar ou preservar o que ainda não havia sido destruído. No entanto, em muitas dessas áreas naturais protegidas (reservas ecológicas, parques), essa instalação se dá, muitas vezes, pela “expulsão” das

⁵ Territorialidade, desterritorialização, reterritorialização, serão discutidas no quinto capítulo quando estivermos falando dos desapropriados em decorrência do CIPP.

populações tradicionais de seus territórios, prejudicando o seu modo de vida e forçando sua migração para as favelas dos grandes centros urbanos.

Em muitos casos, a criação de áreas protegidas beneficia, de certa forma, os moradores tradicionais, tendo em vista o impedimento da especulação e construções imobiliárias, haja vista que, em não possuindo títulos da terra, essas comunidades tradicionais são desapropriadas pelos grandes proprietários de empresas e de grandes infra-estruturas turísticas, que antes, já se haviam apossado de parte das terras ancestrais. Algumas dessas desapropriações, contudo, não resultam apenas da criação de áreas de proteção e conservação ambiental: em Pecém, por exemplo, para a instalação do complexo industrial e portuário comunidades inteiras foram deslocadas de suas terras causando danos irreparáveis a essas pessoas.

2.3 – Gestão integrada e sustentabilidade

Nas últimas décadas, com a tomada de consciência dos problemas decorrentes da degradação ambiental, não só do litoral, mas de todos ambientes, acima de sua capacidade de suporte, surgem então os conceitos de Gestão Integrada e de Sustentabilidade. A natureza, tratada como mercadoria ou estoque infindável de recursos, sofreu danos irreparáveis, diante da busca desenfreada produzida pela ideologia capitalista por mais status social, fundamentado na quantificação de bens materiais adquiridos.

Desta maneira pode-se dizer que, atualmente, o ritmo de consumo levantou uma crise sem precedentes na história do homem, constituindo um cenário de escassez de recursos e degradação ambiental irreversível. As conseqüências deste estilo de desenvolvimento sobre o meio ambiente são inúmeras. Chuvas ácidas, inundações, redução do potencial hídrico do planeta, poluição dos rios e ar, redução da camada de ozônio que protege o planeta da radiação, aquecimento do clima, degelo, aparecimento de inúmeras doenças ocasionadas pela poluição, são alguns dos graves exemplos das conseqüências e

do nível de degradação da natureza em que o planeta se encontra. E, como consequências sócio-econômicas, temos o aumento da desigualdade social, a diminuição do número de postos de trabalho, a perda do poder de compra de alguns segmentos da classe média, entre outros. A educação tornou-se, para a sociedade, um comércio lucrativo e o acesso à saúde cada vez mais diferenciado. Entendeu-se que o modelo precisou ser mudado.

Nesse sentido torna-se urgente o debate pela luta por um desenvolvimento que esteja preocupado com o meio ambiente saudável, com justiça social e cidadania. Assim tem lugar a questão ambiental que até 1960 era pouco comentada e a partir de então passou a ser considerada como um problema global. Os danos e desastres ecológicos levantaram questões sobre a defesa ambiental. Esse pensamento tomou proporções planetárias quando, em 1971, o Clube de Roma, entidade que reunia cientistas de vários países, publicou o livro “Limites de Crescimento”, contendo os resultados dos estudos liderados pelo cientista Dennis Meadows que apontava que a humanidade no século XXI iria se defrontar com graves problemas, se não mudassem os padrões de produção e consumo. Em junho de 1972, em Estocolmo, a ONU promoveu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e discutiram os principais problemas ambientais do Planeta e suas relações com a ameaça de sobrevivência da vida humana.

Em 1983, constituiu-se a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) para estudar as questões relacionadas com o desenvolvimento da humanidade. Os resultados dos estudos desta comissão foram reunidos no Relatório “Nosso Futuro Comum” em que constava, pela primeira vez, o termo “desenvolvimento sustentável”, na tentativa de incorporar o conceito de sustentabilidade ao conceito de desenvolvimento. Desse modo, desenvolvimento sustentável foi conceituado como “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1988, p.49 *apud* Barbieri, 2003,

p.25). Apesar de aparentemente simples, este conceito carrega em si todas as dificuldades inerentes ao confronto da perspectiva capitalista, centrada no mercado e no lucro, com a perspectiva da solidariedade e da responsabilidade para com as gerações futuras. Nesse sentido, consiste um dos grandes desafios para implementar este conceito a definição de quais são as necessidades da atual geração e quais serão as necessidades das gerações futuras.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente veio à tona já na década de 1980 quando foi instituída a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) cujo objetivo era implementar, no País, “a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (artigo 4º), “considerando o meio ambiente como um patrimônio público” e “tendo em vista o uso coletivo” (artigo 2º). (Moraes, 1999, p. 146). No entanto, a preocupação com a zona costeira do país e seu estado de ocupação e degradação só veio se firmar mais tarde, em 1988 através da Constituição Federal, que, no parágrafo 4 do artigo 225, define a Zona Costeira como “patrimônio nacional” e especifica que sua utilização deve ser feita “na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”. (Moraes, 1999, p.142).

A idéia de uma análise do litoral de forma integrada surgiu no Brasil com a PNGC/GERCO e depois com a Agenda 21. O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) foi instituído no dia 16 de maio de 1988 através da Lei n.º 7.661 e regulamentado pelo Decreto Federal 5.300 de 7 de dezembro de 2004. O objetivo principal desse programa é “o estabelecimento de normas gerais visando à gestão ambiental da Zona Costeira do País, lançando as bases para a formulação de políticas, planos e programas estaduais e municipais”. (MMA, 2004). Esse programa visa, ainda, a promoção e o ordenamento dos recursos naturais e da ocupação dos espaços costeiros; o estabelecimento do processo de gestão das atividades socio-econômicas na Zona Costeira de forma integrada, descentralizada e participativa, de modo a contribuir para: a elevação da qualidade de vida de sua população, e proteção de seu patrimônio natural,

histórico, étnico e cultural; a busca da qualidade ambiental da Zona Costeira, identificando suas potencialidades, vulnerabilidades e tendências predominantes, como elemento essencial para o processo de gestão; a incorporação da dimensão ambiental nas políticas setoriais voltadas à gestão integrada dos ambientes costeiros e marinhos; e também visa ao efetivo controle sobre os agentes causadores de poluição ou degradação ambiental sob todas as formas que ameacem a qualidade de vida na Zona Costeira e a produção e difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento e aprimoramento das ações de Gerenciamento Costeiro (MMA, 2004). Moraes (1999, p.116) diz ainda que:

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro busca planejar e acompanhar o processo de ocupação da zona costeira, disciplinando os usos do solo com a definição de áreas de preservação, mas também com a indicação de áreas para uma exploração planejada (sustentável) dos recursos litorâneos [...], trata-se de um programa não apenas restritivo, mas também indutor.

Depois de 20 anos da Conferência de Estocolmo, o Rio de Janeiro reuniu, em 1992, líderes de 178 países na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) para discutir novamente a questão ambiental global, onde foi firmado um compromisso mundial para implementação de ações, visando alcançar um desenvolvimento em bases sustentáveis. Este compromisso, denominado Agenda 21, constituiu-se num documento contendo recomendações sobre as questões que impedem ou dificultam a promoção do desenvolvimento sustentável nas sociedades atuais, quer sejam ricas ou pobres.

No capítulo 08 da Agenda 21 há toda uma abordagem da necessidade de integração de fatores econômicos, sociais e ambientais e da garantia de maior participação do público no processo de tomada de decisão em todos os níveis do poder. Mostra que é preciso formular internamente políticas que reflitam uma perspectiva em longo prazo, levando em conta os vínculos existentes entre as diversas questões políticas, econômicas, sociais e ambientais envolvidas no processo de desenvolvimento⁶.

⁶ Disponível em: < <http://www.bdt.fat.org.br/publicacoes/politica/agenda21/cap8> > Acesso em: 13/07/2005

O capítulo 5 que trata da dinâmica demográfica e da sustentabilidade explicita a necessidade dos Governos locais e gerenciamento municipais de atentar para o crescimento demográfico nas cidades. Esse capítulo ressalta que “os fatores humanos devem ser adequadamente levados em consideração na formulação de políticas abrangentes para o desenvolvimento sustentável” e que deve ser estudado o impacto de tendências demográficas sobre os meios tradicionais de subsistência de grupos indígenas e comunidades locais, inclusive nas alterações do crescimento demográfico sobre o uso tradicional da terra. O Capítulo 26 também trata da necessidade de reconhecimento e respeito às populações indígenas e comunidades tradicionais, bem como da importância da participação dessas populações no desenvolvimento local⁷.

O capítulo 17 que trata da proteção dos oceanos e das zonas costeiras, demonstra preocupação quanto ao gerenciamento integrado e o desenvolvimento sustentável das regiões litorâneas. Nesse capítulo ressalta-se que a área costeira contém *habitats* diversos e produtivos, importantes para os estabelecimentos humanos, para o desenvolvimento e para a subsistência das populações locais. Esses *habitats* devem ser considerados e analisados na sua complexidade de inter-relações. Nele o “meio ambiente marinho [...] e as zonas costeiras adjacentes” são, de início, avaliados como “uma riqueza que oferece possibilidades para um desenvolvimento sustentável” mostrando, então, a necessidade de seu “gerenciamento integrado”. (Moraes, 1999, p. 157).

O capítulo 17 dessa agenda estabelece, entre outros objetivos, que os estados costeiros comprometam-se a praticar um gerenciamento integrado e sustentável das zonas costeiras e do meio ambiente marinho sob suas jurisdições nacionais. Para tanto, é necessário desenvolver um processo integrado de definição de políticas e tomada de decisões, com a inclusão de todos os setores envolvidos⁸ e identificar as utilizações atuais das zonas costeiras e as interações entre elas, bem como promover o desenvolvimento e a aplicação de métodos como a contabilidade

⁷ Disponível em: < <http://www.bdt.fat.org.br/publicacoes/politica/agenda21> > Acesso em: 13/07/2005

⁸ Os setores envolvidos deveria incluir todas as comunidades presentes na zona costeira, inclusive as populações indígenas (Cap. 26 da Agenda 21), representantes governamentais e de Organizações Não governamentais (ONG), cientistas e demais membros da sociedade civil que se interessassem.

dos recursos naturais e do meio ambiente nacional que reflita quaisquer alterações de valor decorrentes de utilizações de zonas costeiras e marinhas, inclusive processos como poluição, erosão marinha, perda de recursos naturais e destruição de *habitats*.

Ainda nesse capítulo é recomendada para a zona costeira, entre outras, as seguintes ações:

- A implementação de planos e programas integrados de gerenciamento e desenvolvimento sustentável das zonas costeiras;
- A preparação de perfis costeiros que identifiquem as áreas críticas, inclusive as regiões erodidas, os processos físicos, os padrões de desenvolvimento, os conflitos entre os usuários e as prioridades específicas em matéria de gerenciamento;
- A melhoria dos estabelecimentos humanos costeiros, especialmente no que diz respeito à habitação, água potável, tratamento e depósito de esgotos, resíduos sólidos e efluentes industriais e a integração dos programas setoriais relativos ao desenvolvimento sustentável de estabelecimentos humanos ligados a agricultura, turismo, pesca, portos e indústrias que utilizem ou se relacionem à área costeira.

No entanto, é importante enfatizar que a Agenda 21 “é uma proposta vinculada ao desenvolvimento vigente, fortalecendo o papel dos grupos principais que representam o “núcleo duro” do modelo sócio-econômico dominante, ou seja, a economia e o mercado, enquanto os setores sociais são chamados a participar apenas das questões relativas às áreas sociais e ambientais”. (Rattner, 2000). Alcançar os objetivos de sustentabilidade discutidos na Agenda 21, implicará na inclusão de todos os setores da sociedade no processo de planejamento, execução e atribuições de benefícios e responsabilidades.

No ano de 1996, a zona costeira brasileira foi incluída no planejamento estratégico do Governo Federal através do “Plano Plurianual” (PPA) e do programa “Brasil em Ação” que traziam, no seu interior, a idéia de sustentabilidade, mas cuja finalidade estava voltada para programas de saneamento e desenvolvimento urbano, visando o crescimento turístico e portuário. Os espaços costeiros são controlados pelo governo federal, sendo este o responsável pelos principais programas relacionados à gestão da zona costeira. Daí ser de sua responsabilidade a criação e a fiscalização de áreas de proteção, unidades de conservação, parques, reservas, estações ecológicas dentre outras, como também o estabelecimento dos bens de uso comum como as praias, rios, praças, ruas e salvaguarda de sua integridade.

No entanto, a União é um dos principais agentes indutores da ocupação dessas áreas, com as instalações de equipamentos públicos de médio impacto como os campos universitários, quartéis militares, hospitais federais. (Moraes, 1999, p.160). Como também é um dos agentes mais impactantes identificados na zona costeira, tendo em vista a instalação autoritária de algumas instituições como a Petrobrás ou mesmo a construção de portos e complexos industriais na zona costeira que prejudicam o meio, quer seja pela magnitude de sua intervenção na paisagem e pelo número de suas instalações no litoral, quer seja pelas operações de alto risco ambiental e conflitos sociais gerados.

Programas como o “Brasil em Ação” e o “Avança Brasil”, cujas premissas são a construção de grandes obras de infra-estrutura com grande visibilidade, havendo pouca preocupação com a qualidade de vida local ou regional. E ainda:

A concepção dos programas, embora incorpore a linguagem do desenvolvimento sustentável, está ancorada nos conceitos desenvolvimentistas próprios da Revolução Industrial: a transformação do mundo físico, por meio de impactos de grande escala, e a busca de uma produtividade material avaliada por meio de um viés de escala economicista e imediatista. Grandes obras, grandes cidades, futuro megalomaniaco, produção como fator de progresso voltada ao mercado externo. (Santos et al, 2003, p.39).

Destaca-se ainda o Guia Metodológico de Gestão Integrada da Zona Costeira da UNESCO, que trata da importância da cooperação entre usuários, cientistas e responsáveis pelas decisões no reconhecimento dos problemas da zona costeira e na busca por soluções. Neste documento, o litoral é considerado um “eco-sócio-sistema”, um espaço composto e complexo, onde ocorrem interações entre componentes físicos, biológicos e “antropogênicos”, cuja qualificação do litoral deve ser realizada de acordo com esses componentes e as respectivas interações entre eles.(UNESCO, 1997).

Nesse guia da UNESCO é destacada a importância da Gestão Integrada da Zona Costeira (GIZC), pois esta se tornou uma necessidade dada a crescente pressão sobre os ambientes litorâneos. (UNESCO, 1997). Logo, a Gestão Integrada da Zona Costeira é uma atividade de gerenciamento que busca, fundamentalmente, a construção de um modelo cooperativo entre os diversos níveis e setores do governo, e destes com a sociedade. A Gestão Integrada é:

Um processo dinâmico, contínuo e iterativo destinado a promover a gestão sustentável das zonas costeiras. [...] Procura equilibrar, a longo prazo, os benefícios do desenvolvimento econômico e das utilizações humanas da zona costeira; os benefícios que advêm da proteção, preservação e restauração das zonas costeiras; os benefícios da minimização da perda de vidas humanas e de bens; e os benefícios do acesso e usufruto públicos das zonas costeiras, sempre dentro dos limites estipulados pela dinâmica e capacidade de cargas naturais. (Comissão Européia, 1999, p.15).

A definição de gestão integrada como gestão sustentável foi destacada pela Comissão Européia:

A gestão sustentável das áreas costeiras visa atingir o máximo bem possível, a longo prazo, para a sociedade, abarcando preocupações ambientais, econômicas, sociais e culturais. Pretende promover a justiça social através de uma distribuição mais justa das oportunidades, quer entre a população atual quer entre as gerações atuais e as futuras. (Comissão Européia, 1999, p.15)

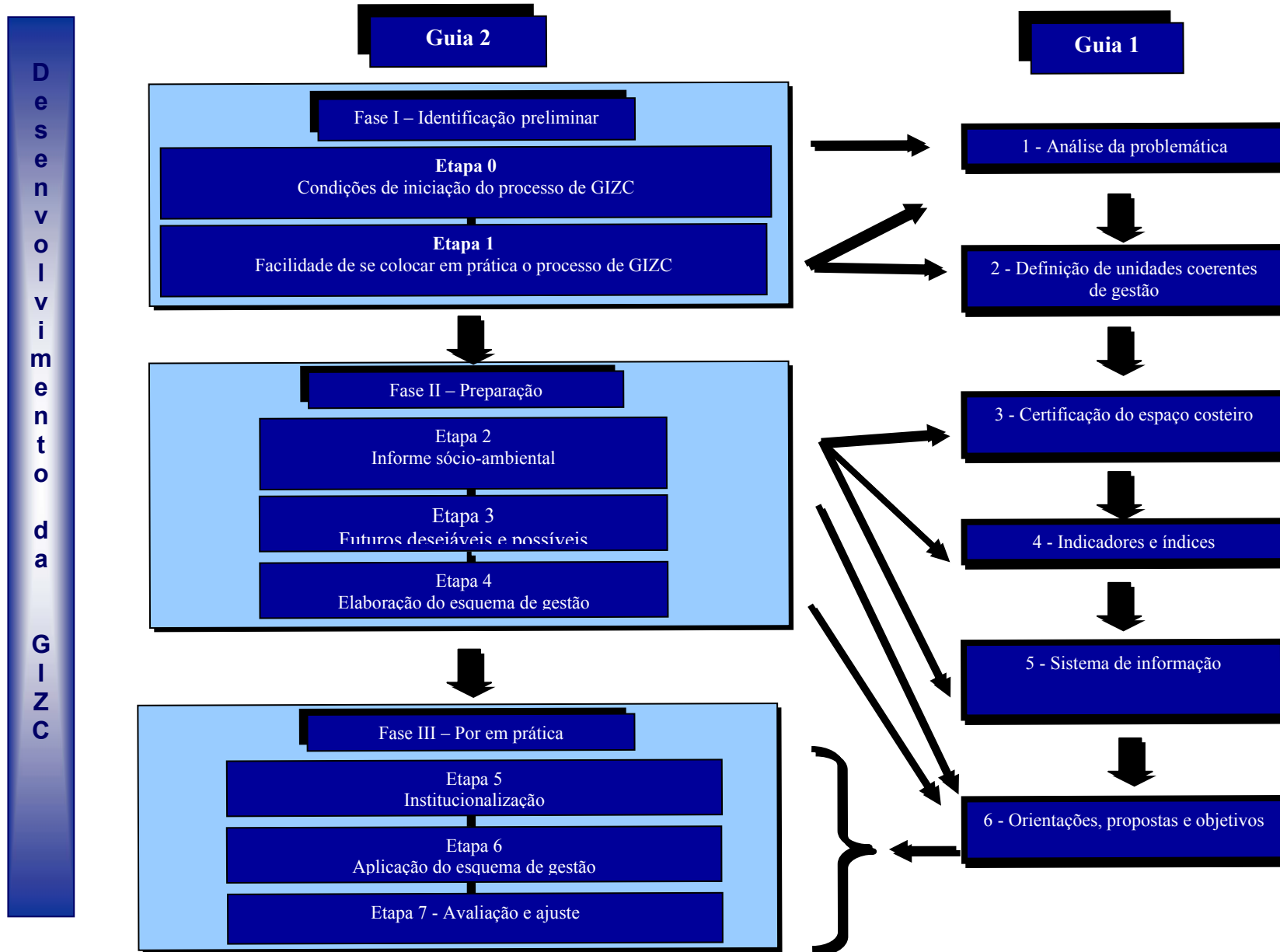
Sachs (1993, p.25-27 *apud Carrara et al*, 2003) falando sobre a sustentabilidade integrada diz que, para planejar o desenvolvimento para um país, região, estado ou município é necessário considerar, ao mesmo tempo, a

sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. A sustentabilidade social está fundamentada na idéia de uma sociedade voltada para o ser, e isso só seria possível com a construção de um outro tipo de desenvolvimento, mais voltado para o homem. A sustentabilidade econômica inclui a criação de mecanismos para um novo sistema produtivo, integrado e de base local, em que a eficiência econômica seja avaliada por “critérios macrossociais” e não apenas pela “lucratividade microempresarial”. No que se refere à sustentabilidade ecológica ela inclui questões relacionadas com a gestão integrada dos recursos naturais: manejo sustentável dos recursos, a preservação, a reciclagem, a reutilização de materiais para o combate ao desperdício e a conservação dos recursos finitos, de modo a desenvolver uma ética ambiental mais solidária com a natureza e com as gerações futuras. (Sachs, 1993 *apud* Carrara *et al*, 2003).

A sustentabilidade espacial está voltada para uma melhor distribuição territorial de “assentamentos humanos” e atividades econômicas que gerem rendas para as diversas áreas. “Consiste em ampliar o leque de opção econômica sem, no entanto, desajustar” a cultura de cada local. A sustentabilidade cultural inclui o desenvolvimento de projetos que contribuam para a preservação dos ecossistemas e da diversidade cultural local, capacitando a sociedade com base em valores tradicionais e éticos, criando condições para a expressão da arte local e para transferência das tradições às gerações futuras.

Daí porque o Guia Metodológico de Gestão Integrada da Zona Costeira destaca a importância de levar-se em conta, no processo de gestão integrada seis etapas importantes que estão representadas na figura 04.

Todos os elementos discutidos mostram que é preciso realizar estudos do litoral de maneira multidisciplinar e integrada, com a participação das comunidades envolvidas, dos estudiosos, dos políticos e demais interessados para que se chegue ao conhecimento integral e complexo da realidade local e desta forma se alcance um território mais sustentável.



3. A METODOLOGIA

Optou-se por uma análise qualitativa, juntamente com a metodologia da História Oral, pautada no conceito de complexidade de Edgard Morin. Essa análise permitiu uma visão mais complexa, mais completa, da apropriação do território local, inclusive identificando impactos no ambiente costeiro e na vida daqueles que habitam o lugar. Pois, segundo Gonçalves:

É preciso romper com o pensamento simplificador e excludente e afirmar a complexidade. Afinal, alguns só querem falar da rosa. Outros só destacam o espinho. É necessário que se elabore a visão que comporta tanto a rosa quanto o espinho: a visão da roseira. (2002, p.74)

3.1 – A Complexidade no estudo geográfico

O conceito de homem, entendido em sua complexidade como parte da natureza, fez-nos buscar inicialmente a Teoria Geral dos Sistemas. Essa teoria foi desenvolvida pioneiramente nos Estados Unidos, destacando-se os nomes de R. Defay, em 1929 e Bertalanffy a partir de 1932. Primeiramente foi aplicada à termodinâmica e à biologia, passando posteriormente a ser usada em várias outras áreas do conhecimento, inclusive na Geografia (Christofolletti, 1979).

Na Teoria Geral dos Sistemas, Bertalanffy defende a idéia de um *todo* organizado que dispõe de propriedades identificadas no nível das *partes*, mas que não existem nestas *partes* entendidas, isoladas deste *todo*. (Morin, 2002, p.281-2). Para Bertalanffy o todo é mais que as partes. E é exatamente esse reducionismo de ver apenas o *todo* que Morin questiona.

Afirma Morin (2002, p.258) que essa teoria é limitada e cai no reducionismo da simplificação, pois está baseada no campo holístico que é simplificador e parcial. A teoria sistêmica não dá conta da totalidade, pois esta não é o somatório das partes. Ela deveria considerar todas as realidades, inclusive a do homem.

Em decorrência da Teoria Sistêmica surge o geossistema como abordagem metodológica da geografia, proposta por V. Sotchava no início da década de 1960 e que passa a ser utilizada pelos geógrafos físicos, como também em vários outros ramos da ciência. (Mendonça, 2002, p.30 e 61). Tinha início assim a Teoria dos Geossistemas que valoriza a integração entre os componentes do meio físico e a intervenção do homem na dinâmica ambiental. No entanto, essa análise da ação antrópica sobre a natureza é outro equívoco, pois a visão crítica trabalha a relação sociedade x natureza, visto que a relação também é social e política e não puramente com a natureza.

Com o propósito de melhor compreensão das partes que fazem o todo, o geossistema foi classificado em unidades superiores e inferiores, de acordo com uma escala numérica proposta por Bertrand (1969). As unidades superiores correspondem à zona, ao domínio e à região natural. As unidades inferiores são o geossistema, o geofácia e o geótopo - partindo do maior para o menor. Em 1972 esse mesmo autor definiu o geossistema como um complexo dinâmico, ainda que num espaço-tempo curto, pequeno, e utilizou o termo paisagem para melhor definir o espaço a ser estudado. Segundo ele, paisagem é o resultado de uma combinação dinâmica e instável de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, agindo uns sobre os outros, fazem dessa paisagem um conjunto único e em constante evolução. Bertrand considera a dinamicidade e a evolução constante da paisagem tendo em vista a complexidade das interações que acontecem neste meio, mostrando que essas combinações são instáveis. Essa identificação das relações integradas dos elementos atuantes dentro de cada geossistema foi um grande avanço da geografia física, embora o método não possibilite a análise das contradições.

Bertrand (1972) afirma que no geossistema pode-se encontrar unidades fisionômicas homogêneas que se desenvolvem segundo um mesmo processo: são as geofácies. Estas representam unidades ambientais elementares com menor nível de diversidade, possuem uma estrutura dinâmica que demonstra os processos ecológicos e biológicos que operam no seu interior.

Soares (1997), citando Sotchava (1977), diz que “a principal concepção do geossistema é a idéia da conexão da natureza com a sociedade humana”. Para Sotchava essas conexões criam uma rede de organizações cujas malhas se estendem até as esferas econômicas e sociais. Os geossistemas são áreas naturais, mas seu estudo leva em consideração os fatores econômicos e sociais que influenciam sua estrutura e peculiaridades espaciais. Por este motivo, seus modelos refletem parâmetros econômicos e sociais das paisagens modificadas pelo homem.

Souza (2000) ajuda a explicar o assunto dizendo que o geossistema é formado por paisagens diferentes que possibilitam a identificação do estágio de evolução das paisagens. Ele comenta as especificidades das paisagens e sua importância na formação do *todo*, como também caracteriza o geossistema como um meio aberto a mudanças e evoluções. Para ele, a ação humana sobre os geossistemas afeta o equilíbrio ambiental e gera condições de instabilidade, dando início a danos ambientais.

Sendo assim, a dinamicidade de que fala Bertrand, nas combinações dos elementos citados, resulta numa evolução “perpétua” da paisagem que mostra a comunicação e o não isolamento entre as *partes*, fundamental na busca de entendimento do *todo*. Morin diria que tal dinamicidade faz parte de uma concepção dialógica cíclica entre ordem, desordem, interações, organização que levaria a uma nova ordem.



Quando se trata do litoral é importante considerar essa abordagem, pois todos os elementos naturais estão em constante dinâmica e inter-relação, uns com os outros, e sujeitos à ação do homem, haja vista que mais da metade da população mundial vive dentro dos 50 Km da costa (UNESCO, 1997). Portanto, a dinamicidade desse ambiente, de alta sensibilidade, pode sofrer modificações e prejuízos se a relação do homem com o mesmo não for sustentável.

A busca do melhor entendimento das *partes* que compõem o *todo* e suas inter-relações, ou seja, de um melhor entendimento do território estudado e das inter-relações, entre os aspectos físicos e sócio-econômicos foi respaldada a Teoria da Complexidade de Morin (2002). Esta teoria fundamentou o arcabouço teórico definido para esta pesquisa, uma vez que somente uma visão de totalidade, evitando a fragmentação do conhecimento, poderia dar conta da complexidade dos fatores atuantes no meio litorâneo do Pecém - aspectos naturais, sociais, culturais e econômicos.

Segundo Morin (2002, p.175), foi o físico e filósofo Gaston Bachelard quem primeiro destacou a idéia de complexidade para quem tal conceito era entendido “como um problema fundamental, já que [...] não há nada simples na natureza, só há o simplificado”. Morin argumenta que esta compreensão permaneceu marginalizada por muito tempo, indo aparecer novamente e de forma mais concreta na cibernética e na teoria dos sistemas constantes em Weaver que afirmou que o século XIX seria o da complexidade desorganizada e o XX seria o da complexidade organizada.

Mas, ainda assim, a complexidade continuou sendo invalidada como teoria e foi tida como algo irracional, uma ameaça ao sistema. No entanto, o entendimento da realidade de forma complexa e integral abre as portas da reflexão crítica e aprofundada sobre conceitos fechados e acaba por capturar a mudança em processo. Pois, segundo Morin (2003, p.32) “pressentimos a possibilidade de transformar os círculos viciosos em ciclos virtuosos, refletidos e geradores de um pensamento complexo”. E é justamente considerando a variável

da complexidade do fenômeno que a Teoria dos Sistemas pode vir a transformar-se em um ciclo virtuoso.

Embora surgida como “uma dificuldade, como incerteza e não como uma clareza e como resposta”, a complexidade no pensamento científico traz, no seu interior, um princípio de “incompletude” e de incerteza que inevitavelmente constituem o “sistema”. A teoria da complexidade foi construída a partir da crítica aos conceitos cibernéticos, sistêmicos, indo além dos mesmos.

Essa teoria aceita a irreducibilidade entre acaso e desordem. Leva em conta a transgressão, a complicação, a organização entre o todo e as partes, a crise dos conceitos fechados e claros (ou seja, a crise da clareza e da separação nas explicações), e também considera a volta do observador na sua observação. Na complexidade a ordem surge da desordem, ou uma contém a outra. Ordem, desordem, organização e desorganização são entendidas como categorias que se completam dialeticamente.

A ordem, a desordem, a potencialidade organizadora, devem ser pensadas juntas, ao mesmo tempo, em seus caracteres antagônicos bem conhecidos e seus caracteres complementares bem desconhecidos. Esses termos se remetem um ao outro e formam uma espécie de circuito em movimento. Para concebê-lo, é preciso muito mais do que uma revolução teórica. Trata-se de uma revolução de princípio e de método. A questão da cosmogênese é, portanto, ao mesmo tempo, a questão-chave da gênese do método. (Morin, 2003, p. 65)

Morin (2003, p.76) diz ainda que ordem, desordem e organização são produzidas simultânea e reciprocamente.

A interação torna-se assim uma noção intermediária entre desordem, ordem e organização. Isso significa que esses termos de desordem, ordem, organização são, de agora em diante, ligados via interações, em um circuito solidário, em que nenhum desses termos pode ser concebido além da referência aos outros e onde eles estão em relações complexas, ou seja, complementares, concorrentes e antagônicas. (*op. cit.* , p.73-74).

Para Morin (2002, p.175-6) o pensamento complexo luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Para este autor, somos seres, ao mesmo

tempo, físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais e, sendo assim, é preciso estabelecer a articulação, a identidade e a diferença entre todos estes aspectos para que tenhamos um conhecimento complexo e não mutilado.

Morin (2002, p.177) explica que a complexidade não quer dar todas as informações, sobre um fenômeno estudado mas sim respeitar suas diversas dimensões. Portanto, busca-se analisar os aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e físicos do distrito do Pecém pois eles existem e interagem uns com os outros. Estabelecem interligações. Logo, é insuficiente diagnosticar um ambiente considerando apenas um desses elementos de forma isolada, negando os demais.

A Teoria da Complexidade retoma a discussão entre o todo e as partes. A parte está no todo assim como o todo está na parte. Só posso conhecer o todo se conheço, especificamente, cada uma das partes que o constituem. No entanto, as partes só podem ser compreendidas se há o conhecimento do todo. Estão imbricados. Não se pode separar um do outro.

A partir deste ponto de vista, pode-se levantar a discussão sobre a intercomunicação entre homem e meio natural. O homem faz parte do meio assim como o meio faz parte dele, num tipo de simbiose que não deve ser vista de forma desarticulada. É preciso estudá-los, homem e meio natural, individualmente, e vê-los na sua singularidade para que se possa ter um conhecimento mais detalhado; no entanto não se pode esquecer de considerar o todo da relação entre eles.

Na complexidade, há que se levar em conta que o homem está inserido na sociedade e esta faz parte dele. A sociedade transforma o homem e este transforma a sociedade. Não se pode pensar um, isolado do outro. Neste momento, coloca-se em pauta o conceito de “termo dialógico” que Morin (2002, p.189) classifica como sendo duas lógicas, dois princípios “unidos sem que a dualidade se perca nessa unidade”, ou seja, o que para Morin constitui-se como “unidualidade”. Desta forma, também o homem passa a ser entendido como “um ser unidual, totalmente biológico e totalmente cultural, a um só tempo”. A complexidade é a junção de conceitos que lutam entre si.

O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para reestabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. (Morin, 2002, p.192)

Toda esta problematização coloca incertezas sobre as coisas e conceitos que eram, e ainda são tidos, como certos, organizados, perfeitos, indiscutíveis. Mostra que conceitos, tidos como distintos, se inter-relacionam e dependem um do outro. No dizer de Morin (2002, p.334):

O paradigma da complexidade não "produz" nem determina a inteligibilidade. Pode somente incitar a estratégia/inteligência do sujeito pesquisador a considerar a complexidade da questão estudada. Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade de toda entidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de homogeneizar em indistinta totalidade. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda realidade estudada.

Assim, ao considerarmos a complexidade analítica da realidade, estamos apenas utilizando o pensamento complexo para embasar teoricamente o entendimento do objeto estudado. E foi baseada nessa idéia de complexidade que definimos a metodologia da História Oral e o instrumento de Check-List para a coleta de dados. A primeira permite uma visão mais ampla dos acontecimentos, uma vez que é a própria população local que vai expor seus problemas, angústias e sonhos.

A História Oral está sustentada nas lembranças, nas memórias individuais que, somadas, evidenciam a memória coletiva, memória esta que Ecléa Bosi afirma ser coletiva porque vai depender do relacionamento do indivíduo "com a família, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo". (Bosi, 1983, p.17 *apud* Freitas, 2002, p.67). "Nessa perspectiva, lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo". (Ecléa Bosi *apud* Freitas, 2002, p.67).

Para Portelli (1997), a História Oral é a versão do passado, ou seja, a memória que, embora seja constantemente moldada de diversas formas pelo meio

social, a arte e a forma de lembrar não deixarão de ser profundamente pessoais, pois, em hipótese alguma as lembranças de duas pessoas são exatamente iguais. Ele nos diz ainda que:

A História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos – a menos que as diferenças entre eles sejam tão irreconciliáveis que talvez cheguem a rasgar todo o tecido. (Portelli, 1997)

A metodologia da História Oral permite a documentação de pontos de vistas diferenciados, entende como agentes históricos aqueles que não se fariam ouvir nos discursos oficiais, “privilegia, enfim, a voz dos indivíduos, não apenas dos grandes homens, como tem ocorrido, mas dando a palavra aos esquecidos ou ‘vencidos’ da História”. (Freitas, 2002, p.51). Esta abordagem permite, ainda, fazer da História uma atividade “a cargo das próprias comunidades, já que permite produzir história a partir das próprias palavras daqueles que vivenciaram e participaram de um determinado período...” (*op. cit.*, 2002, p.67).

No Brasil, ainda há um certo receio em considerar a oralidade como uma fonte de informação válida como são as fontes escritas. No entanto, é preciso considerar que todo documento escrito acaba sendo limitado e subjetivo e o documento gravado, assim como qualquer outro documento, está sujeito a diferentes leituras. Portanto, as duas fontes de informação devem ser valorizadas e reconhecidas como fontes diferenciadas mas que levam a um fim comum, o registro da História.

Além disso, para Freitas (2002, p.50), “a utilização da História Oral permite a produção de uma documentação diferenciada e alternativa da História” que associada ao uso de outras fontes de pesquisa, enriquece o conjunto das informações articuladas, além de validar ainda mais a argumentação desenvolvida. A autora discute ainda a utilização da oralidade como fonte de informação em diversas pesquisas, sem a devida referência à metodologia da História Oral:

Há também aqueles que, em suas dissertações, teses e ensaios, utilizam entrevistas como fonte de informação para preencher lacunas em suas pesquisas. Todavia, esses trabalhos não fazem nenhuma menção à História Oral e à vasta produção acerca dessa Metodologia disponível no país e, muito menos, indicam as metodologias de pesquisa utilizadas. (2002, p. 44)

Como uma maneira de complementar essa metodologia utilizou-se o instrumento de Check-list que permite a identificação dos impactos sócio-ambientais resultantes da grande participação humana na modificação do ambiente costeiro. Ele possibilita a identificação e a qualificação do impacto em positivo ou negativo. No entanto, este processo não constitui uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), pois, para isso, é necessária uma equipe multidisciplinar, uma vez que a AIA envolve várias áreas do conhecimento. O que se pretende, nesse estudo, é utilizar o instrumento do método - Check-list para identificar e qualificar, de forma subjetiva, (positivo ou negativo) as diferentes formas de uso e ocupação e seus respectivos impactos no território do distrito do Pecém. Mesmo não dispondo de uma equipe multidisciplinar, procuramos utilizar dados que possibilitassem uma visão mais ampla do distrito no que se refere aos aspectos sócio-econômicos e ambientais.

Para Bastos e Almeida (2000, p. 90), os impactos decorrentes da implantação e da operação de empreendimentos deverão ser relacionados e classificados como positivos ou negativos, conforme o tipo de relação que esteja sendo introduzida no sistema analisado. Sobre o Check-list, os mesmos autores sustentam que este instrumento, às vezes, pode ser apresentado sob a forma de questionário a ser preenchido, de maneira a direcionar a avaliação a ser feita.

3.2 – Procedimentos metodológicos

A primeira etapa desse estudo constou da investigação e estudo sobre trabalhos realizados anteriormente no distrito do Pecém, bem como trabalhos realizados em áreas semelhantes. O objetivo foi conhecer melhor a área escolhida, verificar as mudanças ocorridas ao longo da História e saber dos agentes naturais atuantes na dinâmica local e dos dados populacionais que permitiram uma melhor caracterização da área.

Para um melhor conhecimento ambiental da área estudada foi realizada a identificação dos geossistemas e geofácies, através das informações cartográficas contidas no Atlas Digital de Geologia e Recursos Minerais do Ceará na escala de 1:500.000 (CPRM, 2003), que foi sobreposto à imagens de satélite Landsat TM 7 do ano de 2003. Para identificar maiores detalhes utilizou-se também imagens Spot 3 bandas do ano de 2002 e fotografias aéreas disponibilizadas pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) na escala de 1:25.000 do ano de 1968 e 1996. Além disso, a checagem da realidade terrestre foi realizada através de visitas de campo, tendo em mãos a base cartográfica do distrito, na escala de 1:70.000, cedida pela Secretaria de Infra-estrutura de São Gonçalo do Amarante. Esses dados permitiram a realização dos mapas de Localização e de Compartimentação Geoambiental do distrito na escala de 1:80.000. Para a confecção dos mapas e digitação de textos foram utilizados os softwares Corel Draw, Autocad 14, Arcview e Word. Os equipamentos que foram utilizados nos trabalhos de campo e em gabinete foram: gravador, máquina fotográfica digital, computador, impressora e plotter.

No que se refere aos dados históricos, foi feita coleta de dados em estabelecimentos como: Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR), Secretaria de Infra-estrutura do Ceará (SEINFRA), além da busca em sites como o da Ceará Portos. Os livros “Pecém e sua gente” e “Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história” foram muito importantes para a realização deste trabalho. Outra fonte de grande importância para o resgate da história do Pecém foi o relato oral da população desse distrito, através de entrevistas semi-estruturadas.

Optou-se por fazer a retrospectiva histórica de usos e ocupação dessa zona litorânea no intento de entender esse sistema complexo de uso diverso, composto por vidas diversas, organizações e desorganizações, ordem e desordem, partes e todo, sujeito e objeto, todos interagindo uns com os outros, constantemente. Pois, para Prigogine citado por Morin (2002, p.332) “só se pode compreender um sistema complexo referindo à sua história e ao seu percurso”. Ademais, com a utilização da oralidade para o resgate histórico, objetivou-se saber dos anseios dos

moradores dessa comunidade em relação ao desenvolvimento local e ouvir suas lembranças de como era Pecém antes da ocupação por veranistas e da instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Os questionários e entrevistas aplicados, num total de 70 e 15 respectivamente, foram destinados à população em geral, moradores da zona urbana e rural (agricultores, donas de casa, comerciantes, pescadores, trabalhadores do porto, donos de pousadas, restaurantes e outros).

O questionário continha perguntas que foram distribuídas em seis itens: a) dados pessoais do entrevistado, b) características do domicílio, c) sócio-economia, d) turismo, e) meio natural e f) dados sobre o CIPP. No formulário dos pescadores, dos comerciantes, dos donos de pousadas e restaurantes houve o acréscimo de perguntas voltadas para estas atividades. Já os questionários destinados aos secretários do município eram compostos de perguntas relacionadas à infraestrutura, ao meio ambiente, ao turismo e ao desenvolvimento econômico local. E as 15 entrevistas foram assim distribuídas:

Tabela 01 – Distribuição das entrevistas realizadas

Cargo	Nº de entrevistados
Moradores do Pecém ha mais de 60 anos	2
Secretários municipais (de infra-estrutura e meio ambiente, de desenvolvimento econômico, de turismo e cultura).	3
Representante religioso	1
Donos de pousadas e restaurantes	3
Associação dos pescadores	1
Comissão da Terra-Bolsa - Pecém	2
Reassentados	3

Fonte: produzido pela autora a partir das informações de campo.

Foram feitos ainda registros fotográficos dos impactos ambientais e dos diferentes usos e ocupação desse território. Estes últimos resultaram em uma carta imagem do distrito e os primeiros foram utilizados no corpo do texto para uma melhor visualização dos impactos identificados.

A etapa de campo foi imprescindível para a atualização das fontes cartográficas e para os registros fotográficos e aplicação de entrevistas e questionários com os diversos atores daquele contexto específico e que, de alguma forma, interferem na paisagem do Pecém. Esta etapa foi realizada para o levantamento mais aproximado da realidade das transformações paisagísticas numa abordagem temporal e espacial da área estudada.

4. O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE

O município de São Gonçalo do Amarante está localizado no Estado do Ceará entre as latitudes sul de 3°28' e 3°42' e longitude oeste de 38°48' e 39°19'. Compreendendo uma área de 845,8 Km². Observando a figura 05 pode-se ver que este município limita-se: ao norte com o Oceano Atlântico e com os municípios de Paracuru e Paraipaba; ao sul tem divisas com os municípios de Pentecoste e Caucaia; a leste com o município de Caucaia e a oeste com os municípios de Trairi, São Luís do Curu e Pentecoste. Distante 45 Km da capital do estado, pode-se chegar lá pela CE-423 e BR-222. A toponímia desse município é uma homenagem ao padroeiro, São Gonçalo do Amarante. (IPECE, 2000).

A área que corresponde hoje a esse município era terra habitada por Índios que pertenciam ao grupo dos *tapuia*⁹ que se distinguiam dos demais por serem muito arredios, ou seja, lutavam com voracidade por suas terras. No período da colonização do Ceará, eles viviam no interior dessa capitania, entretanto, como aqui a ocupação se deu do interior para o litoral, através da pecuária, ao longo dos altos cursos dos vales dos rios Jaguaribe, Acaraú e Coreaú, esses índios foram migrando para as áreas litorâneas, no intuito de se refugiarem do “massacre” dos colonizadores.

Ocuparam, inicialmente, grande faixa litorânea, situada entre a margem esquerda do Jaguaribe e praias do Mundaú, abrangendo também parte da Serra do Baturité. Depois, com as guerras¹⁰ travadas com os Jaguaruana, entre os anos de 1655 a 1667, ocorre um grande número de mortes de ambos os lados. (Aragão, 1994, p.60). No entanto, é importante destacar que a presença das nações indígenas na zona costeira cearense é fator anterior à presença do colonizador na capitania do *Siará Grande*.

⁹ A divisão dos índios que habitavam o atual território brasileiro em dois grandes grupos ocorreu na época da chegada do branco europeu no atual território brasileiro. Eles dividirão os primeiros habitantes dessas terras em *Tupis* e *Tapuias*. Estes últimos eram índios que viviam de preferência nos chãos interiores da capitania do Ceará. Usavam a “língua travada”. (Stuart Filho, 1962). Esses índios se destacavam e eram considerados bárbaros pelas diferentes formas de viver e principalmente pela resistência contra a invasão de suas terras pelos colonos europeus. Mostravam-se mais arredios aos brancos do que os *tupis*.

¹⁰ Esses conflitos se davam em especial pela união de povos *Jaguaruana* com os portugueses e, sendo os *Tapuias* bastante arredios aos invasores, lutavam incessantemente por suas terras, independente de o adversário incluir povos da mesma raça ou não.

Em São Gonçalo do Amarante, a presença mais marcante foi das nações indígenas dos *Anacé*, *Guanacé* e *Jaguaruana*, provavelmente eram povos fugitivos das outras capitanias do Nordeste (Pernambuco, Maranhão), que foram colonizadas antes da Capitania do Ceará. Studart Filho (1963, p.161) refere-se aos *Anacé*, a quem João da Costa denomina *Anacoze*s dizendo que eles habitavam a Serra de Burrucutama¹¹ e constituíram uma das mais poderosas tribos do Ceará.

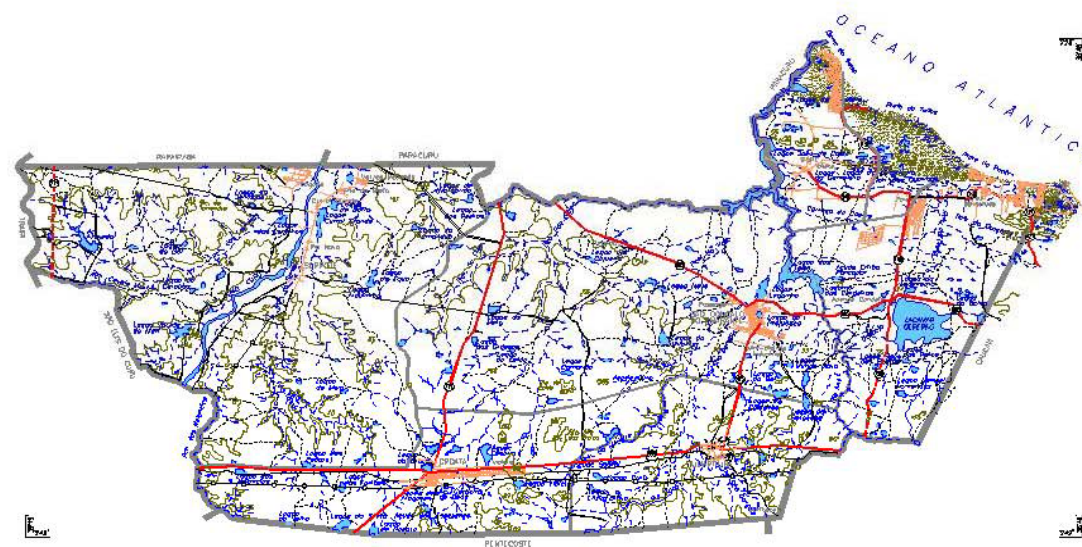
A história dos *Anacé* é marcada pela luta e valentia contra os invasores de seu território e também por seus costumes nômades. Não ficavam muito tempo em um lugar. Migravam, constantemente, em busca de regiões mais ricas em alimentos. Portanto, aldeiar esses índios era um “massacre” à sua forma de vida, à sua cultura.

Em 1694, encontravam-se os *Anacé* dispersos e desarticulados dos seus “primitivos redutos” e vigiados pelo governo português. Nesse mesmo ano por determinação do Capitão-Mor Fernão Carrilho, esse povo obteve novo aldeamento às margens do riacho Aguanambi, distante da capital seis léguas. Mas os *Anacé* não ficaram por muito tempo nessa situação. Saíram e passaram a viver seus costumes nômades, juntando-se aos grupos não aldeados como os *Paiacu* e *Tremembé*. (Aragão, 1994, p.61).

Em 1712 algumas tribos *tapuias* formaram uma conferência e, no dia 13 de agosto de 1713, embora aldeados, tomaram esses índios parte ativa no conflito armado contra a vila de Aquiraz, quando ocorreu a morte de mais de 200 pessoas. Destruíram o poder ali instituído pelo homem branco, incluindo câmara e pelourinho. Apenas um branco sobreviveu. (Aragão, 1994, p.61-62). A revolta foi um acúmulo de descontentamentos e a continuidade dos movimentos rebeldes e alianças que se estabeleceram, desde os primeiros tempos, quando se intensificou a tomada das terras e o avanço da atividade pecuária na capitania.

¹¹ Uruburetama.

FIGURA 05 – MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE



LOCALIDADES

CIDADE
VILA
LOCALIDADE
FAZENDA/LUGAREJO

RODOVIAS

PAVIMENTADA
PAVIMENTO SOLTO OU DEVE
TRAFEGÁVEL EM TEMPO SECO
CAMINHOS, TRILHAS

ESTRADAS DE FERRO
BONDA LAPIDA OU ESTRELA



CONVENÇÕES

LIMITE

ESTADUAL
MUNICIPAL
DISTRIAL



ESTE MAPA FOI ATUALIZADO A PARTIR DA CARTOGRAFIA DE 1979, DA
CARTOGRAFIA UTILIZADA PELO PDDU/2001, PLANTAS DE LOTEAMENTOS E
FOTOGRAFIAS AÉREAS TIRADAS EM 2000.

PREFEITO MUNICIPAL: RAMUNDO NONATO DA SILVA NETO
SECRETÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA: FERNANDO ANTÔNIO B. PRAYDES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
UECE
Mestrado Acadêmico em Geografia
MAG

Título: Zona Costeira do Pecém: de
colônia de pescador à região portuária

Autora: Maria Flávia Coelho

Albuquerque

Orientador: Fábio Perdigão
Vasconcelos

Mas isso não ficaria assim. No final do mesmo dia, o governo luso, preocupado com o comportamento dos *Tapuia*, mandaria 200 homens para “combater”¹² os índios. Dos 400 que restaram vivos do massacre, 95 posteriormente foram mortos e os demais foram levados a cativeiro em sítios e fazendas e transformados em escravos. Os sobreviventes do grupo dos *Anacé* foram transferidos para a Ibiapaba onde seriam vigiados pelos *Tupis Tabajaras*. No entanto, mesmo estando aldeados, continuaram a revelar seus costumes e a resistir contra o que lhes estava sendo imposto. O resultado disso foi uma repressão do Governo luso contra eles, da qual restaram apenas 40 vivos. (Aragão, 1994, p. 62).

Em 1732 do povo *Anacé* restaria um grupo bem reduzido que foi definitivamente incorporado à missão do Bom Jesus da Parangaba em 1734. No entanto, eles não se entregaram. (*op. cit*, 1994, p.63). Aldeados, esses índios percebiam humanidade e amabilidade nas ações e palavras dos missionários, no entanto viam também que essa sutileza objetivava roubar-lhes a própria alma e inserir-lhes o sentimento de negação de si mesmos. Essa negação foi disseminada e documentada oficialmente por assertivas como a de não existência do índio no Ceará. Para Albuquerque (2002, p.51) “diversos discursos fizeram a apologia do índio morto¹³”, idéia que vingou até recentemente, inícios da década de 1980, quando os grupos indígenas do Ceará começaram a se mostrar e serem reconhecidos. “A idéia de uma terra de caboclos e vazia de índios começou a ruir”. (Albuquerque, 2002, p.51)

É uma presença que não pode ser negada e contradiz a afirmativa de que a zona costeira, mesmo antes da chegada do europeu, era constituída de “terras vazias”. O resgate histórico mostra a magnitude do sofrimento dos povos indígenas no Brasil, o genocídio praticado e as lutas empreendidas ao longo de séculos. À medida que o direito dos índios à posse da terra, aos recursos naturais e a uma existência com dignidade foram sendo brutalmente desrespeitados, instituíam-se do ponto de vista dos homens no poder, a sua invisibilidade e subalternização. (Lima, 2002).

Os poucos povos indígenas que sobreviveram continuam ainda hoje a sofrer com a discriminação e com a perda dos pequenos pedaços de terra que habitam. Atualmente, são catorze os grupos indígenas no Ceará engajados na luta pela demarcação de suas terras. De acordo com Marcelo, membro do Conselho da

¹² Combater ou massacrar os verdadeiros donos da terra?

Terra da Comunidade de Bolsa¹⁴ no Pecém, os povos *Tapeba* de Caucaia ainda estão lutando para serem reconhecidos como índios. Enquanto isso não acontece, continuam esquecidos, vivendo em áreas de risco, sem nenhuma infra-estrutura.

No capítulo 26 da Agenda 21 está estabelecido que “as populações indígenas e suas comunidades devem desfrutar a plenitude dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, sem impedimentos ou discriminações”, além disso, estabelece como um dos objetivos o “reconhecimento de que as terras das populações indígenas e suas comunidades devem ser protegidas contra atividades que sejam ambientalmente insalubres ou que as populações indígenas em questão considerem inadequadas social e culturalmente¹⁵”. (BDF, 2005).

Em São Gonçalo do Amarante, com o apoio da Pastoral do Indígena, do Conselho da Terra (Bolsas), da Arquidiocese de Fortaleza e dos índios Tapeba e Pitaguari, começou a luta dos moradores das comunidades do distrito do Pecém, que se dizem Anacé, pela demarcação de suas terras para o conseqüente e tão sonhado veto das desapropriações para a instalação do CIPP. Inclusive, foi levado um documento à Procuradoria da República de Fortaleza e de Brasília, neste sentido, em 2004, e os representantes das comunidades envolvidas com o CIPP elaboraram um livro contendo o resgate histórico dos habitantes do Pecém, mostrando que aquelas terras são indígenas e que devem ser demarcadas.

4.1 – História e dinâmica sócio-econômica

Os primeiros aldeamentos dos índios que habitavam as terras do atual município de São Gonçalo do Amarante foram feitos por Fernão Carrillo. Em Parnamirim ficaram aldeados os *Anacé*, *Guanacé* e, em *Uruburetama*, os povos *Jaguaruana* para cujo aldeamento foram usadas também as terras ribeirinhas do rio

¹³ Albuquerque, Manuel Coelho. Seara Indígena: Deslocamentos e dimensões identitárias, 2002, p. 51.

¹⁴ Essa comunidade conhecida hoje como Bolso luta para resgatar o verdadeiro nome – Bolsa. Este foi uma homenagem feita a uma senhora que viveu nesse lugar por muito tempo e que confeccionava bolsas de palha para vender. (informação retirada do livro “*Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história*”)

¹⁵ Informação contida no site www.bdf.fat.gov.br/publicações/politica/agenda21/cap26 acesso dia 23/06/2005. Agenda 21 - Capítulo 26 . Reconhecimento e Fortalecimento do Papel das Populações Indígenas e suas Comunidades.

Siupê. Antes dessa providência governamental, as terras entre os rios Pará (Curú) e Mundaú já haviam sido colonizadas por brancos, quando da doação das primeiras sesmarias a Manuel Barreto da Silva e demais companheiros pelo Capitão-Mor Bento de Macedo Faria no dia 8 de novembro de 1682.

Além desses “poceiros” instalaram-se ali também os sesmeiros Jorge Pereira, José Tavares Cabral e Antônio da Costa Peixoto em 1693/94. (IBGE, 1959, p.500). Em 8 de março de 1707 o padre João Alves da Rocha, que habitava na povoação de Aquiraz, adquiriu terras, entre os rios Pará, Siupê e o Sítio Peixoto que lhe foram concedidas pelo Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago. (IBGE, 1959, p.500). Além dessas, outras concessões ocorreram, das quais foram surgindo aos poucos povoados como Parazinho (Paracuru), Trairi, Siupé e São Gonçalo do Amarante.

Em 1862, Parazinho foi transformado em distrito através da Lei nº 1.020, de 14 de novembro, passando à condição de município seis anos depois através da Lei nº 1.235 de 27 de novembro de 1868, nomeado de Paracuru. Em 1874, o município de Paracuru foi suprimido e a sede foi transferida para Trairi, sendo restaurado, no dia 1º de outubro de 1890, pelo Decreto estadual nº 73. (IBGE, 1959, p.500). Nesse tempo, São Gonçalo do Amarante fazia parte do município de Paracuru e não passava de uma simples fazenda de criar, com algumas casas de taipa.

Esta condição se modifica quando da chegada no arraial do ainda adolescente coronel Manuel Martins de Oliveira (Neco Martins) em 17 de janeiro de 1891. Este acontecimento deu início ao impulso de crescimento do local que resultou na sua posterior emancipação. Foi esse coronel que levantou, no então simples arraial, o primeiro prédio de tijolo (Girão, 1983), “que animou e incentivou o comércio com outras povoações e vilas próximas” (IBGE, 1959, p.500) e que ergueu uma capela dedicada a São Gonçalo, santo de devoção, em 1898, ajudado por José Procópio Alcântara. Inclusive essas duas famílias, Martins e Alcântara, cresceram e se transformaram em grandes proprietários de fazendas, intensificando o povoamento dos lugares próximos ao núcleo de São Gonçalo, cuja influência ainda hoje é muito marcante no município. Nas palavras de Correia (1997, p.11), Neco Martins é:

Com certeza, uma das maiores figuras de toda a história política, econômica e administrativa de São Gonçalo do Amarante [...] Coronel Neco Martins era um desses respeitados chefes políticos, homem corajoso que não temia enfrentar o perigo, mesmo quando ele se apresentava sob a égide do Cangaço.

A elevação do então arraial, que ainda tinha como sede a povoação de Paracuru, à categoria de Vila provém do Decreto nº 72, de 1º de outubro de 1890, tendo sido a sede instalada a 25 do mesmo mês e ano. O retorno da Vila à condição de povoado de São Gonçalo ocorreu pela Lei nº 1.841, de 17 de agosto de 1891, quando a sede do município volta a pertencer a Paracuru, continuando num vai-e-vem constante. Assim fica até o Decreto nº 64, de 7 de agosto de 1935 e, de vila, passa a cidade e desta eleva-se a Município pelo Decreto-Lei nº 448, de 20 de dezembro de 1938, mantendo a denominação de São Gonçalo. (Sampaio Filho, 1999).

De acordo com dados da Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1959, p. 500), o quadro anexo ao Decreto-Lei nº 169, de 31 de março de 1938 mostra que o município estava composto por 8 distritos sendo eles: São Gonçalo (sede), Mundaú, Paracuru, Passagem do Tigre (Paraipaba), Pecém, Serrote, Siupé e Trairi. No mesmo ano foi anexado a São Gonçalo através do Dec-Lei nº 448, de 20 de dezembro, o distrito de Umarituba até então pertencente a Soure (Caucaia). O topônimo São Gonçalo foi mudado para Anacetaba e a Vila do Tigre recebeu a denominação de Paraipaba através do Decreto – Lei nº 1.114 de 30 de dezembro de 1943. Em 1951 a Lei nº 1.153, de 22 de novembro deu ao município o designativo de São Gonçalo do Amarante e o desmembrou, reerguendo-se os distritos de Paracuru e Trairi à denominação de município.

São Gonçalo do Amarante completou no ano de 2004, 136 anos de existência e mostra bem sua história política bastante agitada. As constantes mudanças da sede bem caracterizam o poderio dos coronéis da época. Na tabela abaixo podemos observar a área total do município antes do desmembramento de Paracuru e Trairi de São Gonçalo do Amarante.

Tabela 02 - Número de habitantes e área total do município de São Gonçalo do Amarante - Anos de 1950 e 2000.

Ano	População total (habitantes)	Área total (Km ²)
1950	42.062	2.217
2000	35.281	845,8

Fonte IBGE (2000) e IBGE (1959)

Até 1951, a área total municipal era de 2.217 Km² e a população de 42.062 habitantes de acordo com o recenseamento de 1950. (IBGE, 1959, p.503). Hoje o município de São Gonçalo do Amarante está dividido em 7 distritos: São Gonçalo do Amarante, Croatá, Pecém, Serrote, Umarituba, Siupé e Taíba. Sua área atual é de 845,8 Km² e a população, até 2000, era de 35.281 habitantes, sendo 22.077 urbanos e 13.531 rurais. A população estimada para esse município, nos anos de 2004 e 2005, corresponde a 40.405 e 41.430 habitantes, respectivamente (IBGE, 2000).

A economia municipal tem respondido positivamente às novas mudanças. Em São Gonçalo do Amarante há 417 estabelecimentos comerciais dos quais apenas 5 trabalham no atacado e 412 outros são do comércio varejista (IBGE, 2000). Já os estabelecimentos industriais contabilizavam 39 indústrias em 1998, ou 0,34% do total do estado. Dois desses estabelecimentos são do segmento da construção civil, um é de utilidade pública e 36 são de transformação. Com a chegada do CIPP várias empresas estão sendo incentivadas a instalarem-se ao redor do complexo e a realidade de 48 estabelecimentos industriais ativos em 2000 é superada. Assim, no município de São Gonçalo do Amarante, quatro delas já estão funcionando, gerando 341 empregos e, outras 19, estão em processo de negociação, podendo futuramente gerar 15.453 empregos. (SDE, 2003).

No projeto do CIPP as empresas âncoras previstas para se instalarem na área era a siderúrgica, a refinaria e a usina termelétrica. Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ceará – SDE/CE (2003), as empresas que comporão o CIPP podem vir a gerar 1.210 empregos. Uma já está funcionando gerando 50 empregos novos e produzindo 250 MW de energia, na sua etapa inicial, podendo vir a gerar 520 MW. Existem ainda 3 empresas que estão previstas em

processo de negociação e estas gerarão 1.160 novos empregos. Estão em funcionamento a Termoceará – MPX , a Termoluma e o terminal que recebe o gás que vem de Guamaré, bem como a Wobben, que produz pás para aerogeradores de energia eólica e a Jota Dois que produz pré-moldados.

A figura 06 representada pelo Plano diretor do CIPP mostra que, no município de São Gonçalo do Amarante, a área reservada para a instalação da Siderúrgica (A3) é de 300 ha. As fotos 01 e 02 apresentam a região destinada a essa siderúrgica. Ela fica na planície costeira e foi desmatada e terraplanada em 1996 mas até junho de 2005, ainda não havia sido iniciada a sua construção. A área industrial (A5 e A6) é de 105 ha. Para o Intermodal de cargas (A7) são 160 ha.



Foto 01 e 02 – Área desmatada para a instalação da siderúrgica
Fonte: registrada pela autora.

O pólo metalmecânico (A4) ocupará uma área de 835 ha. E a administração e o porto ficam na área A1, ocupando 1000 ha na planície litorânea. Há, ainda, uma área deste município destinada a serviços e à expansão urbana e foram reservados 1.400 ha para a Estação Ecológica que abrange áreas do município de São Gonçalo e Caucaia (A2). A parte da estação que fica em São Gonçalo do Amarante está totalmente situada no distrito do Pecém. Nas fotos 03 e 04 percebe-se ainda a presença de residentes, ou seja, a desapropriação ainda não foi realizada nas áreas destinadas a instalações industriais.



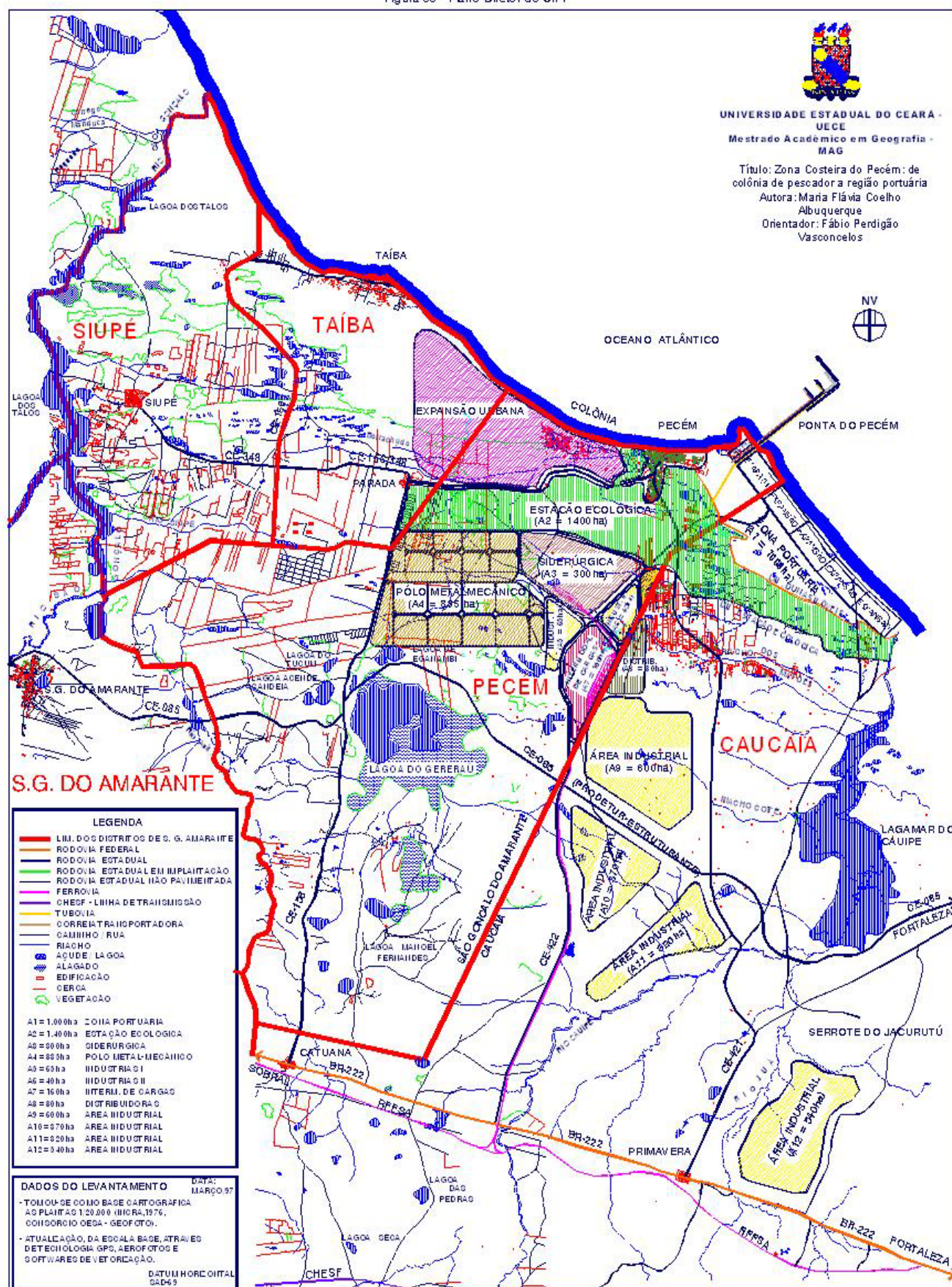
Fotos 03 e 04 – Área destinada ao pólo industrial da Petrobrás – população ainda não desapropriada.

Fonte: registrada pela autora.

Vale salientar que a faixa que corresponde às dunas móveis e à praia não foi incluída dentro da área da estação. Esses ambientes são amparados pela lei ambiental como Áreas de Preservação Permanente (APP). No entanto, o plano diretor do CIPP mostra que a expansão dos armazéns de containeres está situada na faixa de praia, sobre o campo de dunas e parte de terraços marinhos.

No que concerne às atividades culturais locais, pode-se dizer que o município, durante o ano, conta com vários momentos de festas como a Festa de Nossa Senhora de Fátima - 01 a 31/maio); a Vaquejada de Siupé - em agosto; Festa de Nossa Senhora da Soledade – 07 de setembro; a Festa do Padroeiro - em novembro e a festa do Município – 27 de novembro. Ocorrem ainda outras manifestações culturais e tradições populares: a Dança do Coco, o Pecémfest e a Festa de São Luiz de Gonzaga em Pecém; Festival do Escargot e a Paixão de Cristo na Taíba, a Festa da Regata de São Pedro que envolve Pecém e Taíba; o Siupé Cultural na localidade de Siupé e o Festival de quadrilhas, além da Paixão de Cristo na sede do município.

Figura 06 - Plano Diretor do CIPP



São Gonçalo do Amarante é um município costeiro que apresenta três distritos litorâneos: Siupé, Pecém e Taíba. O destaque turístico sempre foi para os dois últimos mas com a construção e instalação do CIPP, Pecém, apresentou queda nessa atividade e hoje Taíba é o distrito mais procurado por turistas no período de férias e feriados. Cabe salientar ainda que, todo ano, a associação dos donos de pousadas e restaurantes da Taíba, juntamente com a prefeitura municipal, organizam o Festival de Esportes e Natureza na Taíba que, com a Festa do Escargot, atraem muitos visitantes - é o que afirma o então secretário de desenvolvimento econômico do Município¹⁶:

Hoje nós temos, por exemplo[...] essa Festa do Escargot, nós não podemos nem divulgar demais porque não comporta a quantidade. É uma festa bem feita, bonita, bem organizada e que a gente nem pode divulgar muito na televisão, no rádio porque nós não temos suporte ainda pra isso. Nosso crescimento [...] nós queremos um crescimento lento, mas organizado porque daqui a pouco a gente vai invadir o município e não tem os serviços pra atender bem, as pessoas não vão voltar. (Entrevista dia 15/07/2004).

Além desses atrativos culturais, é importante enfatizar as belezas naturais de São Gonçalo do Amarante, pois ele possui forte potencial para o turismo de sol e praia e para o turismo de natureza. Está composto de praias, enseadas, dunas, promontório rochoso coberto por coqueiros onde é comum a presença de bicas de água doce, ancoradouro de pesca para jangadas e núcleos de pescadores. Há, ainda, lagoas interdunares, tabuleiros situados em meio à vegetação e barra de rios.

A temperatura média para esse município, de acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME), está entre 26° e 27°C e os índices pluviométricos normais são em torno de 1.000mm de chuva/ano. É uma região ensolarada durante quase todo o ano e bastante propícia à atividade turística sustentável. Por este motivo, no município, preferencialmente nos distritos litorâneos, o número de casas de veraneio cresceu a partir da década de 1970 e principalmente a partir de 1980.

Para Monteiro (2004, p.118) com base em dados do IBGE (2000), para um total de 7.430.661 habitantes no Ceará, registram-se 64.620 segundas residências, o que significa que existe no Estado uma segunda residência para cada

¹⁶ Raimundo Vieira Neto

115 habitantes, mostrando que apenas uma pequena parcela da população pode dispor desse tipo de alojamento dado seu baixo poder aquisitivo. Em São Gonçalo do Amarante, no ano de 2000, foram registradas 1.822 residências secundárias e o número de habitantes correspondia a 35.608, ou seja, existia no município uma residência para cada 19,5 habitantes (IBGE, 2000 *apud* Monteiro, 2004). Na tabela 03, pode-se perceber a dinâmica de segundas residências secundárias no município de São Gonçalo do Amarante.

Tabela 03 – Participação das segundas residências no total de domicílios

Município	1980			1991			2000		
	Total	2ª Res.	%	Total	2ª Res.	%	Total	2ª Res.	%
S.G.do Amarante	5.740	256	4,6	8.417	1.197	14,2	12.374	1.822	14,7
Urbana	1.785	107	6,0	5.437	955	17,6	7.915	1.387	17,5
Rural	3.955	149	3,4	2.980	242	8,1	4.459	435	9,7

Fonte: IBGE *apud* Monteiro (2004)

4.2 – Programas governamentais e “desenvolvimento” do Município

Esse município no ano de 1994 passa a fazer parte de um programa voltado para o turismo, o PRODETUR/CE I, parte integrante do Contrato 841-OC/BR, referente ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil - PRODETUR/NE I. O PRODETUR/NE I estava inserido no contexto de ação estratégica do Governo Federal e era prioridade nacional do Programa “Avança Brasil”. Tinha como meta fundamental a contribuição para o desenvolvimento sustentável da Região que articularia crescimento econômico, inserção social e equilíbrio ambiental. Sua criação se deu a partir de ações administrativas dos governadores dos estados do Nordeste junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), órgão executor, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e Comissão de Turismo Integrado do Nordeste (CTI/NE) cujos agentes financeiros eram o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No estado do Ceará o órgão executor e coordenador é a SETUR. A área de interesse do PRODETUR está voltada para o desenvolvimento do turismo na

região de atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que inclui os nove estados do Nordeste e a região norte do Estado de Minas Gerais. Esse programa previa investimentos superiores a US\$ 670 milhões, sendo US\$ 400 milhões provindos de financiamentos e US\$ 270 milhões de investimentos dos estados e da união.

Para dar consequência as ações do PRODETUR/NE I, o Banco do Nordeste deu início, em 1998, ao processo de estruturação dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (Pólos de Turismo), visando assegurar o aproveitamento sustentável da atividade turística pela convergência e continuidade de ações e projetos. Os Pólos de Turismo são uma iniciativa empresarial do Banco do Nordeste cujo principal objetivo é promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo em mesorregiões vocacionadas, sob a ótica do empreendedorismo, através de parcerias que permitam a mobilização e integração dos atores locais envolvidos com a gestão e organização da atividade turística.

O Pólo Ceará Costa do Sol que se estende por aproximadamente 400 km de praias, rios, dunas, lagoas, mangues, restingas e estuários, abrange a faixa litorânea entre Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza, e o município de Barroquinha, fronteira cearense com o Piauí e contempla 18 municípios, entre eles, o de São Gonçalo do Amarante, beneficiando cerca de 3 milhões de pessoas. (BNB, 2004). No entanto, o PRODETUR I beneficiou apenas 11 municípios da chamada Costa Oeste do Estado, principalmente com a execução de obras de infra-estrutura. (Diário do Nordeste, 2002).

Antes deste programa, o PRODETUR/NE, o Estado do Ceará contava, em 1990, com o Programa de Desenvolvimento do Turismo do Ceará (PRODETURIS/CE) que teve como meta o ordenamento do espaço cearense. Esse programa selecionou quatro regiões litorâneas com vocação para o desenvolvimento do turismo, entretanto beneficiou mais as áreas litorâneas localizadas a leste de Fortaleza - a região III. São elas:

- Região I – Região Metropolitana de Fortaleza;
- Região II – Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba, Trairi e Itapipoca;
- Região III – Aquiraz, Cascavel, Beberibe, Aracati, Icapuí, Pindoretama e Fortim
- Região IV – Amontada, Itarema, Acaraú, Cruz, Camocim, Barroquinha, Chaval, Granja e Jijoca de Jericoacoara.

Posteriormente, essas regiões foram inseridas ao PRODETUR/CE, que elegeu, como prioritária, a região turística II que passou a englobar também a capital do estado, cobrindo uma extensão de mais de 150Km de litoral. Na execução de sua primeira etapa, o programa contou com um aparato financeiro de US\$ 166,13 milhões que viabilizou a construção do Aeroporto Pinto Martins em Fortaleza e suas vias de acesso e o sistema de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, deu suporte, recuperação e proteção ambientais e fortaleceu institucionalmente os órgãos estaduais e municipais envolvidos no programa. Para facilitar a ida de turistas para as praias a oeste da capital também foram implantados cerca de 124Km de via estruturante, 98 Km de vias de acesso e 33 Km de vias de percurso.

De acordo com a SETUR (2002), o município de São Gonçalo do Amarante recebeu investimentos para a construção de estradas, infra-estrutura (implantação e ampliação de esgotamento sanitário e abastecimento d'água). Foram construídos 55,87 Km de estradas, sendo 34,40 Km de estruturante e 21,47 Km de vias de acesso (Tabelas 04 e 05).

Tabela 04 – Extensão de vias estruturantes e de acesso ao município de São Gonçalo

TRECHOS	EXTENSÃO (Km)
VIAS ESTRUTURANTES	34,40
Entr. CE 421 / São Gonçalo do Amarante	19,70
São Gonçalo do Amarante/ Entr. CE-341	14,70

VIAS DE ACESSO	21,47
Pecém/Entra.Taíba – São Gonçalo do Amarante	5,12
Pecém / Entr. Taíba – Pecém	9,88
Entr. Pecém / Entr. Taíba – Siupé	6,47
TOTAL	55,87

Fonte: SETUR (2002)

Na tabela a seguir, temos uma planilha mais detalhada dos investimentos e os valores destinados às obras de infra-estrutura para o município de São Gonçalo do Amarante provenientes do PRODETUR/NE I.

Tabela 05 – Projetos de rodovias e aeroporto no Ceará – Ano 2003

Projetos	Estado	Município	Valor (US\$)
Transporte			
Rod. Ce-085 – S.G. do Amarante/Ent. Ce-341 (trecho 5)	Concluído	S.G. do Amarante	1.055.120,32
Rod. Ce-085 – Entr. Ce-421/ S.G. do Amarante (trecho 4)	Concluído	S.G. do Amarante	2.064.428,56
Rod. Pecém/Entronc. Taíba/Siupé-I	Concluído	S.G. do Amarante	427.322,57
Rod. Pecém/Entronc. Taíba/S.G. do Amarante	Concluído	S.G. do Amarante	214.823,94
Rod. Pecém/Entronc. Taíba/Siupé – Siupé II	Concluído	S.G. do Amarante	263.747,36
Aeroportos			
Aeroporto Internacional Pinto Martins	Concluído	Fortaleza	73.187.239,59

Fonte: BNB – 2003 (*apud* Monteiro, 2004).

Quanto ao esgotamento sanitário, esse foi implantado, tanto na sede do município, como no distrito do Pecém. O abastecimento d'água foi ampliado em São Gonçalo e no Pecém, contabilizando um total de recursos destinados a essas atividades de R\$ 4.001.053,57 e trazendo benefícios para uma população de 9.628 habitantes. (Tabela 06).

Tabela 06 - Projetos de saneamento no Ceará com o PRODETUR – Ano 2003

Projetos	Status	Município	Valor (US\$)
SAA e SES do distrito de Lagoinha	em execução	Paraipaba	1.304.820,01
SAA e SES de Paracuru	concluído	Paracuru	3.297.750,79
SAA e SES de Pecém	concluído	S.G. do Amarante	1.963.124,25
SAA e SES de S.G. do Amarante	concluído	S. G. do Amarante	2.037.929,32

Abastecimento d'água de Trairi	em execução	Trairi	610.605,31
SAA e SES de Paraipaba	concluído	Paraipaba	2.112.543,39
Ampliação do SAA de Itapipoca	em execução	Itapipoca	1.424.570,79
Ampliação do SES de Itapipoca	em execução	Itapipoca	2.659.329,75
SAA e SES de Caucaia	em execução	Caucaia	4.260.984,25

Fonte: BNB – 2003

Nota: SAA – Sistema de Abastecimento D'água; SES – Sistema de Esgotamento Sanitário; Valor = financiamento + recursos próprios.

Quanto à infra-estrutura hoteleira, o município dispunha, em 2001, de 21 meios de hospedagem e 281 unidades habitacionais num total de 683 leitos, que foram insuficientes para os 16.059 turistas que permaneceram em São Gonçalo do Amarante em torno de um dia e meio, naquele mesmo ano (IPLANCE, 2001). No entanto, a Secretaria de Turismo e Cultura de São Gonçalo do Amarante informou que em 2004 o número de pousadas desse município cresceu muito com os incentivos do PRODETUR:

Depois do PRODETUR, o número de hotéis, restaurantes e barracas de praia aumentou muito, inclusive, pra você ter uma idéia, antes do PRODETUR nós tínhamos uma faixa de, no máximo, no município todinho, uma faixa de doze, treze pousadas, né? Hoje em dia nós já estamos com trinta e duas pousadas e a tendência é ir sempre aumentando, sempre crescendo mais, e principalmente na Taíba. Dessas trinta e duas pousadas, dezessete são da Taíba, pra você vê como aumentou muito e, no começo, a Taíba só tinha umas cinco pousadas, com o começo do PRODETUR. Depois do PRODETUR ela cresceu muito e também depois da Festa do Escargot também [...] as pessoas começaram a conhecer, a ouvir falar mais da Taíba, né? E começaram a colocar pousada e restaurante lá também¹⁷.

Na tabela a seguir, podem-se observar projetos de recuperação ambiental destinados a esse município e o investimento feito pelo poder público em cada um deles através do PRODETUR/NE I.

Tabela 07 – Projetos de recuperação e proteção ambiental no Ceará – Ano 2003

Projetos	Status	Município	Valor (US\$)
Recuperação e Conservação Ambiental da Lagoa das Cobras	Concluído	S.G. do Amarante	210.545,70
Recuperação e Conservação Ambiental da Lagoa do Pecém	Concluído	S.G. do Amarante	190.259,53
Recuperação e defesa da Praia do Pecém	Concluído	S.G. do Amarante	502.249,90

¹⁷ Entrevista com a secretária Aline Crisostomo no dia 02/09/2004.

Urbanização da Lagoa dos Talos/Siupé	em execução	S.G. do Amarante	2.501,62
Educação Ambiental	Concluído	Caucaia, Trairi, Itapipoca, Paracuru, S.G. do Amarante e Paraipaba	690.805,57
Conservação Ambiental da Lagoa dos Talos	Concluído	S.G. do Amarante	131.807,41

Fonte: BNB – 2003

Nota: Valor = financiamento + recursos próprios

Segundo a SETUR, o objetivo do PRODETUR é promover o desenvolvimento do turismo de forma planejada e sistêmica: 1) fortalecendo empresas, prefeitura e órgãos do meio ambiente; 2) investindo em infra-estrutura; 3) estimulando a participação da iniciativa privada; 4) fomentando os investimentos na indústria do turismo, na agroindústria e no setor de serviços dos estados envolvidos e 5) aumentando o nível de emprego e renda das populações envolvidas, tudo isso tendo em vista o desenvolvimento sustentável da região.

O Estado oferece a infra-estrutura que termina beneficiando as empresas e não as comunidades que não possuem dinheiro para investir nos negócios. Como resultado, instala-se um tipo de turismo que exclui as populações costeiras. Esse modelo de turismo inserido, financiado e incentivado pelo Governo Estadual do Ceará tem contribuído para a exclusão social, a elitização e privatização de espaços públicos, homogeneização cultural, sem vivência do sentimento comunitário, sem laços de identidade próprios. Um turismo que não assegura a efetiva melhoria da qualidade para a maioria da população local, acentua os impactos ambientais e promove a segregação sócio-espacial, descaracterizando o lugar. Mazelas sociais como a prostituição infanto-juvenil, tráfico de drogas e desemprego são encontradas nas comunidades.

E, mais uma vez, São Gonçalo do Amarante tem sido “contemplado” com os investimentos desse programa. Agora, em sua segunda etapa, o PRODETUR/NE II tem como finalidade melhorar a qualidade de vida da população residente nas mesorregiões priorizadas na primeira etapa do programa, e completar e complementar as ações e investimentos iniciados no PRODETUR/NE I. Essa etapa focaliza, principalmente, a sustentabilidade/otimização dos investimentos públicos

em curso e da própria atividade turística nos municípios integrantes dos Pólos de Desenvolvimento Integrado de Turismo, identificados na área de atuação do Banco do Nordeste, antes de sua expansão.

Essa etapa deverá contemplar ainda o fortalecimento da capacidade municipal para a gestão do turismo, o planejamento estratégico, o treinamento e infra-estrutura para o crescimento turístico e a promoção de Investimentos do setor privado. Os investimentos globais do Programa são da ordem de US\$ 800 milhões para todos os estados do Nordeste e para parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para o Ceará, os recursos são da ordem de US\$ 120 milhões. Ainda nessa mesma década, mais precisamente no ano de 1996, esse município recebeu as primeiras instalações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, inclusive com o início das obras do Porto.

Tanto o PRODETUR como o CIPP fizeram parte do programa “Avança Brasil”, de 1996 até 2000, que contemplava o “desenvolvimento” para o município de São Gonçalo do Amarante. Como se pode observar, a falta de recursos não é o grande entrave ao avanço desta região mas sim o descompasso entre ações voltadas ao espaço e às pessoas. Ou seja, as pessoas destes lugares não possuem capacitação que lhes permita participar deste crescimento. Ao mesmo tempo em que o poder público desenvolve a indústria do turismo local, insere um complexo industrial e portuário que causa fuga de turistas e de moradores locais. Os turistas que se destinavam ao Pecém, agora, em sua grande maioria, vão para Taíba porque São Gonçalo do Amarante perdeu este balneário em função do novo porto.

O fato de o Porto do Pecém ser exclusivamente comercial, não permite o desembarque ou embarque de turistas em transatlânticos. Esta função passa a ser então do Porto do Mucuripe, uma vez que vai ficar livre das cargas que serão destinadas ao entorno do porto do Pecém. Neste porto serão manuseados produtos derivados do petróleo e também siderúrgicos, por isso é considerado “porto sujo”. Alguns moradores da cidade do Pecém apontam problemas como a água do mar suja de óleo, deixado pelas embarcações: “a água tá ficando poluída. O mar tá

impróprio pra banho, pois há muito óleo das embarcações¹⁸. Contudo, o porto pode ser uma atração para o turista, tendo em vista ser “moderno”, do tipo “off shore”¹⁹.

Estruturalmente, este porto é composto de dois piers de atracação, um quebra-mar em forma de “L” e um viaduto do tipo “vazado”, ou seja, do tipo “off-shore”, que liga os piers no mar às instalações em terra. Estas são formadas por dois armazéns, pátio de estocagem, pátio de containers, prédios administrativos e de apoio, entre outros. (Batista, 2004, p.91). Além dessas instalações portuárias, outras infra-estruturas necessárias ao funcionamento do CIPP foram inseridas, como água, energia, comunicação, rodovias e ferrovias. Batista (2004, p.103) fala sobre a importância dessas infra-estruturas, ressaltando as vias de comunicação do porto com as regiões globais que, por ali, comercializam seus produtos.

Um porto não funciona de forma isolada. Para que ele receba a produção a qual é quem dá vida a esse objeto, é preciso que exista uma forma de ligação dele com os territórios produtivos. Para isso, as estradas, rodovias e ferrovias são condições essenciais para tornar possível a existência do porto. Essas ramificações se constituem como redes técnicas que adquirem uma significação maior à medida que o seu ponto de contato, nesse caso o porto, tem uma expressividade significativa fora do local, ou seja, com o mundo.

Em 2004, o secretário de desenvolvimento econômico de São Gonçalo do Amarante²⁰ disse que “o Complexo Industrial e Portuário do Pecém não representa apenas um passo muito grande para o progresso do município, mas pro Estado do Ceará como um todo”. O município ainda tem sua economia baseada na agricultura, mas com as instalações do CIPP pode ocorrer o crescimento do setor de comércio atacadista e varejista, principalmente o alimentício. Fala o secretário:

Normalmente, São Gonçalo como os demais municípios têm uma economia basicamente agrícola no sistema terciário. A Indústria já se faz sentir no município com a instalação de algumas indústrias no complexo portuário e até na sede do município de São Gonçalo do Amarante. Em decorrência disso, o comércio atacadista, o comércio varejista vai se solidificando, mas se vê um crescimento ainda pequeno no município como um todo. No Pecém nós tínhamos inicialmente 15 a 18 restaurantes, principalmente na área de restaurantes self-service, comidas industriais, cozinhas industriais e hoje nós temos... já chegamos a ter quase 70 com a construção do Porto, que veio muita gente de fora e agora nós devemos ter em torno de 40, 45 estabelecimentos comerciais no sentido de alimentação.

¹⁸ Entrevista dia 05/08/2004 com um residente da cidade do Pecém.

¹⁹ É um porto cujo viaduto, que liga as instalações no continente aos piers de atracação no mar, não impede o transporte sedimentar ao longo das praias uma vez que ele é “vazado” e a corrente de deriva litorânea passa naturalmente por baixo, transportando os sedimentos.

²⁰ Raimundo Vieira Neto, entrevista dia 15/07/2004.

No que se refere às instalações industriais o secretário de Desenvolvimento Econômico de São Gonçalo do Amarante mostra o crescente interesse dos industriais ali se instalarem, como também fala sobre as indústrias que já foram alocadas naquele território.

Hoje nós temos as indústrias... a ENDESA, as termelétricas, que são duas, a Wolben que é uma de energia eólica que faz aquelas bases... vai trazer os motores e tudo pra geração de energia eólica, a J2, uma empresa de pré-moldados daqui, já temos em fase de conclusão uma empresa aqui na região de São Gonçalo, próximo ao CENTEQ, de beneficiamento de pescado, basicamente camarão pra exportação e nós temos em torno de 300 ou mais cartas consultas de empresários do exterior que aqui querem se instalar [...]. E nós temos já terrenos comprados, por exemplo, por pessoas que... constroem containeres, que vão se instalar. Nós temos 40 hectares que foram comprados por pessoas de... exportação de frutas, 80% das frutas do Nordeste já são exportadas pelo Porto do Pecém e eles vão trazer, instalar aqui uma empresa que vai limpar, lavar, preparar frutas, enfim, para o mercado exterior, o mercado americano e da Europa e estão vindo outras e muitas outras... e a partir do momento que a siderúrgica, até o final do ano deverá ser criada, junto à siderúrgica virá um parque pólo-metal-mecânico com várias indústrias no setor de geladeira, fogão, etc..

No projeto do CIPP, as duas empresas âncoras deverão ser a refinaria e a siderúrgica. Até junho de 2005, nenhuma delas havia sido instalada na área do Complexo; as negociações estão se realizando.

O programa da siderúrgica, das negociações, as concorrências públicas internacionais, tudo dificulta, como também a refinaria, e também ninguém quer trazer pra cá, por exemplo, uma refinaria sucateada, uma siderúrgica que realmente não seja interessante como desenvolvimento do Estado do Ceará, só pra dizer que tem uma siderúrgica. O Governo do Estado quer realmente trazer obras que fiquem e que impulsionem o desenvolvimento do Estado do Ceará. (Entrevista com o secretário de desenvolvimento econômico municipal²¹ dia 15/07/2004).

Esse líder político fala ainda que estas indústrias podem modificar o capital não só para o município, mas para todo o Estado do Ceará:

A refinaria ainda é um sonho... a siderúrgica, mas pra gente ter uma idéia o vice-governador, em uma entrevista dada no final do ano passado, pra não falar em termos de números, valores, mas no que vai trazer para o PIB do Estado do Ceará, acha que a siderúrgica trabalhando nesse setor, ela vai ser basicamente para exportação de chapa, de lâminas de aço para o exterior, vai dar um impulso em torno de 5% no PIB do Estado do Ceará. É importantíssimo, de 5 a 10%. To deixando nos 5 (risos)... e que poderá alavancar a economia do Estado e do Brasil.

²¹ Idem.

5. PECÉM: DE COLÔNIA DE PESCADOR A ZONA PORTUÁRIA

Pecém, distrito praieiro de São Gonçalo do Amarante, está situado a 41 Km da cidade de Fortaleza. Seu acesso é feito pela BR 222 e também pela CE 085 ou Estruturante (Costa do Sol Poente). As vias de comunicação com a cidade do Pecém e com o porto são, respectivamente, a CE 421 e a 422. A CE 348 permite o acesso à Colônia e também ao Pecém. (Mapa 01– Localização da área de estudo). Criado através do Decreto nº 1.156 de 04 de dezembro de 1933, Pecém, juntamente com São Gonçalo do Amarante eram distritos subjugados ao município de Paracuru mas, por força do decreto nº 64 de 07 de agosto de 1935, São Gonçalo do Amarante passa a ser município e Pecém passa a integrá-lo como distrito.

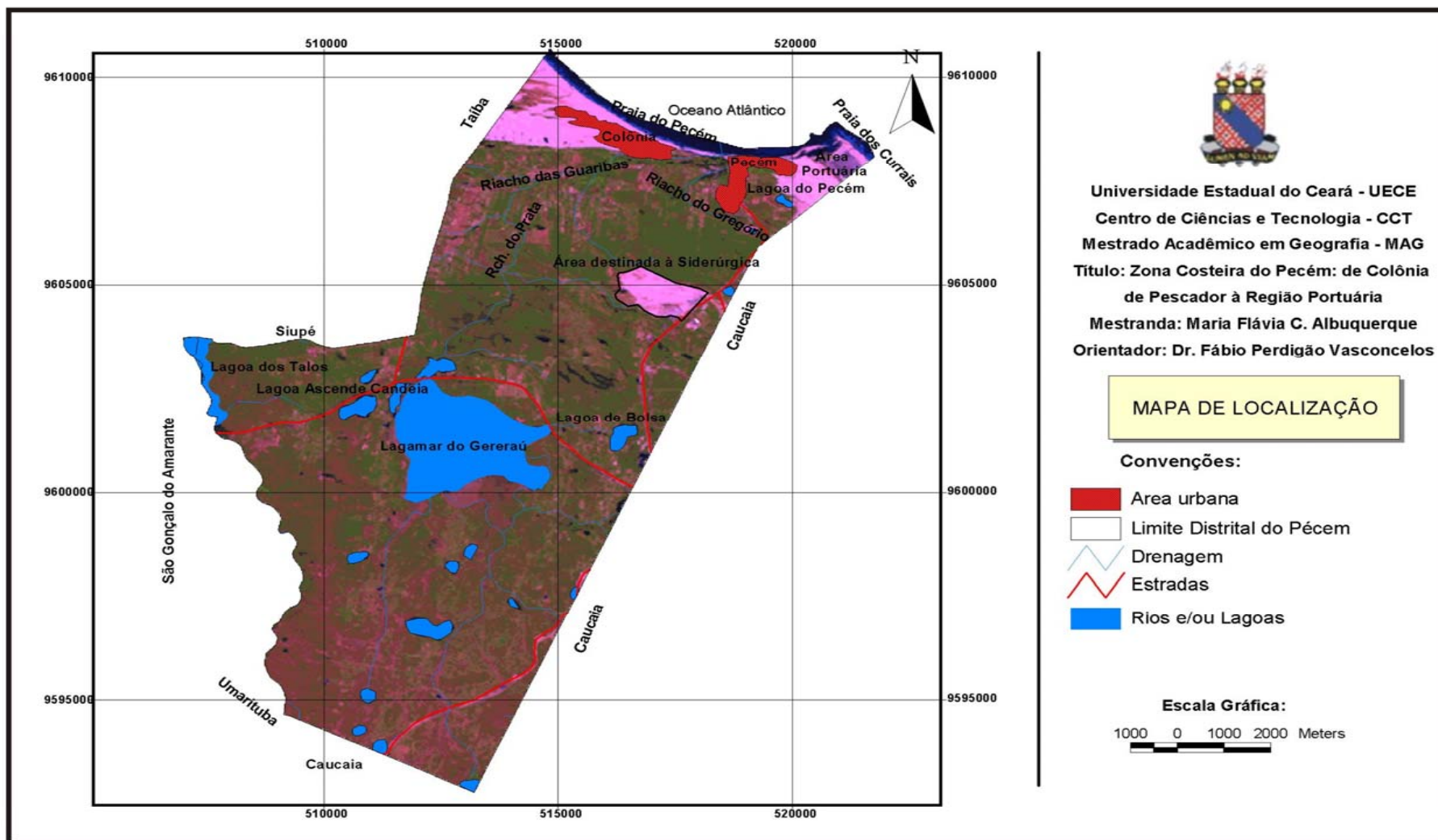
A localidade possui superfície de 128,18 Km², incluindo a cidade e mais 20 comunidades rurais. Comporta duas praias, a do Pecém, de extensão aproximada de 7 Km e a dos Currais da qual somente uma pequena parte pertence a esse distrito, ficando sua maior extensão em Caucaia. De acordo com um representante²² da Comissão da Terra da Comunidade de Bolsa, além da cidade do Pecém, esse distrito está representado por comunidades rurais, algumas delas são comunidades indígenas Anacé que lutam pela demarcação de suas terras: **Bolsas**, Gregório, **Girau**, **Torém**, **Tapuio**, Chaves, **Oiticicas**, Campo Grande, Padre Olanda, Córrego dos Tocos, **Caraúbas**, Câmara, Lagoa Seca, **Gereraú**, Parada, **Guaribas**, Colônia, Acende Candeia de Baixo e Acende Candeia de Cima.

A vila sede do Pecém situa-se à beira-mar, onde desemboca o riacho conhecido como Guaribas. Segundo Raimundo Girão (1983), esse pequeno porto está muito ligado à história colonial do Ceará, entretanto bem antes deste período estas terras já eram habitadas por índios. A própria denominação “Pecém” é indígena, provavelmente *Tapuia*, que significa “praias entrecortadas por sucessivos córregos”.

*Seu nome é indígena
Pois os índios batizaram
Até hoje permanece
O nome como deixaram*²³

²² Entrevista dia 11/01/2005

²³ Versos do livro “Pecém e sua gente” de Maria Vilani de Carvalho Azevedo. Esse livro não foi publicado e sua autora nasceu em Pecém em 1944 e ainda vive no local.



Pompeu Sobrinho (1945, p.201) *apud* Girão (1983), por sua vez, referindo-se a esse lugar diz que:

[...] é dos mais antigos de nossas costas. Surgiu no começo do XVII século e dele a primeira referência que se conhece está na carta que o Governador Diogo de Menezes escreveu ao Rei, em 1º de março de 1612, sugerindo a divisão das terras das novas conquistas no nordeste em três capitanias. Menezes registrou então o topônimo sob a forma de **Upessem**, linha que deveria ser a linha divisória entre duas das capitanias. Temo-lo novamente registrado na descrição da costa, feita em 1629 pelo holandês K. Resenlaer, que grafou **Upesem**. Nos mapas de Hondius (1636 e Laet 1640) está **Hupetem**, e nos de Seutterum, Keulen, Santa Teresa, Upecem (Lagoa do). Com o tempo, perdeu o **u** inicial, fenômeno que se vinha processando já no começo do último século²⁴.

A primeira capela do Pecém teve como padroeiro São Luís de Gonzaga e foi erguida nos campos de dunas. Esta extinguiu-se e, em 1924, mas pelo empenho do Pe. José Romualdo de Sousa Pereira, vigário de Soure (Caucaia), e aos trabalhos espontâneos de Ottani Carvalho e outros, como também pelo apoio do Cel. João Martins, foi erguida outra capela no atual lugar, desta vez sob a invocação de São Pedro. João Martins era homem de grande influência político-social no município de São Gonçalo do Amarante e morou em Pecém de 1919 a 1924 (Girão, 1983).

No local das ruínas da antiga igreja ergueu-se uma praça e posteriormente, foi construída outra igreja, a atual (Ver foto 05), como contam os versos de Azevedo (1998, p. 13-14):

*Na igreja não havia bancos
Nem quem podia tinha cadeira
Mas isso não impedia
Uma devoção verdadeira*
...
*A igrejainha querida
Que para nós era uma graça
Depois que foi demolida
Cedeu lugar à praça.*

²⁴ Refere-se ao século XIX.



Foto 05 – Igreja do Pecém em 13/05/2004
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo

Esta igreja foi ampliada no final de 2004 e início de 2005 e a praça também passou por uma reforma com investimentos da prefeitura de São Gonçalo do Amarante (Ver foto 06).



Foto 06 – Igreja do Pecém em janeiro de 2005
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo

5.1 – Uso e ocupação do litoral: compatibilidades e incompatibilidades

No início do século XX, Pecém era um lugarejo isolado, sem estradas que dessem acesso ao lugar, nem mesmo carroçais. Só se chegava lá pela beira-mar, por trilhas dentro da mata. Na praia, bem próximo ao mar, começaram a surgir casebres de palha ou madeira, construídos por pescadores. De acordo com

moradores, um dos mais antigos e ilustres imigrantes que chegou ao Pecém foi Raimundo Lauriano. Esta história está registrada no livro “Pecém e sua gente”. Os versos mostram que:

*Naquele tempo antigo
Pecém já tinha imigrantes
Que vinham de muito longe
De terras bem distantes.*

*Homem de grande importância
Na comunidade do Pecém
Que veio de Fortaleza
Vindo do Amazonas também*

*Não foi do meu tempo
Mas papai me falou
Que Raimundo Laureano
Pela praia aqui chegou*

*Comprou terras, gado, salinas
Cavalo alazão também
Ajudava os mais pobres
Do nosso querido Pecém²⁵.*

Acreditam os residentes que Raimundo Lauriano foi o primeiro dono do Pecém. Ele veio de Fortaleza e comprou todas as terras do Pecém. No depoimento contido no trabalho de Vieira (1995 *apud* Gomes, 1999) o morador fala:

Ele era de Fortaleza, o seu Raimundo Lauriano. Ele comprou e veio morar aqui. Era um velho bom. Aqui tudo era dele. Isso aqui, tudo, tudo, tudo era dele. Num tinha ninguém se num fosse do gosto dele. Tinha esse pessoal aqui dos Matões que ficava por acolá. Mas isso aqui, por aqui por perto tudo era dele. Ele comprou esse Pecém dum senhor aqui que chamavam de Joca. Aí, quando o pescador vinha pra cá, quando chegava aqui, dizia assim: ‘- Seu Raimundo, eu quero que o senhor me dê uma morada aqui no Pecém’. ‘Eu vou lhe dá uma morada pra você fazer uma casa’. Aí ele falava assim: ‘Faça aqui. Essa casa aqui, você faça aqui. Tira 20 metros de fundo pra fazer o quintal, aí esse aqui você vai criar os seus filhos e os seus netos, mas quando você sair daqui, você venda sua palhoça e deixe a minha terra. A terra é minha, você não venda’. Com o tempo o seu Lauriano morreu. Os herdeiros venderam os terreno. O seu Luiz comprou a salina, comprou tudo quanto foi de casa, comprou tudo. Aí, depois foi chegando em 1950 até 60, foi fazendo casinha de telha, né? Já tinha estradazinha. Às vezes em costa de burro, traziam as telhas, os tijolos, pra fazer as casinha.

Uma residente afirma que: “Raimundo Lauriano chegou aqui e começou a criar menino, menino. Criou uma ruma de menino, tudo registrado, pra deixar a herança. Essa herança ele passou pra esses filhos, os filhos venderam pro seu Luis Ferreira, o Seu Luis Ferreira ainda ta por aí bolando”. Um ex-pescador, em entrevista concedida a Vieira (1995 *apud* Gomes, 1999) também fala sobre como era o Pecém de antigamente:

Quando eu cheguei aqui no Pecém, as dunas eram muito maiores, e muitas, e um pouco mais longe de onde estão hoje. Aqui tinha muitos sítios, cajueiros e muita mata nativa, tinha mais mangue, tinha plantação de cana-de-açúcar e uma grande salina de

²⁵ Azevedo, M. V. C de. **Pecém e sua gente**. 1998. 37p.

propriedade do seu Raimundo Lauriano, isto na década de 30 e 40. Depois da morte do seu Raimundo Lauriano, os filhos dele começaram a vender as terras e os maiores compradores foram seu Luiz Ferreira de Souza e Moisés Pimentel. As terras, com o tempo, de mão em mão, foram sendo loteadas e vendidas, isso antes da década de 60.

Outro habitante da cidade do Pecém, desde 1917, deixa perceber pelo seu relato a pouca ocupação nesse período: *“nessa época aqui já existiam 17 casas, a rua era de areia, a atividade era só pescaria. Não tinha escola, não tinha nada. Era muito atrasado. Foi se evoluindo muito. As viagens eram feitas pelo mato ou pela praia”*²⁶.

Nos depoimentos pode-se perceber que até o final da década de 1920 e durante toda a década de 1930 a relação sociedade x natureza no Pecém acontecia de forma menos conflitante, como também acontecia nas relações entre os ocupantes desse território. Pecém permaneceu como um pequeno lugarejo com ruas de areia e com a principal fonte econômica baseada na pesca artesanal. O artesanato também era destaque. Tinha-se a confecção de labirintos, redes, bordados, pinturas. Outra moradora, ex-diretora e ex-professora²⁷ desse distrito fala sobre o artesanato desenvolvido pela juventude do Pecém:

Ah, artesanato elas trabalharam muito em labirinto que hoje quase que a gente não vê mais, até no próprio mercado central a gente vê muito pouco, e almofadas fazendo aqueles bicos, aqueles bordados de almofada, e ponto de cruz na mão. Na máquina bordavam, na máquina costuravam. As pessoas... eu lhe falo com... sinceramente, todo adolescente daquela época eles trabalhavam em artesanato e hoje não existe mais, o que faz com que o povo fique tudo muito solto, muito à vontade. E também eles não querem mais aquele tipo de trabalho. Elas...elas porque aí é trabalho pra elas. Não querem mais também, por mais que insista, mas não querem. Querem é... ta certo, uma coisa bem mais elevada é lógico. Mas ficam entre uma coisa e outra, não fazem isso e nem se dedicam também os mais social né? (Entrevista dia 28/07/2004).

Na culinária destacava-se a peixada e os doces de engenho. Nos períodos chuvosos plantava-se para subsistência o arroz, o feijão, o milho, a mandioca e o algodão. A mandioca era utilizada nas casas de farinha para fazer tapiocas, beijus e a própria farinha que era usada no consumo próprio e também vendida no mercado interno. Os depoimentos revelam o lugar e seus habitantes.

Quando eu cheguei aqui em 1937, Pecém era pequeno, tinha muito mato e nas ruas era tudo cheio de coqueiro. Eu trabalhava fazendo labirinto, bordados, e vendia para os turistas que

²⁶ Entrevista concedida a Vieira (1995 apud Gomes, 1999).

²⁷ Olgarina Góis

vinham lá de Fortaleza. Trabalhava também na roça, plantava milho, feijão, mandioca e mexia farinha²⁸.

Nesse tempo, havia casas de palha dispersas e pequenas ruas de areia, os costumes locais que se destacavam eram o bumba meu boi, os festejos religiosos, brincadeiras de roda, contadores de história, ao som do violão, entre outros. Nas calçadas, durante as noites de lua cheia, muitas pessoas sentavam-se para conversar. A criançada brincava de roda e os jovens cantavam e contavam romances ao som do violão. É o que mostra Azevedo (1998):

*Também não esqueço
Quando nós garotas brincava
Do anel e do lado direito
Hoje não se brinca mais nada*

...

*Chegava aqui violeiros
Para improvisar no Pecém
Quando não tinha dinheiro
Não improvisava bem*

*Agosto que lindo
Nós felizes a esperar
A noite de lua cheia
Na calçada a apreciar.*

...

*E nos tempos que já se foram
Não havia televisão
As brincadeiras de roda
Era a nossa diversão²⁹*

Muitos depoimentos remetem-se à saudade do tempo de infância e mocidade e da falta de malícia nos jovens do lugar e das brincadeiras:

Mas era muito gostoso (falou suspirando), tinha assim... Quando era noite de lua a gente dava graças a Deus pra ir pra rua, pra calçada brincar. Ir pra calçada brincar de roda, brincar de... coisa de criança. Só não ia noite escura. Noite de escuro ninguém saía não. Ficava ou na casa do vizinho, dentro de casa contando história, assim né? Ou então ia dormir cedo. Rezava e dormia. Mas era assim muito saudável, muito sem maldade, muito sem... sabe? Muito inocente. (Entrevista com uma moradora da cidade do Pecém, 06/06/2004).

As brincadeiras, os costumes, a valorização da cultura local, a relação sociedade x natureza eram bem diferentes do que é hoje. O isolamento do lugar contribuía para isso. Hoje, com o avanço dos meios de comunicação, aumentou a facilidade de acesso a outras culturas ocorrendo assim, num espaço de tempo curto, mudanças culturais e de valores.

A gente brincava muito de lado direito, brincava de pedras. Pedras da praia. Tinha um jogo de pedras que nós chamava de pedra. Da corda. De pular na corda. Além dos outros tipos de coisas que existiam como o bumba-meu-boi, existia na época. Os dramas eu ainda alcancei, embora pouco, mas ainda alcancei alguns dramas aqui... As pessoas faziam... Os adolescentes faziam o trabalho bem direitinho, que hoje, mesmo que a gente queira, não consegue mais. Eles acham que

²⁸Entrevista com uma Moradora do Pecém concedida a Maria do Socorro do Grupo de Trabalho Participativo do Pecém - GTP.

²⁹Azevedo, M. V. C de. **Pecém e sua gente**. 1998. 37p.

tudo não vale mais a pena e o que vale é... é essa vida que eles vivem, né? (Entrevista com uma residente dia 28/07/2004).

Nesse período, as dunas do Pecém eram bem elevadas e a praia muito extensa pois não havia construções de residências impedindo o percurso natural dos sedimentos. A lagoa do Pecém era utilizada apenas para a lavagem de roupas e para a pesca. A água de beber era oriunda de um “olho d’água”. Os meninos trabalhavam com os pais na pesca e nas pequenas plantações, enquanto as meninas ajudavam às mães nos afazeres domésticos como também na confecção de artesanatos, responsabilidades relatadas por senhoras entrevistadas que mostram, nas falas, como era a vida dos jovens do Pecém.

[...] Eu criança... a gente tinha tarefas. Tarefa escolar, tarefa social, tarefa de casa. A tarefa de casa não deixa de ser tarefa social, mas a tarefa social que eu digo era que a gente tinha responsabilidade pra varrer a igreja, pra arrumar, pra ir varrer as escolas, a escola pra gente ir trabalhar, estudar. As tarefas de casa eram os serviços da casa que a gente tinha que ajudar a mãe. E trabalhava ainda na almofada, ainda fazia a renda do bilro, de almofada, a grade, o labirinto, essas coisas toda [...] Nós brincava o carnaval, nós dançava e fazia drama. Os drama era o dinheiro pra igreja, nós dançava o pastoril, nós dançava os coco... A gente tinha as brincadeiras de roda, né? O lado direito. Agora, eu, na minha casa com meus irmãos, a gente trabalhou muito: lavava, engomava, ajudava a mamãe cozinhar pra fora. Tomava conta do gado, cuidava das vacas, pra dá de comer, tirar o leite de madrugada e ir deixar láaa onde é o porto hoje, pra comer... que lá tinha vazante. Tudo isso a gente fazia. Ainda tinha o trabalho de ganhar o dinheiro, ainda tinha o trabalho de varrer a igreja, ainda tinha o trabalho de... Era cheia de...(risadas)... obrigação.

Nessa época a convivência integrada entre homem e meio natural era comum. Os pescadores construíam suas próprias embarcações e a pesca era feita com linha e anzol. Com o tempo passam a ter barcos mais leves e pescar com redes de arrasto. A pescaria aumenta, mas continua sendo praticamente de subsistência, comercializando apenas o pouco que excedia. Até então não havia energia elétrica. O peixe era salgado para ser conservado mais tempo e, como não tinha mercado consumidor, o peixe seco era transportado por “comboio”³⁰ para ser vendido nas serras e nos sertões.

No final da década de 1930 e início da década de 1940 Pecém era uma vila formada por ruas mal definidas e sem redes de esgoto ou água. Era um lugar bastante isolado, pois os caminhos que davam acesso a ele era pela praia ou mesmo pela mata. Em 1943, época da II Guerra Mundial, ocorre nos mares do Pecém o naufrágio de um navio inglês torpedeado por um submarino alemão. Os

sobreviventes foram socorridos pelos pescadores do Pecém e foram levados para Fortaleza. Além desses, existiram outros naufrágios de barcos pesqueiros e navio. Contam os versos de Azevedo (1998) o que acontecia com os naufrágios:

*O Pecém de antigamente
Só conhecia o Cinzano
Mas veio o uísque para gente
Pelas ondas do oceano.*

*Mas uma coisa engraçada
Nossa praia virou porão
Com muito uísque enterrado
No nosso querido torrão.*

*E foi a primeira vez
Que Pecém passa
A ser palco de conversa
A imprensa a perguntar
De quem é tanta riqueza
Que aqui veio parar.*

Essas estrofes de Azevedo (1998) se referem a um navio que vinha contrabandeando uísque da Amazônia e encalhou na praia do Pecém. Muitos moradores ficaram com caixas e venderam o uísque nos seus comércios.

Nessa época, em Pecém, havia muitas salinas e muitos coqueiros. Como também tinha muitos pescadores. A economia local girava em torno dessas atividades: pesca e extração de sal. É o que pode ser observado nas estrofes³¹ seguintes:

*Era tudo muito bonito
Bonito ao seu natural
Pobre era minha terra
Mas rica de fé, coco e sal.*

...
*Nossa praia era
Uma criança enfeitada
Coberta de areia
Com mais de cem jangadas.*

...
*Logo muito cedinho
Jangadas no mar entrava
Quando era à tardinha
Com muitos peixes voltava.*

³⁰ Transporte de mercadoria em cavalos.

³¹ Azevedo, M. V. C de. **Pecém e sua gente**. 1998. 37p.

No entanto, hoje no Pecém não há mais salinas, o coco não é mais abundante e as jangadas estão, a cada dia, diminuindo, mas continua rico de fé.

Dessa época uma senhora residente lembra com saudade e brilho nos olhos:

Era simplesmente mais só uma rua, a outra rua muito simples com casa de palha, muito coqueiral, muita graúna cantando nos coqueirais, os pássaros, né? Já amanhecia o dia com aquele... aquele cântico muito bom dos pássaros. Tinha muito coqueiro aqui, a praia era muito bela, muito bonita. É... isso que eu guardo da infância, né? Principalmente do Pecém de antigamente, né? Aqui era... da maneira que eu terminei de falar... apenas a rua São Luiz com poucas casas, totalmente na areia, sem calçamento, né? E aquela época a gente guarda uma lembrança muito boa, porque tudo era muito simples, era um povo muito humilde, mas humilde assim de tudo, de coração... Hoje a gente não vê mais isso, né? Só vê muito é agressão. Agressividade. Embora a gente tenha se desenvolvido tanto como vocês estão vendo, mas muito agressivo, né? Não em termo, vamos supor, porque chegou esse porto, não. É porque o mundo está agressivo. Não consegue mais controlar ninguém. A juventude, ninguém consegue mais controlar hoje em dia. É muito difícil.

Nesse período, não havia muito o que fazer, durante a noite, em Pecém. Os comércios fechavam muito cedo e as pessoas também se recolhiam, no máximo, até nove horas:

Geralmente fechavam as portas muito cedo. O comércio fechava muito cedo. Tinha uns três comércios bem grande aqui que abastecia toda localidade, geralmente fechava cedo, como fechava cedo as casas também... o pessoal se recolhia. É...e as crianças ficavam, às vezes, brincando no máximo até nove horas ao redor das casas, perto dos pais e nove todo mundo ia dormir, né?³².

Outra residente fala do quanto era difícil chegar a Fortaleza nessa época: “Na minha época a gente ia... Saía daqui pra Fortaleza passava a manhã todinha pra chegar lá ou então a tarde todinha pra chegar lá em Fortaleza. Quando chovia muito a gente ia era pelo mar... pela praia porque não tinha aqui por onde passar”.

O depoimento mostra o quanto Pecém era isolado até a década de 1940. No entanto, na década de 1950, algumas modificações internas passam a alterar a economia e os costumes do lugar como também a sua comunicação com a Capital. Pois foi nessa década que chegou o rádio no Pecém e também houve um crescimento da pesca da lagosta. Com esta, os pescadores sentiram a necessidade de melhorar suas embarcações ou mesmo construírem novas, pois passavam

³² Entrevista com uma ex-diretora e também ex-professora da escola Edite Alcântara Mota, dia 28/07/2004.

muitos dias no mar e os velhos e pequenos barcos e paquetes não lhes ofereciam segurança.

Até o João Furtado
Pescador e artesão
Fabricava todas as jangadas
Do seu querido patrão³³

Nos versos de Azevedo (1998) é possível observar a importância desse período para o distrito litorâneo.

No ano de cinqüenta e oito
Fatura o Pecém viveu
Com a pesca da lagosta
O lugar engrandeceu.

Com o crescimento da pesca da lagosta aumentou a margem de lucro do local. O mercado interno já não tinha mais capacidade para consumir tudo, então começam as vendas para outras regiões e para Fortaleza, que se tornou o maior consumidor desse pescado.

Como falado anteriormente, foi também nessa década que o rádio chegou ao Pecém e com ele novos costumes se estabeleceram. As pessoas sentadas nas calçadas, nas noites de lua cheia, e as histórias que eram contadas, aos poucos foram sendo esquecidas. Agora o tempo era dedicado às novelas, ao futebol e às músicas do rádio. Porém, poucas moradores com boas condições financeiras podiam comprar rádio. Depoimentos falam a respeito da chegada do rádio em Pecém:

Mas ele foi chegando aos poucos... aqui, acolá uma pessoa comprava um. Eu lembro bem de um senhor que tinha um comércio aqui, que pra mim era o primeiro que existia, pra mim, mas antes devia ter outras pessoas que já tinham, né? E ele tinha um rádio. E aí ele ia chegando lentamente. Uma pessoa comprava, outra comprava [...] O primeiro... os rádio... os primeiros rádios quando nós num tinha rádio...a gente via, né? Aquela caixa bonita, arrumadinha, bonitinha, o bicho falando dentro... Oh, mas eu queria tanto o rádio, aí graças a Deus papai comprou o rádio, aí... mas foi assim um sucesso.

Os versos, a seguir, fazem referência à copa de 1958 e a chegada do rádio no Pecém:

*O Brasil jogou na Suécia
E ali foi grande campeão.
Nesta época poucos tinham
Rádio nesta região
Mas todos gols se ouviram
Da nossa seleção³⁴.*

Ainda, no começo da década de 1950, surge a 1ª escola de Pecém funcionando numa casa que ficava em frente ao atual restaurante Manuel Lúcio. Essa casa ainda existe no seu formato original e se localiza na rua principal da cidade. Usava-se casa como escola porque não havia instalações de colégios. É o que está registrado nos versos:

*João Crisóstomo emprestava
Sua casa pra escola
Onde as crianças estudavam
E depois jogavam bola³⁵*

Somente em 1964 é fundada a primeira escola estadual de 1º grau do Pecém, com alunos de 1ª, 2ª e 3ª séries, todos na mesma sala e ao mesmo tempo. Essa escola chama-se Edite Alcântara Mota e já abrange o ensino fundamental e médio, ofertando também alguns cursos superiores através do núcleo da Universidade Vale do Acaraú (UVA) em Pecém. A ex-professora e ex-diretora³⁶, do distrito, que foi estudar em Fortaleza, conta que quando voltou de seus estudos, para Pecém, já tinha um contrato e uma nomeação para ser professora da referida escola. Logo depois passou a ser diretora da escola, permanecendo durante 15 anos.

Edite Alcântara Mota, praticamente foi eu que fundei aquela escola. Ela já existia como escola isolada, logo depois que veio eu e mais duas professoras também formadas, quer dizer, formada naquela época. Nós tínhamos o terceiro pedagógico que... que dava direito a uma formação mais ou menos completa, né? Que hoje já tá muito além. Aí aqui nós ficamos, eu fui diretora durante 15 anos. Fundei o sistema de aula em tv aqui no Pecém e eu lhe falo com toda sinceridade, até então eu tinha... eu tinha o colégio muito bom, organizado, os meninos eram obedientes, as mães eram muito boas, não tinha problema, né?.

Também, na década de 1960, o patrimônio natural do Pecém favoreceu o veranismo, mas a especulação imobiliária veio acompanhando. Com isso novos comércios surgiram para atender aos novos consumidores, como também uma nova

³³ Azevedo, M. V. C de. Pecém e sua gente. 1998. 37p.

³⁴ Azevedo, M. V. C de. Pecém e sua gente. 1998. 37p.

³⁵ Idem.

relação de trabalho, uma vez que algumas famílias que viviam da pesca passaram a trabalhar como caseiros nessas segundas residências. (Monteiro, 2001).

*Os comerciantes da Praça
Que vinham a se destacar
João Hipólito, Cância, Zeca Moraes
Os mais fortes do lugar³⁷.*

Na década de 1970, é delimitada a zona urbana do Pecém e tem início a construção do mercado público local. Chega o gerador de energia elétrica e a televisão. Esta foi instalada na praça. Lamparinas e lampiões foram substituídos por lâmpadas. As duas principais ruas da cidade agora eram iluminadas durante a noite. As outras ruas da cidade estavam mais bem definidas e receberam nomes de pessoas ilustres do lugar. Mas a distribuição de energia elétrica pelo poder público, através da Coelce, só aconteceu na década de 1980.

Com o passar do tempo Pecém conheceu o automóvel que chegava até lá, por estradas carroçais e pela praia em maré baixa. Na década de 1980 chega o ônibus, as estradas de acesso a Pecém foram melhoradas e, na década de 1990, outras foram abertas com os incentivos do PRODETUR. O acesso à capital, Fortaleza, passou a ser feito por ônibus, topics, mototaxi e carros próprios.

No litoral existiam mais dunas, mais praia e mais mangue, porque a ocupação era pequena e havia uma integração entre os moradores e a natureza local. Com o crescente interesse pelo lugar novas ocupações e novas arquiteturas foram surgindo. O processo de especulação imobiliária teve início. A população local foi, aos poucos, sendo “expulsa” do seu território. As palhoças foram substituídas por casas de alvenaria, tanto de moradores como de veranistas. Parte das dunas foi ocupada, o mangue foi aterrado para novas construções residenciais. O lixo passou a ser lançado no mangue, ocasionando a diminuição da pesca do caranguejo por conta da poluição.

Pescadores locais e também pessoas vindas de outras localidades, inclusive de Fortaleza, chegavam a Pecém e se apossavam das terras de Marinha.

³⁶ Olgarina Góis ex-professora e ex-diretora da escola Edite Alcântara Mota.

Plantavam, geralmente coqueiros, e cercavam o terreno. Se havia alguma reclamação quanto à posse da terra o discurso era: “o coqueiro é meu e, conseqüentemente, sou dono da terra em que ele está”. Na foto 03 pode-se observar a presença de coqueiros e também de cercas delimitando o terreno.



Foto 07 – Terreno cercado e com plantação de coqueiros

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo

Uma residente, falando sobre um pescador que queria lhe vender um terreno de três lotes nas dunas antes das ocupações por veraneio, observa:

Nas dunas não tinha aquela..., as mansão não, era só as casinhas de palha. E eu tão besta que um pescador pelejou pra mim ficar: 'Dona Vilanir, oia, eu tiro até de mercadoria... na sua mercearia, compre minha casa'. Uma casinha réa de palha, um terreno medonho...assim uns três lote. Eu digo: 'eu não sei Zé porque sei lá se depois num vão tomar'. 'Vão não porque quem tá lhe vendendo sou eu'. Porque ele que tinha direito que era pescador. Era só aflorar, né? Botar a planta no caminhão e plantar, pronto já tava seguro. Mas aí a gente era tão tola que não queria com medo. Aí veio os barão e tomou tudo.

Na frase “Aí veio os barão e tomou tudo” está registrado o seu sentimento de perda da terra, de perda do seu espaço, do seu território. Não que eles tenham tomado a terra dos pescadores, mas sendo eles externos à comunidade, ocasionam uma quebra nos laços de amizade e de relacionamento da população local e assim sendo, os habitantes locais se sentem invadidos e, de certa forma, expulsos do seu lugar. Azevedo (1998, p.11) fala sobre isso através de seus versos:

³⁷ Azevedo, M. V. C de. Pecém e sua gente. 1998. 37p.

*Uma coisa me deixa feliz
E trás boas recordações
As poucas casas antigas
Que não viraram mansões*

A tranquilidade do local começou a ser divulgada e assim foi crescendo o interesse dos veranistas em visitar o distrito, como também de ter uma segunda residência nesse lugar. Muitos desses interessados compraram os casebres de palha dos pescadores e instalaram casas de estilo moderno, bem próximo à praia. Esses pescadores passaram a morar em lugares mais distantes do mar. Alguns deles permaneceram na pesca. Outros deixaram de praticar a atividade para se dedicar a essas casas, como caseiros, e outros, às vezes nos finais de semana, ainda pescavam. Lima (2002) comenta a respeito dessa ocupação por veranistas e as interferências na vida dos pescadores:

Com a chegada do veranista, o direito à moradia na beira-mar e o acesso livre à praia foi significativamente restringido para os que pertencem a algumas comunidades tradicionais. Em Paracuru (cidade praiana) e na praia do Pecém, depois da construção de algumas segundas-residências na beira-mar, os pescadores não têm onde aportar suas embarcações (jangadas, paquetes ou botes) e estão morando longe do mar, por detrás de "morros". É importante salientar que com os veranistas, principalmente, vêm não só um arsenal de equipamentos elétricos e eletrônicos, como novos hábitos, valores e comportamentos típicos de cidadãos.

Os grileiros e especuladores imobiliários, de olho nessa tranquilidade lucrativa de Pecém começam a cercar, vender terrenos, e construir loteamentos também. Em 1985 um loteamento foi instalado sobre o campo de dunas. A população local, inconformada com esse empreendimento, deu início aos primeiros conflitos entre moradores e empresários donos de imobiliárias.

O caso teria sido de um empresário, que entrou com um pedido de licença junto à Superintendência de Desenvolvimento do Ceará – SUDEC para construir um loteamento sobre as dunas do Pecém. Na época o diretor do Setor de Recursos Naturais do órgão, Sr. Renato Aragão, designou uma equipe de engenheiros para analisar as obras que estavam em andamento nos morros de areia daquela praia, no sentido de verificar se as mesmas estavam ferindo o Código de Preservação vigente na época³⁸. (Gomes, 1999)

Esse loteamento foi construído de forma irregular, uma vez que foi instalado sobre o campo de dunas. Isso causou o assoreamento da lagoa do Pecém

que era muito utilizada pela população como recurso hídrico. Além disso, houve a denúncia que, em torno de 1985, o empresário dono do loteamento passou a utilizar os arrecifes para construção do calçamento que daria acesso ao loteamento sobre as dunas. Houve reivindicação dos moradores da comunidade do Pecém, no entanto a causa foi favorável ao empresário.

O primeiro loteamento do Pecém foi o que é hoje a Colônia de Férias do Pecém. Antes era terreno pertencente à família Prata. Seguindo houve o loteamento Barra do Pecém, cuja localização foi sobre dunas. Muitas reclamações foram feitas pelos moradores sobre este tipo de ocupação que deu ganho de causa ao empresário. Hoje essa área foi vendida para a construção do Condomínio Solar do Pecém. Além desses, outros loteamentos também são destaques na ocupação do espaço do Pecém, como é o caso do loteamento que fica entre a Vila do Pecém e a Colônia de Férias dos Professores - o Park Sul, na estrada que leva a São Gonçalo do Amarante (Gomes, 1999)³⁹.

No Pecém, o que se pode verificar é a prática de venda de terras há mais de seis décadas e que hoje vem se intensificando. Isto traz algumas consequências negativas, como por exemplo, a perda do espaço pela comunidade tradicional; a degradação ambiental; a exploração dos recursos naturais de forma indiscriminada; e os novos comportamentos trazidos pelos que chegam. (Gomes, 1999).

Na década de 1970, o veranismo mostrou-se mais atuante. Pessoas vindas, principalmente de Fortaleza, com o intuito de se refugiar da vida agitada da capital, nos finais de semana e feriados, passaram a ocupar, cada vez mais, esse espaço do pescador. Na década de 1980, cresceu o número de segundas residências no Pecém e, com isso, observou-se um aumento na quantidade de casas de pescadores vendidas, muitas delas por valores irrisórios. Estava-se iniciando ali a forte ocupação imobiliária modificadora do ambiente natural e da forma de vida local.

As construções de residências foram sendo fixadas, inicialmente no centro da cidade que, com o tempo, foi se expandindo inclusive para a área de

³⁸ Jornal O POVO. Arrecifes e dunas estão sendo ameaçados no Pecém. 15/05/85

³⁹ Entrevista concedida a VIEIRA. Turismo e Desenvolvimento Sustentável no litoral oeste cearense: o caso do Pecém. 1995. in Gomes, J.A. O Pecém era assim: memória e reconstrução do passado. 1999.

dunas. Queriam eles ver, de suas casas, a bela vista do mar. A ocupação ocorreu de forma desordenada, isso porque o município não dispunha de uma lei rígida, de uma boa fiscalização e de um bom planejamento quanto ao uso e ocupação do solo. Conflitos foram estabelecidos entre moradores locais e os empresários do setor imobiliário mas o processo de ocupação continuou avançando sobre o campo de dunas com consequências nefastas ao equilíbrio da dinâmica natural local.

Tulik (2001, p.10 *apud* Monteiro, 2004, p.50) ao analisar a localização de segundas residências, destaca determinados fatores que levam a existência desse tipo de hospedagem:

- A demanda recreativa em geral;
- O aumento das áreas urbanizadas, representados pelas grandes cidades e sua região metropolitana;
- A degradação dos ambientes urbanos levando à busca de locais tranquilos e pitorescos;
- O interesse econômico associado à oportunidade de lazer, com a aquisição de um ativo que traga segurança nos momentos de instabilidade financeira, particularmente nos países em desenvolvimento”;

Luchiari (2000 *apud* Monteiro, 2004, p.52-53) destaca que a urbanização turística é ocasionada, dentre outros fatores, pelo surgimento das segundas residências associadas ao turismo de massa que trazem as seguintes consequências de ordem econômica e sócio-cultural:

- Sazonalidade da força de trabalho e ocupação de mão-de-obra estrangeira;
- Surgimento de uma nova elite local originada pela ascensão de atividades ligadas ao comércio, à construção civil, ao trade turístico, etc., exercendo

esse novo segmento social grande influência na formação das cidades turísticas e na política local;

- Aumento da especulação imobiliária e mudanças na forma de entender a valorização seletiva do uso do solo. Segundo a autora, (2000:125) ‘as territorialidades locais são suplantadas pela localização de atrativos, sejam naturais, infra-estruturais ou sócio-econômicos, intensificando o processo de segregação espacial e de construção de enclaves’, podendo ocasionar uma descaracterização do destino turístico, fazendo surgir um não-lugar e

- Aumento do custo de vida de um modo geral para a população local”.

Portanto, pode-se perceber que, no Pecém, as transformações sociais ocorridas, a partir da chegada dos veranistas, dos turistas e empreendedores turísticos materializam-se na paisagem costeira, evidenciando o processo de segregação espacial. As cercas (que passam a indicar a propriedade e/ou os marcos da grilagem de terra), as construções destinadas aos empreendimentos turísticos (pousadas, hotéis) e as barracas estilizadas introduzem elementos estéticos que se diferenciam do padrão tradicional da arquitetura local e do uso comunitário da terra.

Monteiro (2004, p.35), falando sobre o turismo e sobre as segundas residências em Paracuru, ressalta essa questão levantada a respeito dos problemas que o turismo pode acarretar nas comunidades litorâneas:

[...] o turismo pode acarretar sérios problemas decorrentes da ocupação territorial por envolver pessoas se deslocando do seu ponto de origem, ultrapassando limites espaciais, aproximando povos diferentes social e culturalmente e provocando mudanças nas economias locais onde a atividade turística está presente, além de ser responsável por mudanças significativas no meio ambiente. (p.35)

Ela também ressalta que as atividades turísticas buscam alcançar lugares que nunca foram explorados. Passam então a usufruir daquele espaço de forma indiscriminada sem respeitar as populações locais, podendo causar, dentre outros problemas, os de ordem cultural. Coriolano (1998, p.16) apud Monteiro (2004, p.36) diz que “o turismo aproxima espaços geográficos, social e culturalmente distintos, fazendo chegar o mundo globalizado às pequenas localidades, unindo o global ao

local e criando uma relação de dependência entre os lugares no que tange ao desenvolvimento das atividades econômicas e de lazer”.

Monteiro (2004, p.40) menciona ainda que, logo após a Segunda Guerra Mundial, foi produzida no Mundo “uma forma de turismo desordenada e sem regulamentação, priorizando a satisfação do turista e acarretando sérios transtornos ao meio ambiente e à comunidade local, com essa nova ordem de ocupação territorial”, trazendo transformações na forma original de seu ambiente físico e cultural no intuito de atender aos desejos dos grandes centros urbanos emissores de turistas.

Em relação aos benefícios do turismo para Pecém, ao se perguntar se o turismo trazia algum tipo de benefício para a localidade, obteve-se as seguintes respostas: 67% das famílias entrevistadas afirmaram que sim, traz benefício, e 21% disseram que não traz nenhum tipo de melhora para Pecém. Quanto ao tipo de benefício, o lucro para os comércios e hotéis foi a resposta de 36% dos entrevistados. Além desse, outros benefícios tiveram destaque: 1) mais renda para o distrito; 2) divulgação do lugar; 3) alegria para o lugar e 4) incentivo à limpeza do local. No entanto, é importante considerar o posicionamento do pároco⁴⁰ do Pecém, pessoa bastante envolvida com a comunidade local e com as causas sociais:

Segundo os comerciantes daqui, não há turismo. Como eu já te falei, antes do porto a praia era bonita, atraía turistas. E com a chegada do porto a praia ficou danificada, portanto não se fala mais que o Pecém é uma praia turística. Não existe turista aqui. Vem mais aqueles que tem família aqui e quando vem algum jovem, algum jovem para dançar na praça. Se tem algum benefício é a compra de alguma bebida aqui e acolá. Mas os comerciantes não estão satisfeitos não. Houve já reunião dos comerciantes para se colocar, no sentido da prefeitura investir mais aqui nos turistas porque eles estão em baixa aqui, os comerciantes estão em baixa, tá? Não existe nada que atraia aqui o turista.

A tabela abaixo comprova o que o padre falou a respeito da diminuição de turistas no Pecém e conseqüentemente no município de São Gonçalo do Amarante.

⁴⁰ Padre José Élio Correia de Freitas.

Tabela 08 – Principais municípios visitados pelos turistas via Fortaleza

Municípios	Turistas		Variação %
	1998	2002	
Fortaleza	735.305	803.305	9,20
Aracati	72.132	151.926	110,62
Caucaia	147.761	122.084	-17,38
Jijoca de Jericoacoara	23.119	113.945	392,86
Beberibe	64.272	96.989	50,9
Aquiraz	67.508	68.502	1,47
Paraipaba	20.807	24.417	17,35
Paracuru	14.796	24.417	65,02
Cascavel	14.334	23.738	65,61
São Gonçalo do Amarante	26.356	22.382	-15,08
Sobral	11.798	18.196	54,23
Juazeiro do Norte	8.576	17.809	107,66
Canindé	6.472	17.034	163,20
Guaramiranga	-	15.342	-
Quixadá	8.252	12.776	54,82
Trairi	-	12.208	-
Baturité	3.652	8.438	131,05
Camocim	3.237	6.104	88,57
Crato	4.288	5.807	35,42
Ubajara	3.949	4.986	26,26
Maranguape	3.337	4.603	37,94
Outros	57.234	54.414	-4,93
Total	1.297.528	1.629.422	25,58

Fonte: SETUR/CE – 2003

Atividade turística é forma de apropriação do território do distrito estudado e esta recebeu incentivos, a partir da década de 1990, com o PRODETUR. Na sua primeira etapa, vários cursos foram oferecidos à população local, além do melhoramento das estradas de acesso ao distrito, pavimentação e aumento na rede de abastecimento d'água, implantação da rede coletora de esgotos e também benefícios para recuperar ambientes naturais degradados, afirmou o órgão estadual de turismo.

Com base nesses dados, foi-se a campo para certificar a atuação desse programa. Das 70 famílias que responderam o questionário, 20 tinham ouvido falar no programa, apenas 14 afirmaram que o PRODETUR trouxe algum tipo de benefício para o Pecém, das quais, apenas 2, disseram que o benefício foi incentivo à vinda de mais turistas para comprar artesanato local e a ajuda nos festejos de São Pedro. Os demais tinham ouvido falar do PRODETUR, mas não sabiam da sua finalidade. Esse dado mostra que não houve envolvimento da comunidade local à nova dinâmica que se esperava para a área. A etapa I do PRODETUR, na área

estudada, destinou-se basicamente à instalação de infra-estrutura básica como água, esgoto e construção de rodovias de acesso e esqueceu de informar os habitantes e capacitá-los.

Dos 6 comerciantes que foram entrevistados, 4 ouviram falar do PRODETUR. Um deles afirmou que este programa não trouxe nenhum benefício para o distrito do Pecém. No entanto, uma comerciante disse que ele foi responsável pela divulgação da localidade, como também realizou, junto ao Programa de Urbanização do Ceará (PROURB), a pavimentação na sede de São Gonçalo do Amarante e na cidade do Pecém. Também ressalta que ele foi atuante na capacitação da população local, com os cursos de camareira, garçom e recepcionista.

Os cursos existiram de fato, mas foram rápidos, o que não permitiu uma boa qualificação, além de ter atingido apenas uma pequena parcela da população, não houve crescimento do turismo, haja vista que as atividades do porto tiveram seu início na mesma época da atuação do PRODETUR/CE I. Muitas casas de veraneio foram colocadas à venda ou disponibilizadas para aluguel dos engenheiros e técnicos. Além disso, essa primeira etapa do programa não tinha como objetivo a divulgação das localidades turísticas ou com potencialidades turísticas.

Foram realizadas reuniões com a população para exposição dos objetivos do PRODETUR, mas não houve um bom esclarecimento dos benefícios desse programa para a população local. Não ocorreu o acompanhamento nem a participação popular durante as obras, o que mostra a necessidade da Gestão Integrada da Zona Costeira que envolvesse diretamente a participação popular nos problemas que dizem respeito à comunidade local.

O PRODETUR tido como programa capaz de melhorar a qualidade de vida da população nordestina e citado como fonte de benefícios já realizados, tem seu “caráter sustentável” exemplificado no PPA, pelo fato de ter conseguido “preservar o meio ambiente em 43.669 hectares (ha)”. Isso demonstra a visão estanque e desintegrada dos formuladores quanto ao correto uso dos recursos naturais como base de qualquer programa econômico. Este modelo tem reproduzido tradicionalmente relações de poder que vêm o trabalho, o ser humano e a natureza como objetos a serem apropriados, e negam a participação dos atores e suas demandas reais. (Santos et al, 2003, p.39).

No que se refere à recuperação de ambientes naturais, a praia do Pecém, que se encontrava com um forte processo erosivo, houve uma tentativa de recuperação em 2003, através da construção de muro de arrimo⁴¹ perpendicular à linha de costa e mais quatro “gabiões⁴²” na zona de estirâncio. Hoje a praia apresenta maior comprimento no sentido berma–ante-praia. (Ver perfil litorâneo, figura 01, p.29). Além dessas estruturas, a construção do quebra-mar do Porto do Pecém gerou uma zona de calmaria nas praias a jusante, diminuindo a energia da onda ao chegar na praia. A onda não tem mais o poder erosivo que tinha antes, em consequência ocorre o acúmulo de sedimentos nessa área.

Além do PRODETUR outros programas de “desenvolvimento” foram destinados ao distrito do Pecém nos anos de 1990: o PROURB, o SANEAR e o CIPP. A atuação desses projetos governamentais causou atropelo e super-posição de atividade para as pessoas das localidades atingidas. Esses projetos implementaram a infra-estrutura básica na cidade do Pecém e ampliaram as infra-estruturas já existentes.

Nesse período, 256 famílias que viviam nas áreas de risco urbanas do Pecém foram reassentadas em casas construídas em regime de mutirão. Essas casas receberam energia elétrica, água da CAGECE e rede de esgoto. O prazo para receber a documentação dessas casas era de 5 anos, no entanto até agosto de 2004 eles ainda não haviam recebido, como afirma uma moradora: “A promessa era que, em cinco anos, todos estariam com o documento nas mãos. Já faz mais de cinco”. (Entrevista dia 05/08/2004). Quanto à rede de esgotos, alguns moradores afirmam que ela é lançada na lagoa de tratamento, enquanto outros dizem que ela é lançada no mangue. A foto, a seguir, mostra o destino final de parte do esgotamento sanitário residencial no Pecém.

⁴¹ Estrutura de pedras utilizada no processo de recuperação de praias erodidas e/ou na contenção de ondas.

⁴² Estrutura de pedras utilizada no processo de recuperação de praias erodidas através do barramento de sedimentos na faixa de praia.



Foto 08 – Lançamento de lixo e de esgotos de residências no mangue do Riacho Guaribas
 Fonte: Registrada pela autora em visita de campo.

As promessas de melhoria não cobrem todo o distrito do Pecém, o que também é testemunhado, a seguir, pelas falas dos moradores e de representantes da comunidade. Uma residente no Pecém e dona de um colégio na cidade fala a respeito do PRODETUR:

Não há grande conhecimento sobre ele. Iria ajudar no saneamento. Tem lugar que o esgoto é estourado. Fez foi piorar a situação em determinadas épocas do ano, no caso no período chuvoso. Tinha um projeto de um calçadão, mas não foi feito. Dos projetos que mostraram para a população nenhum foi feito completo. Desde 1996 se espera. (Entrevista dia 06/08/2004).

Antes da atuação do PRODETUR no Pecém foram feitas reuniões para informar à população sobre os objetivos do programa e as mudanças que iria trazer para o Pecém. A propaganda de desenvolvimento, de crescimento econômico para a localidade foi disseminada entre os moradores, no entanto, apesar do aumento da rede de abastecimento d'água e da implantação da rede de esgoto no Pecém, algumas obras ficaram mal concluídas. O calçamento das ruas principais não foi finalizado e o calçadão na rua da praia também não foi feito. E em alguns pontos da cidade do Pecém o esgoto residencial que deveria ser lançado na rede de esgoto continua sendo lançado no riacho Guaribas.

O pároco do Pecém também falou a respeito do PRODETUR. Na sua colocação ele afirmou que as propostas, não só desse programa como também as do CIPP, foram apresentadas à população do Pecém depois de prontas. Não houve a participação da comunidade na elaboração desses projetos. Falaram em empresas

que iriam atrair turistas e, no entanto, passaram a investir mais nas instalações portuárias e industriais, atividades que não se relacionam entre si.

Esse projeto chegou, pelo menos a nível teórico aqui no Pecém. Foram feitas reuniões que eu participei, mas de fato as propostas que já vinham elaboradas foram dadas, mas não foram cumpridas. Até então ainda não foram cumpridas. Nesse projeto PRODETUR [...] uma das propostas era o calçadão que iam fazer aqui no Pecém para segurar um pouquinho a força da água, da maré, porque teve um tempo aqui que houve uma ressaca do mar e destruiu muitas casas. E esse projeto iria fazer um investimento para inibir as ondas. Foram feitas algumas pequenas coisas, mas não o calçadão bonito que foi feito toda uma propaganda. E outra coisa do PRODETUR seria trazer empresas aqui para a região. Empresas que iriam atrair o turismo. Assim, investindo numa coisa atrairia o turismo. Então, houve reunião e ficou somente mesmo em conversa.[...] Se fala que aqui será um pólo turístico, no entanto não estão trabalhando esse pólo turístico. No momento não. Tão só investindo no porto do Pecém. (Entrevista dia 07/09/2004).

Ainda em relação a esse programa vale ressaltar a análise feita pelo fórum da zona costeira,⁴³ em 2004, sobre a sua primeira etapa. Dentre as deficiências encontradas houve destaque das seguintes:

- O modelo de desenvolvimento que baliza o programa se voltou preferencialmente ao turista internacional que se hospeda nos Resorts comandados pelo capital estrangeiro - o qual exige uma mão-de-obra mais qualificada e não aproveita os recursos locais, gerando e aumentando a segregação sócio-espacial.
- Inadequação e conseqüências de ações realizadas (construção da estrada de Canaã - Trairi sem o Trevo de Acesso, provocando acidentes e mortes);
- Localização de obras questionadas (pólo de lazer de Paracuru);
- Abrangência do sistema de saneamento básico (no centro das sedes municipais, excluindo as periferias e praias).
- Relação recursos investidos x desenvolvimento do turismo bastante desproporcional, em função da não alteração do quadro de miséria existente;
- Deslocamento na aplicação de recursos previstos (decisão de gabinete);

⁴³ S.O.S Zona Costeira. Prodetur. Disponível em: <<http://www.soszonacosteira.hpg.ig.com.br/prodetur.htm>>. Acesso em: 07/11/2004.

- Prioridade dada para construção de infra-estruturas;
- Incentivo exclusivo aos grandes projetos empresariais;
- Falta de crédito para pequenas iniciativas;
- Capacitação inadequada.

Todas essas colocações, além de deixarem clara a deficiência desse programa, também evidenciam a necessidade de uma gestão integrada onde haja a participação mais efetiva das comunidades locais junto aos programas de “desenvolvimento” destinados aos seus territórios.

A segunda fase do PRODETUR já está em execução. Algumas áreas onde atuou a primeira fase desse programa foram incluídas novamente no projeto, como Taíba, por exemplo. Nessa etapa, o programa visa o planejamento e gestão de uma política de turismo com bases locais, priorizando o fortalecimento institucional das Prefeituras e dos atores locais com vistas à capacitação, à formulação, à execução e gestão de políticas de turismo a nível municipal ou regional. Além de valorizar também a participação das populações locais na formulação, implantação, acompanhamento e avaliação do PRODETUR.

Se esse programa faz parte de um projeto maior do governo federal que visa ao desenvolvimento sustentável é imprescindível que haja a preocupação com o meio ambiente local e com as pessoas envolvidas nessas transformações espaciais. É preciso a participação popular, inclusive na formulação dos programas para que haja um desenvolvimento, de fato, para que beneficie os moradores e sejam eles os principais atores sociais e econômicos dessas localidades. Atualmente a apropriação do território costeiro do Pecém não tem sido destinada ao turismo. O complexo industrial que está sendo instalado “expulsou” de suas terras muitas famílias que viviam da agricultura e da pesca.

5.2 – O Porto e as metamorfoses do lugar

Os anos 90 trouxeram ao Pecém uma variedade de programas atuando ao mesmo tempo. O projeto do Complexo Industrial e Portuário foi responsável por um novo marco referencial na ocupação do distrito. As construções do porto do Pecém foram iniciadas em 1996 e este foi inaugurado em março de 2002. A justificativa da escolha dessa praia para a instalação desse empreendimento foram suas condições geológicas, geomorfológicas e batimétricas favoráveis.

Com o intuito de causar menor dano possível ao ambiente e para não ocorrer o mesmo processo erosivo como o do Mucuripe em Fortaleza, o porto do Pecém é do tipo “off-shore”, ou seja, é composto por um viaduto “vazado” (Foto 09) que liga o retroporto, no continente, ao cais de atracação, com seu quebra-mar, situados a, aproximadamente, 2000m da linha de costa, aonde a profundidade chega a 16 m de acordo com a carta 600 da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Esse tipo de porto não impede o percurso natural dos sedimentos pela corrente longitudinal. Porém foi construído um Terminal de Embarque Provisório (TEP) para permitir o embarque das pedras que seriam usadas na construção do quebra-mar ao largo e como suporte para as estacas da ponte e dos piers. Esse ancoradouro, construído sobre parte da ponta rochosa, para não causar grandes alterações na dinâmica praial, acabou funcionando como um espigão, retendo sedimentos do lado leste e intensificando o já instalado processo erosivo na enseada de Pecém (Chagas, 2000).

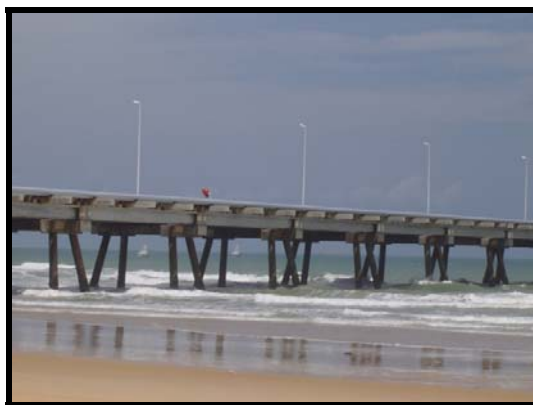


Foto 09 – Viaduto “vazado”

Fonte: Registrado pela autora em trabalho de campo

Além disso, o retroporto, que é composto por armazéns, blocos administrativos, estacionamento e pátios de containeres, foi construído sobre uma faixa de terra que compreende a praia e o início do campo de dunas, podendo vir a gerar processos erosivos devido à interrupção do fornecimento de sedimentos às dunas móveis costeiras que alimentam com sedimentos a praia de Pecém, logo após o porto.

Em 1998, no período de “ressaca”, houve um grande avanço do mar sobre o continente, derrubando muros, residências, comércios e postes da rede elétrica. Com essa forte erosão, os próprios moradores resolveram colocar sacos de areia e blocos de pedras para proteger suas casas, mas com as marés cheias as ondas levaram esses blocos e sacos para a faixa de praia, dificultando a atracação das embarcações utilizadas na pesca artesanal, além de ter deixado a praia com péssimo aspecto de destruição (Vasconcelos & Albuquerque, 1998).

Ondas de até sete metros estão levando tudo que encontram pela frente na rua Oton de Carvalho, que os moradores chamam de Beira Mar, na Praia do Pecém. Todos foram unânimes em afirmar que sempre houve ressaca naquela praia, mas nunca nas proporções da que ocorreu de domingo para segunda-feira. (Diário do Nordeste, 26/10/1999).

Para uma moradora que reside no Pecém, desde que nasceu, em 1958, essas grandes ondas, atingindo sete metros, nunca tinham chegado com tanta fúria na praia. Ela diz: “quando eu tinha dez para quinze anos, aqui em frente formava-se uma piscina na praia onde a gente tomava banho. Hoje o mar está dentro das casas”. (Diário do Nordeste, 26/10/1999). Nas fotos a seguir pode-se ver o que restou dessa rua depois de sucessivas ressacas, apenas a placa, com o nome, afixada a um muro de uma antiga residência que ali se localizava.



Fotos 10 e 11 – Antiga Rua Oton de Carvalho
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo

A explicação para esse acontecimento dada pelo técnico do Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH)⁴⁴ é que é um fenômeno provocado por um tipo de onda (swell), que vem do Atlântico Norte que tem um comprimento (distância entre duas cristas) em torno de 300 metros (o normal são 50 m) que atinge a costa com forte energia. São ondas intercontinentais que, geralmente, nunca chegam antes de dezembro. Nesse caso alcançaram a costa do Pecém no mês de outubro e coincidiram com as marés de lua que são as maiores que ocorrem mensalmente. A amplitude normal das ondas no período das marés de lua é de 3,10m e que, se juntando com ondas de até 3 m, pode levar a uma onda de até 7 m na zona de arrebentação, atingindo a praia frontalmente com grande poder de destruição (Fotos 12 e 13). Acrescente-se a esse fato a pouca sedimentação da praia devido à forte ocupação do campo de dunas e da zona de berma.



Fotos 12 e 13 – Praia do Pecém durante a ressaca em outubro de 1999
Fonte: Fábio Perdigão, 1999

⁴⁴ Aluísio Santos Araújo

O Terminal de Embarque Provisório (TEP) foi retirado logo após a conclusão das obras do porto. A praia mostra, atualmente, um notório crescimento, provavelmente por ter se formado uma zona de calmaria em frente à enseada do Pecém, em decorrência do quebra-mar ao largo, que diminui a energia das ondas que chegam na costa. Além disso, foram colocadas estruturas de pedras na praia, chamadas gabiões, para barrar os sedimentos e fazer com que a praia crescesse. Os resultados foram significativos. A praia adquiriu um perfil mais suave e extenso. Durante as ressacas de janeiro/fevereiro de 2004 e 2005 as ondas não causaram mais os danos de antes.

Com o início da construção do CIPP, alguns comerciantes, melhoraram suas rendas, principalmente os donos de pequenos restaurantes. Já os donos de depósitos e comércios em geral não tiveram bons lucros, como afirma Araújo (2002, p.83):

Conforme o SEBRAE (1998b), as empresas construtoras do porto praticamente não consumiram bens e serviços ofertados no lugar, salvo para as emergências, devido à qualidade comparativa desses serviços e aos preços exorbitantes praticados, em parte encarecidos pelo frete.

Muitos aumentaram seu estoque, se endividaram para melhorar o atendimento, esperando aumentar significativamente as vendas mas o que aconteceu foi prejuízo em grande número deles pois as vendas continuaram sendo realizadas no mesmo ritmo de antes do porto.

O porto também gerou emprego para a população de Pecém, mesmo em escala bem menor do que a esperada pois, segundo Araújo, (2002) havia mais pessoas empregadas no porto em agosto de 2001, vindos de outras unidades da Federação do que os residentes em Pecém ou procedentes do interior, de Fortaleza ou de Caucaia e ainda reforça afirmando que “os trabalhadores de Pecém tiveram maiores oportunidades em atividades de baixa qualificação...” e que grande parte da mão-de-obra vinda para o Pecém (CIPP) “estava fixa ao emprego e não ao lugar, percorrendo vários pontos do país com as obras. Assim, muitos trabalhadores não encontraram o emprego desejado e tiveram que se deslocar para outro lugar”.

Outra consequência das instalações do referido porto e também das delimitações das áreas destinadas às construções industriais que farão parte do CIPP foi a desapropriação de terras que gerou conflitos com os moradores locais. Araújo (2002) ressalta que houve "... uma discriminação na desapropriação, pois assim como foram remanejadas as famílias residentes em APA, o mesmo deveria ter ocorrido com as mansões existentes no lugar, mas não foi o que aconteceu...".

De acordo com a Lei 9.985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde está inclusa a Área de Proteção Ambiental (APA), e com o Decreto 4.340/02 as APAs são constituídas por terras públicas ou privadas. Para esta última podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização da propriedade. A desapropriação para estabelecer uma APA não está na lei. A falta de conhecimento a respeito das leis ocasiona às comunidades prejuízos econômicos e culturais irreparáveis. Também é importante acrescentar que essas pequenas comunidades litorâneas vivem nesse meio sem alterar significativamente a dinâmica ambiental local, enquanto que as grandes residências instaladas em dunas e faixa de praia, como é o caso, comprometem o fluxo sedimentar, além do que essas pessoas que vêm de outras cidades, a grande maioria não têm o envolvimento e comprometimento com a comunidade e com o lugar.

Além disso, foram observadas por Gomes (1999) e Araújo (2002) mudanças nos hábitos locais. Pessoas que ficavam conversando nas calçadas, nos finais de tarde, passaram a não mais fazê-lo devido ao aumento do vai-e-vem de carros, ônibus e caminhões intensificando a poeira nas ruas (Gomes, 1999). Araújo (2002) afirma que com os caminhões para a construção do porto a vila ficou movimentada e suja.

De outra parte, Vasconcelos (1997) ressalta que com o CIPP pode ocorrer a intensificação dos processos erosivos e também o porto

"manuseará produtos como o petróleo e seus derivados, bem como o minério de ferro que será utilizado na produção de laminados metálicos na indústria siderúrgica que será instalada nas proximidades do porto. Pela natureza dos produtos que circularão, esse porto é considerado 'sujo' e não existe área portuária limpa, sem poluentes associados ao ar, água e sedimentos marinhos".

Essa poluição, acontecendo, comprometerá a pesca artesanal através da diminuição da quantidade e da diversidade de peixes.

Outro impacto, levantado por Vasconcelos, é a proibição de uso das águas para lazer e recreação, causando a fuga de banhistas e turistas para outras praias que não sejam poluídas. Além disso, área portuária, comumente, é considerada perigosa e a prostituição é atividade presente. Outra coisa notória nas proximidades dos portos brasileiros são as instalações de estaleiros, oficinas especializadas, bares, pequenos restaurantes. Portanto, dificilmente ocorrerão investimentos em hotéis, restaurantes ou outros equipamentos turísticos (Vasconcelos, 1997).

Tanto o PRODETUR como o CIPP, trouxeram melhorias em infraestrutura para o distrito do Pecém. Como exemplo, temos a instalação de vias de acesso à cidade, de um comando policial, de posto de saúde, de esgotamento sanitário e expansão no abastecimento d'água e no sistema de eletricidade. Quanto aos benefícios do CIPP a população relata: “pra mim o porto do Pecém, no momento, é mais um porto simbólico. Não existe de fato aquilo que... tantas promessas foram feitas pelo governo federal e estadual”. (Pároco, 04/09/2004). Outra moradora da comunidade de Bolsas, no Pecém, que faz parte da Comissão da Terra local, acha que trouxe apenas 1% de benefício, o restante, os 99%, foi de problemas para a comunidade.

Aqui tudo era... tudo era bem mais diferente... Vamos dizer assim... 99% ficou horrível. Tem 1% que tenha sido vantagem. Benefício nenhum pra comunidade num trouxe não. Pra nós aqui, pra nós do Pecém não trouxe nada não. Porque na realidade emprego... o desemprego aumentou cada vez mais, porque antigamente as pessoas viviam mais da agricultura, hoje eles vivem mais esperando pelas empresas que estão chegando. Eles sonham na realidade enquanto têm a mão de obra pesada, no sol, eles têm. Quando essas empresas chegam, no início é muito trabalho, mas é só no chamado peão, só pro peão. Depois que passa, que tá tudo ok, tudo bunitim tchau, vai, num olha mais pra ninguém da comunidade. Vem pessoas de fora, pessoas de outros estados assumir o emprego que se aqui tivesse pessoas qualificadas com certeza dava pra assumir... (moradora de Bolsas, 29/08/2004).

Quando perguntado o significado do Complexo Industrial e Portuário para as famílias entrevistadas no Pecém, as principais colocações foram: significa mais emprego, prosperidade, problemas sociais, problemas ambientais, mudança cultural

e solução de problemas ambientais. Na opinião de um deles o CIPP representa prejuízo, tendo em vista ter perdido três carros e adquirido uma dívida de quase R\$ 150 mil:

E a gente não tinha nenhuma ajuda de custo por fora... foi prejuízo pra todos. E eu fui uma das pessoas que me endividei e fiquei devendo, também, quase 150 mil reais por causa dessas construção, né? Eu perdi três carro que eu tinha, caminhão que eu botei pra trabalhar lá, eu perdi no movimento, lá, puxando a pedra, né? Da pedreira pra construção... pro paredão do porto. E várias pessoas também que passaram por esse mermo problema que eu passei, né? E até hoje ainda não consegui me recuperar, ainda to tentando me recuperar, pagando dívidas que eu consegui com a construção desse porto. (Entrevista dia 28/07/2004).

As propagandas que fizeram a respeito do porto atraíram pessoas para trabalhar e também muitos comerciantes para o Pecém, inclusive de outros estados. No entanto a propaganda foi maior que a oferta de possibilidades. Foi o que afirmou um entrevistado:

Em termo de comércio também, venderam as coisas lá em outro estado e vieram pra cá pensando que o porto do Pecém ia ser uma coisa grande, né? E chegaram aqui e num era o que realmente eles tinham feito propaganda. Faz uma propaganda toda. Eu sei, tem muita coisa, mas é só ilusão. Tá entendendo? Quando chega aqui o pessoal bota o comércio e não tem a quem vender, quando vende, vende fiado e não recebe e o resultado: todo mundo quebra, né? E aí a melhoria... quando melhora um pouco é quando chega uma empresa e vai construir uma obra, né? E aí vem a construção civil, aí vai aparecendo algum emprego pra alguma pessoa na construção e o dinheiro começa a circular, né? Coisas, né? Quando vem o emprego, mas é difícil vir. Aí enquanto não vem você passa um ano ou mais esperando e comendo o que não tem, né? Porque o que tinha já comeu tudo. (Entrevista dia 28/07/2004).

A comunidade deseja que esse quadro mude rapidamente, pois os moradores do Pecém estão passando necessidade. Fala um residente:

É preciso fazer alguma coisa e rápido né? Porque já tem muita gente, já, passando fome. Passando necessidade. É... todo mundo pensa que o porto traz o quê? Traz emprego, traz tudo. E num tá tendo nada. Não tá tendo nada, tá entendendo? É só mermo ilusão mermo pro povo mesmo. (Entrevista dia 28/07/2004)

Quando perguntado o que era o CIPP e o que ele significa para o lugar as respostas foram:

Mais prostituição. Os emprego a grande maioria foi para os de fora. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Fortaleza, ficam aqui hospedados.

Nada, continua tudo do mesmo jeito, não melhorou nada.

Ameaça.(silêncio).

O porto foi ruim para os pobres. Aumentou o nº de assaltos por pessoas de fora, desapropriação dos terrenos. Melhorou pros ricos e donos de hotéis e restaurantes.

Com o porto melhorou o aluguel e os hotéis.

Muita gente já trabalhou em Pecém. É de época. Hoje tem muito desempregado.

Com a construção do porto muitas barracas da praia saíram devido aos problemas ambientais de erosão.

Poucos empregos, apesar de existir gente capacitada trazem gente de fora.

Tem muita fiscalização. Hoje com o porto tem mais empregos. Antes não tinha. Às vezes eles chamam nós da borracharia para trocar pneu de máquina ou trazem aqui pra borracharia.

Nota-se que nas opiniões a respeito do CIPP há o destaque para os problemas de pouco emprego oferecido aos moradores da localidade. Sobre isso, a representante da Secretaria de Turismo do Município de São Gonçalo do Amarante deu o seguinte depoimento:

No caso é... para o município de São Gonçalo ele tem uma grande importância na parte econômica, que através do porto trouxe mais renda pro município, mas em termo ainda de geração de emprego não era o que se esperava. Eu acho que a prefeitura, não só a prefeitura, mas o SINE tem que trabalhar mais nisso, capacitar as pessoas pra trabalharem lá. Porque a grande maioria das pessoas que trabalham no porto são de fora, ou é de Caucaia, ou é de Fortaleza. Vários locais, mas de São Gonçalo são poucas. Inclusive, até as pessoas, muitas se queixam. Se você perguntar qualquer pessoa do Pecém, se queixam porque as pessoas mesmo de lá do Pecém que tá mais próximo, do distrito mais próximo, a maioria trabalha de "peão". Eles sempre falam isso. Até mesmo aquelas mais capacitadas, com faculdade e tudo num chegam a ter um cargo melhor lá não, porque não foram preparados pra isso. (Entrevista dia 02/09/2004).

O aumento do número de casas para alugar foi algo muito citado pelos moradores do Pecém. De fato, foi possível observar casas de veraneio, como também de pescadores, ainda com placas. Na época da construção do porto era maior o número de casas destinadas a aluguel. Essas casas, os hotéis e pousadas passaram a ser ocupados por trabalhadores do porto. Hoje, esse quadro está mudando. Fala um representante do governo local:

Principalmente ali no centro do Pecém as pessoas eram acostumadas a uma vida mais pacata,... uma coisa mais tranqüila e com a construção, principalmente na época da construção, hoje em dia ainda tem, mas nem tanto, o grande fluxo de caminhões ali naquela rua principal do Pecém tava sendo muito intenso, não só os caminhões, como gente de fora, muito "peão". Tava virando uma bagunça. Realmente a cidade, as pessoas mesmo que moravam há mais tempo estavam começando a vender suas casas. Muitas venderam e algumas tão até pra vender ainda, por causa disso. Essas firmas, muitas delas, não são fixas. Chegam essas firmas, elas passam uma temporada fazendo um trabalho no porto, então esses "peões" que são dessas firmas eles ficam nessas pousadas do Pecém ou então em casas alugadas. Eles costumam ser de farra, de muita algazarra, pegar prostituta, essas

coisas. Inclusive naquela época, quando iniciou a construção do porto, começou a criar muitas boates. Boate no caso... só pra trabalhar com mulheres pra esses homens. Boate strip. Mas hoje em dia todas estão fechadas. Foram fechadas. Inclusive na rua principal mesmo tinha uma, tinha outra na descida do Pecém também e tinha outra mais escondida. E as pessoas, assim, que moravam a mais tempo começaram a se queixar disso, mas ultimamente tem voltado essas pessoas que moravam a mais tempo, têm voltado a andar mais por lá, os veranistas e tudo mais. Eles inclusive nem estavam andando mais lá, estavam só alugando as casas mesmo e as pousadas não estavam mais trabalhando com turistas, elas estavam trabalhando com “peão”, só. (Entrevista dia 02/09/2004)

Das famílias entrevistadas, 73% afirmaram que o CIPP beneficiou algum membro da família. Mais da metade delas, ou seja, 57% foram favorecidas com emprego temporário e apenas 16% com emprego fixo, o restante não respondeu. Desses empregos, alguns são estágios, outros trabalharam somente um ano e seis meses. Outros trabalharam só na construção do porto. Alguns trabalharam apenas seis meses. Outros ainda estão trabalhando desde a época de construção do porto, mas o emprego é temporário. Vale destacar que a grande maioria desses trabalhadores, hoje, está desempregada. A maioria dos trabalhadores do Complexo Industrial e Portuário que foi entrevistada ganha um salário mínimo. Dos entrevistados 9% ganham entre R\$ 501 e R\$ 1000. Apenas 6% ganham acima de R\$ 1000.

Tabela 09 – Média de renda dos trabalhadores do CIPP que moram no Pecém

Valor (R\$)	100 - 200	201-500	501-1000	Mais de 1000	Não sabe responder
Nº de famílias	3	30	6	4	9

Fonte: Pesquisa direta

Quando perguntado às famílias entrevistadas se a população do Pecém havia sido indagada se queria ou não o porto, 31% responderam que sim, no entanto, 54% afirmaram que não. Apenas 6% dos entrevistados não moravam no Pecém nessa época e não souberam responder e 9% não responderam ou não sabiam informar. Das 70 famílias entrevistadas 50% disseram que existiram reuniões e que elas foram para informar os benefícios do CIPP, ou seja, não vieram perguntar se eles queriam e sim já chegaram com o projeto pronto, apenas informando como seria a instalação, os benefícios que iria trazer, as desapropriações que iriam ser feitas, os empregos que iriam gerar, o aumento da população que iria acontecer entre outras informações. Alguns residentes sobre a realização de reuniões para informar sobre o CIPP comentaram:

Todos concordaram.

A população achava que ia melhorar a economia, mas isso não ocorreu.

A única reunião foi com o grupo humano da igreja.

Informaram, mas nunca tinha certeza, tudo ficava no ar, diziam que seria bom.

Algumas reuniões ocorreram no próprio canteiro de obras da Construtora Andrade Gutierrez. Muitas delas foram realizadas na sede do Grupo de Trabalho Participativo (GTP), com a presença de vários representantes do governo, prefeitura, população local e outros. Em relação ao GTP, esse é um setor criado em todas as localidades que são alvo da instalação de grandes obras do governo estadual. O GTP no Pecém foi criado em 1997 através do decreto 24.496, para acompanhar toda a obra do porto (o canteiro de obras) além de agir junto à população do Pecém.

Segundo esse grupo, no período de construção do porto, 40% dos trabalhadores eram do distrito do Pecém e áreas vizinhas. Esses trabalhadores eram acompanhados na saúde, educação (educação de adultos no próprio canteiro de obras do porto). Uma vez por mês ocorria reunião ordinária com a secretaria do estado e a comunidade, quando os participantes podiam falar seus anseios e apontar possíveis soluções⁴⁵. O GTP acompanhou o processo de desapropriação das famílias da área urbana e da área rural. Nesta última, foram desapropriadas 22 famílias do Pecém e posteriormente destinadas a três reassentamentos: Munguba, Forquilha e Novo Torém⁴⁶.

O chamado “Novo Grupo de Trabalho Participativo (GTP)” está ligado à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) englobando todas as funções de antigamente e também com a preservação das áreas ambientais. Tem, também, função de ação social atuando junto aos idosos, ao ABC, aos reassentados, intermediando essas populações junto às secretarias do estado, visando a agilização dos processos. No entanto, as famílias entrevistadas no Pecém possuem opiniões diversificadas a respeito das funções e da atuação desse grupo. Das 70

⁴⁵ Informações apresentadas por Luís Marques e Socorro Costa de Freitas representantes do GTP, palestrantes da mesa: “A visão social e acadêmica das transformações sócio-espaciais no Ceará. Programação do II Seminário Territórios em Reconstrução: o público e o privado como atores dos territórios produtivos. UECE. 30/09/2004.

⁴⁶ Idem.

famílias entrevistadas, 23% afirmaram que não conhecem o GTP. Os que disseram que ele significa informação/conhecimento representam 21%. Os que afirmaram que o GTP significava uma melhoria no relacionamento das pessoas somam 17%. Esse Grupo interagiu com a população durante a construção do porto e a população participava das reuniões e das discussões sobre o futuro do Pecém. Os que afirmaram que esse Grupo não significa nada para as famílias do Pecém representam 13% e 11% só ouviram falar do GTP. Apenas 4% disseram que ele é imposição e 6% não responderam a esse questionamento. Alguns moradores do Pecém deram sua opinião a respeito desse grupo:

O GTP é coisa abafada. Só pros peixe.

O GTP trouxe curso de computação, telefonista, cursos pagos. No início era R\$ 100,00.

Hoje não está mais havendo cursos, não está havendo reuniões. Era informativo.

Prometem emprego, pedem currículos, mas não chamam.

É importante ressaltar que, no início das obras do CIPP, com a construção do porto, em dezembro de 1996, ocorreu uma espécie de mobilização, iniciada por parte das comunidades do Pecém, atingidas pelo projeto. Com o apoio do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) surgiu o Grupo de Acompanhamento às Obras do Complexo Industrial Portuário. Esse grupo estava formado por membros das comunidades de Matões/Caucaia, Bolsa, Baixa das Carnaúbas e Gregório⁴⁷. Segundo a representante⁴⁸ do CPP, o Estado “ignorou o Grupo e organizou outro sem um representante sequer da comunidade”⁴⁹.

O vigário, por sua vez, deixou claro seu descontentamento a respeito desse grupo numa entrevista concedida no dia 7 de setembro de 2004, logo após o movimento realizado pela igreja denominado de Grito dos Excluídos no Pecém.

⁴⁷ Diário do Nordeste. Caderno Cidade. Fortaleza, Ceará. Domingo, 29 de junho de 1997. Notícia Principal: Drama social emoldura construção do Porto do Pecém. Reportagem: As 61 famílias que estão sendo retiradas para dar lugar às obras da siderúrgica questionam o valor das indenizações (I). Carmem Pompeu – da Editoria da Reportagem.

⁴⁸ Rosa Martins

⁴⁹ Diário do Nordeste. Caderno Cidade. Fortaleza, Ceará. Domingo, 29 de junho de 1997. Notícia Principal: Drama social emoldura construção do Porto do Pecém. Reportagem: As 61 famílias que estão sendo retiradas para dar lugar às obras da siderúrgica questionam o valor das indenizações (I). Carmem Pompeu – da Editoria da Reportagem.

Então, logo no início das obras, o GTP era como se fosse a mediação do governo com o povo e vice-versa, no entanto a coisa não foi bem isso, porque eu acompanhei algumas reuniões, já vinha tudo preparado, a comunidade deveria apenas engolir, não existia de fato um diálogo. Vinha tudo preparado de cima. Então, eu fiz parte de reuniões, fui crítico, não fui, digamos assim, escutado, tão pouco respeitado. Mas o GTP para mim se quer fazer um trabalho que de fato seja da participação da comunidade tem que ter um pouco mais de caráter.

Este líder religioso afirma que o único Grupo que existe de fato é o representado pelas lideranças comunitárias do Pecém, ligado à igreja e que se reúne constantemente com a comunidade, onde todos participam para discutir os problemas locais.

[...] o único grupo mesmo é o grupo da igreja, ta? É o grupo que de fato se reúne para poder conversar com a comunidade, e nós nos preparamos juntamente com a comunidade, [...] Então, tem o grupo da igreja que são as lideranças das comunidades que têm uma certa orientação de nossa parte e aí chegam até o GTP e colocam sua fala. Então, não existe outro grupo não, a não ser o nosso grupo aqui da igreja, ou seja, as lideranças comunitárias das comunidades. (Entrevista dia 07/09/2004).

Pode-se verificar que, não só no Pecém, mas em todo País, grupos hegemônicos “impõem” à população mais “carente” suas ideologias e tecnologias de trabalho mais modernas, exigem mão-de-obra mais qualificada e, no entanto, não lhes oferecem as condições justas de vida. É o que afirma Montenegro (2001, p.14):

No Brasil, o capitalismo é capaz de submeter muitas vezes as populações pobres às condições tecnológicas mais modernas de trabalho. Entretanto, no que tange às condições de vida, ou aos direitos elementares da cidadania, esta sociedade é credora de uma incomensurável dívida social.

Para o governo do Estado o objetivo do CIPP é fornecer ao Ceará desenvolvimento industrial que permita uma entrada e saída de matéria de forma mais dinâmica. É atender o crescimento econômico do Ceará e permitir o crescimento industrial estadual. No entanto, pouco se fala na melhoria das condições humanas das comunidades que habitam esses territórios que são destinados aos grandes investimentos do governo estadual. Muitas vezes, elas são vistas apenas como força de trabalho ou empecilho ao “desenvolvimento”. São “pedras no caminho” para o crescimento econômico. Portanto, tiram-se as “pedras” e colocam-nas num outro lugar qualquer para não atrapalhar.

A forma capitalista e não sustentável de crescimento econômico adotada não permite que a população seja ouvida e considerada quando se trata de mudanças no seu território, no seu cotidiano, na sua cultura, na sua vida. No Pecém, a população local não foi perguntada se queria ou não aquele investimento para sua comunidade sobre o projeto, já aprovado, foi apenas comunicado que ali seria instalado. Muitas propagandas foram feitas durante as reuniões realizadas com os moradores das comunidades atingidas pelas desapropriações para o CIPP, mas o fato é que pouco do que foi prometido foi cumprido.

5.3 – A comunidade tradicional e a cultura local

Esta comunidade apresentava comportamento típico de comunidade tradicional mas foi tomada pelas atividades modernas. Costumavam todos os anos festejar o padroeiro com novenas, bandas de músico, leilão, procissão pela praia com muita comida e brincadeiras. Toda a população participava, como também as comunidades vizinhas. As festas que mais se destacavam eram a de São Pedro, padroeiro dos pescadores e a de São Luiz de Gonzaga, padroeiro do distrito. Azevedo (1998) narra em versos estas festas:

<i>E a festa do Padroeiro</i>	<i>Peixes dos mais gostosos</i>
<i>Era mesmo de orgulhar</i>	<i>Bolo, galinha, camarão.</i>
<i>Com o hasteamento da bandeira</i>	
<i>E a radiadora a tocar</i>	<i>De vez em quando uma bomba</i>
<i>...</i>	<i>Explodia pelo ar</i>
<i>As novenas começavam</i>	<i>Foguetes riscavam o céu</i>
<i>Com os foguetes no ar</i>	<i>Pra gente apreciar</i>
E o Pai Nosso e Ave Maria	<i>...</i>
<i>Todo povo ia rezar.</i>	<i>Depois das festividades</i>
	<i>Tinha um baile muito bom.</i>
<i>E no final das novenas</i>	
<i>Um animado leilão</i>	

No mês de junho ainda hoje ocorre, com grande alegria para o lugar, a festa de São Pedro. É uma festa tradicional em homenagem ao padroeiro dos pescadores. É conhecida como a festa dos pescadores. A concentração das pessoas começa na praia, depois segue em procissão pelo mar em jangadas, retornando à praia onde é celebrada uma missa. No ano de 2004 essa festa reuniu pessoas de várias localidades que vieram ao Pecém só para assistir-lhe. Mais de 30

jangadas participaram da procissão. Há, ainda hoje, um grande número de pessoas participando dessa festa. No entanto, o envolvimento da comunidade do Pecém e das comunidades vizinhas foi enfraquecendo com o tempo, principalmente pelos jovens que são os mais aptos a valorizarem novos costumes.

*A procissão das jangadas
Que é feita pelo mar
É uma bonita festa
Com os pescadores do lugar⁵⁰.*

Ocorre também, embora com menor frequência, a dança do coco que é um bailado indígena dos tupis do litoral. Ela é apresentada ao som de caixas, pandeiros, *ganzás*, *íngonos*. Homens e mulheres reúnem-se em roda, com um solista no centro, fazendo passos ritmados, “puxando o coco”, e ao cumprimentar os parceiros e deles se despedir com umbigadas e batidas de pé, entoando quadras, emboladas, sextilhas e décimas, puxadas pelo refrão. (Sampaio, 1997). Sobre essa dança Azevedo (1998) diz:

*A dança do coco
Pescadores valorizou
A tradição de nossa terra
Uma época ela marcou.*

...

*Dr. Adelino Alcântara
Por muito tempo patrocinou
Ao grupo de pescadores
Que dançavam com amor⁵¹.*

Estas festas são exemplos de resistência cultural dessa comunidade que resiste aos impactos da modernidade que prende as pessoas em frente à televisão, impondo novos valores. Muitas pessoas, juntamente com a igreja católica local, organizam festas e gincanas no intuito de resgatar e preservar a identidade e a história do Pecém.

Como exemplo pode-se citar a “Gincana de Animação” que aconteceu no ano de 1999, organizada por grupos de jovens das comunidades rurais do distrito e também pelos moradores da cidade do Pecém. Essa gincana tentou atingir não só

⁵⁰ Versos do livro “Pecém e sua gente”.

⁵¹ Idem.

os jovens como todas as comunidades citadas, valorizando a cultura e conscientizando sobre o momento histórico, econômico, social e político que estão vivendo. O objetivo desta gincana foi conscientizar os moradores de que o Governo do Estado havia projetado a instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e que iria desapropriar terras da comunidade. Essa atividade mostrou os direitos dos donos da terra e organizou resistência às instalações do porto porque não viam vantagens para o lugar. Aproveitaram o momento para recordar a história local que passou a ser valorizada devido à ameaça de perda da terra. As pessoas mais idosas narraram as histórias locais e desse movimento foi produzido um livreto⁵² contando as histórias locais.

É interessante considerar a importância da igreja nesse percurso de existência do distrito do Pecém, travando uma luta, juntamente com a comunidade, na tentativa de manter viva a cultura, o senso crítico e o amor à terra que esse povo traz em si. Essa entidade tem uma preocupação humanitária, conscientizando e educando crianças e jovens do lugar. O respeito e a obediência desta população ao pároco do Pecém é superior ao destinado aos representantes políticos. A influência da igreja não é de hoje, como pode-se observar nos versos seguintes:

*Era o Pe. Romualdo
Um dos vigários do Pecém
Mandava fechar o comércio
E todos iam dizer amém⁵³.*

Todo o empenho da igreja na defesa do cidadão do Pecém foi observado na entrevista feita com o padre⁵⁴ local, mais precisamente na pergunta relacionada aos desapropriados pelo CIPP:

O papel da igreja foi justamente fazer com que a negociação fosse justa, claro que nos chegamos já um pouco tarde, né? Quando nós chegamos a negociação já tinha acontecido e muitas famílias já tinham sido desapropriadas, mas para algumas comunidades que faltam, ou melhor, que estão no plano piloto para poder ser desapropriadas, a igreja tá se reunindo com esse pessoal, né? Buscando os direitos humanos, enfim, que a coisa aconteça, porém aconteça de maneira justa. Então a igreja é um suporte, é uma defesa para esse povo que não tem voz, que não tem vez. Então a postura da igreja é ajudar que esse povo não venha perder tanto, pois os danos, só em sair de suas raízes, deixar suas raízes já é um sofrimento muito grande. E pegar esse pessoal e jogar em terrenos

⁵² “Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história” foi um livreto reproduzido pela Pastoral dos Migrantes. Fortaleza – Ceará.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Padre José Élio Correia de Freitas, entrevista dia 07/09/2004.

onde a produção não se sabe como vai surgir, então isso é um sofrimento, e a igreja é muito sensível para que nosso povo não saia sofrendo [...] Também está contemplado Bolsas, aliás, Matões para uma futura desapropriação. E a igreja marca presença para que possa negociar com o governo. Orientar a comunidade para que ela não seja enganada nesse processo de desapropriação.

No início das desapropriações muitas pessoas assinaram documentos de venda de suas terras sem saber o que estavam fazendo de fato, pois muitos moradores mal sabiam assinar o nome. Chegavam os representantes do governo e explicavam que aquelas terras estavam destinadas ao complexo industrial e portuário e que eles seriam obrigados a sair. A igreja, preocupada com os danos causados à população local, passou a orientá-la para que não fosse mais enganada nessa negociação.

Quanto às mudanças culturais e o esquecimento dado às tradicionais festas que ocorriam em Pecém, Azevedo (1998, p. 30) mostra que:

*A coisa mudou tanto
De certo tempo pra cá
Não se escuta mais alvorada
Nem serenata ao luar.*

Os valores mudaram. Contudo, a instalação do porto e do complexo industrial não pode ser considerada isoladamente como a responsável por essa transformação. Esta nova apropriação do espaço, e essa transformação do território e das culturas das pequenas comunidades tradicionais estão diretamente ligadas ao processo de globalização, a inserção de novas técnicas, à transformação da sociedade em uma sociedade de redes.⁵⁵ Milton Santos define bem esse momento quando fala a respeito das técnicas:

Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnica atual é a chegada de técnica da informação, por meio da cibernética, da informação, da eletrônica [...] ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico.(Santos, 2000, p.25).

Para Santos (2000, p.65), a globalização desconsidera os valores humanitários e de solidariedade:

[...] quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si e, como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.

Pode-se dizer então que, no passado, as relações humanas davam-se olho a olho; cara a cara, havia uma maior solidariedade. Esses elementos hoje foram extintos, isso porque o poder da comunicação com o global retirou do local essa perspectiva de proximidade humana das relações sociais. Vivencia-se, portanto, a fase do capitalismo de redes, de transformação da experiência humana com estas redes constituindo a “morfologia social de nossa sociedade”. Tudo isto interfere na cultura local. O espaço territorial e social se modifica. A tradição local é impactada por novos valores, novos símbolos, novas referências, novas expectativas e novas utopias. Sobre esse assunto Fonteles (1998, p.66) afirma que:

[...] nesse processo a comunidade tradicional ver brotar em torno de si, possibilidades novas a todos os níveis, de maneira que ela, quer tenha consciência disso e quer não, não pode deter, não pode impedir que ele ocorra. Também não há como negar a atração pelo novo e o desejo que se tem de possuí-lo, de partilhar do bem-estar ou da agilização da vida que o moderno proporciona. E nesse contexto ocorre a vontade de adotar novos modos de pensar, novos modos de fazer as coisas, novos modos de viver a vida. E a comunidade acata sim, cada uma no seu próprio ritmo, os novos elementos. Não identificando com clareza em que patamar se encontra na nova realidade, embarca numa canoa sem conhecimento prévio das águas em que está navegando, sem saber o ponto de chegada e sem controle do leme.

No entanto, é importante notar que a nova formação sócio-cultural de uma comunidade que começa a receber influências estranhas à área, continua a possuir raízes históricas, embora estejam em outro registro, como nos diz Milton Santos:

(...) embora a cultura de massa adentre a cultura local, impondo regras há uma resistência da cultura pré-existente, havendo, portanto, a possibilidade de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa[...], pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias[...]. Embora os “de baixo” não possuam meios para participar plenamente da cultura moderna de massa. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura. (Santos, 2000, p.144)

⁵⁵ As redes são todas as infra-estruturas física, social e política que possibilitam o transporte de matérias e energias, bem como, comunicação, circunscrita no espaço caracterizado por linha de ligação que se confluem em pontos. As redes aparecem como uma das mais significativas marcas da contemporaneidade.

Identificou-se a articulação do novo com o velho, os momentos de maior ou menor interação e os conflitos mais acentuados. Pecém, depois da transformação do território, da vinda de novos moradores de várias localidades do País e de estrangeiros, apresentou mudanças nos costumes locais: De 70 famílias que responderam o questionário, 48 dizem ter aumentado a prostituição de crianças e adolescentes. Uma moradora da comunidade de Bolsas afirma: “[...] aumentou demais a prostituição na comunidade de Bolsas”. Outra, representante da Secretaria da Ação Social no CIPP, assegurou que existe prostituição infantil no Pecém⁵⁶. Sabe-se que nas áreas portuárias é comum o crescimento da prostituição devido ao grande fluxo de homens viajantes.

Outra mudança está relacionada à pesca. Dos entrevistados, 14 citaram a diminuição da pesca e dos pescadores como modificação nos costumes do local devido ao porto. Essa diminuição aconteceu, segundo os moradores, porque os filhos de pescadores abandonaram a profissão para trabalhar no porto. No entanto, só tiveram trabalho na época da construção e hoje se encontram desempregados. Muitos esperam a chegada de indústrias para lutarem por um novo emprego.

No caso das comunidades rurais, a principal mudança apontada foi a fuga dos trabalhadores da agricultura para buscar empregos nas indústrias. A fala de uma moradora da comunidade de Bolsa revela o que foi afirmado: “as pessoas se acomodaram na espera de empregos das indústrias e não ligam mais para a agricultura”.

Outra mudança nos hábitos das pessoas do distrito do Pecém está relacionada ao uso de drogas pelos jovens. Na época em que Pecém era apenas um lugar turístico, esse contato acontecia de forma menos evidente. Segundo os entrevistados, desde 1996, quando começaram a chegar muitas pessoas de fora da localidade do Pecém, com hábitos diferentes, com pensamentos diferentes, tem

⁵⁶ Diário do Nordeste, 01/07/1997. Caderno Cidade. Editoria de Reportagem: Carmem Pompeu. Nome da Reportagem: Porto gera expectativa de supervalorização do Pecém. Notícia Principal: Enquanto a comunidade critica as desapropriações, o governo espera desenvolver a região com a implantação de indústrias.

ocorrido o crescimento no consumo de drogas. Das famílias entrevistadas, 10 afirmaram ter ocorrido esse aumento e que isso assusta os residentes.

Outras mudanças citadas foram: a diminuição de turistas; a venda ou o aluguel das casas de veraneio devido à perda da tranquilidade do lugar, uma vez que aumentou a movimentação de carros, caminhões e mesmo de pessoas na cidade; os moradores deixaram de sentar nas calçadas e preferiram ficar em casa, devido ao medo das pessoas de fora; houve o aumento da violência, inclusive de assaltos, tendo em vista o crescimento do número de pessoas que vieram de outras localidades.

Uma moradora falando a respeito do CIPP disse: “Eu trabalho com crianças, através do programa Sentinela S.O.S Criança. Tem ocorrido no Pecém aumento da prostituição, do uso de drogas, da violência, além da questão dos reassentados que foi um grande impacto social”. (Entrevista dia 06/08/2004). De acordo com outra moradora que reside no Pecém, há 51 anos o porto foi responsável pelo aparecimento do uso de drogas e da prostituição infantil no Pecém. “Aqui antes era um lugar tranquilo⁵⁷”.

Um ponto positivo citado por um dos moradores da cidade do Pecém foi o incentivo dado aos artesãos pelo Grupo de Trabalho Participativo (GTP). Essas pessoas, geralmente idosos, fabricam seus artesanatos e todos os anos expõem na EXPOTUR, feira de exposição realizada anualmente na sede do município. Uma outra mudança positiva foi que alguns pescadores passaram a ganhar mais dinheiro devido ao aumento nas vendas para os restaurantes que atendem aos trabalhadores do porto.

Uma entrevista com o padre do Pecém, quando perguntado se com o CIPP tinha ocorrido alguma mudança nos costumes locais, ele afirmou:

É. Acarretou... Alguns pais de famílias que se preocupam com suas filhas, porque vem gringos, vem outras pessoas, inclusive homens casados que fazem a cabeça das adolescentes. Então isso causou uma certa pressão psicológica, ou seja, gerou um certo desentendimento entre pais e filhos. O pai quer orientar a garotinha alucinada com o sujeito, como teve uma que eu tive que

⁵⁷ Jornal Diário do Nordeste, 14/01/1999. Reportagem: Pastoral dos migrantes reúne famílias do Pecém. Notícia principal: Comunidades avaliam impactos de mudanças provocadas pela instalação do Porto.

fazer intervenção, caso contrário ela iria sair de casa, ela iria fugir com o rapaz. E o rapaz disse que era solteiro. A gente investigou, era um sujeito casado. E a criança sofreu. 13 anos a garota. Então sofreu pai, mãe, irmãos, tias ... Então, não há uma preparação do pessoal para acolher esse “desenvolvimento”, esse “progresso”. (Entrevista dia 04/09/2004).

Mesmo com toda essa transformação que Pecém tem passado, ainda podem-se identificar traços da cultura e da resistência local. É o que nos mostra o depoimento de uma moradora, registrando mais uma vez a influência da igreja sobre as pessoas dessa localidade e do seu empenho no resgate cultural desse povo:

Ainda nós temos carnaval, não é um carnaval como antigamente, mas de qualquer maneira é um carnaval, né? Nós temos as festividades do padroeiro, temos ainda a dança do coco que é uma coisa da terra, natural e outras coisas mais. Por exemplo: agora nós vamos começar a festa do padroeiro. São nove noites de festejo. Toda noite depois da celebração eucarística nós temos um evento cultural, aí tem as quadrilhas, tem o chorim na praça que eu sou a responsável por esse evento porque já parece comigo, viu? (risos) Negócio de chorinho, música popular brasileira, quer dizer, é uma coisa que a gente resgata, né? Traz pro povo ver, sentir que é bom e essa coisa toda. Pra não ficar só naquela da bundinha, né? (risos).

As manifestações culturais afirmam a identidade cultural deste povo que vive em constante contato com o novo, com o diferente, com outros costumes que lhes são impostos através da globalização e da modernização da cultura, dos costumes ou do fazer e do dizer.

5.4 – Os reassentados e a luta pela terra

Ouvimos no silêncio do Pecém o grito do Menino Deus, vimos na expressão dos seus rostos o desespero e o sonho de viver em paz na terra que sempre produziu com fartura.⁵⁸

Os povos indígenas que habitavam as terras que hoje fazem parte do município de São Gonçalo do Amarante, no período da colonização cearense tiveram seu espaço invadido e foram expulsos para que essas terras se tornassem “produtivas”. Ocorriam assim as primeiras “desterritorializações” nessa área.

Na década de 1950/1960, quando a zona costeira do Ceará ainda era ocupada, quase que exclusivamente por nativos, foi crescendo o interesse pelo litoral. A partir de então, não bastassem as preocupações com os perigos que

⁵⁸ Carta do Conselho Pastoral dos Pescadores e Pastoral do Migrante aos irmãos e irmãs da Arquidiocese de Fortaleza em dezembro de 1997.

vinham do mar e as lutas travadas entre pescadores e “predadores”, com a crescente especulação imobiliária, o perigo vinha da terra. Surgiam, então, os primeiros conflitos das comunidades pesqueiras contra os especuladores. Casas de veraneio, grandes empreendimentos turísticos e loteamentos foram re-territorializando o espaço desses povos do mar que passaram a morar mais distantes do seu lugar de trabalho. A população foi sendo “desterritorializada” e passou a “territorializar”, ou mesmo “re-territorializar” outros espaços.

Diz Corrêa (2002, p.252) que essa “desterritorialidade é entendida como a perda do território⁵⁹ apropriado e vivido, em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazerem o território. Já as “novas territorialidades⁶⁰” ou “re-territorialidades” dizem respeito à criação de novos territórios, seja através da reconstrução parcial, *in situ*, de velhos territórios, seja por meio da recriação parcial, em outros lugares, de um território novo que contém, entretanto, parcela das características do velho território: neste caso os deslocamentos espaciais como as migrações, constituem a trajetória que possibilita o abandono dos velhos territórios para os novos.

Com a instalação do porto a população do Pecém, mais uma vez, está sendo “arrancada” do seu chão onde sua identidade foi constituída. Está sendo desterritorializada para dar lugar ao “progresso” trazido pelo o CIPP. Saindo de suas propriedades muitas famílias já foram remanejadas para outro território litorâneo, dando início a novas territorialidades. Recomeçando um novo ciclo. Sobre esse assunto Andrade (2002, p.214) afirma:

[...], a expansão do território, ao mesmo tempo em que promovia a ampliação da territorialidade, provocava a desterritorialidade nos grupos que se sentiam prejudicados com a forma e a violência com que era feita. Os indígenas, por exemplo, tomaram conhecimento do processo de espoliação

⁵⁹ Etimologicamente território significa terra pertencente a alguém, no entanto, não está necessariamente vinculado à propriedade da terra, mas à sua apropriação. Estando esta apropriação, por um lado, associada ao controle efetivo por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço. E sendo assim o conceito de território está ligado à geografia política e à geopolítica. Por outro lado pode o conceito de território assumir uma dimensão afetiva por parte de grupos definidos segundo a renda, a raça, a religião, o sexo, a idade ou outros atributos. Aqui este conceito está associado a uma geografia que privilegia os sentimentos e simbolismos atribuídos aos lugares. A apropriação passa a associar-se à identidade de grupos e à afetividade espacial. (Corrêa, 2002, p.251)

⁶⁰ A territorialidade “refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência em um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas”.(Corrêa, 2002, p.251)

econômica e de desaculturação a que estavam sendo submetidos; os posseiros, que já estavam sendo expropriados nas áreas de origem e procuravam acesso à terra naquelas em povoamento, se sentiam novamente espoliados e, naturalmente, reagiam à territorialização a que eram submetidos pelas forças políticas e pelos órgãos de comunicação. E aí, na expansão do território e na consolidação da territorialidade, eles sentiam os choques culturais que os violentavam, como no caso do uso da terra, a diferença entre a concepção da terra como mercadoria e da terra como valor de uso.

No passado, os indígenas Anacé das terras do Pecém sentiram o choque cultural resultante das novas territorialidades a que foram submetidos e reagiram a isso. O Estado, na atualidade, no intuito de inibir maior recusa e estranhamento por parte da população desapropriada, atende a algumas exigências.

Embora considerando a necessidade de os índios serem aldeados, as recomendações para que as terras fossem adequadas para as suas lavouras, e especialmente para a pesca, demonstram uma certa concessão feita aos índios, para que não houvesse, por parte destes, estranhamento completo e recusa de inserção nesses espaços. (Albuquerque, 2002)

O Estado negociou com a população que estava na área a ser construído o CIPP e permitiu que ela participasse na escolha do local onde iria morar. No caso, o reassentamento Forquilha numa área litorânea do distrito Siupé. Os ex-moradores do Pecém passaram a viver num ambiente semelhante para que não houvesse total descontentamento com o novo território. Levaram para o “novo território” características do “velho território” uma vez que eles mudaram de lugar, mas levaram consigo a cultura, os costumes. A fala de um senhor de 76 anos, atual habitante do reassentamento Forquilha, vem reafirmar o que foi dito acima: *“queriam botar a gente lá para Umarituba, mas aí nós escolhemo aqui e aí eles construíro essas casas aqui”*.

[...] o IDACE chegou e foi carregando a gente. Eu fui um que comecei do começo mais eles a ir pro sertão, aqui na praia, arrumando, procurando um terreno que desse pra gente viver, né? “Fumo” no sertão e procurando aqui, de São Gonçalo pra lá... procurando pelo sertão acolá da Primavera, por acolá... por todo canto. Aí o povo não se agradava, né? O povo praiano só se agradava se fosse na praia. Aí viemo pra praia, chegamo aqui encontremo esse. Aí trouxeram nos pra cá. Tamo aqui ainda esperando pela vez do governo, né? (reassentamento Forquilha, Siupé, 06/08/2004).

Essas pessoas receberam novas terras para morar, foram “desenraizados” e estão buscando um novo “enraizamento” no território que tiveram de ocupar, distante do local em que construíram suas primeiras moradas. A respeito

desses desenraizamentos, ocasionados pelas desterritorializações Ianni (1993, p.92) *apud* Neves (2002, p.270-282) comenta que eles são frutos da globalização:

A "desterritorialização" é produto da "globalização (que) tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias"⁶¹, onde tudo "tende a desenraizar-se; mercadoria, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, know-how, projeto, publicidade, tecnologia"⁶², acrescentando que a desterritorialização aplica-se "(...) também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transferem fronteiras e identidades territoriais específicas"⁶³. Ela 'manifesta-se tanto na esfera da economia como da política e da cultura. Todos os níveis da vida social, em alguma medida, são alcançados pelo deslocamento ou dissolução de fronteiras, raízes, centros decisórios, pontos de referência'.⁶⁴

Essa nova fase, no Pecém, das desapropriações para o CIPP, teve início no ano de 1997. A falta de informação sobre o novo espaço que iriam habitar e que rumo tomariam as suas vidas foi, durante muito tempo, um fator de preocupação para as populações envolvidas. A editora do caderno Cidade, do Jornal Diário do Nordeste⁶⁵, comentou que uma visita a Pecém e localidades vizinhas, no ano de 1997, levava à constatação de que a desinformação era uma realidade. Assim também afirmou a diretora da Associação das Famílias do Pecém (ASSFAP)⁶⁶: "a falta de informação levou a comunidade a ficar apreensiva".⁶⁷ Esse desenraizamento, face ao desconhecido, ao novo, ao diferente, à falta de informação, acabou ocasionando preocupação nos habitantes do Pecém, que levou, em alguns casos, ao agravamento de doenças cardíacas.

Aí foi obrigado nós sairmos do Gregório para o Pecém [...]. Nessa época o nosso dinheiro que nós ganhamos do nosso terreno foi oito mil e trezentos reais. Aí minha filha quando chegou no Pecém o meu filho que já morava lá disse: pai o seu dinheiro num dá pra comprar. Aí ele deu uma casa, aí nos fomos morar na casa do meu filho [...]. Aí sei que, minha filha, nós passamos dois anos e quatro meses lá. Do período desses dois anos e quatro meses meu esposo faleceu. Ele já tinha 74 anos e ele era muito hipertenso, doente da pressão, ficou muito preocupado que perdeu o terreno dele. O destino dele era doente, mas trabalhava. E ele já era doente há tantos anos. (Entrevista com uma moradora do reassentamento Forquilha dia 06/08/2004).

⁶¹ Ianni, O. A sociedade global. Edit. Civilização Brasileira. São Paulo, 1992, p.92 *apud* Neves, Gervásio Rodrigo. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: Santos, M, Souza, M. A. A. de, Silveira, M. L. Território, Globalização e fragmentação. 5ª ed. São Paulo: Hucitec –ANPUR, Anna Blume, 2002, p. 270-282.

⁶² Idem, p. 93.

⁶³ Idem, p. 93.

⁶⁴ Idem, p. 94.

⁶⁵ Silvia Marta

⁶⁶ Maria Glaciene Rodrigues

⁶⁷ Diário do Nordeste. Caderno Cidade. P.18. Data: 01/12/1996. Notícia Principal: Natureza vai cedendo espaço ao Complexo do Pecém. Reportagem: Enquanto homens e máquinas se confundem, a desinformação leva dúvidas à comunidade (1ª parte). Silvia Marta – Editora do Cidade.

Uma agricultora afirmou que a incerteza de onde iria morar com seis filhos fez com que ela parasse no hospital devido ao agravamento do problema cardíaco. “Eu não tenho para onde ir”. E se perguntava sobre qual seria o seu destino⁶⁸. Diz uma participante da Comissão da Terra, da comunidade de Bolsas que não pode acontecer que sua comunidade viva em pânico sobre o futuro: “nossa terra é produtiva, todos são agricultores, ninguém quer sair daqui, mas mesmo a gente indo até o Pecém, não recebemos qualquer informação sobre o que vai acontecer⁶⁹”. Na comunidade de Gregório, no distrito do Pecém, um proprietário de terra também reclamou do tratamento que o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) dispensou aos moradores: “Nunca fomos tratados como proprietários, mas como se tivéssemos invadido a terra deles. Não sou contra o CIPP e sim contra a forma como esse órgão e a construtora vem tratando o povo⁷⁰”.

No depoimento acima se vê a semelhança na forma como estão sendo tratados os moradores do Pecém e de como eram tratados os seus descendentes indígenas no período colonial.

[...] reconhecem que os índios são habitantes dessas terras, mas negam-lhes a possibilidade de serem donos, afinal, os nativos não as usufruíam da maneira considerada adequada, não as tornavam produtivas e lucrativas, na perspectiva mercantilista. (Albuquerque, 2002, p.72)

Além da desinformação que os proprietários de terra do Pecém tiveram, a desvalorização de suas propriedades por parte do Governo foi outro problema vivido. Foi o que nos afirmou um vereador local⁷¹: “proprietários de terra do Pecém estavam sendo pressionados pelo Governo do Estado para venderem seus terrenos a preços irrisórios para efeito de desapropriação”. Conforme a denúncia desse vereador, a empresa responsável pela desapropriação estava pagando o valor de R\$ 286, 67

⁶⁸ Diário do Nordeste. Data: 13/11/1996. P. 17. Notícia Principal: Comunidade do Pecém apreensiva com projeto do porto do Pecém... Reportagem: Maior dor de cabeça dos moradores é a dívida em relação às suas moradias. E denunciavam desrespeito do governo...

⁶⁹ Entrevista concedida ao Jornal Diário do Nordeste, caderno Cidade, p.16. Notícia principal: Comunidade cobra definições sobre desapropriações do Porto do Pecém.

⁷⁰ Diário do Nordeste. Caderno Cidade. P.18. Data: 01/12/1996. Notícia Principal: Natureza vai cedendo espaço ao Complexo do Pecém. Reportagem: Enquanto homens e máquinas se confundem, a desinformação leva dúvidas à comunidade (1ª parte). Editora: Sílvia Marta.

⁷¹ Augusto Gonçalves

por um hectare de terra. No entanto, área equivalente, em Paracuru, estava sendo cotada a R\$ 8.000,00 reais⁷².

A truculência das autoridades, frente aos moradores desse lugar, ocasionou revolta e desespero nos últimos. A desvalorização das propriedades e aceitação disso por parte da população local foi ocasionada pelo medo de serem retirados de suas terras e não receberem nada, uma vez que estavam sendo pressionados com argumentos de que se não vendessem as terras o Governo iria despejá-los. No jornal Diário do Nordeste, de 30 de junho de 1997, um senhor relatou como se deu a negociação de suas terras com o Governo:

Quando o cidadão veio fazer esse cadastro foi na época que tavam fazendo o Censo Rural. Chegou, pediu licença e entrou. Sentou-se e começou a perguntar todas as coisas. Eu dei os dados. Depois, ele me pediu a escritura da casa. Aí eu disse: "Peraí, o IBGE agora tá exigindo a escritura da casa? Ele respondeu: não, mas isso aqui não é nada do IBGE não. É do Idace. E do que se trata isso aí? É porque estamos fazendo o levantamento de toda essa área ocupada pelo projeto para a construção do porto do Pecém. Depois disso começaram os comentários para não plantar mais na terra que ali tudo ia ser desapropriado [...] Eu não posso pegar a minha terra e vender. Eu comprei a 42,51 contos e agora vou dar por um quarto do que comprei ou menos? Depois de beneficiada? Ali não tinha uma polegada de cerca de arame. Ali não tinha uma lenha cavada, era só um corregozinho com água. Como é isso?"⁷³.

Esse caso evidencia o problema que atingiu grande maioria dos pequenos proprietários de terra do Pecém que foram desapropriados. Mostrou o jornal, Diário do Nordeste, do dia 03 de setembro de 1998 que algumas fazendas e sítios nas proximidades da Lagoa do Pecém e da região de Matões foram avaliados e pagos pelo governo por valores bastante pequenos, variando entre R\$ 350 e R\$ 1.000⁷⁴.

Os habitantes das comunidades atingidas pelo CIPP não estão acostumados à cultura de propriedade. Muitos receberam doações de terras de seus antepassados e não possuem títulos que comprovassem a posse da terra. Desta forma, essas pessoas não têm como avaliar o seu imóvel e acabam por receber uma

⁷² Diário do Nordeste. Data: 13/11/1996. P. 17. Notícia Principal: Comunidade do Pecém apreensiva com projeto do porto do Pecém... Reportagem: Maior dor de cabeça dos moradores...

⁷³ Entrevista cedida ao Jornal Diário do Nordeste. Caderno Cidade. Fortaleza, Ceará. Segunda, 30 de junho de 1997. Página 10? Notícia principal: Parecer técnico previa impacto social e econômico. Reportagem: Técnicos do IDACE erram na abordagem.

quantia insignificante que não dá para comprar outro local para morar. E assim ficam sem terra e sem comida, uma vez que a subsistência é oriunda das plantações feitas na sua propriedade.

Para o vice-secretário da Seteco⁷⁵ o pagamento pelas propriedades dos que moravam nas terras que hoje fazem parte do CIPP é um valor “justo”. Na opinião dele, gerou-se uma expectativa em relação à valorização do terreno após a construção do Porto e que é normal o sentimento de frustração dos moradores do Pecém em relação ao valor das indenizações pagas pelo Estado. Segundo o representante do Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) foram realizados levantamentos das propriedades e das famílias das comunidades envolvidas no complexo a fim de garantir uma “justa indenização” e “terras para todos”. Ele nega a ocorrência de sub-valorização das indenizações e afirma que o valor estipulado pelo órgão leva em conta a pesquisa de mercado, se baseando na localização do imóvel, na qualidade e benfeitorias⁷⁶.

Durante toda a elaboração do projeto e a implantação do porto e de algumas indústrias, com as conseqüentes desapropriações, pouco foi considerada a população local. Faltou informação, comunicação. Eles não foram indagados se queriam ou não essa reterritorialização nas suas terras. Não foram perguntados sobre esse “progresso” que, para muitos deles, não passa de uma “ameaça”. As reuniões que foram feitas, de acordo com os moradores, serviram apenas para mostrar o projeto e os benefícios que ele, possivelmente traria. As conseqüências negativas, como a desapropriação, só foram mostradas para alguns moradores quando os técnicos do IDACE chegaram nas suas propriedades para fazer as medições e avaliação do preço das terras.

⁷⁴ Jornal Diário do Nordeste, 03/09/1998. Reportagem: Famílias reivindicam indenização no Pecém. Notícia principal: Vinte e nove famílias das regiões de Matões e das margens da lagoa do...

⁷⁵ Luís Eduardo Barbosa Moraes

⁷⁶ Jornal Diário do Nordeste. Dia 13/11/1996. P. 17. Reportagem: Maior dor de cabeça dos moradores é a dívida em relação às suas moradias. E denunciam desrespeito do governo... Notícia Principal: Comunidade do Pecém apreensiva com projeto do porto do Pecém... Reportagem: Maior dor de cabeça dos moradores é a dívida em relação às suas moradias. E denunciam desrespeito do governo...

Para o então presidente da Comissão do Meio Ambiente, da Assembléia Legislativa (AL)⁷⁷ todos esses transtornos causados à população poderiam ter sido evitados se o parecer técnico número 88/96, do EIA-RIMA, tivesse sido considerado e analisado. Nele há um tópico que se refere ao meio sócio-econômico. No entanto, foi considerado um outro parecer, de mesmo número, porém com inúmeras informações alteradas, inclusive sem esse tópico. O deputado ressalta que se o Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) tivesse tido acesso ao parecer mais complexo, na sua opinião, as obras do CIPP não teriam sido iniciadas sem que fossem estabelecidas formas de não prejudicar tanto a população nativa do Pecém e demais localidades atingidas⁷⁸.

Nessa análise, não levada à apreciação dos conselheiros do COEMA, constavam informações fundamentais como, por exemplo, o total da população diretamente afetada no decorrer da implantação das obras de construção do Porto, estimada em 1991, em 5.362 habitantes. No outro parecer, o menos complexo, há informações de que apenas três proprietários seriam atingidos. Percebe-se, então, que a análise dos dados referentes aos aspectos sociais deixa dúvidas a respeito dos impactos do CIPP sobre o contingente populacional de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Além disso, nota-se a necessidade de uma análise mais aprofundada dos impactos gerados sobre as atividades econômicas da população residente, que apresenta, como principal fonte de renda, a pesca e a atividade turística.

A respeito da existência desses dois pareceres e das graves falhas apresentadas em um deles, o então vice-secretário da Secretaria dos Transportes, Energia, Comunicação e Obras (Seteco)⁷⁹ explica que, de fato, existem dois pareceres, sendo que um deles, o que não foi levado ao COEMA, é um estudo preliminar. No que foi levado ao COEMA algumas partes foram suprimidas porque a equipe responsável pelo projeto já havia encontrado soluções para as mesmas.

⁷⁷ Deputado João Alfredo

⁷⁸ Trechos na versão preliminar do relatório foram suprimidos da versão apresentada durante a votação do Coema (II).Diário do Nordeste. Caderno Cidade. Fortaleza, Ceará. Segunda, 30 de junho de 1997. Página 10? Notícia principal: Parecer técnico previa impacto social e econômico.

⁷⁹ Luís Eduardo Barbosa de Moraes

Diante disso tudo, surgiu uma resistência dos moradores do Pecém contra as desapropriações e uma sensação de estarem sendo ludibriados. A comunidade que melhor se organizou e se destacou na união e na luta pela terra foi a de Bolsa. Criou a Comissão da Terra para orientar os moradores sobre a importância da resistência à desapropriação, a não assinarem qualquer papel, a não darem entrevista ou qualquer outro tipo de informação sobre a comunidade e suas terras. E nas reuniões os moradores eram incentivados a valorizar suas terras e suas plantações.

[...] no caso aqui do Gregório que é uma localidade entre Pecém e Bolsa onde tinha muito dono de sítio. No caso o tio do Marcelo, ele era dono dum sítio, sítio lindo, ele não precisava comprar frutas, vivia daquele sítio. E aí eles chegaram com tudo feito, já. A pessoa assinava inocentemente porque não tinha nem noção do que era. Quando foram perceber já estavam... ‘Olha vocês tem tal dia para sair’. Por isso que hoje a gente sentiu a necessidade de formar uma Comissão da Terra. [...] Porque eles chegaram, eles fizeram o projeto do complexo portuário do Pecém e só pediram que as pessoas assinassem esses documentos e assim as pessoas inocentemente deram.. Aí a gente orienta o povo a não assinar documento. Se chegar alguém entrevistando aqui... (risos) [...] a gente tem muito cuidado. A gente sempre orienta: olha, cuidado na hora de assinar um papel e principalmente assim na época da eleição aparece muito candidato dizendo: ‘não, assine aqui um papelzinho, num sei o quê’. Já tem melhorado bastante depois da Comissão da terra, que antes o povo num tinha nem noção do que era o Complexo Industrial do Pecém. Não, porque o Complexo Portuário do Pecém vinha trazer muita... Ave Maria vai ser um progresso. Só que na realidade... (silêncio)⁸⁰.

Nesse depoimento percebe-se também o descontentamento dessa moradora quanto às promessas de desenvolvimento que foi feita, pois achava que o CIPP iria trazer muitas melhorias para o Pecém e, no entanto, poucos foram os moradores beneficiados. Até nos dias de hoje, algumas comunidades ainda vivem à espera da desapropriação de suas terras.

No ano de 1999, a representação da Arquidiocese de Fortaleza na área Pastoral do Pecém, juntamente com a paróquia local e comunidades envolvidas realizaram na cidade do Pecém, no dia 7 de setembro, o 1º Grito dos Excluídos, com o tema: “Brasil, um filho teu não foge à luta”. O objetivo principal era mostrar a indignação e a não aceitação dos problemas sociais gerados pelo CIPP com as desapropriações. No ano seguinte, o tema foi “Progresso e vida: Pátria sem dívidas”: o protesto era contra a concentração de riqueza nas mãos de poucos e levantaram a

⁸⁰ Entrevista com uma moradora da comunidade de Bolsa e membro da Comissão da Terra de Bolsa

bandeira pela melhoria para a grande quantidade de pobres nas comunidades atingidas pelo CIPP.

Em 2001, o Grito aconteceu na comunidade de Bolsas e o tema foi: “Por amor a essa Pátria, Brasil!”. No ano de 2002 aconteceu novamente na cidade do Pecém o 4º Grito dos Excluídos cujo tema era: “Soberania não se negocia”. E no ano de 2003, na comunidade de Bolsa, o 5º Grito teve como tema: “Tirem as mãos, somos povos indígenas e este é nosso chão!”. Nesses três anos, o principal protesto era contra as desapropriações de terras, mas também queriam denunciar todas as situações de exclusão e indicar saídas para os problemas das comunidades. As principais bandeiras levantadas foram: a) a concretização da reforma agrária e a diminuição da fome; b) a reivindicação contra a violência com a mulher e c) a melhoria na educação e na saúde e d) direito à moradia⁸¹. Houve também a manifestação contra o desemprego, o aumento da prostituição e do uso de drogas no Pecém.

No ano de 2004 aconteceu o 6º Grito dos Excluídos na comunidade de Matões, Caucaia (ver foto 14). Nele, várias entidades: igrejas, associações, sindicatos e o povo em geral foram às ruas para dar o Grito de denúncia e, ao mesmo tempo, de anúncio de que um novo rumo é possível ser dado para essas comunidades. O tema foi: “Políticas públicas, sim! Politicagem, não! O povo faz acontecer”. Nele, a principal reivindicação era o melhoramento, ou mesmo, o funcionamento das Políticas Públicas locais. Uma nota de esclarecimento, escrita pelos representantes da Arquidiocese de Fortaleza, na área pastoral do Pecém, foi distribuída durante o Grito, na qual havia informações sobre as Políticas Públicas que são obrigações, do Governo para com a sociedade. São direitos do povo que não podem ser negados, independente de raça, partido político, classe social ou religião. Resumindo, o povo tem direito à saúde, educação, emprego, alimentação, segurança, moradia, terra para trabalhar e morar.

“O Grito dos Excluídos mantém viva e acesa a chama da indignação do povo, que quer justiça, soberania, partilha, participação, dignidade,

⁸¹ Área Pastoral do Pecém realiza Grito dos Excluídos. Disponível em: <<http://www.widesoft.com.br/users/praias/pecem.htm>>. Acesso em: 03/07/2003.

emprego, reforma agrária, ética na política, liberdade de organização e expressão, enfim, condições para ter vida digna⁸².(Arquidiocese de Fortaleza, 2004).



Foto 14 – Grito dos excluídos 2004 na área pastoral do Pecém.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo.

O grupo religioso da comunidade de Tapuio, intitulado “Jovens Caminhando com Cristo”, (JCC) falam a respeito do que os jovens do Pecém estão fazendo para defender suas terras:

Muitos deles estão lutando com unhas e dentes para salvar sua terra das mãos do governo, mas outros não ligam, e isso é porque eles não sabem que a terra é nossa única riqueza. A terra é AMOR, é VIDA. Os homens deveriam pensar mais sobre o valor que um pedaço de terra tem para um pobre. Se os jovens ainda não acordaram, mas eu tenho fé em Deus que vão acordar. O jovem é a única semente que o nosso país tem. Quem sabe um dia através do jovem a terra também tenha o jovem como o seu defensor.

Voltando ao ano de 1999, é importante ressaltar que os jovens das comunidades do distrito, juntamente com representantes religiosos da Pastoral do Pecém e da Pastoral dos Migrantes, organizaram uma gincana com entrevistas aos habitantes mais antigos das comunidades do Pecém com o objetivo de resgatar a identidade desses moradores e dar continuidade à resistência e também promover a valorização de suas terras.

Foi descobrindo que tem os Anacés que moravam aqui. Por exemplo: o meu bisavô é Anacé, índio. Muita gente aqui também já se declarou. Uns ficavam escondidos, se guardando pra não dizer nada. Só que com as nossas visitas e a gente conversando bem direitinho eles começaram

⁸² Nota de esclarecimento, escrita pelos representantes da Arquidiocese de Fortaleza na Área Pastoral do Pecém. (ver anexo).

a se soltar, falando, sabe? E aqui já nas Carnaúbas encontraram uma urna indígena e agora recente, um mês mais ou menos, encontrarão outra [...] (Entrevista com um morador de Bolsa dia 28/08/2004).

Muitos moradores, com forte descendência indígena, negavam serem índios por causa do preconceito, não só dos outros para com eles, mas deles para consigo mesmos, preconceito que foi imposto desde a colonização e que sobrevive, pulsante, ainda hoje, na sociedade brasileira, como se a cor da pele ou os traços físicos do índio, do negro ou do branco definissem seu caráter, sua personalidade. Com a gincana essas pessoas foram entrevistadas por membros de sua própria comunidade que lhes mostravam a importância de assumirem sua raça, pois só assim poderiam lutar pela demarcação de suas terras. Terras indígenas!

Na história, contada por um morador do Pecém, fica clara a sua descendência indígena:

Minha história é de minha bisavó: meus avós contavam que minha bisavó era índia. Ela vivia na mata com as outras índias da tribo. Aos 10 anos ela foi capturada por um dos caçadores que cassavam na mata com cachorros. Ela era tão brava que foi pega pelos cachorros. Então os caçadores a levaram para casa e a ensinaram a conviver com eles. Aos 13 anos ela já estava habituada a viver no meio das brancas, mas sempre com medo. Às vezes quando chegava algumas pessoas em sua casa ela se escondia. Aos 18 anos se casou com um homem branco e tiveram muitos filhos. Faz um ano que Deus a levou, mas em todos os seus filhos, netos e bisnetos ficou a descendência de índio⁸³.

Em outros depoimentos, tem-se a história de um índio que prestava serviços a uma moradora do distrito do Pecém:

Terto era um índio que vivia de Oiticicas para Olho D'água, era um velho cativo da época da escravidão, que prestava serviços para dona Eulália. Em um determinado tempo dona Eulália morreu, ficando sobre os cuidados de dona Carminha Gomes Fiúza. *Terto* passava de quinze dias em cima do serrote do Olho, escondido nas locas de pedras, se alimentando de frutos do mato e raízes. Ele tinha mais ou menos 95 anos. Ele ficava no serrote até dona Carminha mandar os seus empregados buscá-lo e levar ele para a casa. Ele ficava lá por alguns dias, quando dona Carminha se distraía ele fugia de novo, voltando para as *locas* de pedras situadas no serrote em Olho d'água. Com o passar dos tempos, uns três anos, *Terto* já muito velho não agüentou mais fugir pois estava muito velhinho e cansado. Dona Carminha cuidou até o final de sua vida.⁸⁴

⁸³ História contida no livro "Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história", 1999, p.14.

⁸⁴ História contida no livro "Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história", 1999, p.27 e 28.

Nesse depoimento podem-se perceber verdadeiros traços dos indígenas *Tapuia*, ou seja, a busca constante pela liberdade e os costumes nômades que tanto lhes marcaram.

Um morador⁸⁵ da comunidade do Tapuio há 75 anos, relata, em versos, a história do cemitério Cambeba⁸⁶ que tem origem indígena. Esse cemitério está localizado próximo à comunidade de Tapuio no distrito do Pecém:

*Trezentos anos passados
Aqui nesta região
Tinha duas tribos indígenas
Que causava admiração
Os tapuios e os cambebas
Gostavam de muita união.*

*Na lagoa dos cambebas
Quando havia pescaria
Os índios das duas tribos
Todos se reuniam
E na lagoa dos tapuios
A mesma coisa acontecia.*

*...
Os chefes das duas tribos
Cultivavam esta amizade
Respeitavam uns aos outros*

*Com muita sinceridade
Entre tapuios e cambebas
Não havia falsidade.*

*Um dia morreu um chefe
De uma febre tremedeira
Reuniu-se as duas tribos
Numa grande choradeira
Enterraram o velho índio
Em baixo de uma pitombeira.*

*...
Quando morria um índio
Botavam ali encostado
Quando morria outro
Colocavam do outro lado
E estava desta maneira
O Cemitério começado...*

A localidade Cambeba foi desapropriada, mas o cemitério continuou no mesmo lugar pois a população reivindicou e impediu que a demolição acontecesse. Outras comunidades como Matões, Oiticica, Gregório, Tapuio, Gereraú foram desapropriadas e essas famílias foram reassentadas nos assentamentos de Novo Torém, Forquilha ou Munguba. Elas citam como principais dificuldades dessa nova morada a falta de emprego, o difícil acesso e a terra pouco fértil.

Cambeba era terra de muitas farturas. Hoje, olhando-se, enche os olhos de água porque onde existia muita fartura existe somente poeira e a saudade de quem já morou ali algum dia.[...] Em 1997 existiam várias famílias e muitos sítios, mas logo o governo colocou suas mãos grandes em cima. Deu a cada família uma “mixaria” para que eles fossem embora. Muitos deles foram, até mesmo sem receber o dinheiro, dizendo que iam porque o Governo pode tudo. Hoje muitos deles vivem bem, mas outros estão até

⁸⁵ O Sr. Joaquim foi um dos desapropriados para a instalação do CIPP. O seu desejo era morar na sua terra até o fim de sua vida e ali ser enterrado. Para ele a “indenização não valorizou o que já tinha construído”.

⁸⁶ Versos contidos no livro *op. cit.*, 1999, p. 40-46.

passando fome. Já não têm mais os mesmos vizinhos que tinham, não têm as mesmas faturas em casa como tinham quando moravam no Cambeba.⁸⁷

A comunidade de Oiticica foi a primeira a ter terras desapropriadas para dar lugar às instalações do canal adutor Sítios Novos que está abastecendo a região do CIPP. Dois anos mais tarde, ou seja, em 1999, ocorreu a segunda desapropriação nessa comunidade e dessa vez, a população mais informada pode exigir preços mais altos por suas terras⁸⁸.

No poema “Obrigado ao sair, sem ter para onde ir⁸⁹” de um morador da comunidade de Bolsa no Pecém, percebe-se a angústia e a revolta dos moradores em relação às desapropriações e ao destino que iriam tomar ao saírem de suas terras. As estrofes seguintes refletem bem isso:

*Gente, como vocês podem ver
A vida que o pobre tem
Vive da agricultura do seu trabalho
O seu sustento de onde vem,
Até vem uma autoridade
E sem nem uma piedade
Toma tudo o que ele tem.*

Os habitantes do Pecém possuem raízes muito fortes “fincadas” no seu chão. São anos de construção de identidade, de conquista de amizade e também de amor e luta pela terra. Na estrofe abaixo nota-se o sentimento de perda da terra. Era como se estivessem deixando ali um pedaço de si.

*Forçado a deixar suas terras
Para indústria ser construída
Muitos choram águas nos olhos
Com muito desgosto da vida
Ao recordar sua estância
Do seu tempo de criança
Na hora da despedida.*

Os moradores das comunidades rurais que foram desapropriadas tinham uma vida de muito trabalho e necessidade, mas faziam o que gostavam e o que

⁸⁷ História do Cambeba” pesquisada pelo grupo Inspiração em Cristo da comunidade de Oiticicas - Pecém. In: “Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história”, 1999, p. 37-38.

⁸⁸ “História da comunidade Oiticicas” pesquisada pelo grupo Inspiração em Cristo da comunidade de Oiticicas - Pecém. In: “Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história”, 1999, p.22-23.

⁸⁹ Poema contido no livro “Nunca desista, lute até o fim: construindo nossa história”, 1999, p.3-4.

sabiam fazer nas terras herdadas por seus antepassados e que guardavam a história de cada indivíduo que ali morou.

*Derramando o seu suor
Passando necessidade
Para cultivar sua terra
Com muito orgulho e vontade
Sendo obrigado a sair
Sem saber para onde ir
Ou vai morar em Cidade.*

No entanto foram “obrigados” a sair para uma terra desconhecida e longe dos amigos. Foram desterritorializados, desenraizados. Alguns foram para a cidade e a adaptação foi ainda mais difícil. Muitos ainda estão passando necessidade e vivendo com saudade do seu chão.

*Na cidade como um estranho
Ele vive em aflição
Sem trabalho e sem dinheiro
Em sua casa falta pão
Sendo de suas terras afastado
Ao recordar esse passado
Lhe parte o coração.*

...

*Muitos sem abrigo
A maior apelam pro céu
Muitos tinham suas casas próprias
Muitos vivem de aluguel
Sentindo em seu sentimento
A dor desse sofrimento
Deste destino cruel.*

Em agosto de 2004, numa visita à comunidade de Bolsa, e em conversa com um representante da Comissão da Terra de Bolsa, pode-se sentir a falta de informação a respeito do uso que vai ser dado às suas terras e sobre o reassentamento rural onde irão morar.

Olha... é... segundo as bocas a gente ficou sabendo assim que toda essa região aqui que ia ser desapropriada ia ser hotéis... é ... restaurantes, essas coisas, tudo de pessoas estrangeiras, certo? Como vão fazer agora uma usina hidrelétrica, né? Uma usina hidrelétrica bem aqui próximo. Já tem acolá uma... uma termelétrica, certo? Então isso aqui vai ficar tudo assim, vai ser tudo só usina, indústria, hotéis, essas coisas. (Entrevista dia 28/08/2004).

Outra moradora de Bolsas afirmou que existe a preocupação da população ser deslocada para uma área que eles não possam plantar e viver sua vida dentro da normalidade: *“Nós não sabemos trabalhar em siderúrgica, temos que ir para uma área onde possamos continuar plantando”⁹⁰*. Esses moradores já visitaram três reassentamentos e, comparando as terras destes com as da comunidade de Bolsa, concluíram que a situação não é nada satisfatória: *“a gente já visitou três reassentamentos e (risos) vou dizer: num é bom não”*.

Olha, os assentamentos só pode plantar aquilo o que os governadores mandar. Não pode plantar tudo que quiser (silêncio). Plantar goiabeira, o cajueiro, o coqueiro, uma mangueira, não pode. Eles dizem o tanto que você tem que plantar. [...] É tudo padronizado lá. É tudo dum jeito, como se fosse tipo assim uma vila de casa. Tipo um mutirão. É. Exatamente desse jeito. Seca, a terra é seca. Tem um reassentamento que é o Novo Torém que quando chove muito, quando é no inverno fica tudo alagado, as casas, porque é uma baixa. (Entrevista com um morador de Bolsa dia 28/08/2004).

Na comunidade de Bolsa a maior preocupação é com a qualidade dos solos dos reassentamentos pois Bolsa possui terras muito férteis que são bastante utilizadas para a plantação de frutas e de legumes para a subsistência. Já nos reassentamentos, de acordo com os moradores, as propriedades são pequenas e o plantio é feito numa área coletiva onde a terra é pouco fértil. As pessoas que viveram a vida inteira em propriedades particulares sentem dificuldades de se adaptarem a essa nova realidade.

Quando perguntado se existia um prazo estabelecido para os habitantes da comunidade de Bolsas deixarem suas propriedades e em qual reassentamento iriam ficar, a resposta de um morador foi: *“Não. A gente pensa que não, né? Porque eles trabalham tipo assim, de surpresa. Ele pega você de surpresa... (silêncio). Tá entendendo? Mas assim ele chegar aqui e dar o prazo, dizer o lugar que você vai, eles nunca chegaram aqui fazendo isso”*. Um reassentado de Forquilha, em Siupé ao ser indagado sobre a fertilidade das terras de sua antiga morada e as da atual habitação responde:

⁹⁰Missionários visitam atingidos pelo Porto do Pecém. Notícia Principal: Comunidade está tentando se organizar contra a saída de suas terras e contra baixo valor das licitações. O governo do Estado já desapropriou, em acordos amigáveis, 34% da área do Complexo Industrial – Portuário do Pecém, que também inclui a siderúrgica. Diário do Nordeste, Fortaleza, 23 abr. 1997.

[...] a merma coisa. Lá tinha terra molhada pra plantar no verão, aqui também tem. É a merma coisa de lá. Agora, lá era melhor porque a gente mandava em mais canto, num sabe? Mais longe... aqui não, aqui é só aquele quadrozinho que eles entregaram, né? Onde ta feito a cerca aí e o muro bem ali do outro lado. [...] Lá a terra era grande, era 50 hectare só pra um morador, né? É. E aqui são 70 pra quase 30 morador. (Entrevista dia 06/08/2004).

Nas fotos abaixo observa-se a proximidade das casas do reassentamento Forquilha, evidenciando o pequeno terreno destinado ao plantio de culturas para a subsistência dos moradores desse local.



Fotos 15 e 16 – Reassentamento Rural Forquilha

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo – janeiro de 2005

A partir de todas essas informações percebe-se um grande descontentamento da população local no que se refere às conseqüências negativas sobre os moradores das localidades atingidas pelo CIPP. Nos reassentamentos os pontos negativos, ressaltados pelos moradores foram: a difícil convivência com os novos vizinhos; a divisão igualitária das terras coletivas para o plantio não é respeitada, pois muitos ocupam o espaço do vizinho; a dificuldade de transporte; a pouca fertilidade do solo para as culturas de subsistência; a água que agora é paga e antes era de cacimbas, ou seja, gratuita. E os pontos positivos foram: mais tranquilidade e a posse de um pedaço de terra⁹¹. Para os moradores do reassentamento urbano a desvantagem são as casas pequenas e conjugadas (ver foto 17) e a vantagem é que não vão mais ter suas casas alagadas durante o período chuvoso.

⁹¹ Os reassentamentos beneficiaram quem não tinha terra para morar e viviam dos cuidados com as propriedades de particulares, muitos deles habitantes de Fortaleza.



Foto 17 – Casas do Mutirão (Planalto Pecém)
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo

No reassentamento Munguba, que fica em Caucaia, são poucos os reassentados que ali permaneceram. Muitos venderam suas casas mesmo antes de receberem a documentação do Governo. Isso porque a adaptação a um novo território é muito difícil, principalmente quando este não oferece as mesmas condições de subsistência do anterior. Algumas vendas chegaram a ser feitas por valores bem baixos, foi o que disse um morador de Forquilha:

Mas é bom. Não é ruim não. Tem muita gente que acha ruim [...]. Na Munguba acho que num tem mais nem um dos que o Governo deu as casa. Já acabaram tudo. Venderam. [...] Era Forquilha, Munguba, Torém. Era esses três assentamento. No do Torém tá como nós aqui. Na Munguba já é tudo gente estranha. Venderam as casa, butaram no mato antes do Governo vir... Porque ainda num era deles. Mas teve 'caboco' lá que vendeu uma casa dessa por mil e duzentos reais. (Entrevista dia 06/08/2004)

Todas essas desapropriações foram possíveis porque o Decreto Lei nº 3.365/41 no seu artigo 5º, na alínea “i” dada pela Lei 9.785/99 declara ser de utilidade pública “[...] o parcelamento do solo, com ou sem edificação, para sua melhor utilização econômica, higiênica ou estética; a construção ou ampliação de distritos industriais”. Podendo ocorrer a locação ou revenda de lotes a empresas previamente qualificadas. Pergunta-se: que tipo de utilidade pública, se todas as indústrias que já se instalaram e estão para se instalar são de particulares? E a geração de emprego e renda, como será possível se a população local só sabe trabalhar, basicamente, na agricultura e na pesca, pois não foram capacitados para a nova realidade do seu território?

É importante ressaltar que essas comunidades que foram retiradas de suas terras e reassentadas em outras, embora saudosas e esperançosas, não voltam mais. É preciso o enraizamento, a busca da identidade no novo território. E às que ainda não foram desapropriadas cabem a luta para que sejam demarcadas as terras indígenas as quais habitam.

5.5 – Sócio-economia do distrito

O distrito do Pecém possui população total de 7.460 habitantes: 4.695 pessoas vivem no campo e 2.765 na cidade (IBGE, 2000). A área urbana do Pecém, em 1999, era de 920 ha e concentrava 45% da população do distrito (Pessoa, 1999). Já em 2000, a população urbana correspondia a 37%, demonstrando, assim, uma pequena redução no número de habitantes da cidade do Pecém entre os anos de 1999 e 2000. Essas pessoas vivem principalmente do comércio, da agricultura e da pesca mas também realizam serviços gerais nas casas de veraneio e variadas atividades artesanais que servem para complementar a renda mensal das famílias.

Existem, no Pecém, três associações que desenvolvem trabalhos artesanais com o apoio do Grupo de Trabalho Participativo – GTP: a Associação Velha Arte, Associação Pecém Te Amo (APETA) e a Associação das Famílias do Pecém (ASSFAP). A foto 18 mostra a sede da ASSFAP que é uma Organização Não-Governamental (ONG) que funciona como creche-escola e desenvolve trabalho para o Fundo Cristão para Crianças (CCF). No município de São Gonçalo existem três sedes dessa ONG: no Pecém (ASSFAP), na Taíba (Conselho Comunitário da Taíba), em São Gonçalo (AUFAM - Associação da União das Famílias).



Foto 18 – Sede da ASSFAP na cidade do Pecém.

Fonte: Registrada pela autora em visita de campo – 13/05/2004

A associação Velha Arte é composta por senhoras, mães de pescadores e operários do porto. Essa associação se baseia, basicamente, na confecção de bonecas de pano. As outras duas, a ASSFAP e a APETA, possuem participação variada da população e desenvolvem trabalhos diversos, como a renda, labirinto, bordados, ponto de cruz, papel machê, como também a confecção de objetos de búzios e de redes artesanais. Esses artesãos mostram seus trabalhos na EXPOTUR, que é uma feira de exposição realizada anualmente na sede do município, como também no CEART muitos trabalhos já estão sendo expostos e no SEBRAE, ou seja, o artesanato de São Gonçalo está sendo exposto nas feiras do município e também já está se expandindo para feiras fora do município, como em Fortaleza, por exemplo.

De acordo com a secretária de turismo e cultura do município de São Gonçalo⁹² há, no Pecém, o artesanato mais variado do município. Os demais distritos trabalham especificamente um tipo de artesanato. E de acordo com os moradores do Pecém que foram entrevistados os principais tipos de artesanatos desenvolvidos, atualmente no distrito são: 1. Crochê; 2. Bonecas de pano; 3. Bordado e tapeçaria; 4. Labirinto; 5. Produtos de pesca; 6. Renda; 7. Pintura e xilogravura; 8. Confecção de bolsas, quadros, búzios, flores e jarros; 9. Bilro, trabalhos com bambu e cerâmica. Na comunidade de Bolsas, que faz parte do distrito, os trabalhos de artesanatos estão sendo resgatados e hoje o principal artesanato desenvolvido é o crochê.

Das 70 famílias entrevistadas no distrito, 60 delas têm algum membro da família que trabalha com artesanato, ou seja, 86% dessas famílias desenvolvem algum trabalho artesanal que ajuda no complemento da renda familiar mensal. Segundo os moradores, os valores arrecadados mensalmente com o artesanato são muito baixos, estão entre R\$ 50,00 e R\$ 200,00 e estes reclamam das vendas que são muito poucas. Um contingente de 28 famílias entrevistadas, ou seja, 40% do total cogitaram a possibilidade de instalação de um centro de artesanato para melhorar a venda desses produtos e, conseqüentemente, a renda familiar. Uma artesã fala sobre a falta de incentivo para os artesãos do Pecém e da importância de um centro artesanal:

Não existe um centro artesanal, um boxe, uma coisa, um local que se destaque. Por exemplo: ali tem uma loja de artesanato com coisas da terra aí todo mundo se animava, né? Pelo menos eu ia fazer alguma coisa pra botar lá, pra mostrar o meu trabalho que eu ainda sei fazer renda, sei fazer labirinto, sei bordar na máquina, sei bordar na mão (risos), aí a gente tinha incentivo. Não tem incentivo. (Entrevista dia 06/06/2004).

Quanto ao lazer no Pecém, pode-se observar que um grande número das famílias do distrito faz da missa ou culto o seu principal lazer, como também da praia, mar e dunas para atividades como: banho de mar, caminhadas, vôlei de praia, futebol e passeio. As demais atividades de lazer são: assistir tv em casa, ir ao forró, passeio na pracinha para conversar com os amigos, visitas a parentes e amigos, realização de churrascos, passeios em sítios.

Tabela 10 – Principais atividades de lazer da população entrevistada no Pecém

Tipo de Lazer	Nº de famílias
Banho de mar	37
Caminhada na praia	21
Passeio na pracinha	18
Forró	26
Visita a parentes e amigos	17
Futebol na praia	11
Missa ou culto	41
Assistir TV	26
Passeio nas dunas	9

⁹² Aline Crisostomo.

Churrasco	1
Vôlei na praia	1
Passeio no Sítio Bolsas	1
Nada	4

Fonte: Pesquisa direta.

Em relação à religião da população do distrito temos que, das 70 famílias entrevistadas, 48 são católicas, ou seja, 69% das famílias entrevistadas no Pecém, sendo a população, assim, predominantemente católica.

No tocante à escolaridade no distrito, há um grande número de habitantes que só têm o ensino fundamental, 53% dos entrevistados, dos quais 6% só têm o ensino fundamental I (1ª a 4ª série). Aqueles que possuem ensino médio (1º ao 3º ano do segundo grau) correspondem 24% dos entrevistados, 13% são analfabetos, 6% só sabem ler e escrever e apenas 4% possuem nível superior.

Tabela 11 - Escolaridade dos entrevistados no distrito do Pecém.

Escolaridade	Fundamental I	Ensino fundamental II	Ensino médio	Ensino superior	Analfabeto	Sabe ler Escrever
Nº de pessoas	4	33	17	3	9	4

Fonte: Pesquisa direta

Em termos de estruturas educacionais e profissionalizantes, Pecém conta com duas creches, um centro educacional, duas escolas particulares e três estaduais com ensino fundamental e médio e duas escolas vivas. No ano de 2002, iniciaram-se, na Escola Euclides Pereira, os cursos de nível superior oferecidos pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), passando depois esses cursos a ser realizados na escola Edite Alcântara Mota. A primeira turma concluiu em março de 2004 e uma nova turma foi formada. Com o CIPP, de 1997 a 2000, vários cursos de capacitação foram oferecidos aos moradores das localidades situadas na área de influência do CIPP. Cursos voltados para a construção civil, para o turismo, para atividades autônomas e cursos seqüenciais de secretariado e informática. Também houve atuação do programa de alfabetização de jovens e adultos, beneficiando 132 adultos. Houve ainda nesse período a construção de duas escolas vivas e duas creches citadas acima. Foi implantado também o Programa Amor a Vida, em duas escolas do Pecém.

Em relação à naturalidade dos atuais moradores do pecém tem-se que dos 70 entrevistados, 37 são naturais do Pecém, ou seja, 53%. O restante possui naturalidade variada, sendo principalmente de Fortaleza e Caucaia mas também provenientes das comunidades de Matões, Gereraú, dos distritos de São Gonçalo do Amarante e Taíba, de cidades do interior do Ceará e também provenientes dos Estados do Espírito Santo e Mato Grosso. E a respeito do tempo de residência dos entrevistados, esse varia conforme tabela abaixo:

Tabela 12 - Tempo de residência dos entrevistados no Pecém.

Tempo de residência em Pecém	0-10 anos	11-20 anos	21-30 anos	31-40 anos	41-50 anos	51-60 anos	Acima de 60 anos
Nº de famílias residentes	13	13	18	9	7	6	4

Fonte: Pesquisa direta

Pode-se perceber que o maior número das famílias entrevistadas mora no Pecém a mais de 10 anos. São moradores que já viviam no distrito antes do CIPP. Portanto o que aumentou mesmo não foi, exatamente, os moradores fixos do Pecém mas aqueles que trabalham nas empresas, indústrias e no próprio porto durante a semana e que, no final de semana, voltam para casa. Cresceu a população flutuante.

Mas depois que o porto surgiu a gente já nota que o Pecém tem crescido, o número da população do Pecém, de uma maneira bem maior do que os outros distritos. O Pecém ta crescendo muito, por exemplo: o senso daqui... ele tem um número de habitantes, mas [...] é muito maior, [...] só que não é numa residência fixa. Elas passam quase como residência fixa. Passam a semana todinha e no final de semana voltam pra Fortaleza, mas é como se tivessem porque trabalham ali e tudo. (Secretária de Turismo e Cultura de São Gonçalo do Amarante, 02/09/2004).

Com relação às características dos domicílios do Pecém, tem-se que 99% das casas das famílias entrevistadas são de alvenaria e apenas 1% é de taipa. Do total dos domicílios, 50% são casas próprias, os outros 50% correspondem às casas cedidas através da realização do mutirão e alugadas. A maioria das casas possuem entre 3 e 6 cômodos, com piso de cimento, cobertas de telhas e dispõem de energia elétrica e 99% das famílias entrevistadas possuem banheiro nos seus domicílios.

Em 2000, esse quadro era bastante diferente, uma vez que grande parte das famílias não possuía banheiros, nem abastecimento d'água, estando esses serviços praticamente nas casas de veranistas. Em 2001 foram feitas 1.888 novas ligações de abastecimento d'água em todo o município de São Gonçalo do Amarante, e Pecém foi um dos distritos beneficiados com 434 ligações. Os investimentos em saneamento básico no distrito do Pecém foram oriundos dos recursos do PRODETUR/CE (SETUR, 2002). De acordo com o Secretário de Infra-estrutura do município de São Gonçalo do Amarante, Fernando Prachedes, hoje, aproximadamente 90% da população do Pecém é atendida pelo abastecimento d'água da Cagece e, aproximadamente 65 ou 70%, são atendidas pela rede de esgotamento sanitário.

Os números mostram que a distribuição de água do distrito foi ampliada em 2001, beneficiando 2.170 pessoas. (Monteiro, 2001, p.134). O esgotamento sanitário foi implantado no Pecém e, no total, foram beneficiados 4.179 moradores, ou seja, aproximadamente 56% da população do distrito. (SETUR, 2002). Se for considerada apenas a população urbana, pode-se dizer que 89% dos moradores são atendidos pelo sistema de esgotamento sanitário.

Tabela 13 – Abastecimento d'água das famílias entrevistadas

Abastecimento	Cagece	Poço	Rio/Lagoa	Carro pipa	cagece/poço
Nº de casas	53	14	1	0	2

Fonte: Pesquisa direta

Das residências estudadas no Pecém, 76% possuem abastecimento d'água da Cagece. Essa água, que antes vinha da Lagoa do Pecém, agora é oriunda do açude Sítios Novos em Caucaia. Do total entrevistado, 20% usam poços para o abastecimento e apenas 1% usam o rio ou lagoa como fonte de abastecimento d'água e 3% usam água da Cagece e de poços artesanais. Dessas 70 famílias estudadas, 90% têm água canalizada em casa, quer seja da Cagece, quer seja dos poços.

Tabela 14 – Esgotamento sanitário das famílias entrevistadas

Tipo	Rede esgoto	Fossa	Mangue
Nº de casas	56	12	2

Fonte: Pesquisa direta.

Em relação à infra-estrutura sanitária, 80% dos domicílios avaliados foram beneficiados com a rede de esgoto. Apenas 17% utilizam-se de fossas e 3% utilizam o mangue do riacho Guaribas como destino final para seu esgoto doméstico. Quanto ao lixo, 97% dos domicílios estudados têm seu lixo coletado pelo sistema de coleta da prefeitura de São Gonçalo do Amarante, os outros 3% são queimados em casa mesmo. Antes da passagem regular do carro de coleta pública a maioria do lixo doméstico era colocado em terreno baldio, enterrado ou queimado. Alguns moradores, também, jogavam na praia, nas dunas e no mangue.

Tabela 15 – Destino do lixo das famílias entrevistadas no Pecém.

Destino	Coletado	Enterrado	Queimado	Terreno
Nº de casas	68	0	2	0

Fonte: Pesquisa direta

De acordo com o secretário de infra-estrutura e meio ambiente⁹³, a produção de lixo no município de São Gonçalo do Amarante, hoje, é de aproximadamente seis toneladas por dia. Sua coleta sistemática é feita todos os dias e o seu destino final é a “rampa” localizada na sede municipal. Pecém conta, ainda, com o Centro de Triagem de Resíduos Sólidos que, além de contribuir para a preservação ambiental, está gerando renda para a população do distrito. O lixo coletado é prensado nesse estabelecimento e vendido para centros de reciclagem em Fortaleza.

Nós temos no Pecém o Centro de Triagem de Resíduos Sólidos que é um convênio da prefeitura com o governo do estado e com a Associação dos Garis da limpeza pública do próprio Pecém. Então as pessoas fizeram assim: fizeram uma associação, se associaram como gari, eles fazem o recolhimento do material sólido. Apenas sólido, nada orgânico. E esse material é levado pra esse Centro de Triagem. E nesse Centro de Triagem eles fazem a separação de papel, de lata, de todos os materiais, eles prensam, lá tem uma prensa lá também, e todo esse material é recolhido pelo carro do governo do estado, da Ação Social. Eles pagam à Associação e levam para Fortaleza. (Secretário de Infra-estrutura e meio ambiente de São Gonçalo do Amarante, 02/09/2004).

E quando foi perguntado a respeito da importância ambiental desse projeto, esse secretário afirmou:

A importância grande é essa: nós estamos tirando o lixo da natureza e levando para reciclagem, com isso aí nós estamos diminuindo a nossa coleta de lixos, a poluição de riachos, rios, lagoas, mares e tudo, e inclusive a própria limpeza da cidade que... com

⁹³ Fernando Prachedes.

essa ajuda que o Pecém nos dá eles conseguem também nos ajudar na limpeza pública. Eles fazem o papel do gari, só que o deles é uma... uma coleta mais seletiva e será remunerado por isso.

Sobre o setor industrial, tem-se que o Complexo Industrial e Portuário já está atraindo algumas indústrias e suas instalações já estão sendo feitas, no entanto, o projeto de um aterro sanitário industrial para o Pecém ainda não saiu do papel. Sobre isso o representante do governo local afirma que:

Quem tá recolhendo é o município, mas não tem lixo industrial porque as indústrias que tão aqui são o quê? Nós temos a EMBASSEL que tá chegando agora, que é indústria de embalagem. Então o lixo dela é todo reciclado que é de papel. É... no Pecém nós temos algumas indústrias se instalando, mas ainda não estão produzindo nem um tipo de lixo industrial. Esse é nosso grande problema de... junto com o governo do estado para poder fazer a instalação do aterro sanitário industrial. (Entrevista dia 02/09/2004)

É importante enfatizar que essas indústrias que comporão o CIPP deverão estar sob uma fiscalização rigorosa do poder público quanto à poluição ambiental e do ar. Um problema sério, no momento, no Pecém é que precisa de atenção e cuidado não só por parte dos órgãos ambientais como por parte de toda a população local, está relacionado ao destino final dos resíduos sólidos, principalmente o lixo químico das indústrias que contém metais pesados como o mercúrio que contamina os vegetais e animais e atinge o homem.

No Brasil há exemplos desastrosos de descasos dos responsáveis pelas indústrias e do governo pela falta de empenho na fiscalização. Um deles é Cubatão, o crescente número de indústrias a se instalarem ali, siderúrgicas, indústrias petroquímicas e de fertilizantes, causaram sérios danos ambientais como a poluição do lençol freático, poluição gasosa, destruindo a diversidade vegetal da Serra da Mata. Em Santos, o canal do porto foi contaminado por substâncias cancerígenas.

Quanto à infra-estrutura hoteleira, o distrito possui 10 meios de hospedagem, com um total de 124 leitos. Possui 12 restaurantes e 3 barracas na beira-mar para atender aos que visitam e aos moradores do distrito. No entanto, falta preparo aos donos de estabelecimentos e funcionários no atendimento ao turista. Na praia do Pecém, o turismo sempre foi uma atividade relativamente baixa uma vez que só ocorre com mais frequência nas férias e no carnaval. Além disso, a praia sofreu forte erosão. Hoje ela apresenta uma extensão maior, no entanto ainda se

encontra com estruturas de pedra para recuperá-la, que acabam por prejudicar a beleza do local. Mas é importante enfatizar que esse distrito apresenta atrativos naturais que proporcionam um turismo de sol, praia e de natureza uma vez que apresenta enseada, dunas, promontório rochoso, coqueiros, ancoradouro de pesca para jangadas e núcleo de pescadores. Há ainda lagoas interdunares e tabuleiros situados em meio à vegetação e também

Em relação à infra-estrutura urbana básica, o distrito conta com um comando da polícia militar, com uma viatura, um delegado e 3 soldados para segurança pública e, para telecomunicações, dispõe também de um posto de atendimento da Telemar e um posto dos Correios. A secretária de turismo e cultura de São Gonçalo fala a respeito da segurança do distrito:

É. No caso a unidade policial do município, a unidade modelo fica no Pecém. Então tudo do município é administrado lá. Por que é lá? Houve uma preocupação maior com aquele distrito porque a gente sabe que além de ser na praia... no litoral, também por causa do porto, do grande número de pessoas que estavam chegando tanto pra trabalhar... só pra trabalhar, passar a semana, como também as pessoas que vieram morar no distrito. Então houve essa preocupação grande com o Pecém. Teve uma época que tava muito perigoso. Mas ainda bem que parou mais, e agora tá mais tranqüilo. Era mais naquela época que começou, muitas pessoas de fora, (...) Começou a ter muita violência e assaltos nas casas e também de carros, mas ultimamente tá mais tranqüilo. (Entrevista dia 02/09/2004).

Na opinião de 41% dos entrevistados, a segurança do Pecém se encontra com qualidade média. A população mostrou-se dividida entre a classificação boa e ruim, ou seja, 29% consideram a segurança do distrito boa e também 29% acham ruim. Diante dessa avaliação, as principais sugestões para uma melhoria, segundo a população, seria vir mais policiais e mais viaturas, construir uma área de lazer para os jovens e acabar com os pontos de venda de drogas, denominado popularmente de “bocas de fumo”.

Tabela 16 – Situação da segurança do distrito

Situação da segurança	Boa	Média	Ruim	Não respondeu
Nº de famílias	20	29	20	1

Fonte: Pesquisa direta

Em relação à saúde no distrito, a população conta apenas com dois postos de saúde, com três médicos e uma enfermeira e três agentes de saúde. Há

também um núcleo de atendimento da Unimed, mas a saúde privada é para poucos. Os atendimentos, no posto do Pecém, resumem-se na orientação para o aleitamento materno, pré-natal, e acompanhamento mensal às crianças de 0 a 2 anos, incluindo pesagem e vacinação. Em caso de consultas médicas a população tem que se deslocar para a sede, São Gonçalo do Amarante. As principais doenças detectadas no distrito são a gripe, desintéria e a verminose. (Monteiro, 2001, p.132).

Das 70 famílias que responderam ao questionário, 41 afirmaram que usavam o posto de saúde do Pecém, o que corresponde a 58% das pessoas entrevistadas, ou seja, a maioria da população entrevistada do Pecém é atendida num local com condições bastante precárias. A população reclama a falta de médico, o péssimo atendimento, a espera, a falta de remédios nos postos. Em setembro de 2004, as comunidades que fazem parte do distrito foram às ruas fazer seu protesto no que diz respeito às políticas públicas desarticuladas e precárias que vigoram não só no município, mas sim no Brasil todo. E uma das principais reivindicações era a melhoria da qualidade da saúde.

No quadro a seguir têm-se as principais infra-estruturas presentes no Pecém até o ano de 2004.

Quadro 01– Infra-estrutura básica do distrito do Pecém - Ano de 2004

Discriminação	Quantidade
Educação – ensino fundamental	
Escola particular	02
Escola estadual	03
Escolas vivas	02
Educação – infantil	
Creche	02
Educandário	01
Saúde	
Posto de saúde (Bolsas e Pecém)	02
Enfermeira	01
Médico	03
Agente de saúde	03
Consultório odontológico	01
Laboratório de análises clínicas	01
Farmácia	02
Núcleo Unimed	01
Saneamento	
Escritório CAGECE	01
Ligações de água	434
População beneficiada	2.170

População beneficiada com água e esgoto	4.179
Energia elétrica	
Escritório da COELCE	01
Segurança pública	
Comando da polícia militar	01
Delegado	01
Soldado	03
Viaturas	01
Posto de gasolina	01
Posto dos correios	01
Agência bancária	01
Telefonia (escritório telemar)	01
Organização social	
Colônia dos pescadores	01
Número de sócios	328
Número de não sócios (aproximação)	272
Associação comunitária	05
Centro social com quadra de esporte	01
Igreja	01
Mercado público	01
Estádio/campo de futebol	01
Clube	01
Pracinha	02
Colônia de férias dos professores	01
Turismo	
Hotéis	01
Pousadas	09
Restaurantes	12
Barraca de praia (Colônia e Pecém)	03
Transporte	
Empresa Brasileiro (Litorânea) – Linhas: Fortaleza – São Gonçalo do Amarante Siupé – Taíba – Serrote – Croata – Paracuru	01

Fonte: Adaptado (2004) de Monteiro (2001, p.134) e atualizado.

Em relação às atividades econômicas que acontecem no distrito do Pecém, destacamos aqui o comércio, a lavoura, o extrativismo vegetal e a pesca. O comércio do Pecém é o varejista. Destacando-se o ramo alimentício, com mercantil, mercearias, botecos, padarias e depósitos de bebidas. Há também os depósitos de construção, lojas de venda de roupas, biquínis e artigos para presentes e lojas de perfumes. Temos ainda oficinas e metalúrgicas.

Na lavoura, os principais tipos de plantios feitos no distrito são: feijão, milho, mandioca. Destacam-se também as plantações de frutas como o coco, principalmente, o mamão, a manga, o caju e a banana. E ainda temos as plantações de hortaliças.

No extrativismo vegetal, os produtos dessa extração são basicamente a carnaúba com sua cera e o pó, a castanha de caju, a madeira através do carvão vegetal e a lenha (IPLANCE, 2000). Alguns moradores do Pecém utilizam o mangue para extração de madeira.

A pesca, no Pecém, acontece ainda de forma artesanal e em pequenas embarcações, algumas delas precárias. Os paquetes representam a maior quantidade. Em segundo lugar são as jangadas. O destaque, em relação aos tipos de pescados é para os peixes cavala, serra, galo, ariacó, salema, pescada e camurupim. Além desses principais temos também o camurim, beijupirá, charéu, carapitanga, cioba e o dourado⁹⁴.

No Pecém, a pesca da lagosta acontece todo ano do dia 1º de maio até o mês de dezembro, mas são poucos os pescadores que possuem embarcações adequadas para essa pescaria que exige mais tempo no mar. A maioria arrisca a vida no mar em paquetes e jangadas em péssimo estado de conservação.

Os principais equipamentos utilizados nas pescarias pelos pescadores do Pecém são a rede de pesca, que foi a mais citada por eles, a linha e o anzol e o “arrastão” na pesca do camarão. O que evidencia a predominância da pesca artesanal.

No Pecém é possível ver jangadas saindo para o mar todos os dias da semana, no entanto, a maioria dos pescadores pesca de segunda a sábado. O total em cada pescaria é, em média, 10 quilos de peixe. O valor arrecadado em cada pesca varia entre R\$ 15,00 e R\$ 90,00, dependendo da quantidade pescada. A divisão do resultado desse trabalho é 50% para o dono da embarcação e 50% para os demais pescadores. Segundo a presidente da Associação dos Pescadores no Pecém, Lucineide, não há aluguel de embarcações no distrito. Os que não as possuem trabalham com outro pescador que tenha jangada ou paquete. No total são

⁹⁴Entrevista direta com a presidente da Colônia Z-6 e com pescadores do Pecém nos dias 06 e 07 de agosto de 2004.

80 ou 100 embarcações que Lucineide afirma serem todas cadastradas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Para a composição dos grupos de trabalho, ou seja, do grupo de pescadores nas embarcações, essa é definida segundo critérios de competência, lealdade, parentesco. Os integrantes são coordenados pelo mestre que é responsável pela escolha da tripulação, pela divisão das tarefas, pela condução da embarcação, garantindo assim a integração e a estabilidade do grupo. Os demais participantes são o *contramestre*, o *proeiro* e o *rebique*. Sobre essa pesca artesanal, Lima (2002, p.102) ressalta a beleza e o significado para as comunidades litorâneas do ir e vir das jangadas.

Se, na madrugada, a saída dos homens para o mar é acompanhada pelo olhar atento de mulheres que esperam a volta dos seus entes (maridos, filhos, pai, irmãos e/ou parente próximo), o retorno – no mesmo dia (“pesca de ir e vir”), na “pesca de dormida” (volta dias depois) – realiza-se sob a atenção da comunidade. A chegada dos pescadores à praia, o encalhar das embarcações (jangadas, botes e paquetes) é sempre um momento comentado e partilhado, mesmo que à distancia, pelos moradores da comunidade: as expectativas de uma boa ou má pescaria, a volta em paz da tripulação e as histórias de cada viagem alimentam essas espera e partilha. Enfim, trata-se da realização de um ato que sempre se repete e dá significância a relações entre os que permanecem em terra e os que retornam; que demarca a distancia relativa entre estes e os que, em sua maioria, em tempo algum presenciaram o ritual da partida e de retorno de uma jangada, os consumidores urbanos do pescado cearense.

No Pecém, além do mar, a pesca ainda é realizada no mangue do Riacho Guaribas. Lá as marisqueiras, que são mulheres que pegam esses mariscos para a alimentação de suas famílias e para a comercialização, pescam o caranguejo, o siri e o camarão. A comercialização é pouca expressiva devido à pouca quantidade desses mariscos e também devido à poluição do mangue. No total, em Pecém, são 25 marisqueiras associadas à colônia, tendo direito a tudo que os demais pescadores têm, só não o seguro relativo ao defeso da lagosta.

Outra questão com relação ao mangue é sua utilidade. Hoje é utilizado para vários fins como pesca, banho, para lavar louça, roupa, extrativismo vegetal e

mineral e como depósito de esgotos domésticos das residências que ficam nas suas proximidades⁹⁵.

No que se refere às associações de pescadores, em 25 de outubro de 1923 ficou sendo obrigatória a filiação de pescadores em colônias. Em 1960 o Ceará possuía 33 colônias. No ano de 1970, os pescadores do Pecém criam a colônia Z-16 (atual Z-6) (Ver fotos 19 e 20). Em 1988 cai a lei de filiação obrigatória e no ano de 1995 restariam apenas 16 colônias, quatro delas estando no interior do estado. Nesse mesmo ano, no Pecém, estavam registrados 540 dos 1.200 pescadores dos distritos do Pecém e da Taíba. Hoje são mais de 600 pescadores no Pecém, mas apenas 328 são associados à Colônia. Todos os associados pagam cinco reais por mês à colônia⁹⁶.



Fotos 19 e 20 – Colônia de Pescadores do Pecém
Fonte: Registrada pela autora em visita de campo – 11/01/ 2005

Os benefícios oferecidos pela colônia a seus associados, segundo os pescadores e a presidente da colônia, são: auxílio doença, seguro defeso (época do defeso da lagosta), aposentadoria aos 60 anos, abatimento em odontologia para toda a família do pescador. Além de fiscalizar os paquetes, conceder empréstimos para reformar as embarcações e dar direito ao seguro desemprego.

Mesmo assim, alguns pescadores que deixaram a profissão para trabalhar nas casas de veraneio voltaram para a pesca depois. Outros conseguiram emprego fixo e permanecem nele até hoje. Em relação aos problemas enfrentados

⁹⁵ Rever fotos 04 e 05 na página 135.

⁹⁶ Entrevista com a presidente da Colônia de Pescadores do Pecém.

pelos pescadores artesanais do Pecém que não desistiram, os principais citados pelos entrevistados foram: a presença de “escafandristas” nos mares do Pecém, a pesca predatória e as embarcações velhas. Além desses principais, citaram ainda a presença do atravessador e os fortes ventos nos meses de agosto e setembro, que dificultam a pesca e fazem com que alguns pescadores não vão ao mar. Sobre esse último problema, um pescador afirma: “[...] Nos meses de agosto e setembro pouco se vai ao mar devido os ventos”.

Quanto aos “escafandristas”, no Pecém, os pescadores informaram que eles vêm principalmente de Cumbuco e Iparana. É o que afirma Ricardo: *“Alguns pescadores vêm de fora: Cumbuco, Iparana, e pegam os galões dos pescador do Pecém”*. Um outro pescador dos mares do Pecém, Damião de 24 anos, comenta esse assunto com descontentamento: “Cafanguista de Fortaleza vem e mata nosso peixe, espanta”. A presença dos “escafandristas”, conhecidos por usarem compressores para a pesca da lagosta que espantam os peixes dificultando a pesca, hoje em Pecém é menos intensa do que há anos atrás.

Além disso, alguns desses “escafandristas” cortam os manzuás e roubam a lagosta dos pescadores. A presidente da Associação dos Pescadores do Pecém afirma não mais existir essa prática, no entanto, todos os pescadores entrevistados afirmaram ainda ser realizado esse tipo de pesca nos mares do distrito.

Com relação aos atravessadores, esses existem, basicamente, em todas as comunidades litorâneas pesqueiras do Ceará. Eles dificultam o lucro dos pescadores e acabam tornando a venda do peixe mais cara na própria comunidade pesqueira, ou seja, nos comércios e restaurantes. Quando indagado sobre os atravessadores, o pescador Ricardo comenta: “a gente vai para o mar e ganha duas vezes menos que eles. O camarão a gente vende a eles a R\$ 2,00 o quilo e eles vendem a R\$ 15,00”.

Outra mudança na pesca artesanal do Pecém e, desta vez, em parte foi positiva, está relacionada com a construção do porto. Nesse período os pescadores começaram a sentir uma diminuição considerada na pescaria. Achavam que o porto tinha ocasionado a fuga dos peixes mas, estudos realizados pela Universidade

Federal do Ceará (UFC) alertaram para a grande concentração destes nas proximidades do viaduto do porto. Dessa maneira os pescadores foram orientados e passaram a pescar mais perto de casa. No entanto, quando há navio atracado não é recomendável ir até o local onde há a concentração de peixes.

Contudo, é importante levarmos em conta que a água contida no calado dos navios é lançada nos mares do Pecém e muitas vezes essa água traz espécies exóticas que acabam prejudicando a fauna local. E ainda há o fato do óleo derramado pelos navios. Não é muito, mas pouco a pouco o mar local e a praia vão ficando poluídos e os peixes também. No demais, quando perguntados se houve mudança na pesca com a construção do CIPP, os pescadores entrevistados deram respostas positivas. Afirmaram ter ocorrido aumento da pesca.

Aumentou a pesca. Agora tem mais peixe e camarão.

Ficou bom demais. Saía 5 da manhã e voltava de noite e não pescava quase nada. Hoje melhorou 100%.

Acha peixe mais perto. Antes era mais pra dentro. Dá até camarão, hoje.

Apesar da pesca ter melhorado, a maioria dos pescadores entrevistados afirmaram que não querem que seus filhos sigam a profissão de pescador. Dos nove pescadores que foram entrevistados, apenas um tem filhos ou algum parente que segue sua profissão. O maior número de justificativas para essa desistência dos jovens da pesca está ligado ao perigo da profissão, uma vez que é preciso ir ao mar com equipamentos precários, enfrentando, nos dias de ventos fortes e de mar “valente”, riscos que são ainda maiores. Desta forma as principais melhorias, sonhadas por esses pescadores do Pecém, para a pesca artesanal é a aquisição de embarcações motorizadas, aposentadoria antes dos 60 anos, mais verbas para a pesca, pois os pescadores reclamam que a verba chega na associação, na colônia, mas não chega até eles. Com o dinheiro, seriam viabilizados os reparos nas embarcações que precisam de concerto, ficam paradas ou vão para o mar sem condições, comprometendo a vida dos tripulantes.

Para o problema com os atravessadores a solução apontada pelos moradores do Pecém seria a construção de uma cooperativa dos pescadores, com

todos os equipamentos de pesca e de armazenagem adequados. Assim, o peixe chegaria do mar e seria levado para a cooperativa e de lá seria vendido diretamente para os comércios e restaurantes locais, como também para compradores vindos de outras localidades, ou mesmo transportado para o mercado de Fortaleza. Essa cooperativa necessitaria de uma boa organização, uma coordenação confiável composta por um dos pescadores que seria eleito pelos demais. Isso acabaria com o problema dos atravessadores.

Essas comunidades litorâneas estão, cada vez mais, sofrendo modificações ambientais, culturais, sociais e econômicas. É preciso que os habitantes dessas localidades lutem para garantir o seu espaço de vida, sua forma de viver, sua cultura, seus costumes.

Em relação à fonte de renda das famílias do Pecém, a principal, de acordo com os moradores entrevistados em 2004, é a aposentadoria. Em segundo lugar vem a pesca, seguida pelo porto e pelas atividades de construção civil, através de mão-de-obra como serventes e pedreiros.

Tabela 17 – Principais fontes de renda das famílias entrevistadas no Pecém

Fonte de renda	Nº de famílias
Pesca	9
Porto	5
Porto e aposento	1
Aposentadoria	14
Construção (servente e pedreiro)	5
Comércio	4
Artesanato e pensão	2
Bolsa escola e faxina	2
Gari	1
Costura e pensão	1
Funcionário público	1
Educador	2
Fretes em carros	1
Mototaxi	1
Polícia	1
Jardineiro	1
Oficina	1
Secretária	1
Serviços gerais e domésticos	4
Serviços gráficos	1
Veraneio	3
Aposento e pensão	1
Vigilante e zelador	2
Agricultura	2
Sem resposta	4

Fonte: Pesquisa direta

Na maioria das famílias do Pecém há apenas uma ou duas pessoas trabalhando. A média mensal de renda da maioria das famílias entrevistadas varia entre R\$ 100 e 600, mas a maioria recebe mensalmente entre 1 ou 2 salários mínimos.

Tabela 18 – Média mensal de renda das famílias entrevistadas no Pecém

Média mensal de renda (R\$)	Nº de famílias com essa renda
50 – 100	6
101 – 200	7
201 – 300	14
301 – 400	2
401 – 500	9
501 – 600	14
601 - 700	1
701 – 800	1
801 – 900	0
901 – 1000	2
1000 – 2000	5
Mais de 2000	1
Não sabe ou não quis responder	6

Fonte: Pesquisa direta

Quando perguntado se a renda mensal das famílias do Pecém tinha melhorado nos últimos cinco anos, ou seja, de 1998 a 2004, a resposta foi:

Tabela 19 – Melhoria da renda familiar do Pecém nos últimos 5 anos
Anos 1998 a 2004

Melhoria?	Sim	Não	Sem resposta
Nº de famílias	27	37	6

Fonte: Pesquisa direta

Das 27 famílias que disseram sim, 13 afirmaram que houve melhora da renda devido ao porto, no entanto essa melhora foi temporária, uma vez que a maioria dessas pessoas só trabalhou durante a construção do porto e hoje está desempregada.

5.6 – O ambiente costeiro do Pecém

A zona costeira do Pecém é caracterizada por uma acentuada fragilidade ambiental resultante da ação conjunta de vários agentes naturais como é o caso dos ventos, ondas, marés e correntes. A resultante da força das ondas, marés, correntes, do clima e dos parâmetros meteorológicos sobre a zona litorânea constitui a dinâmica costeira. Essas forças, atuando na linha de costa, fazem desta um ambiente de instabilidade que se modifica constantemente de forma natural e, muitas vezes, cíclica.

A faixa de praia é um ambiente de sedimentação, geralmente arenosa e que funciona como proteção do litoral contra a forte atuação dos elementos da dinâmica costeira. Mas, quando essa dinâmica natural sofre interferência do homem, pode ocorrer um desequilíbrio no ambiente que pode levar a erosão ou assoreamento da faixa praial, causando nas zonas habitadas sérios danos socio-econômicos. Os processos costeiros ou ação de agentes, como os citados acima, que levam à erosão, transporte e deposição de sedimentos, acarretam modificações constantes na configuração do litoral (Muehe, 2001).

As ondas que atuam na praia do Pecém são de dois tipos: “sea” e “swell”. Para Chagas (2000) as ondas “sea”, que no Pecém apresentam período médio de 2 a 8 segundos, atingem a costa de Pecém nos meses de março a novembro. Essas ondas são resultantes da atuação dos ventos alísios. Esses ventos, de acordo com Moraes (2000), são ventos que sopram das zonas de alta para as zonas de baixa pressão, ou seja, dos trópicos para o equador. A costa cearense, por estar na Zona de Convergência Intertropical, sofre a confluência dos ventos alísios de nordeste e sudeste. No inverno predominam os ventos alísios de sudeste, devido o deslocamento do equador térmico para o norte.

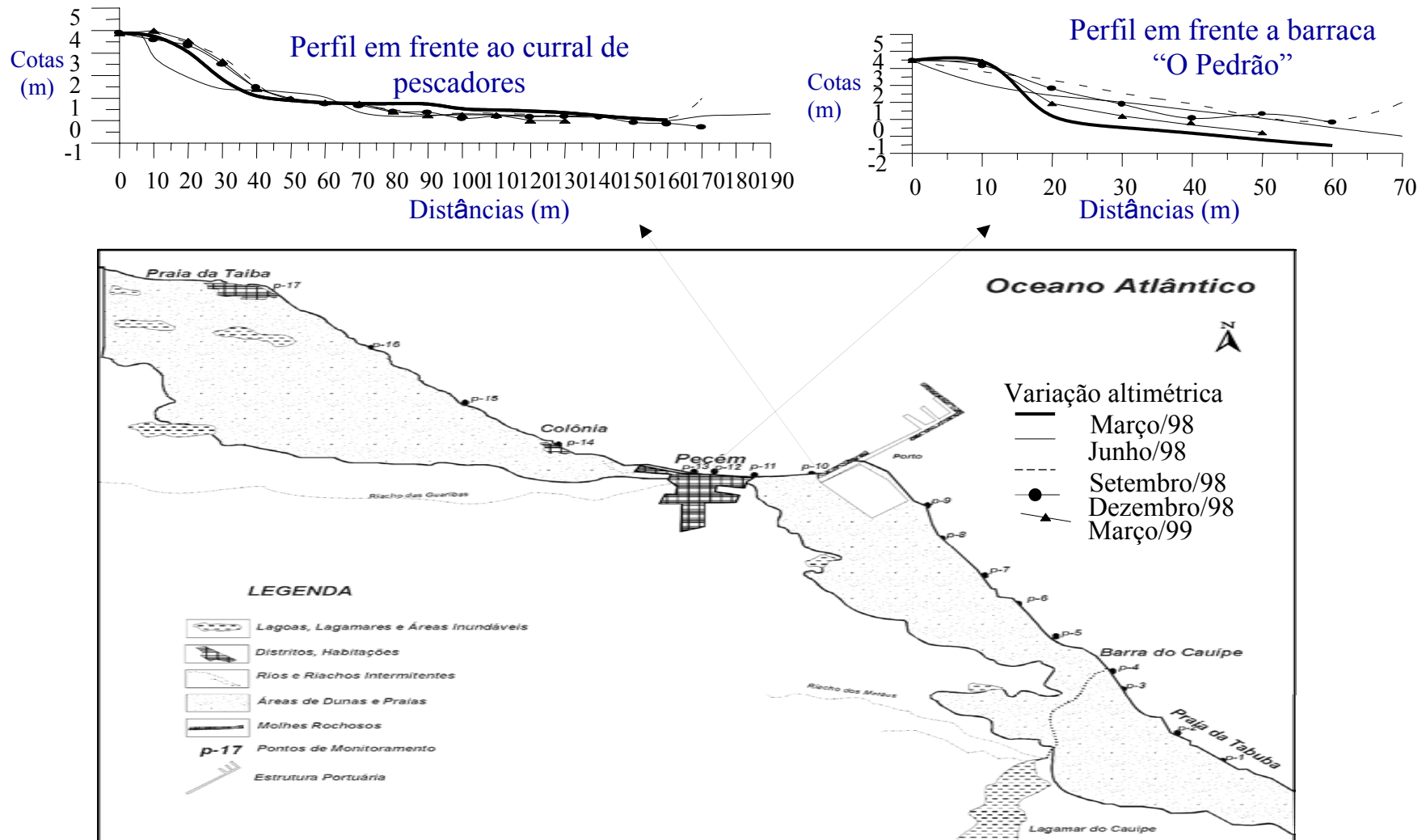
As ondas “swell” atingem a costa do Pecém nos meses de dezembro a fevereiro, com período aproximados de 10 a 20 segundos. Incidem frontalmente à *linha de praia, com forte poder erosivo. Quando ocorre a combinação de ondas “sea” e “swell” é dificultado a ultrapassagem dos sedimentos pelo pontal, gerando assim, forte erosão em frente à cidade. Quando a atuação da “swell” é finalizada as ondas*

“sea” voltam a restabelecer o perfil de acumulação natural da praia. Durante esse período de atuação das ondas “swell”, os pescadores do Pecém sentem dificuldade de ir para o mar. Alguns deles, em dias de ventos mais fortes, não saem para a pescaria pois temem que a embarcação vire com seus pertences ou mesmo com os peixes já pescados no dia. (Chagas, 2000).

A maré, na praia do Pecém, é do tipo semidiurna, sendo calculada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), utilizando-se de 12 componentes. De acordo com as tábuas de maré de 2002, 2003 e 2004 a amplitude máxima de maré, no Pecém, é de 3 m e mínima de 0.4 m, mas na maré alta chega a 3.1 m com mínima de 0.1 m, nas maiores marés de sizígia. Aqui é importante atentar para os fatores meteorológicos, principalmente o vento, pois podem causar a elevação ou o abaixamento do nível do mar e o atraso ou o adiantamento dos instantes de ocorrência das preamares ou baixas-marés. Nestas condições, as preamares e as baixas-marés podem ser mais altas ou mais baixas do que as alturas previstas nas tábuas (DHN, 2004).

As marés interferem na faixa intertidal da praia do Pecém. Vasconcelos, Albuquerque & Pinheiro (1999) verificaram, nos meses entre março de 1998 a março de 1999, o perfil variando de 50 a 70 m na área mais estreita da praia do Pecém que fica em frente ao núcleo urbano da cidade (perfil 12 na figura 07). Na faixa mais larga (perfil 10 na figura 07) que fica próximo à ponta do Pecém e corresponde à praia em frente ao curral de pesca, verificou-se o perfil de praia variando entre 160 e 190 m. (Ver figura 07).

Figura 07 - Faixa de praia do Pecém nos anos de 1998 e 1999



Fonte: Vasconcelos, F.P., Albuquerque, M.F.C., Pinheiro, L. de S. (1999)

No ano de 1998, os moradores se queixaram da diminuição de turistas e associaram isso à forte erosão que estava acontecendo na praia do Pecém. (ver foto 21) Alguns moradores e veranistas perderam suas casas ou tiveram prejuízos materiais com a destruição ocasionada pela forte energia das ondas que chegavam à costa. Essa falta de aporte sedimentar na praia foi intensificada em decorrência da construção do Terminal de Embarque Provisório que permitiu os navios atracarem para levarem as pedras que seriam utilizadas na construção do quebra-mar ao largo.



Foto 21 – Ressaca: ondas swell atingindo a praia do Pecém - outubro de 1999
Fonte: Registrada pela autora em trabalho de campo

A análise recente desses mesmos perfis mostra um discreto crescimento da faixa praial do Pecém entre 1999 e 2005 (ver fotos 22, 23 e 24). Em março de 1999, o perfil da praia, em frente ao núcleo urbano do Pecém, era de 70m e, em janeiro de 2005, estava com os mesmos 70m. Já a faixa mais larga, em frente ao curral de pesca, passou de 190m em março de 1999 para 340m em janeiro de 2005, estando o curral, em grande parte, coberto de areia. (Ver figura 08). Nas fotos abaixo podemos observar, como era antes, e como ficou a praia do Pecém com o acréscimo sedimentar.



Foto 22 e 23 – Barraca “O Pedrão” na praia do Pecém - 13/05/2004 e 11/01/2005 respectivamente

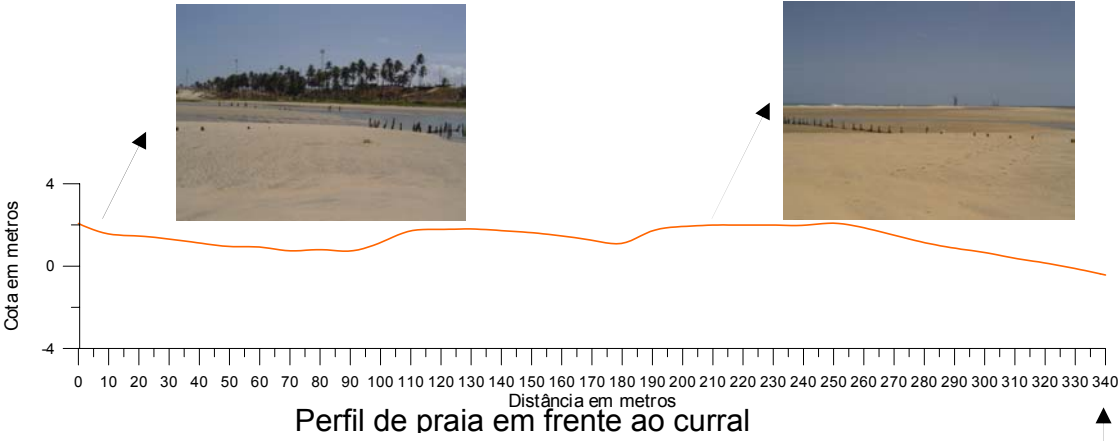
Fonte: registrada pela autora em trabalho de campo



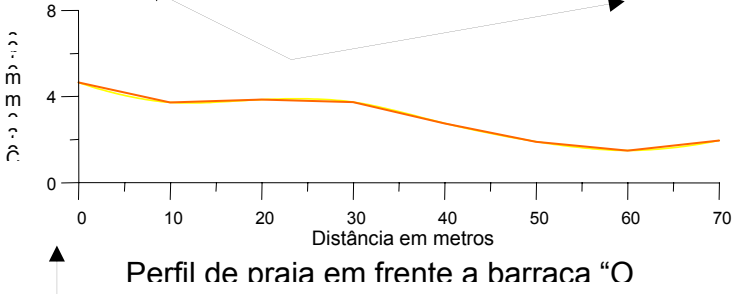
Foto 24 – Curral de pescadores do Pecém assoreado - 11/01/2005

Fonte: Registrada pela autora em trabalho de campo

Figura 08 - Perfil da praia do Pecém em 1999, 2004 e 2005



Praia do Pecém Praia do Pecém Praia do Pecém



Fonte: Elaborado a partir de Andrade e Vasconcelos (2005)

A praia, sofrendo erosão, prejudica o turismo e compromete a economia do lugar. Estando mais larga, permite que os pescadores atraquem suas jangadas com mais facilidade e os moradores do Pecém e visitantes passam a usufruir mais dessa praia para caminhar, brincar, jogar etc., aproveitando a vista de uma praia mais bela.

Pode-se notar, pelo acima descrito, a interferência humana causando prejuízos ao meio natural, acarretando problemas para o próprio homem. Daí, portanto, a importância de se considerar todos os fatores atuantes na zona costeira local, contemplando a complexidade desse território no qual todos os agentes naturais e humanos estão intrinsecamente interligados.

No Pecém, os ventos predominantes, como afirma Chagas (2000), são os do quadrante E-ESSE, responsáveis pela formação das ondas “sea”, próximo a costa. Já os de quadrante SE-S são responsáveis pelo transporte de sedimento ao longo das praias, como também contribui para o lançamento de sedimento do continente para o mar. O alinhamento da costa no Pecém é de SE-NW passando para E-W, logo após a ponta. Do lado leste da ponta, o transporte de sedimento se dá na direção da terra e, do lado oeste, a praia é quase paralela à direção do vento, sendo o transporte feito ao longo da linha de costa.

Há a presença na região de ventos alísios e brisas marinhas que sopram de E-SE quase todo o ano, que reduzem a umidade, contribuindo para a formação de dunas e influenciando diretamente na morfologia praial (Pessoa, 1999). Vale salientar que a atuação do vento exerce maior importância em áreas costeiras de grande aporte sedimentar, mas a ocupação imobiliária não tem respeitado os elementos da dinâmica costeira, tem construído de forma desenfreada sobre o campo de dunas, barrando o percurso natural dos sedimentos que iriam alimentar a praia, desequilibrando a dinâmica natural desse ambiente, muitas vezes de forma irreversível.

Em relação ao clima da área estudada, a classificação mais usada é a de Köppen onde ele define o clima da região em estudo como: tropical quente e úmido; com chuvas de verão e outono com temperaturas elevadas, baixos índices de nebulosidade e de amplitudes térmicas, forte insolação, elevadas taxas de evaporação e irregularidade na distribuição das chuvas. O clima litorâneo em questão apresenta dois períodos bem definidos e que geralmente tem a mesma duração no ano: um chuvoso, entre os meses de janeiro a junho, com máximas ocorrendo entre março e abril, e outro, de estiagem, entre os meses de julho a dezembro, sendo este último muitas vezes alterado pela ocorrência de precipitações esparsas.

De acordo com a FUNCEME, o município onde se insere Pecém, possui pluviosidade máxima nos meses de março, abril e maio, acima de 1.000 mm anuais. O período de maior escassez corresponde aos meses de setembro, outubro e novembro. A temperatura média local está entre 26° e 27° C. Já as taxas de evapotranspiração são elevadas durante todo o ano, em decorrência dos índices térmicos da região, chegando a ser superior a 130 mm mensais que atinge balanço hídrico positivo apenas nos meses de maior precipitação. (Lima *et al*, 1995).

Em relação aos recursos hídricos da área, eles refletem diretamente as condições climáticas da região. Pecém está inserido nas bacias hidrográficas do rio São Gonçalo e Cauípe. Apesar de não ter muita expressão hidrológica, representa o principal manancial de abastecimento para as populações que nela residem. Representantes também importantes da hidrografia do distrito do Pecém são as lagoas interdunares pluviais e freáticas e os riachos de pequeno porte que, por reduzirem muito seu volume em épocas de estiagem, tornam difícil o seu dimensionamento. Ademais, as dunas, os aluviões e a Formação Barreiras, são importantes fontes de retenção de água, por serem terrenos de estrutura muito porosa e permeável, onde a infiltração supera o escoamento.

No que se refere aos componentes bióticos, ou seja, a fauna e a flora, esses são constantemente “agredidos” pelos desmatamentos que muitas vezes resultam da construção de loteamentos. No caso do litoral, mais especificamente o campo de dunas, isso pode acarretar um desequilíbrio ambiental de grande

relevância, uma vez que pode causar a desestabilização das dunas fixas e o soterramento de cursos d'água, lagoas e até invasão de residências e rodovias que já existam por perto.

O conhecimento dos componentes bióticos que cobrem o território estudado é importante para o planejamento dos programas de uso e ocupação da terra, uma vez que eles são os responsáveis pelos fluxos energéticos e pela reciclagem da matéria orgânica que representam os elementos garantidores da continuidade da vida e da sustentabilidade produtiva. (Soares, 1997 *apud* Monteiro, 2001, p.125). Assim sendo, no que se refere ao quadro florístico que cobre o território cearense, tem-se representado no quadro 02 a Vegetação Pioneira Psamófila, Vegetação Subperenifólia de Dunas, Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro, Vegetação de Várzea, Vegetação Aquática, Floresta Perenifólia Paludosa Marítima de Mangue e a Caatinga.

Quadro 02 – A vegetação do litoral cearense e suas características e ocorrências.

Tipo de vegetação	Características e local de ocorrência
Vegetação Pioneira Psamófila	Ocorre na faixa praial estendendo-se, muitas vezes, até as dunas na vertente à barlavento. O porte é herbáceo e é composta por espécies tolerantes à salinidade, ventos fortes e intensa radiação solar.
Vegetação Subperenifólia de Dunas	Porte predominantemente arbustivo à barlavento das dunas e arbóreo nas encostas à sotavento. Podem ser encontradas também nas encostas adjacentes das lagoas formadas por trás das dunas ou entre elas, em baixadas úmidas. Ex: Lagoa do Pecém.
Vegetação Subcaducifólia de Tabuleiro	Apresenta porte arbóreo-arbustivo e ocorre de forma descontínua e heterogênea. Vai, desde espécies de cerrado à caatinga e mata de tabuleiro. Esta última ocupa a maior parte dos Tabuleiros Pré-Litorâneos.
Vegetação de Várzea	Apresenta estrato arbóreo e está presente em planícies fluviais e lacustres (margens de rios, lagoas, riachos ou por extensas várzeas). Ex: Carnaúba (<i>Corpernicia prunifera</i>).
Vegetação Aquática	Estão representadas por três comunidades: Emergentes (ocorrem nas margens dos rios e lagoas e nas areias encharcadas. Ex: “junco” e o “periperi”), Flutuantes (Ocorrem nas partes mais calmas das águas, como nas margens) e as Emersas.
Floresta Perenifólia Paludosa Marítima de Mangue	É encontrada nas zonas onde há a junção de água doce e salgada, ou seja, onde a maré adentra no continente pelos rios, formando um ambiente florestal, de porte arbóreo. Possui

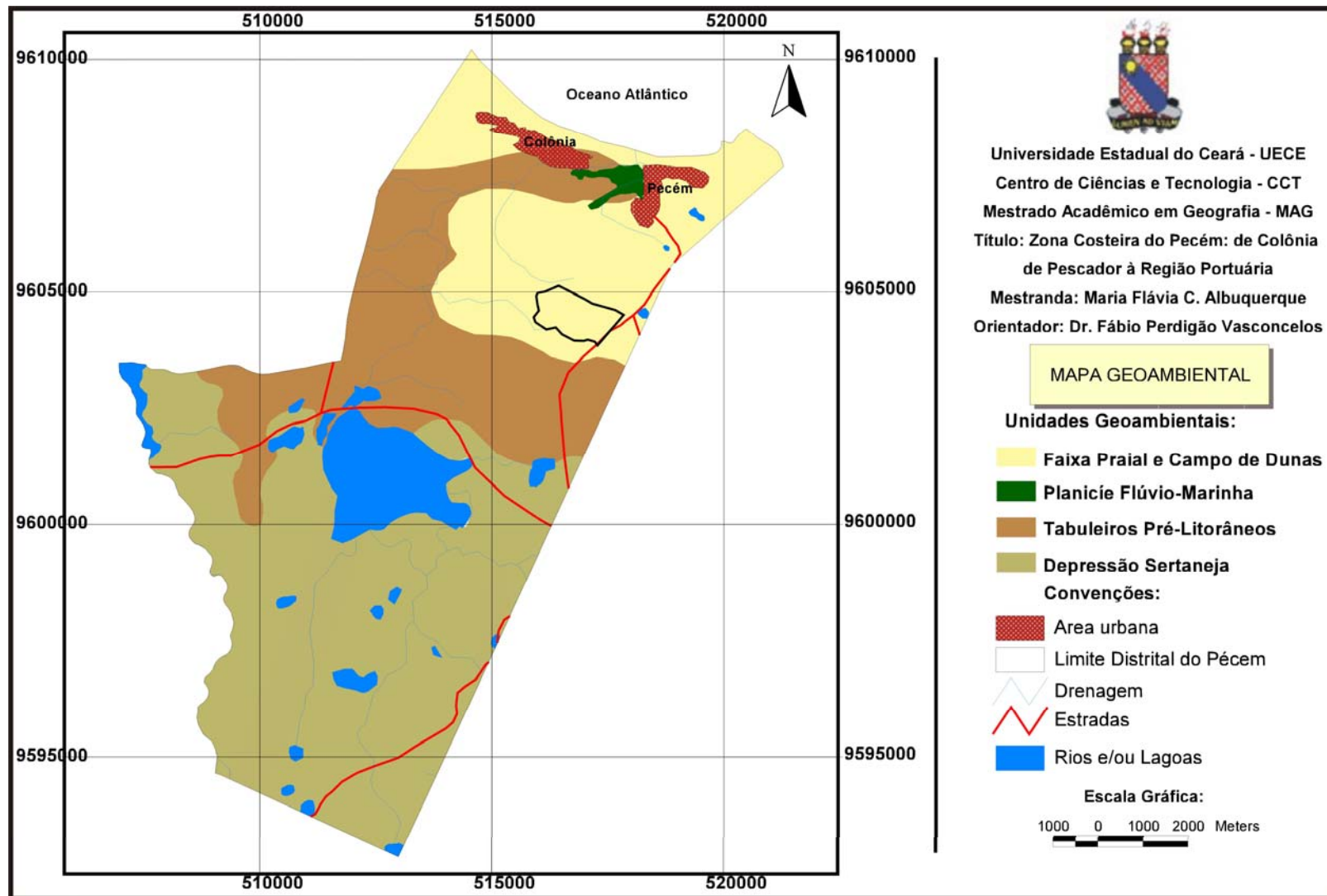
	muitos indivíduos, mas a diversidade de espécies vegetais é pequena.
Caatinga	É encontrada nas zonas de Depressão Sertaneja onde há grandes variações litológicas e edáficas, solos rasos e pedregosos com grande frequência de afloramentos rochosos, irregularidades pluviométricas e altas taxas de evapotranspiração. Podem ocorrer também a partir da superfície de Tabuleiros estendendo-se na direção da linha de costa através dos campos de dunas e nas proximidades de planícies fluviais onde são chamadas de caatinga <i>litorânea</i> .

Fonte: Adaptado de Monteiro (2001, p. 126-7)

No Pecém, as espécies são poucas mas há uma densidade populacional rica para algumas delas. Nas dunas da 1ª geração, as dunas fixas, ocorre vegetação de grande a médio porte representada principalmente pela introdução do coco (*Coco nucífera*), além de gramíneas como o capim de praia (*Paspalum vaginatum*) e salsa-de-praia (*Ipomoea pes-caprae*). Estas espécies estão associadas ao campo de dunas estáveis no distrito do Pecém, local onde se encontra o loteamento “Dunas do Pecém”. (Monteiro, 2001, p. 130).

Em relação aos geossistemas e geofácies existentes na área estudada, há a presença da planície litorânea onde estão inseridas as geofácies faixa de praia, dunas, terraços e planície flúvio-marinha, as planícies lacustre e fluvial, os tabuleiros pré-litorâneos e a depressão sertaneja. No mapa 02 pode-se observar a divisão do distrito do Pecém em geossistemas.

Na faixa de praia do Pecém destacam-se os *beach-rocks*, ou as rochas de praia, que também são encontradas na ponta do Pecém que também é constituída de rochas cristalinas (gnaisse e quartzitos) e de rochas sedimentares (“beach rocks”). Essa ponta possui um certo grau de caimento em direção ao mar e funciona como um molhe, direcionando o ataque das ondas e a deriva litorânea. Desta forma, os sedimentos são desviados para a zona de ante-praia e para o largo, no lado oeste do promontório. A enseada do Pecém fica sem realimentação sedimentar por ser uma zona de sombra. A corrente de deriva só volta a atuar com intensidade novamente, realimentando a praia, a partir do Riacho das Guaribas em direção a Taíba (Lima *et al*, 1995).



Para Chagas (2000), as praias localizadas a leste do promontório são longas e uniformes mas foi verificado, a uma profundidade de 4,0 m abaixo do nível médio do mar que o fundo está coberto, quase por completo, por rochas que afloram somente em poucos pontos da praia. A oeste da ponta, a batimetria é bastante irregular, o fundo apresenta muitas rochas cobertas de algas e a areia só é encontrada numa faixa de praia muito estreita.

Segundo Meireles (1997) existe uma formação na planície costeira do Pecém chamada de terraços e classificou-os como unidade morfológica de superfície plana a levemente ondulada (quando se associam às areias remobilizadas pelos ventos). De acordo com esse autor, sua altitude varia de 0,5 m a 6,0 m. A base desses depósitos é composta de sedimentos oriundos do continente, pertencentes à Formação Barreiras. É composto por areias marinhas que foram retrabalhadas durante a última transgressão e depositadas na regressão subsequente.

Entre a foz do rio Cauípe e a ponta do Pecém Morais (2000) destaca a presença de uma formação dunar composta de arenitos ou eolianitos (Fotos 25 e 26).



Fotos 25 e 26 – Dunas compostas de eolianitos (Praia dos Currais – Pecém)
Fonte: Registrada pela autora em trabalho de campo

Conforme Pessoa (1999) as dunas no Pecém ocorrem, aproximadamente, até 2 Km para o interior, ocupando uma área aproximada de 26 Km². O campo de dunas móveis desloca-se, em direção à vila do Pecém, a uma taxa variável (de 2,5 a 14 m por ano), sobrepondo-se à vegetação, cursos d'água, como também às obras urbanas.



Foto 27 – Duna móvel migrando – casa de veraneio sendo soterrada.

Fonte: Registro de Fábio Perdigão Vasconcelos

No Pecém, parte do setor oeste do campo de dunas móveis foi ocupado por construções destinadas a segundas residências de veranistas, majoritariamente provenientes de Fortaleza. Essa ocupação provocou a fixação parcial do campo de dunas, comprometendo parte do transporte eólico de sedimentos. A consequência principal desse fato foi um desequilíbrio entre a quantidade de sedimentos transportados na praia e a quantidade de sedimentos depositados pelas dunas. Esse desequilíbrio desencadeou um processo erosivo que consumiu mais de 100 metros de praia, comprometendo seriamente residências, comércios e arruamentos localizados em frente à praia (Vasconcelos, 1999). Acrescente-se a esse fato a presença das ondas swell, com forte poder erosivo, no Pecém, nos meses de janeiro e fevereiro.

Outro ambiente presente no Pecém é a planície flúvio-marinha que corresponde a uma faixa de terra perpendicular à linha de costa, com influência marinha e fluvial. Rica em matéria orgânica possui solos lodosos, negros, profundos, parciais ou predominantemente submersos. Apresenta a vegetação de mangue até onde vão os efeitos da salinidade. Possui uma significativa atividade produtiva e uma concentração de biodiversidade. É Área de Proteção Ambiental e é usada para a pesca do caranguejo e para a extração vegetal. No Pecém está representada pelo riacho das Guaribas que deságua na praia do Pecém, apresentando a vegetação de mangue nas proximidades da desembocadura. (Foto 28 e 29). A margem esquerda desse riacho foi soterrada dando lugar à ocupação por residências simples, causando morte da fauna e flora do local (Meireles, 1997).



Fotos 28 e 29 – Desembocadura do Riacho Guaribas com presença da vegetação de mangue.

Fonte: Registro feito pela autora em trabalho de campo

A classe de solos predominante na planície litorânea do Pecém é a dos neossolos que são solos profundos de textura arenosa, com cores claras, esbranquiçadas. Possuem alta permeabilidade, fertilidade de baixa a muito baixa e grau de acidez elevado. (EMBRAPA, 1999).

A planície lacustre da área está representada por pequenas lagoas como também pelo lagamar do Gereraú e pelas lagoas dos Talos, de Bolsa, Acende Candeia, Aguanambi, Manoel Fernandes e pela lagoa do Pecém, sendo esta última localizada entre as dunas móveis na planície litorânea e as demais sobre o tabuleiro e depressão. A lagoa do Pecém é, atualmente, utilizada para o lazer, turismo, pesca artesanal e para pequenas atividades agro-extrativistas.

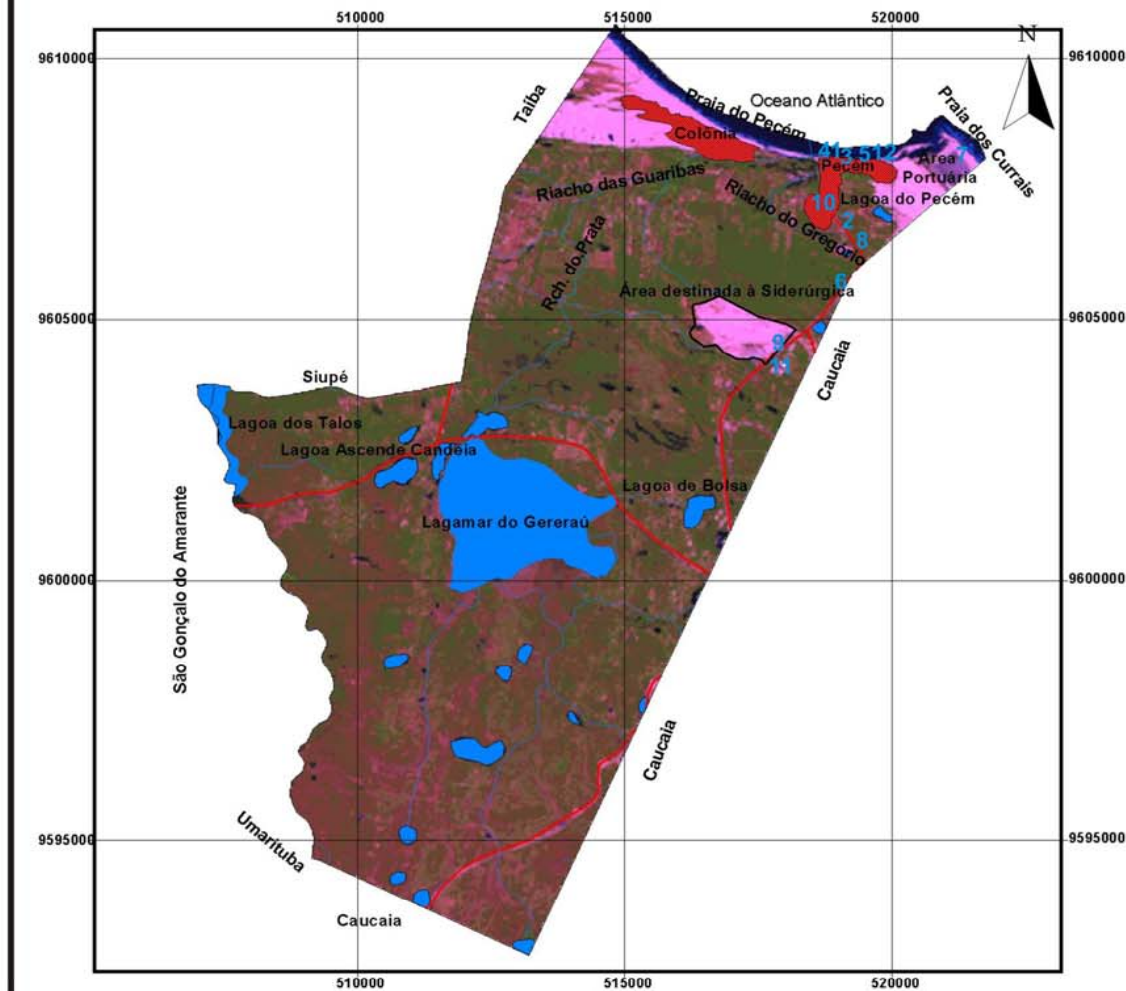
Pequenas planícies fluviais também estão representadas no distrito, pelo rio Anil e ainda pelos riachos das Guaribas, do Gregório, do Prata e pelo riacho Despejo do Gereraú. Souza (2000, p.20) diz que elas constituem, em geral, áreas de diferenciação por possuírem melhores condições de solos e de disponibilidade hídrica. Possuem solos com teor variado de salinidade e são favoráveis às pequenas atividades agro-extrativistas, implantação de cerâmicas e olarias. Nesse geossistema ocorrem os neossolos flúvicos que são derivados de sedimentos aluviais que se encontram constituídos de camadas estratificadas sem relação pedogenética entre si. (EMBRAPA, 1999).

Outro geossistema que faz parte do distrito é o Tabuleiro Pré-Litorâneo. Souza (2000, p. 22) diz que os tabuleiros ficam situados à retaguarda do cordão de dunas e penetram, em média, cerca de 40 Km continente adentro, contactando com a depressão sertaneja, sem ruptura topográfica. São formados por sedimentos da Formação Barreiras e em alguns pontos atingem o mar e são esculpidos em “falésias funcionais”. Atualmente uma grande área de tabuleiro do distrito do Pecém foi destinada à instalação de indústrias que comporão o CIPP. Além disso, uma área de 1.400ha de terra foi destinada à Estação Ecológica do Pecém que está localizada sobre a Planície Litorânea e também sobre os Tabuleiros. (Ver figura 06). A importância de verificar as características desse ambiente é para podermos compreender sua fragilidade diante do uso e ocupação por atividades humanas e entendermos melhor as transformações que um causa ao outro.

Um outro geossistema, também presente nesse distrito, é a depressão sertaneja que, de acordo com Souza (2000, p.33), possui topografia plana ou levemente ondulada e está submetida, a maior parte do ano, às deficiências hídricas responsáveis pela dispersão das caatingas. Estas ocorrem desde o contato geológico entre os sedimentos da Formação Barreiras e as rochas do embasamento cristalino, estendendo-se para o interior onde a deficiência hídrica é mais acentuada. Este ambiente encontra-se ocupado por pequenas comunidades rurais que vivem da agricultura de subsistência e da pequena criação de animais.

Sobre esses geossistemas ocorrem diferentes usos e ocupação. Na figura 9 estão representados os principais usos e ocupação da planície litorânea do Pecém, atualmente.

Figura 9 : Carta Imagem de Uso e Ocupação do Distrito do Pecém



6. GESTÃO INTEGRADA DA ZONA COSTEIRA

A Zona Costeira Brasileira pode ser considerada uma região de contrastes, constituindo-se, por isso, um campo privilegiado para o exercício de diferentes estratégias de gestão ambiental. Entretanto, se de um lado encontramos, nessa região, áreas onde coincidem intensa urbanização, atividades portuárias e industriais relevantes e exploração turística em larga escala⁹⁷, de outro temos regiões costeiras praticamente desertas ou com pequenas comunidades pesqueiras.

Para o Ministério do Meio Ambiente a zona costeira brasileira compreende uma faixa de 8.698km de extensão e possui largura variável. Contempla um conjunto de ecossistemas contíguos sobre uma área de aproximadamente 324 mil km². Compreende uma parte terrestre, relativa a um conjunto de municípios selecionados segundo critérios específicos e uma área marinha que corresponde ao mar territorial brasileiro, com largura de 12 milhas náuticas (22,2 Km) a partir da linha de costa. (MMA, 2004).

Esse território suporta hoje quase um quarto da população brasileira e desempenha funções relacionadas com a criação de postos de trabalho, crescimento econômico e qualidade de vida. A geração de energia através das ondas, dos ventos e do petróleo; atividades pesqueiras diversificadas; atividades turísticas e de lazer; produção agrícola em planícies costeiras; repositórios de patrimônios culturais; mobilidade e comércio e residências de terceira idade são exemplos dessas funções.

Gerir essa enorme extensão do território nacional não é tarefa fácil e não vem sendo realizada como deveria ser pois, tradicionalmente, a legislação e as políticas têm sido setoriais e não coordenadas, cujas decisões de planejamento inadequadas e isoladas têm prejudicado freqüentemente, os interesses, em longo prazo, da gestão sustentável das zonas costeiras. A este fato se associa, tanto a existência de sistemas burocráticos rígidos que contribuem para limitar a criatividade

⁹⁷ Casos das metrópoles e centros regionais litorâneos, localizados grande parte em áreas estuarinas e baías, centros difusores dos primeiros movimentos de ocupação do Brasil, por constituírem, naturalmente, áreas abrigadas.

e a capacidade de adaptação a nível local, como a inexistência de recursos suficientes e de suporte administrativo em estâncias superiores que viabilizem tais iniciativas locais de gestão sustentável do litoral.

Portanto, a questão da gestão do litoral tem sido marcada pela falta de visão político-administrativa e conhecimento técnico limitado dos processos costeiros. A investigação científica e a coleta de dados das pesquisas desenvolvidas no país têm estado isoladas e desarticuladas dos seus principais interessados e beneficiados dos resultados finais encontrados. Ora, as zonas costeiras são áreas complexas, influenciadas por uma infinidade de forças motrizes e pressões inter-relacionadas, incluindo sistemas hidrológicos, geomorfológicos, sócio-econômicos, administrativos, institucionais e culturais, que requerem tratamento técnico-científico e reflexões e discussões mais aprofundadas.

A Agenda 21 e o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro trazem em si, o conceito de sustentabilidade, de gestão integrada, de cuidados com o meio ambiente e com a qualidade de vida das populações, no entanto ainda carregam muito do desenvolvimento excludente e impositivo que sempre se teve. Além desses, os planos pluri-anuais também tratam de sustentabilidade, mas pouco foi feito, até agora, nesse sentido.

O capítulo 26 dessa Agenda que fala sobre as populações indígenas e suas comunidades destaca que estas devem ser informadas, consultadas e que devem participar na tomada de decisões no plano nacional, em particular no que se refere aos esforços cooperativos regionais e internacionais. Além disso, estabelece que os programas e políticas devem levar plenamente em consideração as estratégias baseadas em iniciativas locais indígenas.

“os Governos, em cooperação plena com as populações indígenas e suas comunidades devem, quando apropriado: desenvolver ou fortalecer os mecanismos nacionais de consulta às populações indígenas e suas comunidades tendo em vista refletir suas necessidades e incorporar seus valores e seus conhecimentos e práticas tradicionais ou, de outro tipo, nas políticas e programas nacionais nos campos do manejo e conservação dos recursos e outros programas de desenvolvimento que as afetem e cooperar no plano regional, quando apropriado, para tratar das questões indígenas

comuns tendo em vista reconhecer e fortalecer a participação delas no desenvolvimento sustentável⁹⁸ .

Nos capítulos 5, 8 e 10 também há toda uma discussão a respeito da necessidade da integração sócio-econômica, política, cultural e ambiental nos programas que visam o Desenvolvimento Sustentável e enfatizam a necessidade da participação popular no gerenciamento do lugar. No entanto, o que se observa é a imposição de projetos destinados às terras indígenas e às pequenas comunidades de pescadores, deslocando, em alguns casos, comunidades inteiras para a implantação de um “desenvolvimento” em que a população não foi consultada a seu respeito.

As tentativas de gerir, de forma sustentável, as zonas costeiras só serão bem sucedidas se tiverem, simultaneamente, em conta a totalidade dos muitos sistemas com influência significativa na dinâmica das zonas costeiras e o respeito às culturas e às tradições das comunidades envolvidas. A GIZC, ou mesmo a Gestão Sustentável, aparece como um instrumento privilegiado de desenvolvimento sustentável deste complexo “eco-sócio-sistema” pois reconhece os problemas e o bom estado ecológico dos recursos, além dos fatores ambientais, econômicos e sociais a estes relacionados. (UNESCO, 2001).

6.1. A zona costeira do Pecém

Por causa da situação de transformação sócio-espacial por que vem passando Pecém, principalmente a partir das décadas de 1970, 1980 e mais recentemente na década de 1990, esta região vem enfrentando vários problemas ambientais e uma descaracterização cultural da comunidade local, cujo estilo de vida vem se modificando sensivelmente. Então pergunta-se: Que tipos de políticas públicas são destinadas a esse local? Será que a população participa da elaboração

⁹⁸Informação contida no site www.bdf.fat.gov.br/publicações/politica/agenda21/cap26 acesso dia 23/06/2005. Agenda 21 - Capítulo 26 . Reconhecimento e Fortalecimento do Papel das Populações Indígenas e suas Comunidades.

de projetos a serem instalados ali? Esta tem acesso à saúde, educação, moradia, emprego?

Na comunidade do Pecém, principalmente veranistas, especuladores imobiliários e industriais atuam na modificação do lugar. Atualmente o território do distrito está sendo redefinido e a população desterritorializada devido à chegada do “progresso” provocado pela instalação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e funcionamento do porto do Pecém. A criação deste complexo e o investimento do dinheiro público na modernização do Porto do Pecém indica um privilégio da exportação em detrimento do mercado interno, com indústrias de metal-mecânico de grande impacto econômico e ambiental que requerem mão-de-obra altamente qualificada.

No entanto, encontramos uma população local que tradicionalmente trabalha com agricultura, pesca e serviços. A integração das atividades locais às obras tem sido uma demanda da comunidade, sem contudo encontrar respaldo no planejamento proposto. A alternativa de um porto integrado às funções urbanas e turísticas, que incrementariam as atividades de pequena e média produção pesqueira, agrícola, bem como incentivariam o turismo, não foi discutida no projeto do Pecém. (Santos *et al*, 2003, p.40).

Portanto, a falta de articulação de interesses diversos, previstos nas ações políticas que envolvem toda a região portuária do Pecém, é o grande problema enfrentado. A falta de um planejamento que preveja a Gestão Integrada tem comprometido um progresso sustentável de toda a área do Pecém, uma vez que não houve participação da população na aprovação do projeto do CIPP. Esta apenas tomou conhecimento, na prática, que seu território sofreria modificações e sua vida também, tendo em vista que seriam “expulsas” do seu lugar para dar acesso ao “progresso” que estava chegando.

Percebe-se que as formas de apropriação do território do Pecém foram e continuam sendo feitas de maneira impositiva, sem que a população local seja consultada a respeito, descaracterizando o ambiente e a cultura local. Foi o que aconteceu quando chegaram os primeiros veranistas e especuladores, os beneficiamentos do PRODETUR e quando foi instalado o CIPP. A participação na elaboração desses programas, ou mesmo, na aceitação deles é feita apenas pelos administradores locais, restando à população apenas a aceitação daquilo que lhe

está sendo imposto. A lei de uso e ocupação do solo, a agenda 21 local e demais programas que buscam o uso do solo de maneira a não causar grandes danos sócio-ambientais (ou pelo menos trazem no seu conteúdo esse propósito) não estão sendo aplicados de maneira coerente. Sobre isso Vasconcelos (2004, p.23) afirma:

Os Planos Diretores municipais não prevêem medidas capazes de reverterem os graves problemas ambientais existentes nas cidades litorâneas. Muitas das ações realizadas na zona costeira são decisões unilaterais do poder executivo [...] O poder público não incorporou em sua metodologia de trabalho a consulta às populações locais que, verdadeiramente, deveriam ser os maiores interessados nas ações que são previstas para a zona costeira.

Todos esses projetos destinados ao Pecém trazem, no seu conteúdo, a idéia de crescimento, de desenvolvimento econômico para a localidade e de melhoramento da qualidade de vida dos moradores locais, no entanto, a realidade com a qual se depara não condiz com essas afirmações. Esses empreendimentos instalados no Pecém geraram empregos para a população local praticamente apenas no período de suas construções e hoje essa comunidade aparece com um índice de desemprego bastante elevado, alguns vivendo em condições bastante precárias.

Alguns grupos isolados de moradores do Pecém, principalmente aqueles ligados à igreja católica, se mostram descontentes com essa situação e entram em conflito com os responsáveis por esses projetos e empreendimentos, no entanto a grande maioria se mostra pacata. Não se caracterizando, atualmente, como uma comunidade organizada no sentido de defender sua terra, seu modo de vida, sua cultura. Falta uma conscientização dessa população quanto a importância da sua participação nos projetos de uso e ocupação do seu território.

No que se refere ao ambiente físico, o plano diretor do CIPP (Figura 05, p.99) mostra a expansão dos armazéns de *containers* localizada na faixa de praia, sobre o campo de dunas e parte de terraços marinhos, comprometendo a dinâmica costeira local. Dentro da área destinada à Estação Ecológica, existiam casas de moradores e de veraneio: as de veraneio continuam dentro da Estação. O uso e ocupação deste território são totalmente contra a lei e as normas do que seria uma

estação ecológica que apenas põe à disposição das universidades e institutos de pesquisa 10% de toda sua área para fins específicos.

A criação da Estação Ecológica do Pecém foi uma tentativa de compensar a grande degradação desse ambiente costeiro e impedir o crescimento populacional sobre a região portuária. No entanto, deslocar a população tradicional do lugar que sempre viveu respeitando o “restante da natureza”, não nos parece uma atitude que pretenda preservar ou conservar esse ambiente. Esta não seria uma maneira de gerir de forma sustentável essa zona costeira que na realidade necessita de uma gestão completa, com visão global e ao mesmo tempo local - uma gestão complexa.

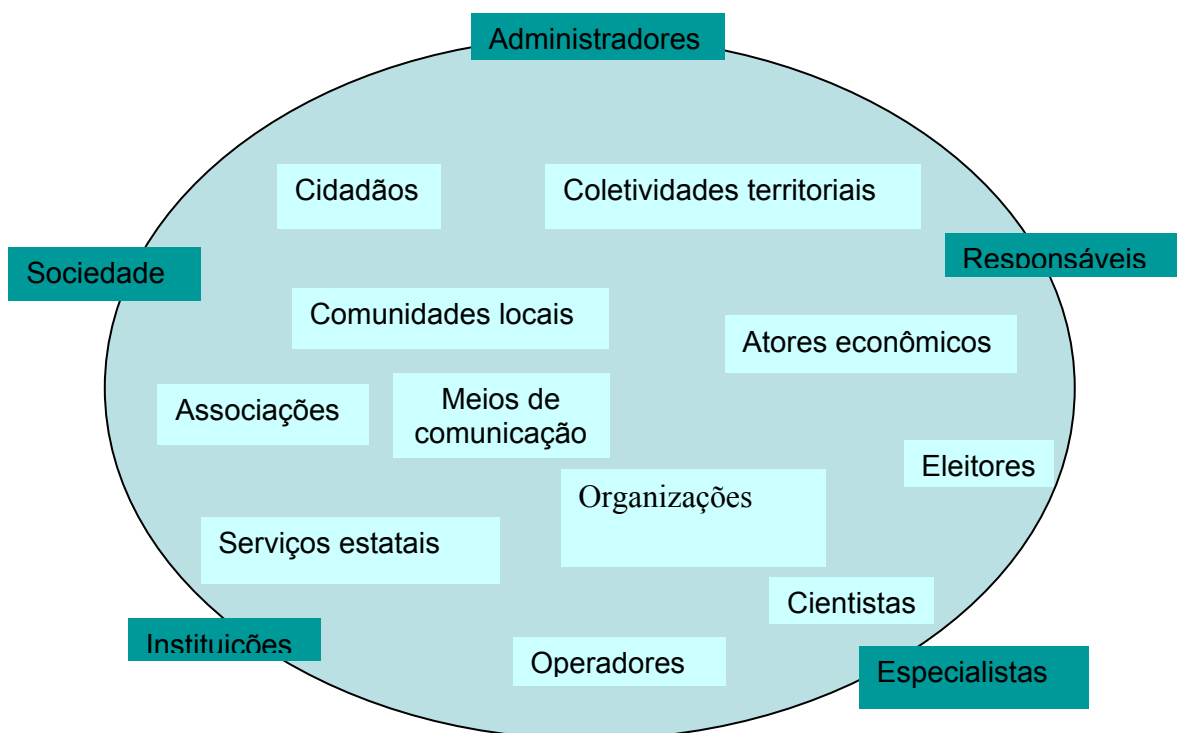
No município de São Gonçalo do Amarante, onde Pecém se insere, existe o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), porém é possível observar que o uso de determinados espaços da zona costeira para expansão urbana continua sendo feito sem o devido cuidado com o ambiente e com a população e cultura locais. Já a Agenda 21 local começou a ser elaborada: houve várias reuniões, chegou a ser publicada, no entanto, não foi finalizada ainda. De acordo com a secretária de turismo e cultura do município de São Gonçalo do Amarante o processo parou e não se fala mais nesse documento.

Começou o trabalho no ano passado, né? Da agenda 21, através do Banco do Nordeste, das pessoas do Banco do Nordeste e no caso a... os... o órgão público, né? A prefeitura, ONG's. Houve o trabalho da Agenda 21, mas ele não seguiu a diante, não sei o porquê [...] Teve publicação e tudo [...] Houve reuniões, num sei quanto tempo, mas parou. Entrevista dia 02/09/2004).

Vasconcelos (2004, p.22) diz que “as autoridades políticas e administrativas ainda não atentaram para a importância e para a magnitude dos conflitos e impactos na zona costeira”. No entanto, pode-se dizer que há a falta de compromisso das autoridades competentes e também de participação mais efetiva da população na elaboração desses documentos e também na aplicação do conteúdo. É preciso uma gestão integrada não só da zona costeira do distrito do Pecém e sim em todo o município. A Gestão Integrada é uma dinâmica coletiva que deve ser feita com a ajuda de todos e a partir de conhecimentos e ferramentas múltiplos, de acordo com as fases não lineares no tempo. É preciso uma roda de

“atores” em constante comunicação para que a gestão seja mesmo integrada. (Ver figura 10).

Figura 10 – A roda de atores para a GIZC



Fonte: Guia metodológico de GIZC – Volume II (UNESCO, 2001).

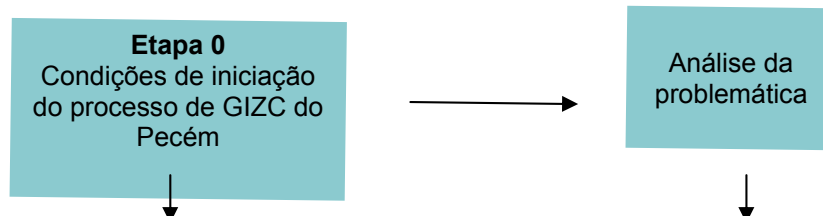
As sugestões de uma GIZC para o distrito do Pecém foram embasadas nos Guias 1 e 2 da UNESCO. Abaixo há mais informações sobre cada fase a ser seguida.

Para iniciar um processo de Gestão Integrada da região litorânea do Pecém é preciso, inicialmente, ter à mão um diagnóstico preliminar que conclua que essa zona costeira necessita ser gerida de forma integrada, visando o desenvolvimento sustentável. Para isso, depois da caracterização e delimitação do problema, é importante executar a análise do contexto político, socioeconômico, jurídico e institucional. Em outras palavras, um diagnóstico do local, feito por uma equipe multidisciplinar, é imprescindível.

A idéia de Gestão Integrada da Zona Costeira do Pecém tem que levar em conta o espaço e a escala da análise feita; a população local; as atividades econômicas e os impactos sobre o meio; as políticas públicas que estão sendo destinadas e as que são necessárias ao local. Deve também considerar a legislação e os mecanismos institucionais disponíveis. (Ver figura 11). Segundo a UNESCO (2001) tudo isso deve ser coordenado por um grupo pioneiro de profissionais e por pessoas da população local.

Figura 11 – Condições de inicialização da GIZC

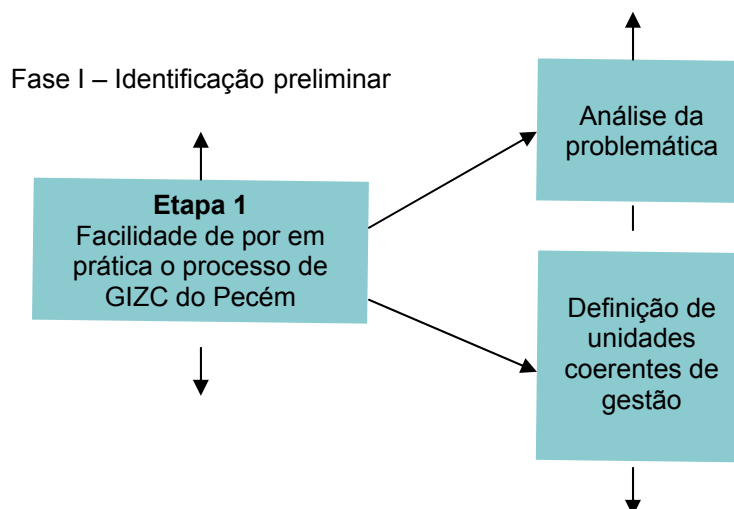
Fase I – Identificação preliminar



Fonte: UNESCO (2001).

Depois devemos seguir com a etapa sobre a facilidade de por em prática o processo de GIZC. (Ver figura 12). Neste momento, é de suma importância a delimitação da área estudada, um inventário e um balanço dos estudos já realizados anteriormente, a avaliação de vontades e mobilizações políticas, a comunicação entre esses elementos e a identificação de um grupo de interesses que tenha a responsabilidade para gerir tal etapa. Daí é feita a avaliação da efetividade das políticas públicas.

Figura 12 – Facilidade de por em prática a GIZC.

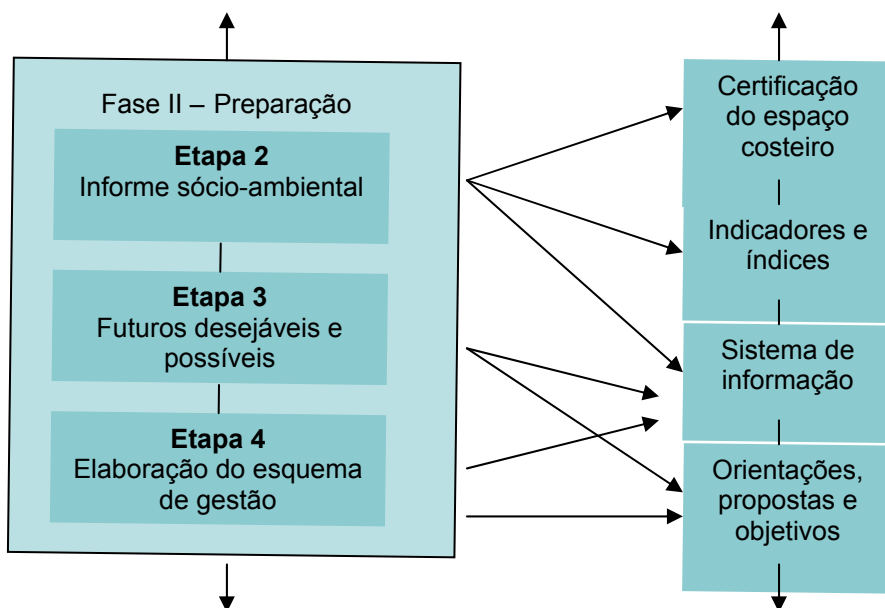


Fonte: UNESCO (2001).

No município de São Gonçalo do Amarante, a vontade política de gerir de forma sustentável até então não foi evidenciada, pois os projetos de desenvolvimento econômico que são aprovados para esse município são grandes degradadores do meio ambiente e dos modos de vidas tradicionais.

Em um terceiro momento, temos o informe sócio-ambiental na fase de preparação que se refere à criação de um comitê diretor para o recolhimento e análise de dados, elaboração de um sistema de informação, identificação de métodos de gestão e organização e validação das informações. É nessa etapa onde devem ser realizados os Estudos de Impactos Ambientais e a elaboração de técnicas de resolução de conflitos. É nessa fase que é elaborado o diagnóstico do lugar. (Ver figura 13). Este deve ser feito por um grupo altamente qualificado e ético. Mas ainda assim de nada vai adiantar se os administradores assim não forem. Sem a ética não há GIZC e, muito menos, desenvolvimento sustentável. E talvez seja a falta dela, ou mesmo a pouca presença que tem comprometido a aplicação correta, coerente dos planos e programas de governo destinados à zona costeira.

Figura 13 – Preparação do processo de GIZC



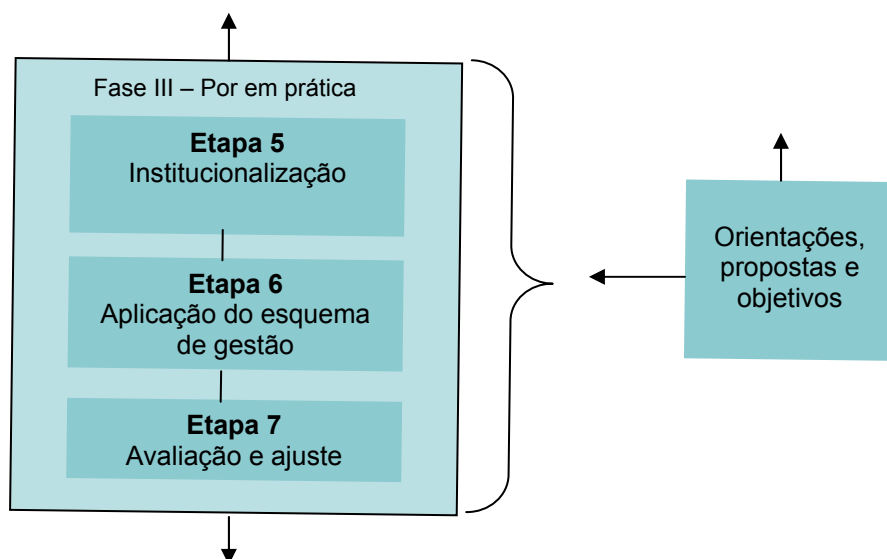
Fonte: UNESCO (2001)

Depois, seguimos com a etapa de futuros desejados e possíveis, na qual ocorre a institucionalização do comitê de condução e a inicialização de uma plataforma de negociações, a identificação de cenários possíveis, inclusive com a elaboração de alguns alternativos e também a seleção de acordos de cenários possíveis. E posterior a essa há a de elaboração do esquema de gestão onde são feitos estudos complementares, identificação de ações e projetos. É nessa última que são elaborados os modelos de planos de gestão, com mapas territoriais e temáticos e a partir da qual temos a tomada de consciência do valor dos ecossistemas, para em seguida por em andamento o processo de GIZC, numa fase subsequente. Aqui ocorre a aprovação formal do plano, sua montagem institucional e os procedimentos para solicitação de financiamento, além do reconhecimento institucional do território e do seu esquema de gestão.

O que se vê no município de São Gonçalo e, conseqüentemente, no Pecém é a insipiente falta de participação popular nas tomadas de decisões da administração municipal. É preciso ouvir a comunidade para saber quais os futuros desejados por ela para sua localidade e juntos, povo e administradores, decidirem quais são os desejos possíveis de serem realizados. E, para isso, é preciso

inicialmente que a própria população se conscientize da importância de sua participação ativa na administração municipal.

Figura 14 – Por em prática o processo de GIZC



Fonte: UNESCO (2001)

Nessa fase ocorre a aplicação do esquema de gestão proposto, e entram em funcionamento o comitê de condução e as equipes técnicas. Ocorre aqui a comunicação entre essas equipes e entre as etapas da gestão com a concretização de ações. Há a prática de coordenação interinstitucional, ou mesmo técnica e interdisciplinar e a prática de governabilidade local. Daqui em diante, temos a avaliação e ajuste do processo de gestão que consiste na avaliação dos resultados e da durabilidade do processo e execução dos ajustes e devidas modificações dos objetivos e também das ações e avaliação de impactos no enfoque da GIZC. Acontecem seminários, fórum onde todos os envolvidos na elaboração do processo de GIZC, a população em geral e representantes governamentais se comunicam e interagem. É a etapa de prática da gestão adaptativa.

A GIZC não é uma receita pronta para a sustentabilidade, mesmo porque nós, seres humanos, somos falíveis e só depende de nós que um processo como este seja conduzido de forma justa, digna e democrática. Entretanto, é uma atitude que pode significar o engatinhar na direção de uma comunidade, uma sociedade,

mais participativa e consciente, mais justa, mais humana, mais “natureza”, mais sustentável.

Tomando como dados os impactos sócio-ambientais identificados e as discussões sobre sustentabilidade e sobre a necessidade de uma Gestão Integrada para o distrito do Pecém, elaborou-se um quadro (Ver quadro 03) de impactos e de proposta de uso. Ele foi construído levando-se em consideração as respostas obtidas nos questionários sobre o que a população quer para o Pecém no futuro.

Além das sugestões contidas no quadro 03 é importante considerar que é fundamental a periodicidade na avaliação dos programas e metas destinados a um lugar para que não percam sua eficácia. Na Gestão Integrada de um espaço deverão ser estudados os métodos tradicionais ou indígenas de uso da terra, para que possam ser aplicados caso seja necessário. E para integrar eficazmente ambiente e desenvolvimento nas políticas e práticas locais é essencial desenvolver e implementar leis e regulamentações integradas, aplicáveis, eficazes e baseadas em princípios sociais, ecológicos, econômicos e científicos. É igualmente indispensável desenvolver programas viáveis para verificar e impor a observância das leis, regulamentações e normas adotadas. É importante também que não haja interrupção nos planos de manejo destinados a um lugar quando ocorrer a substituição governamental ou de lideranças comunitárias e de organizações não-governamentais. É importante ainda que seja estabelecida uma comissão sobre desenvolvimento sustentável com representantes de instituições não-governamentais, da comunidade local e comunidade científica que terá como dever, dentre outros, cobrar do poder local as diretrizes trazidas nos programas, projetos e na Agenda 21 local.

Quadro 03 – Impactos sócio-ambientais e recomendações

Causas	Impactos sócio-ambientais	Qualificação do impacto	Recomendações
1. Falta de uma lei rígida de uso e ocupação do solo 2. Falta de fiscalização efetiva do governo municipal e estadual	Ocupação desordenada na planície litorânea do Pecém, ressaltando que grande parte dessas ocupações se destinaram à faixa de praia (Berma), campo de dunas e planície flúvio-marinha. Essa ocupação se deu tanto pelo aumento do nº de veranistas que se dirigiam ao distrito atraídos pelas belezas naturais e pela crescente especulação imobiliária, como também pelo crescimento do número de casas e casebres da população em geral adivindos essencialmente de Fortaleza e de São Gonçalo.	Negativo	Reassentar na área urbana as famílias que ainda permanecem nas proximidades do mangue. Ampliar os serviços de esgotamento sanitário da cidade do Pecém. Criar uma estação de tratamento de esgoto para que este posteriormente seja lançado no mar, através de um emissário submarino. Realizar processo de revitalização do mangue através de um rigoroso processo de limpeza, com o intuito de aumentar a pesca nesse ambiente, permitindo a sobrevivência das famílias que praticam essa atividade. Fiscalizar a ocupação de áreas como: APA e APP. Evitar a ocupação do espaço dos pescadores através do cumprimento da lei que proíbe a compra e venda de terrenos de Marinha. Inserir nas escolas programas de educação ambiental para que crianças e jovens sejam multiplicadores dos ideais de sustentabilidade.
3. Ocupação desordenada na planície litorânea	Diminuição do aporte sedimentar na praia do Pecém e adjacências e conseqüente erosão.	Negativo	
	Prejuízo econômico devido às inundações causadas pelo avanço do mar sobre o continente, invadindo comércios, barracas e pousadas, destruindo ruas e casas.	Negativo	
	Diminuição da beleza da praia Diminuição do turismo no Pecém.	Negativo	
	Aterramento para a construção civil em áreas de mangue, conseqüente poluição e diminuição das marisqueiras com a queda na pesca do caranguejo.	negativo	
	Moradores nativos passaram a morar longe de seu lugar de origem e de trabalho.	Negativo	
	Mudança nos costumes locais.	Negativo	
4. Aumento do nº de veranistas no Pecém.	Nova relação de trabalho. Mais emprego e mais renda para o distrito.	Positivo	Incentivo à cultura e ao artesanato local como uma forma de atrair mais turistas a ser implementado pelos gestores.

5. Programa Brasil em Ação, do governo federal, “beneficia” a área com os programas: PRODETUR, PROURB e SANEAR.	As vias de acesso foram melhoradas e outras foram abertas com os incentivos do PRODETUR (Estruturante e vias de acesso). A praia recebeu instalação de estruturas de ‘pedra’ para reter sedimentos e diminuir o poder erosivo das ondas, ocorrendo assim a artificialização da praia que termina por prejudicar a atividade turística. Houve melhora da Infra-estrutura com a implantação e ampliação de esgotamento sanitário e abastecimento d’ água. Diminuição dos moradores da área de risco do mangue com a construção de casas populares em regime de mutirão.	Positivo	Monitorar essa recuperação da praia para que não haja novas construções sobre a faixa de praia e que esta seja destinada ao lazer. Remanejar a população que ainda permanece nas margens do riacho Guaribas para outra região com moradias bem estruturadas e que de fato substitua as anteriores.
6. Implantação do CIPP	Construção do TEP para a instalação do Porto ocasionando forte erosão na praia do Pecém, com a destruição de equipamentos públicos e particulares e a diminuição do turismo.	Negativo	O TEP foi retirado e a praia encontra-se em processo de recuperação. A população deve ser melhor informada do destino que terá ao sair de sua terra e também a respeito de sua nova morada. As terras indígenas devem ser demarcadas. Esta demarcação deve ser fiscalizada e respeitada. Promoção de cursos de capacitação de longa duração para os moradores do Pecém e distritos vizinhos, afim de que estes sejam qualificados e posteriormente absorvidos pelo mercado de trabalho local. Incentivar a cultura local. Levar para a escola, associações e centros comunitários discussões sobre prostituição, uso de drogas, violência, no intuito de minimizar problemas dessa natureza. Criação de espaços de lazer voltados para o público jovem. Incentivo às atividades pesqueira através da aquisição de equipamentos novos e cursos de aperfeiçoamento. Incentivo ao turismo, respeitando a cultura local e o meio natural, fazendo marketing da cultura e das belezas naturais locais. Implantação de um centro de artesanato com apresentações da cultura local e exposição do artesanato local. Realização de regatas e caminhadas ecológicas como uma forma de atrair turista.
	Desapropriações, desinformação, insatisfação, indenizações de baixo valor, terras pouco férteis, fome.	Negativo	
	Os trabalhos destinados à população do Pecém no período de construção do porto foram trabalhos “pesados”, como pedreiro, servente.		
	Uma vasta área foi desmatada no ano de 1998 para receber a Siderúrgica, prejudicando a fauna e a flora do local. Até junho de 2005 ainda não tinham construído.	Negativo	
	Aumento do número de pessoas com hábitos diferentes circulando no Pecém (funcionários do Porto e das indústrias já instaladas), mudando os costumes locais.	Negativo	
	Melhoramento da economia do distrito (alguns comércios alimentícios, restaurantes, barracas e pousadas)	Positivo	
	Aumento da prostituição, do uso de drogas. Aumento da violência, da insegurança e do nº de assaltos.	Negativo	
	Aumento das vendas de pescado devido o crescimento no número de restaurantes.	Positivo	
	Diminuição dos pescadores e agricultores.	Negativo	

	Diminuição do turismo.	Negativo	Utilizar o porto como atrativo turístico. Melhorar a infra-estrutura hoteleira e de restaurantes, inclusive com a capacitação das pessoas do local que lidam diretamente com o turista. É preciso que haja em relação às indústrias do CIPP forte fiscalização por parte dos órgãos ambientais para que não ocorra poluição, inclusive com a exigência da utilização de filtros nas chaminés.
	Incentivo aos artesãos através do GTP.	Positivo	

FONTE: Elaboração da autora, a partir de informações obtidas em campo

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do Pecém é marcada pela diversidade de uso e ocupação do seu solo e também pelos impactos sócio-ambientais resultantes dessa ocupação. Terra habitada por descendentes indígenas Anacé que ainda tem como atividades de destaque a pesca e a agricultura, o Pecém sofreu transformações importantes em sua estrutura fundiária através de três processos distintos. O primeiro foi a atividade de veraneio iniciada a partir dos anos de 1960; a segunda foi o turismo a partir dos anos de 1980, recebendo forte investimentos de infra-estrutura na década de 1990 com os recursos do PRODETUR; e o terceiro processo foi a instalação do Complexo Industrial e Portuário a partir da segunda metade dos anos 1990.

Com estes diferentes usos e ocupação inseridos nesse distrito ao longo dos anos, problemas sócio-ambientais foram surgindo. Com o veraneio as principais mudanças ocorridas foram: a ocupação das dunas e faixa de praia, causando a diminuição do aporte sedimentar na praia e conseqüente processo erosivo. Pescadores abandonaram a profissão para serem empregados nessas residências. O comércio alimentício apresentou crescimento. Final da década de 1970 e nas décadas de 1980 e 1990 com a atividade turística e os incentivos do PRODETUR novas modificações foram sendo inseridas a esse território com a instalação de infra-estruturas, essencialmente na zona urbana, que pudessem vir a atender o turista como: instalações de esgotamento sanitário, aumento do abastecimento d'água, incentivos à instalação de novas pousadas e restaurantes.

Ainda, na década de 1980, os grileiros e especuladores imobiliários começam a cercar e vender terrenos loteados. Vários deles sobre o campo de dunas do Pecém. A população impedida de acessar algumas áreas de praia e dunas entrou em conflito com esses especuladores. Também nesse período cresceu a ocupação do mangue com conseqüente poluição e diminuição da pesca do caranguejo feita pelas marisqueiras. Houve a redução do aporte sedimentar das dunas para a praia, diminuição da praia e forte “ataque” das ondas sobre a faixa praial, destruindo ruas e barracas, causando prejuízo econômico para os donos desses estabelecimentos. Também ocorreu o distanciamento dos pescadores de sua área de trabalho devido à venda de suas casas para turistas.

Também nos anos de 1990 o projeto do Complexo Industrial e Portuário foi destinado ao Pecém. A grande propaganda feita a respeito de geração de emprego levou para a cidade do Pecém um grande número de pessoas vindas de outros lugares, com costumes diferentes dos habitantes desse território. A população afirma que cresceu o número de assaltos, da prostituição e do uso de drogas. Muitos comércios foram abertos nesse período, inclusive depósitos de material de construção, no entanto as vendas continuaram sendo praticamente a de antes da instalação do porto. Já os restaurantes, esses tiveram um grande aumento nas vendas pois passaram a atender os empregados do porto e das indústrias que já se instalaram nas adjacências. Os donos de pousadas e hotel, no período de construção do porto, também tiveram lucro, uma vez que a ocupação, em alguns desses estabelecimentos, foi de 100%. Hoje, após a construção do porto, a ocupação diminuiu. Muitos moradores do distrito foram empregados na construção do porto para realizar, na maioria das vezes, trabalhos “pesados” como servente ou pedreiro. Pouquíssimos são os que permanecem trabalhando, apenas os que exerciam cargos burocráticos ou que tinham boa qualificação profissional. A grande maioria composta de mão-de-obra sem qualificação está desempregada.

Algumas instalações do CIPP foram estabelecidas sobre as dunas, terraços e faixa de praia ocasionando forte erosão da praia e conseqüente “fuga” de veranistas e a diminuição da atividade turística no Pecém. Nesse período 258 famílias que moravam em áreas de risco como nas proximidades do mangue do riacho Guaribas e dunas foram reassentadas em casas situadas na cidade do Pecém construídas em regime de mutirão. Na zona rural houve desapropriação de comunidades inteiras, registrando-se conflitos, com conseqüências até mesmo na saúde da população.

Na década de 2000, as principais mudanças relatadas pela população foram: a diminuição do número de pescadores e jovens agricultores do distrito, aumento da prostituição e do uso de drogas, diminuição do turismo e do número de empregados, além do crescimento da violência e de assaltos, causando insegurança entre as pessoas que passaram a se trancar em casa mais cedo da noite, a usar

grades nas janelas e portas, e não mais ficar nas calçadas conversando ou brincando, como acontecia até pouco tempo atrás.

Logo, conclui-se que a forma capitalista e de desenvolvimento não sustentável adotada para esse distrito não permite que a população seja ouvida e considerada quando se trata de mudanças no seu território, no seu cotidiano, na sua cultura, na sua vida. Essa população local não foi perguntada se queria ou não esses investimentos para sua comunidade. O projeto do CIPP, já aprovado, foi apenas comunicado à população que seria ali instalado. Muitas propagandas foram feitas durante as reuniões realizadas com os moradores das comunidades atingidas pelas desapropriações para o CIPP, mas o fato é que pouco do que foi prometido foi cumprido.

Como uma forma de mostrar que não aceitam esse “desenvolvimento” imposto ao seu território, moradores das comunidades que fazem parte do Pecém, vão às ruas todo dia sete de setembro, desde 1999, para levantarem suas bandeiras, mostrando indignação e consciência dos seus direitos. Reivindicam a efetivação das políticas públicas destinadas ao município de São Gonçalo do Amarante e conseqüentemente ao distrito do Pecém, como também a demarcação das terras indígenas que fazem parte desse distrito e que ainda estão no projeto do CIPP para serem desapropriadas.

Sendo assim, é de suma importância que nos planejamentos estratégicos do Governo Federal, ou seja, nos Planos Pluri-Anuais, não haja apenas a valorização de programas de saneamento e desenvolvimento urbano, que visam o crescimento turístico e portuário. É importante que haja investimento na atividade pesqueira das pequenas comunidades, no comércio local e no artesanato.

Pecém necessita de uma Gestão Integrada e a execução de políticas públicas preocupadas com o bem estar das populações litorâneas. Ademais, é importante a realização de estudos dos meios litorâneos de maneira multidisciplinar e integrada, para se ter conhecimento das principais necessidades sociais e ambientais, como também o comprometimento dos políticos em efetuar as

determinações estabelecidas nos programas elaborados pelos estudiosos, com a grande participação das comunidades envolvidas.

Ouvir a comunidade litorânea do Pecém é fundamental para que se chegue ao conhecimento da realidade local e desta forma se possa alcançar um desenvolvimento que leve em conta, também, o social. É preciso a participação popular efetiva no planejamento local, regional e até mesmo nacional. É de suma importância a conscientização da própria população no que se refere a sua participação nos programas que visam o desenvolvimento do lugar. É interessante que haja no Pecém a elaboração de projetos comunitários pois estes são quase sempre mais sustentáveis do que os mega-projetos nacionais ou estaduais elaborados por técnicos que pouco conhecem do lugar. Não se pode esquecer que as comunidades locais tem uma relação muito estreita com o restante da natureza, conhece mais detalhadamente o espaço onde vive e desta forma tem mais condições de saber o que é sustentável ou não para o seu território.

Diante disso, perguntou-se a população do Pecém as principais mudanças que queriam para o seu território. As respostas podem ser transformadas em sugestões como: implantação de um centro de artesanato para atrair mais turistas; regatas e caminhadas ecológicas; marketing das belezas naturais e da cultura local e também o uso do porto como atrativo turístico; melhoria da infraestrutura hoteleira e dos restaurantes do distrito; mais médicos nos postos de saúde do distrito; mais cursos para capacitar jovens; melhoria da segurança no Planalto Pecém e da educação; construção de creches; mecanismos de proteção antipoluição nas indústrias a serem instaladas e fiscalização rígida dos órgãos ambientais.

Além dessas mudanças é importante ainda remanejar a população que ainda permanece nas margens do riacho Guaribas, poluindo o mangue. Ela deve ser transferida para outra região com moradias bem estruturadas e que de fato substitua as anteriores; ampliar os serviços de esgotamento sanitário da cidade do Pecém; criar uma estação de tratamento de esgoto para que este posteriormente seja lançado no mar através de um emissário submarino; realizar o processo de revitalização do mangue através de um rigoroso processo de limpeza, com o intuito

de aumentar a pesca nesse ambiente, permitindo a sobrevivência das famílias que praticam essa atividade; fiscalizar a ocupação de áreas de APA e APP; evitar a ocupação do espaço dos pescadores através do cumprimento da lei que proíbe a compra e a venda de terrenos de Marinha. É importante também inserir nas escolas programas de educação ambiental para que crianças e jovens sejam multiplicadores dos ideais de sustentabilidade; incentivar a cultura e o artesanato local como uma forma de atrair mais turistas a ser implementado pelos gestores; monitorar a recuperação da praia para que não haja novas construções sobre a faixa de praia e que esta seja destinada ao lazer; as terras indígenas devem ser demarcadas, fiscalizadas por representantes da própria comunidade e respeitados os seus limites; deve haver a promoção de cursos de capacitação de longa duração para os moradores do Pecém e distritos vizinhos, a fim de que estes sejam qualificados e posteriormente absorvidos pelo mercado de trabalho local; incentivar a cultura local através de gincanas anuais; levar para as escolas, associações e centros comunitários discussões sobre prostituição, uso de drogas, violência, no intuito de minimizar problemas dessa natureza; criar espaços de lazer voltados para o público jovem; incentivar as atividades pesqueiras através da aquisição de equipamentos novos e cursos de aperfeiçoamento, bem como criar uma cooperativa representada pelos pescadores do distrito.

Se o discurso é trazer melhorias econômicas para essas comunidades litorâneas é interessante, então, que antes dessas instalações haja um trabalho de formação profissional para que essas pessoas sejam absorvidas pelo mercado de trabalho local, ou mesmo, que exista estímulo do governo à criação de projetos comunitários sustentados o que resultaria numa melhor conservação do meio ambiente costeiro e também da cultura local além da auto-suficiência econômica e social dessas comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agenda 21. Disponível em: <http://www.bdt.fat.org.br/publicacoes/politica/agenda21>> Acesso em: 13/07/2005.

ALBUQUERQUE, M. C. **Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias.** 2002. 162 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

ALBUQUERQUE, M.F.C., VASCONCELOS, F.P. **Medidas de Atuação para Mitigação e Controle dos Impactos Adversos na Área de Construção do Porto do Pecém (Ceará, Brasil).** In: Semana Universitária da UECE, IV., 1998, Fortaleza. Resumos... Fortaleza: FUNECE, 1998. p.

ALEGRE, S. P. **De Ignorados a Reconhecidos: A “Virada” dos povos indígenas no Ceará.** In: Povos Indígenas no Brasil 500/1996 – 2000. Instituto Socioambiental, Nordeste, p.539 *apud* ALBUQUERQUE, M. C. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias.* 2002.

ANDRADE, R.I.L DE, VASCONCELOS, F.P. **A evolução do processo de ocupação da zona costeira do Pecém-CE: O geoprocessamento como ferramenta de análise.** Fortaleza, 2005.

ARAGÃO, R. B. **Índios do Ceará & Topônimos Indígenas.** 2ª Edição. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994. 160 p.

Área Pastoral do Pecém realiza Grito dos Excluídos. Disponível em: <<http://www.widesoft.com.br/users/praias/pecem.htm>>. Acesso em: 03/07/2003.

AZEVEDO, M. V. de C. **Pecém e sua gente.** Pecém: [s.n], [1998?]. 37 p.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. Prodetur/NE. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/visao/gerados/prodetur>>. Acesso em: 08/05/2004.

_____. **População dos Pólos, por município.** Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/polos/gerados/prodetur_polos_populacao.asp>. Acesso em: 08/05/2004.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Tradução de: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1995. 225 p.

BASTOS, A. C. S, ALMEIDA, J. R. de. **Licenciamento ambiental brasileiro no contexto da avaliação de impactos ambientais.** In: CUNHA, S.B.da. e GUERRA, A.J.T. (Org.). Avaliação e perícia ambiental. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BATISTA, F. G. **Reestruturação sócioespacial do Ceará**: estudo do complexo industrial e portuário do Pecém. 2004. 144p. Relatório de qualificação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. Inédito.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Tradução de: Francisco Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERTRAND, G. **Paisagem e Geografia Global**: Esboço Metodológico. São Paulo: Caderno de Ciências da Terra, nº 13, 1972.

BOUDOU, J. **Em favor da Talassografia**. Vitória, nº 2, 71-80, jun. 2001.

BRUUN e SCHWATZ (1985) citados em SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais**: (passado + presente = futuro). São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2001.

Capítulo 08 da Agenda 21. Disponível em: <http://www.bdt.fat.org.br/publicacoes/politica/agenda21/cap8> Acesso em: 13/07/2005.

CARA, R. B. **Territorialidade e identidade regional no Sul da província de Buenos Aires**. P. 261-269. Tradução de: Antonio de Pádua Danesi. In: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

CARDOSO, E.S. **Análise das condições ambientais do litoral de Iguape e Barro Preto – Aquiraz – Ceará**. 1997. 118 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

CARON, J.M. et al. **Comprendre et Enseigner la Planete Terre**. Nouvelle Edition. Paris: Editions Ophrys, 1992. 271p.

CARRARA, A. A. *et all.* **Sustentabilidade local**: uma análise comparativa. In: LITTLE, P. E. (Org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

CEARÁ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Tabela das empresas que compõem e das que fazem parte do CIPP**. Pesquisa direta. Fortaleza: SDE, 2003.

CHAGAS, P.F. **Influência da estrutura portuária sobre os processos hidrodinâmicos na região costeira do Pecém – CE**. 2000. 145 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Departamento de Hidráulica Ambiental, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

CHRISTOFOLETTI, A. **Análise de Sistemas em Geografia**: introdução. São Paulo: HUCITEC, 1979.

COMISSÃO EUROPEIA. **Para uma estratégia europeia de gestão integrada das zonas costeiras (GIZC)**: princípios gerais e opções políticas. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1999. 32 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. **Lazer e turismo em busca de uma sociedade sustentável**. In: CORIOLOANO, Luzia Neide M. T (org) Turismo com ética. Fortaleza: FUNECE, 1998.

CORRÊA, R. L. **Territorialidade e corporação**: um exemplo. p. 251-256. In: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

CORREIA, O.G. **Taba dos Anacés**. São Gonçalo do Amarante. 1997. 47 p.

CUNHA, S.B. da. e GUERRA, A.J.T. **Degradação Ambiental**. In: CUNHA, S.B.da. e GUERRA, A.J.T. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996.

_____. (Org.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

Deputado denuncia interferência da secretaria na alteração do parecer. Notícia Principal: Mudaram o parecer da Semace. Diário do Nordeste. Caderno de Política, Fortaleza, Ceará, P. 04, 21 jun. 1997.

DIAS, W.S.S.; MASSON, T.A. & MACHADO, F.R. 1995 - ***The arrival of long-ravelled Swell in Fortaleza – Proceedings of the 4th International Conference on Coastal and Engineering in Developing Countries***. COPEDEC IV, Rio de Janeiro, Brazil. VOL. 3. p.1850-1864.

DIEGUES, A.C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 4^a. ed. São Paulo: Hucitec, USP, 2004.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO. **Tábua de maré**. Disponível em: <<http://www.dhn.mar.mil.br>> acesso em: 25/04/2004.

EIA – RIMA do Porto do Pecém, Estado do Ceará. Muniz Deusdara Arquitetura Urbanismo Consultoria.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de **Solos**. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. Brasília: Embrapa Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa solos, 1999. 412 p.

Etnias discutem questões indígenas em Almofala. Diário do Nordeste. Regional, Fortaleza, Ceará. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com//materia.asp?codigo=207548>> Acesso em: 26/11/2004.

Famílias reivindicam indenização no Pecém. Notícia principal: Vinte e nove famílias das regiões de Matões e das margens da lagoa do... Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, 3 set.1998.

FONTELES, José Osmar. **Comunidade de pescadores de Jericoacoara-Ceará entra na rota turística.** In VASCONCELOS, Fábio Perdigão (org) Turismo e Meio Ambiente. Fortaleza: FUNECE, 1998.

FREITAS, S. M. de. **História oral:** possibilidades e procedimentos. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. 145 p.

GEIGER, P. P. **Des-territorialização e espacialização.** p. 233-246. In: SANTOS. M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

GIRÃO, R. **Os municípios cearenses e seus distritos.** Fortaleza: SUDEC, 1983. 684 p.

GIRÃO, V. C. **Os índios Paiacu, primeiros habitantes de Pacajus.** Revista do Instituto do Ceará – RIC. T. CV, 1991, p.161 *apud* ALBUQUERQUE, M. C. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*, 2002, p.81.

Gleick, J. Caos. Rio de Janeiro: Campos, 1989 *apud* Irias, F. D. **A dicotomia sociedade-natureza: a crise de percepção no espaço moderno.** Disponível em <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo3/E3_141.htm> acesso em:21/03/2005.

GOMES, J. de A. **O Pecém era assim: memória e reconstrução do passado.** 1999. 107 p. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Trabalho e Meio Ambiente para o desenvolvimento Sustentável) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1999.

_____. **Análise da sustentabilidade socioambiental no contexto da implantação do porto do Pecém/CE.** 2001. 220 p. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

GONÇALVES, C. W. P. **Formação sócio-espacial e a questão ambiental no Brasil.** In: BECKER, B. K. *et all.*(Org.). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional. 1995.

_____. **Os (des) caminhos do meio ambiente.** 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2002. 148 p.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** Vol. XVI. Rio de Janeiro, 1959, p. 500-503.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Senso 2000.** Disponível em: < <http://www.ibge.br> > acesso em: 24/01/2004.

IPLANCE, SEPLAN. **Perfil Básico Municipal de São Gonçalo do Amarante**. Ceará, 2000. 23 p.

IPLANCE, **Anuário Estatístico do Estado do Ceará**. Ceará, 2001.

KHOURY, Y. A. **Narrativas orais na investigação da história social**. Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, n. 22, p. 79-155, jun. 2001.

KULLENBERG G. ***Contributions of marine and coastal area research and observations towards sustainable development of large coastal cities***, Ocean & Coastal Management, vol. 44. Issues 5-6, p. 283-291. 2001.

LAGE, Allene Carvalho, BARBIERE, Jose Carlos, **Avaliação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável: Uma análise do Projeto de Energia Eólica do Estado do Ceará com base nas dimensões da sustentabilidade – Ceará**, 2002.

LIMA, J. J. **“Turismo Sustentável, Alternativa de Desenvolvimento e Conservação Ambiental. Uma Análise Transdisciplinar do PRODETUR/CE”**. Disponível em: < www. > acesso em 22/10/2004.

LIMA, L.C, *et al.* **Diagnóstico ambiental preliminar de Caucaia e São Gonçalo do Amarante**. Fortaleza, 1995. 86 p.

LIMA, M. do C. **Comunidades pesqueiras marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. Tese (Doutorado) – FFLCH/USP. São Paulo. 220 f. 2002.

LINS (1978) *in* BITTENCOURT *et al.*, (1990) *apud* MUEHE, 2001. In: CUNHA, S.B.da., GUERRA, A.J.T. **Geomorfologia do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 392 p.

Maior dor de cabeça dos moradores é a dívida em relação às suas moradias. E denunciam desrespeito do governo... Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, p. 17, 13 nov. 1996.

MAMEDE, P, VIANA, C, MADEIRA, R. **A luta dos povos do mar**. Revista universidade pública. Ano III, nº 09, dezembro 2001/ janeiro 2002.

MARTA, S. **Enquanto homens e máquinas se confundem, a desinformação leva dúvidas à comunidade (1ª parte)**. Notícia principal: Natureza vai cedendo espaço ao Complexo do Pecém. Diário do Nordeste. Caderno Cidade, Fortaleza, p.18, 1 dez. 1996.

MEIRELES, A. J. A. **Introdução à Geomorfologia Costeira Cearense: evidências de flutuações do nível relativo do mar e os processos litorâneos**. Fortaleza. 1997.

MELO E., ALVES J.H.G.M. & JORDEN V. 1995 - ***Instrumental confirmation of the arrival of North Atlantic swell to the Ceará coast***. Proceedings of the 4th International Conference on Coastal and Engineering in Developing Countries. COPEDEC IV, Rio de Janeiro, Brazil VOL. 3 , p. 1984-1996.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e meio ambiente**. 6^a ed. São Paulo: Contexto, 2002. 80p.

Ministério das Minas e Energia. Secretaria Geral. Projeto RADAMBRASIL. **Levantamento de Recursos Naturais**. Volume 21. Folha de Fortaleza AS. 24. 1981.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br> >. Acesso em: 07/10/2004.

MONTEIRO, C. A. de F. **A interação homem-natureza no futuro da cidade**. In: BECKER, B. K. *et all.*(Org.). Geografia e Meio Ambiente no Brasil. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil da União Geográfica Internacional. 1995.

MONTEIRO, J. M. **Negros da Terra – Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.95 *apud* Albuquerque, M. C. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. 2002, p.80.

MONTEIRO, M. do P. S. R. **As segundas residências e o turismo sustentável – impactos sócio-econômicos e ambientais em Paracuru – Ce**. 2004. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) – Universidade Estadual do Ceará, 2004.

MONTEIRO, N. M. V. **Os efeitos da política de desenvolvimento no litoral cearense e as estratégias para a sustentabilidade: o caso do Pecém – São Gonçalo do Amarante**. 2001. 228 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Modernização Pública) – Universidade Internacional de Lisboa / Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2001.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3^a ed. São Paulo: Contexto, 2001. 153 p.

MORAES, A.C.R. **Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: Elementos para uma Geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1999. 229 p.

MORAIS, J. O. de. **Compartimentação territorial evolutiva da zona costeira**. P. 105-184. In LIMA, L.C.; MORAIS, J. O. de, SOUZA, M.J.N. de. **Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará**. Fortaleza: FUNECE, 2000.

MOREIRA, L. C. **Ceará espera receber US\$ 200 mi do Prodetur II**. *Diário do Nordeste*. Negócios, Fortaleza, 26 fev. 2002.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. 6ª ed. Tradução de: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução: Ilana Heineberg. Porto Alegre: Sulina, 2ª. Edição, 2003. 480p.

MUEHE, D. **Geomorfologia Costeira**. In: CUNHA, S.B da, GUERRA, A.J.T. (Org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NEVES, G. R. **Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas)**. p. 270-281. In: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

NEVES, F. de C. **A seca na história do Ceará**. p. 76-102. In: SOUZA, S. de. (Org.). Uma nova história do Ceará. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000. 448p.

OREA, D. G. ***Evaluación Del Impacto Ambiental: un instrumento preventivo para la gestión ambiental***. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa/Editorial Agrícola Española, S. A. 1999.

PAIVA, F. **Os segredos do mar**. p.130-139. In: CHAVES, G. (Org.). Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fortaleza, Ce: Instituto do Ceará (Histórico, geográfico e Antropológico), 2002. 381p.

PASKOF, R. L. ***Les Littoraux. Impacts des aménagements sur leur évolution***. Paris: Masson, 1985. 190p.

Pastoral dos migrantes reúne famílias do Pecém. Notícia principal: Comunidades avaliam impactos de mudanças provocadas pela instalação do Porto. Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, 14 jan.1999.

Pastoral dos Migrantes. **Nunca desista, lute até o fim**: construindo nossa história. Fortaleza, 1999. 52p.

PATRÍCIO, E. **Investimentos estrangeiros e turismo no Ceará**. O Povo, Fortaleza, Ceará, 19 nov. 2002. Disponível em: <www.noolhar.com/opovo/colunas/ecologia> Acesso em: 20/10/2003.

PESSOA, P.R.S. **Análise do transporte eólico nas dunas costeiras da região Pecém, município de São Gonçalo do Amarante – Ce**. 1999. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1999.

PORTELLI, A. **Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral**. Projeto História: revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1981 – Periodicidade anual. 1997.

QUEIROZ, J.F. KITAMURA, P.C. **Desenvolvimento de códigos da conduta para uma aqüicultura responsável**. Panorama da Aqüicultura, vol 11, n. 64, março/abril, p. 38-39, 2001 *apud* SANTOS, T.C.C., CÂMARA, J. B. D. (Org.). GeoBrasil 2002: perspectivas do meio ambiente no Brasil. Brasília: Edições IBAMA, 2002, p.147.

RATTNER, H. **Brasil no limiar do século XXI**: alternativas para a construção de uma sociedade sustentável. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

Reconhecimento e Fortalecimento do Papel das Populações Indígena e suas Comunidades. Disponível em:

www.bdf.fat.gov.br/publicações/politica/agenda21/cap26 acesso dia 23/06/2005. Acesso em: 23/06/2005.

Ressaca leva destruição e medo à Praia do Pecém. Diário do Nordeste, Fortaleza, Ceará, 26 out. 1999.

Revista do Instituto do Ceará. Tomo LIX, Vol. 59. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1945, p. 201 e 202.

Revista trimestral do Instituto do Ceará. Tomo XXVI. Fortaleza: Typ Minerva, 1912, p.73.

Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVII. Fortaleza: editora Instituto do Ceará, 1964, p. 63, 77 e 153.

ROEHDE, G. M. **Geoquímica Ambiental e Estudos de Impactos**. São Paulo: Signus Editora, 2000, 157p.

SAMPAIO, D. **Anuário do Ceará**, Vol. 1; 1970. Fortaleza: Empresa jornalística O Povo e Anuário do Ceará Publicações Ltda, 1996/1997. 646 p.

SANTOS, A. D. dos. *et all.* **O programa “Avança Brasil” e o Plano Plurianual 2000-2003**: para onde vai o desenvolvimento sustentável?. In: LITTLE, P. E. (Org.). Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Petrópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do Espaço**: Técnicas e Tempo. Razão e Emoção. 2º ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O retorno do território**. p.15-20. In: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

SCHIFFER, S. R. **A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas.** p. 16-124. *In*: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA/ PROJETO DE DESENVOLVIMENTO URBANO. **Plano de Gestão do Crescimento Urbano da Área de Influência do Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP.** Relatório 03. Versão preliminar. Fortaleza: Consórcio Fausto Nilo/ PPAU. 2000, 193 p.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice. Não tem ano.

SETUR. **Programa de Ação para o desenvolvimento do turismo – PRODETUR/CE.** Fortaleza, 2002.

SILVA, A. C. da. **O território da consciência e a consciência do território.** p. 257-260. *In*: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

SOARES, Z. M. L. **Análise geoambiental da bacia hidrográfica do rio Mundaú – Ce.** 1997. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e meio ambiente) - Universidade Federal do Ceará, 1997.

SOBRINHO, T. P. **Os Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman.** *In*: Revista do Instituto do Ceará. Tomo XLVIII, 1934, p. 7-17.

_____. **Toponímios indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense.** *In*: Revista do Instituto do Ceará. Tomo LIX, Vol. 59. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1945, p. 156 a 159.

S.O.S Zona Costeira. Prodetur. Disponível em: <<http://www.soszonacosteira.hpg.ig.com.br/prodetur.htm>>. Acesso em: 07/11/2004.

SOTCHAVA, V. B. **Por uma Teoria de Classificação dos Geossistemas de Vida Terrestre.** Método em Questão, nº 14. São Paulo: IGOG, USP, 1978.

SOUZA, A. C. de L. e. **Análise geoambiental da região litorânea do município de Caucaia – Ce.** 2000. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, 2000.

SOUZA, M. A. A. de. **Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação.** p. 21-28. *In*: SANTOS, M, SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/AnnaBlume, 2002. 332 p.

SOUZA, M.J.N. de. **Bases naturais e esboço do zoneamento geoambiental do estado do Ceará.** P. 05-104. *In* LIMA, L.C., MORAIS, J.O. de, SOUZA, M.J.N. de. Compartimentação Territorial e Gestão Regional do Ceará. Fortaleza: FUNECE, 2000.

STUDART FILHO, C. **Os aborígenes do Ceará**. Parte I. *In*: Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVI. Fortaleza, 1963, p. 5-15, 26, 57 e 69.

_____. **Os aborígenes do Ceará**. Parte II. *In*: Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXXVII. Fortaleza: editora Instituto do Ceará, 1964, p. 160-165.

SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais**: (passado + presente = futuro). São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 1ª reimpressão 2001.

_____. **Dicionário de Geologia Marinha**: com termos correspondentes em inglês, francês e espanhol. São Paulo: T A Queiroz, Biblioteca de Ciências Naturais. 1992, vol. 15.

Técnicos do IDACE erram na abordagem. Notícia principal: Parecer técnico previa impacto social e econômico. Diário do Nordeste. Caderno Cidade, Fortaleza, Ceará, p.10? 30 jun. 1997.

Trechos na versão preliminar do relatório foram suprimidos da versão apresentada durante a votação do Coema (II). Diário do Nordeste. Caderno Cidade, Fortaleza, Ceará, p.10? 30 jun. 1997.

TRICART, J. **Ecodinâmica**. Rio de Janeiro: IBGE/SUPREN, 1977.

UNESCO. *Methodological Guide to Integrated Coastal Zone Management*. Intergovernmental Oceanographic Commission. UNESCO, 1997. 47p.

_____. *Instrumentos y personas para una gestión integrada de zonas costeras*. Comisión Oceanográfica Intergubernamental. Guia Metodológico. Vol. II. UNESCO, 2001. 64p.

VASCONCELOS, F.P. **Gestão Integrada da Zona Litorânea do Município de Fortaleza (Estado do Ceará, Brasil)**. Relatório de Estágio Pós – Doutoral. Realizado no Institut de Géographie et Aménagement Regional de L'Université de Nantes. 2004.

_____. **Impactos do Processo de Industrialização sobre as Atividades Turísticas da Zona Litorânea do Pecém (Ceará, Brasil)**. Congresso Nacional de Turismo, Universidade de São Paulo. p. 149 – 160. 1997.

VASCONCELOS, F.P., ALBUQUERQUE, M.F.C., PINHEIRO, L. de S. **Impactos ambientais adversos na área de construção do porto do Pecém – Ceará**. Revista de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Vol. 1. Nº 2. p. 75 – 86. 1999.

ANEXO

Anexo I - Modelo de questionário trabalhado com a população do Pecém.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE
MESTRADO ACADÊMICO EM GEOGRAFIA - MAG
QUESTIONÁRIO
COMUNIDADES DO DISTRITO PECÉM
COMUNIDADE _____
DATA ____/____/____

1. Nome do entrevistado _____

Idade: _____ Estado civil: _____

2. Escolaridade: () analfabeto () ensino fundamental I () ensino fundamental II
 () ensino médio () Superior () curso profissionalizante () curso técnico
 Observações: _____

3. Chefe de família: () masculino () feminino

4. Nº de pessoas residentes:
 _____ adultos e _____ crianças.

5. Lugar de origem: _____

6. Há quanto tempo reside no local: _____

CARACTERÍSTICAS DO DOMICÍLIO

7. Tipo de construção: () alvenaria () madeira () taipa () outros

8. Condição de ocupação: () Própria () Alugada () Cedida
 Observações: _____

Total de Cômodos: _____

Casa com banheiro: () Sim () Não

9. Abastecimento d'água: () Cagece () Poço* () Rio/ lagoa () Carro pipa
 * _____

Canalização na residência: () Sim () Não

10. De onde vem a água que abastece Pecém? Como é esse abastecimento?
 () Lagoa do Pecém () Rio Anil () Rio São Gonçalo () Açude Sítios Novos ()
 outros _____
 () é bom, nunca falta água () falta água alguns dia () falta água todos os dias ()
 outro _____

11. Antes do porto de onde vinha a água que abastecia Pecém? Como era esse
 abastecimento?
 () Lagoa do Pecém () Rio Anil () Rio São Gonçalo () Açude Sítios Novos ()
 outros _____
 () canalizado () chafariz () outro _____

12. Esgotamento Sanitário: ()Sim ()Não
Se não onde são lançadas as fezes e urinas?

13. Destino do lixo: ()coletado ()queimado ()enterrado ()terreno baldio

14. Antes do carro do lixo, onde eram lançados os lixos do distrito?
()rio () terrenos baldios () aterro sanitário () praia () dunas () enterrados
() queimados

15. Rede Elétrica: ()Sim ()Não
Se não, qual a fonte? _____

SÓCIO-ECONOMIA

16. Qual a principal fonte de renda da família? _____

17. Nº de pessoas trabalhando _____

18. Média mensal de renda _____

19. Qual atividade VC desenvolve? _____

20. Sempre trabalhou nessa atividade? Se não, desde quando? _____

21. Qual a profissão anterior? _____

22. Por que mudou de profissão? _____

23. Algum filho ou parente próximo segue sua profissão? Sim () Não ()

24. Sua renda melhorou nos últimos 5 anos? Sim () Não (). Se sim, como? _____

25. Você acha que melhorou a economia do distrito? Sim () Não ().
Se sim, por quê acha que melhorou? _____

26. Quando alguém adoece, onde é atendido?

() Posto de saúde sede

() Hospital Municipal

() Posto Saúde Pecém

() Uso de remédios caseiros

() Farmácia

() Outros

27. Qual sua religião?

() católica

() protestante

() outra _____

28. Qual atividade de lazer você desenvolve?

() banho de mar

() caminhada na praia

() futebol na praia

() Ir para pracinha

() passeio nas dunas

() visita a parentes e amigos

() missa ou culto

() ir ao forró

() ver TV

() outras _____, _____, _____, _____

29. A instalação do CIPP e incentivos do PRODETUR, trouxeram alguma mudança nos costumes locais?

() Sim () Não. Se sim, cite alguma? _____, _____, _____, _____

TURISMO

30. Você conhece ou ouviu falar do PRODETUR (programa para o desenvolvimento do turismo)? Sim () Não ().

31. Você acha que trouxe benefícios para o distrito? Sim () Não (). Cite algum _____, _____, _____, _____.

32. O turista que visita Pecém possui boa relação com a natureza? () Sim () Não
Ele é poluidor? () Sim () Não

33. Qual período do ano que Pecém recebe mais turistas?

() natal () ano novo () carnaval () outro _____.

34. Para você o turismo traz benefícios para Pecém? () Sim () Não. Se sim quais?

35. Se existe alguém na sua família que faz algum tipo de artesanato? Sim () Não (). A renda aproximada é de: () R\$ 10 a 50 () R\$ 50 a 100 () R\$ 100 a 200 () R\$ 200 a 500 () R\$ _____.

36. Esse artesanato é: () renda principal () complemento.

37. Melhorou a venda de artesanato com o PRODETUR? () Sim () Não

MEIO NATURAL

38. O meio natural (dunas, praias, lagoa, terra, rios, riachos) do Pecém significa para você:

() meio de sobrevivência () lazer () outros _____,
_____, _____, _____.

39. Existe algum movimento em defesa do ambiente costeiro local?

() Sim () Não. Qual (ais) _____, _____

40. Você faz parte de algum dele? () Sim () Não

41. Pode vir a ocorrer algum tipo de problema de ordem ambiental quando instalada e em funcionamento a siderúrgica, termelétrica, refinaria e porto?

() Sim () Não

42. Há utilização do Riacho Guaribas para alguma atividade?

() Sim () Não. Qual? _____, _____

CIPP

43. O que o CIPP representa para você?

44. Existe algum membro da sua família que foi beneficiado com o CIPP?

() Sim () Não. Se sim, que tipo de benefício?

() emprego temporário

() emprego fixo

() outro _____

45. Qual a renda aproximada R\$: () até 100 () 100 – 200 () 200 – 500 () 500 – 1000 () mais de 1000.

46. Com o CIPP houve aumento da população de Pecém?

() Sim () Não.

47. Com o CIPP tem ocorrido melhora na economia do distrito?

() Sim () Não. Se sim, principais melhorias?

48. Antes do início da construção do CIPP a população foi chamada para opinar sobre esse empreendimento, se a população local queria ou não?

() Sim () Não.

49. Houve alguma reunião para informar os benefícios e mudanças que ocorreriam no lugar?

() Sim () Não. Se sim, quem e quando? _____

50. De acordo com dados do estado, foram capacitados, entre 1997 e 2000, mais de 1.400 pessoas das localidades atingidas pelo CIPP. Você fez parte de algum curso?

() Sim () Não. Qual? _____ O que você achou?

51. O GTP representa para você:

() informação/conhecimento

() imposição

() melhoria no relacionamento (integração)

() outros _____, _____, _____

52. O que você quer para o Pecém no futuro?